

ESPLENDOR E SIGILO: O BRASIL NA CARTOGRAFIA PORTUGUESA DE 1502 A 1675

André Monteiro de Barros Dorigo

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Letras e Artes
Escola de Belas Artes
Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais
Mestrado em História e Teoria da Arte
Estudos da História e Crítica da Arte

Orientador: Prof. Dr. Hélio Vianna

Rio de Janeiro

2005

ESPLENDOR E SIGILO: O BRASIL NA CARTOGRAFIA PORTUGUESA DE 1502 A 1675

André Monteiro de Barros Dorigo

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História e Teoria da Arte, na área de concentração Estudos da História e Crítica da Arte.

Aprovada em _____ de _____ de 2005.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hélio Vianna – Orientador
Museu Nacional - PPGAV / EBA / UFRJ

Prof^a. Dr^a. Tânia Andrade Lima
Museu Nacional / UFRJ

Prof^a. Dr^a. Angela Ancora da Luz
PPGAV / EBA / UFRJ

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça - Suplente externo
Laboratório de História Oral / UFF

Prof^a. Dr^a. Cybele Vidal Neto Fernandes - Suplente interno
PPGAV / EBA / UFRJ

Rio de Janeiro
2005

Dorigo, André Monteiro de Barros.

Esplendor e Sigilo: o Brasil na Cartografia Portuguesa de 1502 a 1675 / André Monteiro de Barros Dorigo – Rio de Janeiro, 2005.

xi, 143 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arte) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-
Graduação em Artes Visuais – EBA, 2005.

Orientador: Hélio Vianna

1. Cartografia. 2. História da Arte. 3. Antropologia da Arte -
Teses. I. Vianna, Hélio (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. III. Título.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de deixar registrada a minha gratidão ao meu orientador, o professor Hélio Vianna. Com seu incansável empenho e entusiasmo contagiante foi possível construir este trabalho de forma bastante enriquecedora, além de prazerosa. Por conta de sua dedicação, tanto ao ofício da orientação como ao do ensino, ficou em mim registrado o exemplo de um verdadeiro Mestre.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ, em especial àqueles com quem tive o prazer da convivência mais próxima. Não poderia esquecer da grande ajuda oferecida pela professora Cybele Vidal Neto Fernandes, quando este trabalho ainda era um anteprojeto. Com indicações de bibliografia e valiosas informações, foi possível aprimorá-lo antes da apresentação à banca do exame para o curso. Posteriormente, já como seu aluno, muito aprendi com seus conhecimentos, que foram úteis para o desenvolvimento do trabalho. Creio que as matérias cursadas no âmbito do programa foram de grande valia. Guardo em mim a erudição e a gentileza da professora Angela Ancora da Luz, o rigor e a simpatia da professora Maria Luisa Luz Távora, além da inteligência da professora Angela Leite Lopes. São também exemplos de dedicação, que garantem a excelência do ensino, ainda que em meio a tantas dificuldades por que passa o ambiente acadêmico brasileiro. Cabe destacar as oportunidades oferecidas pela instituição para a formação dos futuros professores como, por exemplo, o ciclo de palestras e o estágio de docência. Este foi por mim efetuado no curso de Folclore II da graduação da Escola de Belas Artes, ministrado pelo professor Hélio Vianna no segundo semestre de 2004. Agradeço também a concessão da bolsa CAPES, sem a qual a dedicação à pesquisa não seria a mesma, prejudicando o seu resultado final.

Companheiro de longa data, não poderia deixar de ser grato a Marcelo Simão de Vasconcellos, pela amizade e incentivo desde os primórdios deste trabalho. Lembro também dos colegas do programa, que dividiram comigo suas angústias e alegrias durante esses dois anos e que muito contribuíram com suas sugestões e debates. Marcele Linhares, Patrícia Araújo, Lúcia Helena Torres, João Batista Oliveira, Otávio Aragão, Raquel Pifano, Arlindo Stephan, além de muitos outros que por menor que tenha sido a nossa convivência, foi muito enriquecedora. Sou grato aos “colegas de orientação” Marcelo Campos e Helenise Monteiro Guimarães pelo empréstimo de obras e, principalmente, pela experiência trocada. Finalmente, gostaria de agradecer a Eduardo e Luciana Szaniecki pela indispensável ajuda com a língua inglesa.

Para a realização da pesquisa, pude contar com empenho e a boa vontade de diversos funcionários das instituições visitadas. Em primeiro lugar, agradeço a todos da biblioteca da Escola de Belas Artes da UFRJ, em especial a Sr^a. Marinalda. Na Biblioteca Nacional, foi indispensável a ajuda da Sr^a. Maria Dulce de Faria, do Setor de Cartografia. Na mapoteca da

Marinha, contei com os préstimos e a simpatia da Sr^a. Maria do Brasil, além do auxílio da Sr^a. Altair Lapa de Santana. Sem o esforço desses servidores, a investigação ficaria incompleta.

É chegada a hora de agradecer aos meus queridos familiares, que estando bem próximos ou um pouco mais afastados tanto me incentivaram. Em especial aos meus pais, que foram responsáveis pela minha formação escolar e que sempre torceram por mim. Não poderia esquecer da minha querida tia Marise Dorigo Costa, que sempre esclareceu minhas dúvidas de Português. Agradeço também a compreensão e o amor de minha esposa Licia, companheira dos desafios diários. Por fim, sou grato a Antonio Monteiro de Barros e Menotti Dorigo, meus saudosos avós, que me ensinaram a ter gosto pelas palavras.

*“Mas entanto que cegos e sedentos / Andais de vosso sangue, ó gente
insana, / Não faltarão cristãos atrevimentos / Nesta pequena casa
lusitana. / De África tem marítimos assentos; / É na Ásia mais que
todas soberana; / Na quarta parte nova os campos ara, / E, se mais
mundo houvera, lá chegara.”*

Luís de Camões, Os Lusíadas, Canto VII, 14.

DORIGO, André Monteiro de Barros. *Esplendor e Sigilo: o Brasil na Cartografia Portuguesa de 1502 a 1675*. Orientador: Hélio Vianna. Rio de Janeiro: PPGAV / EBA / UFRJ, 2005. Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arte).

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar as representações da terra brasileira a partir do que consta em mapas portugueses traçados entre 1502 e 1675. Estes teriam o esplendor de obras de arte, representando com minúcia a costa brasileira, seus habitantes, sua flora e sua fauna. A principal obra consultada foi a *Portugaliae Monumenta Cartographica* de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, onde se encontra catalogada toda a produção, até então encontrada, da cartografia portuguesa do século XV ao XVII. Os exemplares selecionados são estudados através de uma abordagem antropológica da arte, isto é, na ênfase dada aos aspectos interpretativos e no método comparativo que propicia o estabelecimento de diferenciações entre o material comprovadamente português e o pertencente a outras correntes culturais. Além disso, confrontando-os com distintas séries documentais, tais como relatos, textos e iconografia, buscou-se acessar a mentalidade dos portugueses nos primeiros tempos da colonização do Brasil, que caracterizaria um tipo de representação peculiar da terra brasileira.

DORIGO, André Monteiro de Barros. *Esplendor e Sigilo: o Brasil na Cartografia Portuguesa de 1502 a 1675*. Orientador: Hélio Vianna. Rio de Janeiro: PPGAV / EBA / UFRJ, 2005. Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arte).

Abstract

The aim of this study is to analyse the Brazilian land as portrait in Portuguese maps drawn between 1502 and 1675. These were done as pieces of art, depicting in detail the Brazilian coast, its inhabitants, and its vegetation. The main reference used was *Portugalia Monumenta Cartographica* by Armando Cortesão and Avelino Teixeira da Mota whereby one finds all references to the Portuguese maps from the 15th to the 17th century. The studies selected for this thesis were seen within an anthropological viewpoint i.e. emphasis was given to interpretation and assessment, which allowed some differentiation and contrast between material of Portuguese origin and others that may belong to other cultural trends. Furthermore, I have attempted to look into the Portuguese mentality at the initial phase of Brazilian colonization by searching through different documentation of that period such as texts, pictures, and reports, which seemed to represent a particular view of the Brazilian land.

Lista de Ilustrações

Prancha 1: ANÔNIMO. **Carta Portulano do Mediterrâneo.** Sem data. Manuscrito sobre pergaminho, 550 x 680 mm.

Prancha 2: HOMEM, Diogo. **Carta do Mediterrâneo e Europa.** 1563. Manuscrito iluminado sobre pergaminho, 780 x 1100 mm.

Prancha 3: ANÔNIMO. **Projeção cilíndrica equivalente.** Desenho a nanquim.

Prancha 4: DÜRER, Albrecht. **Desenhista traçando um nu.** 1538. Xilogravura.

Prancha 5: ANÔNIMO. **Planisfério Cantino.** 1502. Manuscrito iluminado sobre pergaminho, 1050 x 2200 mm.

Prancha 6: HOMEM, Lopo ; REINEL, Pedro; REINEL, Jorge. **Carta do Brasil.** 1515-1519. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 415 x 590 mm.

Prancha 7: HOMEM, Diogo. **Quarta Orbis Pars. Mundus Novus.** 1558. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 566 x 800 mm.

Prancha 8: HOMEM, Diogo. **Mundus Novus.** 1568. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 420 x 580 mm.

Prancha 9: REINEL, Jorge. **Carta do Atlântico.** 1540. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 610 x 795 mm.

Prancha 10: LOPES, Sebastião. **Carta do Atlântico.** 1558. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 830 x 1015 mm.

Prancha 11: TEIXEIRA, Luiz. **Carta-planta do Rio de Janeiro.** 1586. Aquarela sobre papel. 157 x 223 mm.

Prancha 12: ALBERNAZ, João Teixeira. **Carta do Rio de Janeiro.** 1626. Aquarela sobre papel. 380 x 550 mm.

Prancha 13: ALBERNAZ II, João Teixeira. **Aparência do Rio de Janeiro.** 1666. Aquarela sobre papel. 230 x 360 mm.

Prancha 14: FROSCHAUER, Johan. **Imagem do Novo Mundo.** c.1505. Xilogravura aquarelada. 220 x 333 mm.

Prancha 15: FERNANDES, Vasco. **Adoração dos Magos.** c.1505. Óleo sobre madeira. 1310 x 820 mm.

Prancha 16: THEVET, André. **Como este povo carrega o pau-brasil para os navios.** 1575. Xilogravura.

Prancha 17: LÉRY, Jean de. **Índios tupinambás guerreiros.** 1578. Xilogravura.

Prancha 18: Doríforo. c. 450 – 440 a.C. Cópia romana em mármore a partir do original em bronze de Policleto de Argos.

Prancha 19: ANÔNIMO. Hans Staden no meio da dança das mulheres indígenas, na aldeia de Ubatuba. 1501-1506. Xilogravura. 140 x 180 mm.

Prancha 20: DE BRY, Theodore. Preparo da carne humana em Episódio Canibal. 1592. Gravura em cobre.

Prancha 21: DE BRY, Theodore. Descrição de nossa fortaleza – como fomos atacados ali. 1592. Gravura em cobre aquarelada.

Prancha 22: ANÔNIMO (Escola portuguesa). O inferno. Primeira metade do século XVI. Óleo sobre madeira, 1190 x 2175 mm.

Prancha 23: COSA, Juan de la. Planisfério. c.1500. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 1810 x 920 mm.

Prancha 24: MARTINEZ, Joan. Typus Orbis Terrarum. 1587. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 790 x 580 mm.

Prancha 25: DOURADO, Fernão Vaz. Carta do Atlântico Sul. 1568. Reprodução em preto e branco de manuscrito iluminado sobre pergaminho.

Prancha 26: DOURADO, Fernão Vaz. Carta do Pacífico Sul. 1568. Reprodução em preto e branco de manuscrito iluminado sobre pergaminho.

Prancha 27: ANÔNIMO. Croqui da planta da Vila Bela da Santíssima Trindade. Desenho a nanquim.

Prancha 28: Ascensio, Gaspar. Macuilsuchil y Teutiltan. Manuscrito sobre pergaminho. 605 x 850 mm.

Prancha 29: ROTZ, Jean. Carta 11 do seu Atlas. 1542. Manuscrito iluminado.

Prancha 30: ANÔNIMO. A Ilha do Brasil: o embarque, corte e transporte do pau-brasil. Carvalhos esculpidos em baixo-relevo. 1530. 530 x 1700 x 60 mm.

Prancha 31: ANÔNIMO. O Baile dos brasileiros. Iluminura. 1550. 122 x 200 mm.

Prancha 32: DESCELLIERS, Pierre. Planisfério. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 1546.

Prancha 33: DESCELLIERS, Pierre. Planisfério. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 1550. 1350 x 2150 mm.

Prancha 34: THEVET, Andre. Ilha e forte dos franceses. 1560. Xilogravura. 158 x 160 mm.

Prancha 35: CLAYE, Jaques de Vau de. Mapa do rio de Janeiro. 1579. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 310 x 670 mm.

Prancha 36: ORTELIUS, Abraham. **América ou Novo Mundo.** 1595. Gravura em metal aquarelada. 300 x 505 mm.

Prancha 37: PLANCIUS, Petrus. **Mapa da América do Sul.** c. 1592 - 1610. Gravura em metal. 395 x 555 mm.

Prancha 38: HONDIUS, Jodocus. **América.** 1606. Gravura em metal aquarelada. 375 x 500 mm.

Prancha 39: POST, Frans. **Mauritsstad e Recife.** 1653. Óleo sobre madeira. 482 x 836 mm.

Prancha 40: ECKHOUT, Albert. **Abacaxi e Mamão.** Óleo sobre tela. 930 x 1035 mm.

Prancha 41: MARCGRAF, Georg. **Mapa de Sergipe.** 1665. Gravura em metal aquarelada. 420 x 535 mm.

Prancha 42: MARCGRAF, Georg. **Mapa da Paraíba e do Rio Grande.** 1665. Gravura em metal aquarelada. 415 x 530 mm.

Prancha 43: MIRANDA, José da Costa. **Carta do Atlântico.** 1681. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 760 x 910 mm.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 1

I. TERCEIRA IDADE E DESCOBRIMENTOS: CONSTRUINDO A MENTALIDADE PORTUGUESA DA EXPANSÃO OCEÂNICA

- 1.1 Dilatando a Fé e o Império: Portugal e a abertura do mundo, 10
- 1.2 A origem da Terceira Idade e a sua difusão em Portugal, 19
- 1.3 A Terceira Idade em Portugal: novo ímpeto cruzado e desenvolvimento científico, 29

II. A MENTALIDADE PORTUGUESA E A CARTOGRAFIA DA TERRA BRASILEIRA

- 2.1 A construção de um novo espaço: cartografia portuguesa e pintura italiana no século XV, 41
- 2.2 Renascimento Português e Política de Sigilo: o Brasil antes de Cabral, 54
- 2.3 Da Vera Cruz à *Terra Brasilis*: uma batalha do Bem contra o Mal, 63
- 2.4 O Brasil Atlântico dos Portugueses, 78
- 2.5 O indígena brasileiro em questão: construindo a mentalidade portuguesa a partir do conhecimento do outro, 91

III. CONTRASTES E RECORRÊNCIAS: O BRASIL NAS OUTRAS CARTOGRAFIAS

- 3.1 O rigor e a fé na cartografia espanhola da América, 104
- 3.2 Do tráfico à conquista: o Brasil na cartografia francesa, 111
- 3.3 Da barbárie ao barroco: o Brasil na cartografia holandesa, 120

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 131

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 136

INTRODUÇÃO

Para explorar as terras que o circundam, o homem é capaz de registrar graficamente os pontos de referência da paisagem, a fim de orientar-se. A aptidão para este tipo de desenho seria inata no ser humano. De acordo com relatos de antigos viajantes, os nativos do Brasil, por exemplo, revelaram esta habilidade em diversas ocasiões. O naturalista alemão Karl Von Den Steinen (1855-1929), que percorreu o interior do país em 1884 e 1887, orientou sua segunda expedição às nascentes do rio Xingu de acordo com uma carta desenhada na areia, a seu pedido, por um indígena da região¹. Recentemente, foi desenvolvido um projeto de mapeamento participativo em comunidades Yanomami, no Amazonas². Através da confecção de mapas mentais, os conhecimentos dos nativos puderam ser utilizados para apontar as necessidades e potencialidades da região por eles habitada.

Como sustenta Paulo Knauss, “*A cartografia é uma antiga prática humana de reflexão sobre o espaço*”³. Percebe-se que em certos registros do homem pré-histórico, encontrados em várias partes do mundo, as noções do seu meio ambiente aparecem associadas ao desenho cartográfico. Sabe-se que a humanidade expressou estes conhecimentos muito antes da invenção da escrita, tornando-se um dos tipos mais antigos de arte, comum a todas as sociedades. Segundo Ernst Cassirer:

Tal como todas as formas simbólicas, a arte não é uma simples reprodução de uma realidade dada, pronta. É um dos meios que levam a uma visão objetiva das coisas e da vida humana. Não é uma imitação, mas uma descoberta da realidade.⁴

A cartografia pode ser definida como “*a ciência, a técnica e a arte de representar graficamente o conhecimento humano da superfície da terra por meio de mapas, cartas geográficas e plantas*”⁵, entendendo-se por ciência a série de operações efetuadas para alcançar a exatidão satisfatória do mapa como expressão gráfica. Por técnica, o

¹ ADONIAS, Isa. **Mapa: Imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 12.

² O projeto tinha o título de “Mapeamento Participativo para o Desenvolvimento Sustentável” e foi aplicado nas comunidades de Maturacá e Ariabú, situadas no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. O trabalho de campo durante o qual foi desenvolvido o projeto ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2003. Este foi realizado por alunos do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ KNAUSS, Paulo. Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n.3, 1997, p. 135. O autor ressalva, entretanto, uma confusão do conceito de espaço com o dado espacial. Segundo ele, “*A perversão reside na assimilação pelo conhecimento comum da imagem do espaço como dado e não como construção. (...) Em sendo imagem do espaço, mapas e plantas são produtos de sua circunstância histórica contraditória e complexa.*”

⁴ CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 234.

⁵ ADONIAS, Isa. **Mapa: Imagens da formação territorial brasileira ...op.cit**, p.12.

processamento mecânico através do qual os dados obtidos transformam-se em desenho, programado segundo uma projeção cartográfica e uma escala. E finalmente por arte, “*quando subordina os princípios fundamentais do processo cartográfico às leis da estética: simplicidade, clareza e harmonia, procurando obter o ideal artístico do produto final, o mapa*”⁶. Na língua portuguesa, as palavras mapa e carta são usadas quase como sinônimos, ou seja, são peças que contém a representação gráfica de um determinado espaço geográfico. Entretanto, a primeira tende a definir documentos mais simples e esquemáticos, enquanto a segunda é aplicada aos mais complexos ou ligados à navegação. Já a palavra planta é utilizada quando se representa uma área bastante limitada, contendo muitos detalhes⁷.

Embora hoje os mapas possam apresentar características impessoais, durante séculos, a sua origem e autoria eram dados básicos para se conhecer melhor cada um deles. Estes eram traçados mediante a habilidade do cartógrafo, que utilizava materiais como o bico de pena e a aquarela. Além disso, imprimia sua personalidade à obra, assim como estilos artísticos da época. De acordo com Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, “*Em regra os bons cartógrafos eram também bons cosmógrafos e bons construtores de instrumentos náuticos (...). Muitas vezes eram também bons desenhadores e iluminadores.*”⁸ Mais que representar graficamente cálculos matemáticos complexos, um mapa não podia prescindir de elementos decorativos ou explicativos, como vinhetas, cartuchos e ornamentos. Por exemplo, a rosa-dos-ventos que decora as cartas geográficas, tem também função prática: a flor-de-lis aponta o Norte, e a cruz o Leste, onde está Jerusalém, a Terra Santa. Segundo Cristina Ávila e Maria do Carmo Andrade Gomes no artigo em que abordam o vínculo entre a arte e a cartografia das Minas Gerais do século XVIII:

As relações entre a cartografia, o espaço representado e a arte estão presentes tanto nas formas decorativas que margeiam ou emolduram os artefatos informativos utilitários, quanto nas representações gráficas de caráter simbólico. Assim, configuram-se nesses documentos estilemas próprios do barroco e do rococó, ao lado de alegorias e cenas ilustrativas diversas.⁹

No século XV, Portugal deu início ao processo de expansão comercial global que influenciaria toda a Europa. O oceano, que por tanto tempo significou o fim do mundo,

⁶ Idem, ibidem.

⁷ OLIVEIRA, Cêurio. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 31.

⁸ CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Tabularum Geographarum Lusitanorum Specimen*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos do morte do Infante Dom Henrique, 1960, p. 18.

⁹ ÁVILA, Cristina ; GOMES, Maria do Carmo Andrade. A representação espacial das Minas Gerais no século XVIII: relações entre a cartografia e a arte. In: **Revista Barroco**, Ouro Preto, n.15, 1990/2, p. 441.

passou a servir de passagem para as suas conquistas. Era necessário, portanto, o registro dos novos territórios descobertos, o que significava mapear o litoral dos continentes. Com isso, os cartógrafos lusos modificaram a concepção de mundo dos geógrafos antigos e da Igreja Medieval. Suas cartas tornaram-se um meio de realização de viagens marítimas e de demarcação de territórios. São também um rico acervo de ilustrações, tanto dos habitantes como da flora e da fauna dos sítios explorados. A Coroa Lusitana – assim como a Espanhola – tentando preservar os conhecimentos adquiridos em suas viagens, manteve a prática medieval de produzir mapas manuscritos. Além disso, instituiu a política de sigilo em torno dos descobrimentos, com a proibição da saída de cartas para o estrangeiro e a pena de morte para os seus transgressores. Entretanto, quando outras potências europeias entraram na corrida por colônias, suas escolas cartográficas se desenvolveram utilizando técnicas de impressão. De acordo com Philip Curtis, “*A França, Inglaterra e Holanda, com inveja das colônias e da riqueza do Novo Mundo, freqüentemente publicavam mapas como um ato de guerra*”¹⁰. Isto fez com que o homem comum tivesse acesso ao mapa pela primeira vez, estimulando o seu crescente comércio, controlado por editores especializados na sua produção e venda. No início do século XVI, quando Cabral chegou ao Brasil, os navegantes lusos já haviam descoberto o caminho marítimo para as Índias, além de terem alcançado o Labrador e a Terra Nova. A cartografia portuguesa havia adquirido, então, a hegemonia na Europa. Seus conhecimentos, somados ao crescente interesse pela terra brasileira, determinaram o período de esplendor da cartografia portuguesa. Este vai do final do século XV até cerca de 1580, época da união das coroas de Portugal e Espanha, tendo ainda influências no século seguinte, como é o caso da família Teixeira.

A História da Cartografia se constituiu tradicionalmente a partir de um estudo sistemático de cartas, suas técnicas e seu conteúdo, com o propósito de traçar o aperfeiçoamento da representação geográfica do mundo através dos séculos. Este enfoque é o que mais estudos gerou, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Graças a eles, muitos documentos foram resgatados, catalogados e autenticados, hoje constituindo a maior parte do material cartográfico disponível. O começo da historiografia da cartografia portuguesa é, segundo José Manuel Garcia, determinado entre os anos de 1839 e 1841. Nessa época, o Visconde de Santarém¹¹ produziu e publicou em Paris o estudo pioneiro sobre mapas antigos intitulado **Memória sobre a propriedade dos descobrimentos portugueses na costa**

¹⁰ CURTIS, Philip. O Novo Mundo. In: MICELI, Paulo (Org.). **O tesouro dos mapas: a Cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 29.

¹¹ Manoel Francisco Barros e Souza (1791-1856) era escritor e geógrafo. Foi ministro da Marinha e do Ultramar e também dos Negócios Estrangeiros.

d'África ocidental para servir de ilustração à crônica da Conquista da Guiné por Azurara. Ainda segundo José Manuel Garcia, foi o próprio Visconde que criou o vocábulo **cartografia**, pois antes da divulgação e da consagração do termo, o mais utilizado era cosmografia. A prova seria a correspondência de 8 de dezembro de 1839 ao historiador brasileiro Francisco Adolfo Varnhagen: “*a questão concernente à cartographia (invento esta palavra já que ahi se tem inventado tantas) a cartographia mesma do século XVI he muito importante e difficil.*”¹²

Desde princípios do século XX, mesmo de forma irregular, a cartografia portuguesa foi estudada em paralelo com a História dos Descobrimentos e da Náutica. Dentre os historiadores que se dedicaram ao tema, pode-se destacar Duarte Leite, Abel Fontoura da Costa, Luís de Albuquerque, Avelino Teixeira da Mota, além de Jaime e Armando Cortesão. Este último publicou, em 1935, a obra **Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI: contribuição para um estudo completo**. Este trabalho desenvolveu uma metodologia que propiciou a confecção da obra mais importante da História da Cartografia realizada em Portugal: a *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Esta obra, produzida por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, foi publicada em 1960 e 1961, na época das comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique. O estudo é um inventário de todos os exemplares da cartografia portuguesa dos séculos XV ao XVII até então conhecidos, sendo em sua maioria reproduzidos em preto e branco, além de alguns a cores. Um pouco mais tarde, em 1968, Jaime Cortesão faz um estudo sobre a cartografia lusitana, além de traçar um paralelo com a cartografia holandesa do Nordeste do Brasil, na obra **A História do Brasil nos velhos mapas**. Recentemente, há que se destacar a obra de Alfredo Pinheiro Marques intitulada **Origem e Desenvolvimento da Cartografia Portuguesa na época dos Descobrimentos** de 1987 e, de uma maneira geral, as obras editadas entre 1992 e 2000, por conta das Comemorações dos 500 anos de Descobrimentos Portugueses.

Sobre o estudo das cartas lusitanas relativas ao Brasil, cabe também ressaltar os trabalhos do Contra-Almirante Max Justo Guedes e da Historiadora Isa Adonias. **Brasil Costa-Norte: Cartografia Portuguesa Vetustíssima** é um exemplo da obra de M. J. Guedes, que se volta prioritariamente para o papel da cartografia nas disputas territoriais, assim como a sua importância na navegação brasileira. Isa Adonias, que chefiou a mapoteca do Itamaraty, publicou em 1993 o livro **Mapa: imagens da formação territorial brasileira**, analisando a

¹² GARCIA, José Manuel. Tesouros da cartografia portuguesa em Portugal. In: **Tesouros da Cartografia Portuguesa**. Lisboa: Edições Inapa, 1997, p. 41.

construção do espaço geográfico brasileiro através dos mesmos. A publicação reúne cartas relativas ao Brasil, produzidas do século XVI ao XX. Sobre esses dois autores, destacam-se também os diversos artigos publicados na revista do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), principalmente os relativos à edição de Comemoração do Quinto Centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral, em 1970. **As primeiras expedições portuguesas e o reconhecimento da costa brasileira**, de Max Justo Guedes e **A cartografia vetustíssima do Brasil até 1530**, de Isa Adonias, são dois exemplos.

Como já foi dito anteriormente, os estudos historiográficos da cartografia portuguesa se baseiam principalmente em uma perspectiva geográfica, pois como bem disse Cêurio de Oliveira:

De todas as ciências ligadas à cartografia, nenhuma é tão importante como a geografia, na medida em que os fatos e os fenômenos se originaram de qualquer ramo da geografia, quer física, quer humana, econômica, etc.¹³

Entretanto, novas abordagens da cartografia têm sido elaboradas, tendo por objetivo o estudo de suas representações figurativas da terra brasileira. Em 2002, Martha Couto Neves produziu a dissertação de mestrado na área de História, intitulada **Fragmentos do Olhar Europeu sobre o Brasil nos Atlas da Época Moderna**. Ela considera que, juntamente com os relatos dos aventureiros, viajantes e missionários, as imagens cartográficas contidas nos Atlas Modernos contribuem para a veiculação de determinadas concepções acerca do Novo Mundo.

As ilustrações e alegorias presentes nas cartas também são merecedoras de atenção, na medida em que expressam aspectos do universo mental europeu, que era herdeiro das tradições clássicas e medievais e se via confrontado com as novas experiências proporcionadas pelas navegações e pelo contato com terras e povos estranhos.¹⁴

Ainda do ano de 2002, cabe destacar outra dissertação de mestrado em História, intitulada **As Representações do Novo Mundo na Cartografia Portuguesa do século XVI**, de Luiz Alexandre Lellis Mees. Na obra, o autor busca a influência da cultura renascentista, em especial a ibérica, no modo como o Novo Mundo foi sendo representado nos mapas, uma

¹³ OLIVEIRA, Cêurio. *Op. cit.*, , p. 14.

¹⁴ NEVES, Martha Couto. **Fragmentos do Olhar Europeu sobre o Brasil nos Atlas da Época Moderna**. 2002. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 07.

vez que a “*cartografia portuguesa fornece uma imagem do espaço americano que gradualmente se formava*”¹⁵.

Para a História da Arte Brasileira, os mapas portugueses assumem um grande valor devido aos poucos registros visuais da época colonial. A política portuguesa de nada se divulgar sobre suas colônias trouxe profundos reflexos na produção das imagens referentes ao Brasil. Por cerca de trezentos anos, os portugueses – ao contrário dos franceses e holandeses – praticamente não pintaram ou imprimiram vistas panorâmicas do país. Gilberto Ferrez relata que o Brasil dos séculos XVI ao XVIII estava trancado a sete chaves aos olhos cobiçosos do estrangeiro, que só podia aportar em caso de avaria grossa, passando a ser vigiado dia e noite pela polícia durante toda a sua estadia.¹⁶ De acordo com Ana Maria Belluzzo, “*Até o último quartel do século XVIII, Portugal se ocupa da geografia do Brasil, mantém os portos fechados às nações estrangeiras e exerce controle sobre a entrada dos próprios portugueses, que precisam de autorização para ter acesso ao país*”¹⁷. Portanto, os mapas vêm adquirindo crescente valor para os estudiosos que se dedicam à história da arte, ou mesmo à história das culturas. De acordo com Cristina Ávila e Maria do Carmo Andrade Gomes:

O traço, ou os traços culturais que fundam uma dada civilização estão presentes em seus mais diversos produtos, daí a necessidade e a pertinência de se buscá-los em vestígios históricos cada vez mais diversificados.¹⁸

Este estudo tem por objetivo analisar as representações da terra brasileira a partir do que consta em mapas portugueses traçados entre 1502 e 1675. Procura-se identificar um estilo próprio na cartografia portuguesa do Brasil, ou seja, características que aproximem as obras de diversos autores lusos no período estudado. Além disso, deseja-se apontar a influência da mentalidade portuguesa na concepção das representações da terra brasileira. Portanto, a pesquisa orienta-se para a confirmação das seguintes hipóteses, segundo a cronologia que destacam: o processo de desenvolvimento da cartografia em Portugal, no século XV, teria relações com as concepções espaciais da pintura do Renascimento italiano; a produção de mapas portugueses nos séculos XVI e XVII teria sido influenciada pela política portuguesa de

¹⁵ MEES, Luiz Alexandre Lellis. **As Representações do Novo Mundo na Cartografia Portuguesa do século XVI**. 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002, p. 02.

¹⁶ FERREZ, Gilberto. **Iconografia do Rio de Janeiro, 1530-1890: catálogo analítico**. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2002, p.18.

¹⁷ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, v. 2 p.48.

¹⁸ ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Op. cit.*, p. 441.

nada se divulgar sobre suas colônias, caracterizando um tipo de representação peculiar da terra brasileira.

A pesquisa baseia-se em obras cartográficas que se encontram disponíveis nas seguintes formas: em originais, em fac-símiles e em reproduções impressas em publicações. A principal obra consultada foi a *Portugaliae Monumenta Cartographica* de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, onde se encontra catalogada toda a produção, até então encontrada, da cartografia portuguesa do século XV ao XVII. Os exemplares selecionados são estudados através de uma abordagem antropológica da arte, isto é, na ênfase dada aos aspectos interpretativos, recomendados por Clifford Geertz¹⁹ e no método comparativo que propiciará o estabelecimento de diferenciações entre o material comprovadamente português e o pertencente a outras correntes culturais.²⁰

A primeira parte da dissertação tem o objetivo de construir uma mentalidade portuguesa dos descobrimentos oceânicos. Mesmo não tratando prioritariamente da cartografia lusa, esta etapa teria grande importância. Afinal, os mapas seriam consequência de uma visão de mundo num dado momento histórico, sendo necessária a sua compreensão. Primeiramente, é realizado um panorama da conquista portuguesa da costa africana, até finalmente ser descoberta a rota para as Índias. São observadas as grandes modificações ocorridas em Portugal em virtude da riqueza trazida de além-mar. Além dos fatores políticos e econômicos da expansão lusa, são analisados os de ordem espiritual, que teriam grande importância neste processo. É abordada, portanto, a introdução e a disseminação do mito de uma Terceira Idade no país, um intenso movimento religioso antiislâmico e difusor do cristianismo. Por fim, é estudado o grande desenvolvimento técnico ocorrido com as navegações – incluindo o da cartografia – que mais tarde influenciaria as outras potências européias.

A segunda parte tem o principal objetivo de analisar as cartas portuguesas da terra brasileira. Estas são abordadas baseando-se no raciocínio enunciado por Berta Ribeiro, ou seja, de acordo com os seus aspectos materiais, funcionais, históricos e simbólicos²¹. Há que se destacar que as pranchas com as imagens são inseridas no transcorrer do texto de modo a facilitar a compreensão de sua análise. Entretanto, antes disso, é estudada a construção do

¹⁹ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, *passim*.

²⁰ BARTH, Frederick. **O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000, pp. 107-139.

²¹ RIBEIRO, Berta. Os estudos de cultura material: propósitos e métodos. In: **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Vol. XXX, 1985, pp. 13 - 41. Este raciocínio é adotado para os registros principais do trabalho, ou seja, os mapas lusos da terra brasileira. Os registros secundários, analisados no decorrer do trabalho, adotam uma abordagem mais simplificada.

espaço cartográfico português, tendo como comparação a pintura italiana do século XV. Neste contexto, também é tratada a gênese de uma política de sigilo, adotada pela coroa portuguesa para encobrir os seus descobrimentos, em que o Brasil estaria inserido. Finalmente, esta parte se encerra com a análise de distintas fontes documentais, tais como relatos, textos e imagens com o objetivo de acessar a mentalidade dos portugueses nos primórdios da colonização brasileira.

Conforme foi estabelecido pelo embasamento teórico, no terceiro capítulo são analisadas as fontes cartográficas, além de pinturas e esculturas, realizadas pelas outras potências que tinham interesses no território brasileiro, como os espanhóis, os franceses e os holandeses. Este procedimento tem o objetivo de estabelecer contrastes e recorrências com os mapas lusos.

Nas considerações finais, portanto, é feito um resumo das três partes da dissertação, além de serem destacados os resultados alcançados pelo trabalho.

I

**TERCEIRA IDADE E DESCOBRIMENTOS: CONSTRUINDO A
MENTALIDADE PORTUGUESA DA EXPANSÃO OCEÂNICA**

1.1 Dilatando a Fé e o Império: Portugal e a abertura do mundo

As armas e os Barões assinalados, / Que, da Ocidental praia lusitana, /
 Por mares nunca de antes navegados, / Passaram ainda além da Taprobana, /
 Em perigos e guerras esforçados / Mais do que prometia a força humana, / E
 ante gente remota edificaram / Novo Reino, que tanto sublimaram;¹

O processo dos descobrimentos portugueses durou quase dois séculos e se estendeu pelos sete mares e pelos cinco continentes. Ao tornarem-se hábeis navegadores do desconhecido mar Oceano, ou Tenebroso, os lusos lideraram a emancipação comercial europeia, seguidos de perto por espanhóis e depois por franceses, holandeses e ingleses. O poema épico “Os Lusíadas”, escrito por Luís de Camões (c. 1524 – 1580) na segunda metade do século XVI, descreve a conquista das Índias pelo navegador Vasco da Gama. A sua obra, inspirada nas epopeias clássicas *Ilíada*, *Odisséia* e *Eneida*, exalta principalmente a coragem e a determinação dos portugueses na execução de tão grandes navegações. Afinal, até o início do século XV, os europeus só tinham o conhecimento das rotas mediterrâneas e as navegações atlânticas se limitavam a trajetos costeiros até as ilhas britânicas e a Escandinávia.

Na Idade Média, os mercadores europeus, principalmente os de Veneza, Florença e Gênova, rumavam até a fronteira leste do mar Mediterrâneo, onde se encontravam com as caravanas mercantis vindas da Arábia, das Índias e do Extremo Oriente. Com o fortalecimento dos muçulmanos na região, as mercadorias² passaram a encarecer, dificultando a atividade comercial entre os cristãos. Em princípios do século XV, o pequeno reino de Portugal, então cercado de ameaças, vislumbrou na exploração das águas do mar Oceano a saída para os seus problemas. Para tal empreendimento, contava a seu favor sua geografia, entre o mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico, além da sua estabilidade política, fator raro entre os reinos vizinhos. A dinastia de Avis, iniciada com D. João I (1356 – 1433) em 1383, tinha o apoio da nobreza cristã e da burguesia mercantilista, fator decisivo no processo dos descobrimentos. Em 1415, portanto, ocorre a primeira conquista portuguesa: a cidade de Ceuta, no Marrocos. Foi uma

¹ CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Canto I, 1. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991, p.3.

² Além de drogas medicinais, seda, algodão, madeiras para fazer tintas, açúcar, chá e etc., as principais mercadorias comercializadas eram as especiarias, como a canela, o cravo da Índia, a noz-moscada e o gengibre, e os metais preciosos, como o ouro e a prata. As especiarias conservavam os alimentos, além de temperá-los, disfarçando o sabor por vezes apodrecido dos mesmos. Com o ouro e a prata, os europeus cunhavam moedas, elemento básico para as transações comerciais. Pérolas e pedras preciosas eram empregadas em bens suntuários e segundo a crença da época, trituradas e ingeridas como medicamentos.

reação do rei D. João I às ameaças constantes do reino vizinho de Castela, além de um ataque aos “mouros infiéis” que perderiam o controle do comércio do Norte da África³. Camões assim relata a predestinada capacidade do povo português em vencer seus inimigos:

Já lhe foi (bem o vistes) concedido / Cum poder tão singelo e tão
pequeno, / Tomar ao Mouro forte e guarnecido / Toda a terra que rega o Tejo
ameno / Pois contra o castelhano tão temido / Sempre alcançou favor do céu
sereno; / Assi que sempre, enfim com fama e glória, / Teve os troféus
pendentes da vitória⁴

A cidade de Ceuta recebia ouro do interior africano através de caravanas muçulmanas que atravessavam a cordilheira Atlas e o deserto do Saara. Apesar da dificuldade de se atingir tal região por terra, havia indícios de que as caravanas se abasteciam próximas à foz de um grande rio⁵ que desaguava no oceano Atlântico, ao sul das ilhas Canárias. Com o intuito de encontrar o tal rio, para apoderar-se do tráfico do ouro e atacar os mouros pela retaguarda, o infante D. Henrique (1394 - 1460), terceiro filho de D. João I, enviou diversos navios para explorar as desconhecidas costas ocidentais africanas. Os primeiros resultados dessas expedições foram as descobertas das ilhas de Porto Santo em 1418 e da Madeira em 1419. O infante foi responsável pelo início da colonização dessas ilhas, introduzindo animais domésticos como cavalos e ovelhas, além de estabelecer culturas agrícolas, como a da cana-de-açúcar e a das vinhas. Mais tarde, elas seriam transformadas em capitânicas hereditárias, como também seria feito no Brasil. Essas ilhas, assim como os arquipélagos das Canárias, dos Açores e de Cabo Verde⁶ foram fundamentais para a expansão ibérica, visto que serviam de escala para abastecer e consertar navios que seguiam tanto para a Índia quanto para a América. Luís de Camões assim relata a importância da instalação de pontos de apoio ao longo da África:

E porque, como vistes, tem passados / Na viagem tão ásperos perigos, /
Tantos climas e céus exp’rimentados, / Tanto furor de ventos inimigos, /

³ Importante entreposto comercial, Ceuta (do árabe *Septa*, ou cidade das sete colinas) se encontra em um ponto estratégico, de onde os árabes controlavam a passagem do estreito de Gibraltar. A conquista de Ceuta foi tão importante, que até os dias atuais ela se encontra sob domínio cristão (Espanha).

⁴ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.* Canto I, 25, p.11.

⁵ Este rio, que seria conhecido como rio do Ouro, é atualmente o rio Senegal.

⁶ As ilhas Canárias foram descobertas por navegadores normandos em 1402 e, depois de muitas disputas, se anexaram ao reino de Aragão e Castela em 1479, pelo tratado de Alcáçovas; Açores e Cabo Verde foram descobertos pelos portugueses em 1427 e 1456, respectivamente, e por eles colonizados.

Que sejam, determino, agasalhados / Nesta costa africana como amigos, /
E, tendo guarnecida a lassa frota, / Tornarão a seguir sua longa rota.⁷

A navegação rumo à África meridional tinha como obstáculo a ultrapassagem de um promontório batizado com o nome “Não”. Este era o último ponto conhecido da costa africana, o limite do mundo medieval, ou ainda, o início do mar Tenebroso. Além da crença de que após o Cabo Não o mar fervia, sendo impossível sobreviver às altas temperaturas da zona equatorial, acreditava-se que, ao ultrapassá-lo, seria impossível regressar à Europa por causa dos ventos e das correntes marítimas contrárias. Realmente, após o temido cabo, os ventos e as correntes mudavam de direção. Entretanto, o que retardou o avanço dos lusos por doze longos anos foi um outro cabo, chamado de Bojador. Envolto em nuvens provocadas pelas tempestades de areia do Saara, o cabo é cercado por 25 quilômetros de arrecifes e a profundidade ao seu redor é muito rasa. Somente em 1434, depois de 15 expedições enviadas por D. Henrique, o navegador Gil Eanes finalmente ultrapassa o temido Bojador. A bravura dos lusos é exaltada por Camões:

E disse: - “Ó gente ousada, mais que quantas / No mundo cometeram
grandes cousas: / Tu, que por guerras cruas, tais e tantas, / E por trabalhos vãos
nunca repousas, / Pois os vedados términos quebrantas / E navegar meus longos
mares ousas, / Que eu tanto tempo há já que guardo e tenho, / Nunca arados de
estranho ou próprio lenho.”⁸

A conquista do Bojador simbolizou o início do Périplo Africano: a tentativa de se atingir as Índias margeando sistematicamente o continente negro. Entretanto, no mesmo momento em que a expansão henriquina chegava a um glorioso momento, uma grave crise política e um surto de peste se abateram sobre o reino, culminando na morte prematura do rei D. Duarte I (1391 - 1438), que sucedera D. João I em 1433. Ao assumir o reinado, em 1439, D. Pedro (1392 – 1449) retoma as navegações de exploração. Em 1441, o navegador Nuno Tristão atinge um novo ponto da costa africana, batizado de Cabo Branco, na costa da Mauritània. Ao regressar ao reino, o navegador trouxe consigo dois berberes islamizados, sendo estes os primeiros escravos trazidos da África para Portugal. Um deles, através de intérpretes, forneceu notícias tão positivas a respeito das terras africanas que D. Henrique solicitou ao papa uma autorização que lhe concedesse não apenas o monopólio no comércio com a África, mas também a autorização para guerrear contra os infiéis, ocupar suas terras e escravizá-los. Em 1442, o papa Eugênio IV

⁷ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.* Canto I, 29, p.12.

⁸ Idem. Canto V, 41, p.182.

assinava uma bula que beneficiava D. Henrique, sendo esta renovada em 1452 pelo papa Nicolau V. Estavam fixadas as bases do império escravocrata português.

Em 1443, Nuno Tristão atinge a ilha de Arguim, próxima ao Cabo Branco, onde em 1448 D. Henrique fundaria a primeira feitoria em solo africano. Em 1444, na sua viagem seguinte, Tristão finalmente chega à foz de um grande rio, cercado por altas palmeiras, exatamente de acordo com as informações conseguidas por D. Henrique, ainda na época da tomada de Ceuta. Depois de quase trinta anos de explorações marítimas, era alcançado o rio do Ouro, na costa do Senegal. Mas não era o bastante: no ano seguinte, o navegador Dinis Dias atingiria o Cabo Verde, numa região que, ao contrário da costa desértica até então encontrada, era ricamente coberta de florestas tropicais. Além dessa mudança ambiental, após aquele cabo, o litoral se curvava para a direção oeste. Teria sido a África contornada? As conquistas e a esperança de novas descobertas são, a seguir, narradas por Luís de Camões:

Assi fomos abrindo aqueles mares / Que geração alguma não abriu, / As
novas ilhas vendo, e os novos ares, / Que o generoso Henrique descobriu; / Da
Mauritânia os montes e lugares, / Terra que Anteu num tempo possuiu /
Deixando à mão esquerda, que à direita / Não há certeza doutra, mas suspeita.⁹

Os portugueses, encorajados pelo crescente comércio com os africanos ocidentais, que em troca de trigo, tecidos e cavalos lhes forneciam marfim, pimenta malagueta, ouro e escravos¹⁰, continuaram as navegações de descobrimento tomando a proa do golfo da Guiné. Entretanto, tão logo tiveram acesso direto às zonas de extração de ouro e de tráfico de escravos, acendeu-se a cobiça estrangeira, principalmente a castelhana. De acordo com Sergio Corrêa da Costa, para defender o monopólio comercial português frente a outras potências e também justificar de que este não se tratava de pura ganância, ou seja, da extração do ouro pelo ouro, foi usado um argumento de que seria preciso impedir que a riqueza continuasse nas mãos dos “mouros infiéis”. Para tal afirmativa, o autor se baseia no texto do cronista João de Barros intitulado “Primeira década” (c.1549), onde é argumentado que pelas feitorias costeiras lusitanas, “*a terra da Guiné era sangrada do ouro que em si continha (...) com que não iria ter às mãos dos mouros, os quais*

⁹ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.* Canto V, 4, p.170.

¹⁰ O ouro trazido da região da Guiné reativou a produção de moedas na Europa. As novas moedas cunhadas na Inglaterra foram, inclusive, chamadas de guinéus. Os portugueses também reaqueceram o tráfico de escravos na Europa, que havia diminuído desde a Antiguidade, inaugurando um novo ciclo escravocrata, desta vez o maior da história da humanidade. Isto só foi possível porque, de acordo com Sérgio Corrêa da Costa (2002, p.91), ao contrário das etnias índias que nunca traficaram seus iguais, esta prática se generalizou no continente africano.

vinham buscar por tantos desertos em cáfilas de camelos”¹¹. Luís de Camões também deixa clara a necessidade de reprimir a cobiça de quem não teria merecimento em possuir riquezas.

E ponde na cobiça um freio duro / E na ambição também, que indignamente / Tomais mil vezes, e no torpe e escuro / Vício da tirania, infame e urgente; / Porque essas honras vãs, esse ouro puro / Verdadeiro valor não dão à gente; / Melhor é merecê-los sem os ter, / Que possuí-los sem os merecer.¹²

A morte de D. Henrique, em 1460, significou uma breve interrupção nas navegações, que até aquela época tinham atingido a região de Serra Leoa. Isto porque, naquele tempo, o rei D. Afonso V havia concentrado suas atenções em conquistas na África árabe, o *Magreb*. Entretanto, D. Henrique já havia lançado as bases da exploração sistemática da costa africana, sendo cada conquista um estímulo para se avançar ainda mais. Em 1469, portanto, o rei concede ao mercador lisboeta Fernão Gomes o direito de fazer comércio com a África, tendo a incumbência de prosseguir a exploração do seu litoral ocidental. Baseados na experiência e nas técnicas desenvolvidas pelas navegações henriquinas, os navegadores de Gomes percorreram em apenas seis anos uma extensão maior do que a percorrida nas três décadas anteriores. Em 1471, os navegantes de Fernão Gomes atingem a região de Gana, no Golfo da Guiné, local onde dez anos depois seria construída a fortaleza de São Jorge da Mina¹³. Em 1473, o navegador Lopo Gonçalves cruza a linha do Equador: mais uma barreira mítica seria derrubada, pois seus navios não explodiram em chamas, como se acreditava, e descobriu-se também que as terras abaixo da linha equatorial eram perfeitamente habitáveis. Arthur Cézár Ferreira Reis considera que, baseado em estudos de diversos historiadores portugueses, como os de Jaime Cortesão, pode-se concluir que existiu uma verdadeira preparação para as navegações oceânicas portuguesas.

A preparação de Portugal era real. Sua grei tinha consciência da operação em que se lançava. Sua burguesia e seus homens de governo sabiam o que constituía e não lhe ignorava os efeitos. E tanto assim que, se não houve um plano de Estado, houve uma decisão continuada e só encerrada depois de alcançado o extremo Oriente e fundado o império que representava a Europa¹⁴.

¹¹ COSTA, Sergio Corrêa da *apud* BARROS, João de. **Brasil, segredo de Estado**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 92.

¹² CAMÕES, Luís de. *Op.cit.* Canto IX, 93, p.340.

¹³ Conhecido como Castelo da Mina, era uma ampla feitoria fortificada, construída logo no primeiro ano de reinado de D. João II. O castelo tornar-se ia o maior entreposto de escravos do seu tempo, além de poderosa base naval que permitia defender os interesses lusitanos monopolistas na África.

¹⁴ REIS, Arthur Cézár Ferreira. A era dos descobrimentos. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 287, p.15, 1970.

Em 1481, D. João II (1455 - 1495) torna-se o novo rei português, tendo por principal objetivo contornar a África e finalmente chegar às Índias. Para tal, envia em 1482 e 1485 o navegador Diogo Cão, que consegue atingir o Cabo Cross na Namíbia, região sul do continente. Um pouco mais tarde, em 1488, o navegador Bartolomeu Dias atinge o extremo sul da África, contornando o cabo das Tormentas. O temido cabo seria novamente batizado com o nome de Boa Esperança, como um prenúncio dos acontecimentos que estavam por vir. Entretanto, foi somente com o rei D.Manuel I (1469 - 1521), que a esperança se tornaria realidade. Em 1497, foi enviada mais uma frota para o Oriente, seguindo a rota descoberta por Bartolomeu Dias e sob o comando de Vasco da Gama. Finalmente, em 1498, era desvendada a rota da Índia circunavegando a África, dando prosseguimento aos objetivos expansionistas traçados ainda no início daquele século. Luís de Camões assim relata a predestinada, porém árdua, conquista de Manoel, o venturoso.

Parece que guardava o claro Céu / A Manuel e seus merecimentos /
Esta empresa tão árdua, que o moveu / A sabidos e ilustres movimentos. /
Manuel, que a Joane sucedeu / No Reino e nos altivos pensamentos. / Logo
como tomou do Reino cargo, / Tomou mais a conquista do mar largo.¹⁵

Em 1500, quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, os descobrimentos lusíadas haviam atingido o seu ápice. Naquela altura, os lusos já haviam estabelecido várias feitorias na costa da África e mais tarde chegariam à China e ao Japão, dominando o comércio no oceano Índico. Não seria por menos que o rei D. Manoel se intitularia Senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. No seu reinado, foram erguidos monumentos de grande importância, nos quais se destacam motivos decorativos náuticos. Este estilo arquitetônico, conhecido como Manoelino, tem por característica o excesso de ornamentos de várias origens e integra elementos do gótico final e do renascimento. Existe uma grande quantidade de construções manoelinas em Portugal, como o Mosteiro dos Jerônimos e a Torre de Belém¹⁶. Entretanto, a cidade de Lisboa também passou por diversas reformas, que alargaram suas medievais ruelas tortuosas. Esta passou a ser a encruzilhada dos interesses e das ambições de

¹⁵ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.* Canto IV, p.151.

¹⁶ O Mosteiro dos Jerônimos é considerado a jóia da arquitetura manoelina. Sua construção iniciou-se em 1501 e foi concluída em aproximadamente um século. A sua localização geográfica, à entrada do porto de Lisboa, fez com que se tornasse um símbolo da epopéia dos descobrimentos. O rei também ordenou a construção de uma nova fortaleza para defender a cidade e a sua barra. Entre 1514 e 1520 foi erguida a Torre de Belém, que ostenta elementos decorativos tipicamente manoelinos: nós, esferas armilares, cruces da Ordem de Cristo e elementos naturalistas, como a cabeça de um rinoceronte.

todo o mundo, para onde se encaminhavam diversos estrangeiros à procura de fama e riquezas, mesmo que subordinados ao controle político português. Havia desde comerciantes italianos e ingleses, astrólogos judeus e árabes, embaixadores indianos e também espiões castelhanos. Nela circulavam em abundância especiarias do Oriente, louças da China, rendas do Ceilão, panos da Pérsia, além de marfim, ouro, pimenta e escravos trazidos aos milhares da África. Mais que isso, havia também o açúcar produzido nos arquipélagos do Atlântico, que deixaria de ser uma especiaria para se transformar num produto de base, com produção suficiente para influir nos preços internacionais¹⁷. Camões assim exalta a capital do reino, fortalecida pelas conquistas ultramarinas portuguesas:

E tu nobre Lisboa, que no mundo / Facilmente das outras és princesa, /
Que edificada foste do facundo (...) Tu, a quem obedece o mar profundo, /
Obedecestes à força portuguesa (...).¹⁸

Jaime Cortesão sustenta que “na história da expansão marítima em geral, as razões de ordem econômica representam o factor permanente, a razão última, a que mais universalmente determina os indivíduos, as classes e os povos”¹⁹. Segundo ele, a expansão marítima dos europeus teria sido quase exclusivamente determinada pela busca dos produtos do Oriente, principalmente as especiarias e os metais preciosos. Para fundamentar a importância das razões econômicas nos movimentos de expansão marítima, Jaime Cortesão recorda que na toponímia das terras descobertas, não existindo uma anterior e local, se aplicaram com frequência as denominações de caráter econômico. Por exemplo, o cabo de Guardafui, descoberto pelos egípcios na extremidade leste da África, chamou-se na Antiguidade de Cabo dos Aromas. Durante a Idade Média, convencionou-se chamar a China de Sérica, o país da seda. Os normandos chamaram de *Markland*, o país da madeira, às terras que descobriram na América. Os portugueses nomearam diferentes regiões da África Ocidental de acordo com os produtos delas extraídos: Rio do Ouro, Costa da Malagueta, Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Por fim, os espanhóis e os lusos deram a regiões que descobriram na América nomes como Terra dos Bacalhaus, *Castilla del oro*, *Golfo de las Perlas*, Brasil e Rio da Prata.²⁰ Camões

¹⁷ COSTA, Sergio Corrêa da. **Brasil, segredo de Estado**. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 117-118.

¹⁸ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.* Canto III, 57, p.100.

¹⁹ CORTESÃO, Jaime. **Os Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Imprensa Nacional, [19--], v. 1, p. 119.

²⁰ Idem, p. 121.

assim descreve o desejo dos lusos de mercadorias, as quais teriam a sua disposição e com muita fartura no Oriente:

E se buscando vás mercadoria, / Que produz o aurífero Levante, /
Canela, cravo, ardente especiaria, / Ou droga salutífera e prestante, / Ou se
queres luzente pedraria, / O rubi fino, o rígido diamante, / Daqui levarás tudo
tão sobejo, / Com que faças o fim a teu desejo.²¹

Entretanto, Jaime Cortesão também afirma não depreciar, muito pelo contrário, os fatores de ordem espiritual na gênese dos Descobrimentos. A seu ver, seria possível que em homens como D. Henrique, por ele caracterizado como de espírito excepcional, tenham atuado conjuntamente razões econômicas, curiosidades de saber e porventura com mais eficácia, razões de ordem espiritual²². De acordo com Marilena Chauí, se não há como negar que interesses econômicos, além de militares e políticos moveram os portugueses a realizar suas viagens ultramarinas, também seria verdade que “*cada empreendimento histórico pede aos seus sujeitos que formulem um ideário que justifique e legitime sua ação para si mesmos e perante seus contemporâneos*”²³. A expansão do comércio com o Oriente, além da busca por metais preciosos, como o ouro e a prata, também teriam sido impulsionados por um intenso movimento religioso antiislâmico e difusor do cristianismo, que para alguns franciscanos e jesuítas significou a construção de novo milênio ou de uma Terceira Idade em uma terra prometida. Além disso, a autora comenta que num mundo onde o comércio marítimo dominava e ao mesmo tempo organizava o mercado e as cortes, era também um mundo onde a cobiça dos reis era alimentada pela esperança de divinização do homem²⁴. Para Sérgio Buarque de Holanda não seria estranha essa contraditória mescla de motivos sagrados e profanos, visto que o ânimo dos navegadores era realmente alimentado por um misto de cobiça com piedosa devoção.

Já sabemos, de fato, como o mesmo precioso metal de que se enfeita a vaidade mundana, não deixava de traduzir para os homens, em termos terrestres, um resplendor quase divino, e que, servindo para adornar altares e dourar templos inteiros, havia no seu brilho como que a sagrada auréola da fé²⁵.

²¹ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.* Canto II, 4, p. 42.

²² CORTESÃO, Jaime. *Op.cit.*, v. 1, pp. 119-120.

²³ CHAUI, Marilena. Profecias e tempos do fim. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 488.

²⁴ Idem, p. 461.

²⁵ HOLANDA. Sérgio Buarque de *apud* CHAUI, Marilena. *Op. cit.*, pp. 460 - 461.

O conceito milenarista da Terceira Idade, entretanto, não significava a expectativa de catástrofes que marcariam o ano mil ou o ano dois mil, e sim, como disse Jean Delumeau, “*da esperança de mil anos de felicidade terrestre, tendo a cifra mil sendo entendida no curso das eras ora estritamente, ora de maneira simbólica*”²⁶.

E vós, ó bem nascida segurança / Da lusitana antiga liberdade, / E não
menos certíssima esperança / Do aumento da pequena Cristandade, / Vós, ó
novo temor da maura lança, / Maravilha fatal da nossa idade, / Dada ao mundo
por Deus, que todo o mande / Pêra do mundo a Deus dar parte grande;²⁷

Luís de Camões não apenas exalta o sentimento de segurança luso, nascido da sua liberdade, ou seja, do evento da reconquista ibérica do domínio mouro, mas também a “certíssima” esperança no aumento da cristandade, uma maravilha que aconteceria naquela idade, que seria a Terceira Idade. Tempo dado por Deus aos portugueses, para que aumentassem o mundo cristão. Segundo Jean Delumeau, a importância deste fenômeno milenarista estaria na busca da civilização ocidental em reencontrar no tempo futuro um paraíso terrestre como uma forma de resgatar o sentimento de segurança em meio a um contexto presente de grandes dificuldades. Esta esperança faria reviver nos europeus sonhos de felicidade para explicar e estimular muito dos seus atos. Segundo Rodrigo Octavio Filho, para que os ideais expansionistas de D. Henrique se realizassem, foi preciso o contato e o acordo entre ciência e crença religiosa, criando uma mentalidade que permitia conjecturas consideradas impossíveis nos dias de hoje. Afinal, como nos diz Arthur César Ferreira Reis, “*A era oceânica (...) teve, e essa é a verdade irreversível, como seu principal criador, o povo de Portugal, para isso empenhado em todos os recursos disponíveis e com uma ousadia quase inacreditável.*”²⁸

Por fim, como nos afirma Jean Delumeau, é preciso “*reconstruir as passarelas, mais importantes do que se pensa comumente, que historicamente ligaram o milenarismo às utopias e ideologias de progresso*”²⁹. Segundo ele, ainda não se sabe o bastante, fora de Portugal, que este país foi atravessado por profundas correntes milenaristas, dentre as quais a da Terceira Idade e sem o conhecimento das mesmas, a história desse país seria incompreensível.

²⁶ DELUMEAU, Jean. Uma travessia do milenarismo ocidental. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.441.

²⁷ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto I, 6, p.5.

²⁸ REIS, Arthur César Ferreira. *Op.cit.*, p.14,

²⁹DELUMEAU, Jean. *Op.cit.*, p. 441.

Pôde-se escrever que, em Portugal, a persistência do messianismo animando a mentalidade de um povo, durante um tempo tão longo e conservando-lhe a mesma expressão, é um fenómeno que, com exceção da raça judia, não tem equivalente na história.³⁰

1.2 A origem da Terceira Idade e a sua difusão em Portugal

O Milenarismo é uma crença que mescla diversas tradições míticas: judaicas, iranianas, helênicas, romanas, celtas e germânicas. Ela consiste basicamente na idéia de que o tempo findará ao término de mil anos de felicidade que antecedem a chegada do Juízo Final. Entretanto, se esta crença é ligada à presença de um Messias, pertence ao universo judaico-cristão. A crença milenarista cristã, portanto, é a convicção de que entre o tempo presente, de desgraças e dificuldades e a eternidade posterior ao Juízo Final, se situará um período intermediário de paz e felicidade na Terra, onde Cristo reinaria sobre ela com os justos ressuscitados. Esta concepção é baseada principalmente no texto do Apocalipse de São João, onde a expressão mil anos surge de maneira explícita. Nesta passagem, João descreve um anjo que desce do céu e acorrenta um Dragão, ou seja, o Mal, pelo período de mil anos. Depois disso, os justos que se recusaram a adorar o Mal, ressuscitaram e reinaram com Cristo durante todo este período. Entretanto, passado o milênio, a Besta volta a se tornar livre, tendo Deus que intervir em uma nova e definitiva batalha contra o Mal, onde então todos seriam ressuscitados, justos ou não, para o Juízo Final.

Os primeiros cristãos parecem ter adotado amplamente o milenarismo, visto que eram intensamente perseguidos. Inspirados pelos textos do Apocalipse, o martírio e a morte seriam seguidos de uma ressurreição e uma nova vida com Cristo, justamente na mesma terra em que antes sofriam. Segundo Jean Delumeau, o Apocalipse não por acaso fora composto por volta do ano 90, época das perseguições de cristãos impostas pelo imperador romano Domiciano (51 - 96). Ainda segundo este autor, é preciso perceber os aspectos materiais e concretos desta crença, o que se explicita nos relatos de São Justino e Lactâncio, como se verá a seguir. Justino nasceu por volta do ano 100 na Palestina e foi martirizado em Roma em c.165. Sobre a Jerusalém milenarista, ele afirmou que:

³⁰ Idem, p. 447.

(...) não se ouvirá mais a voz do gemido nem a voz do lamento; não haverá mais criança nascida prematura, nem velho que não cumpra seu tempo. (...) Construir-se-ão casas e se morará nelas; plantar-se-ão vinhas e se comerão seus produtos.³¹

Em outro relato, Justino revelaria, inclusive, o alcance do milenarismo entre os cristãos:

Quanto a mim e a todos os cristãos de ortodoxia integral, sabemos que uma ressurreição da carne acontecerá durante mil anos na Jerusalém reconstruída, ornamentada e engrandecida, como os profetas Ezequiel, Isaías e outros o afirmam.³²

O escritor Lactânio, (c.260 - c.325) que teve a sua obra influenciada pelo cristianismo, relatou que por mil anos os homens teriam um período de fartura e felicidade:

Depois da ressurreição, o filho de Deus reinará durante mil anos entre os homens e os governará por um governo muito justo.(...) A terra manifestará sua fecundidade e produzirá espontaneamente colheitas abundantes. O mel escorrerá das montanhas. O vinho escorrerá dos riachos. O mundo enfim, estará na alegria, liberto do império do Mal (...).³³

Entretanto, Santo Agostinho (354 - 430) foi responsável por retroceder a crença milenarista das primeiras gerações cristãs, pois se recusou a aceitar a idéia de um futuro que parecia mais carnal do que espiritual. A sua interpretação do Apocalipse era a de que a encarnação de Cristo fez iniciar os mil anos de seu reino na Terra, seguido do Juízo Final e da criação de uma cidade celeste sem, no entanto, passar por um período intermediário. Como consequência, a Igreja Católica acabou por adotar oficialmente a interpretação de Santo Agostinho, através do Concílio de Éfeso, do ano de 431. O milenarismo passaria, então, à condição de heresia judaizante, pois se tornava uma ameaça ao poder constituído da Igreja. Suas características mais perigosas seriam o caráter público e coletivo do milênio, dirigidos à salvação de todo o povo no tempo presente e no plano terreno. Além disso, a crença se referia ao espírito e ao corpo simultaneamente. A partir do Concílio, *“a esperança, codificada pela ortodoxia, torna-se virtude (como a fé e a caridade), desliga-se do messianismo profético, afasta-se das ações que*

³¹ Idem, p. 443.

³² Idem, ibidem.

³³ Idem, pp. 443 - 444.

deveriam engendrar mudanças na vida presente, esvazia-se de conteúdo político e desloca-se para o futuro celeste e individual.”³⁴

Mais tarde, entre os séculos XII e XIII, a grande corrupção da Igreja e sua flagrante perda dos valores cristãos essenciais, como o voto de pobreza, a igualdade entre os homens e o amor ao próximo, gera intensos conflitos contra a instituição eclesiástica. Influenciado pelas crises religiosas e sociopolíticas, o monge calabrês Joaquim de Fiori, (1136 - 1202) trouxe novamente à tona o milenarismo, rompendo com a interpretação agostiniana da Igreja Oficial e retornando aos ideais dos primeiros cristãos. Sem empregar explicitamente a palavra milênio, de Fiori anunciou a vinda de um período de repouso espiritual na Terra, entre o sofrido presente e o Juízo Final, em que a humanidade viveria em uma santa pobreza, piedade e paz. Esta concepção nasceu principalmente da releitura das Sagradas Escrituras, como os textos do Apocalipse de São João, o livro das Revelações de Daniel, as profecias de Isaías, além de textos proféticos denominados de sibilinas cristãs³⁵.

A sua obra também sofreu profundas influências de outras culturas não cristãs, cabendo ressaltar a astrologia árabe e a *Kabalah* judaica. A astrologia árabe, que estudava o movimento dos astros e de suas causas, tinha o objetivo de prever eventos futuros. Por meio de instrumentos como o astrolábio, que determinava a posição dos astros, eram confeccionadas tábuas astronômicas e horóscopos, sendo difícil, até o século XVI, a diferenciação entre astronomia e astrologia.³⁶ A astrologia permitiria que os cristãos interpretassem os sinais oferecidos pelas Sagradas Escrituras, principalmente nos textos de Ezequiel e João, visto que para os árabes, Deus fala aos homens por dois meios: através da palavra profética e pelo movimento dos astros. A Cabala, do hebraico *Kabalah*, é uma antiga expressão do misticismo judaico, que se desenvolveu muito em fins da Idade Média. Ela cultivava uma numerologia baseada na característica de que, em hebraico, os números correspondem a letras. Portanto, certas palavras significativas são expressas em números, que conseqüentemente tornam-se significativos também. Como exemplo, a palavra

³⁴ CHAUI, Marilena. *Op.cit.*, p. 482

³⁵ As sibilinas cristãs foram textos proféticos que anunciavam a vinda de um rei cristão que se instalaria em Jerusalém, trazendo paz à Terra e convertendo toda a humanidade ao cristianismo. No fim do seu reinado, o Anticristo se vingaria ocasionando o fim do mundo. Esses textos circularam por toda a Idade Média, chegando a ser impressos no século XV.

³⁶ MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **A astronomia na época dos descobrimentos:** a importância de árabes e judeus nos descobrimentos. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000, p. 289.

hai, que significa vida, corresponde ao número dezoito e é por isso que este número representa bom augúrio.³⁷

A grande preocupação de Joaquim de Fiori seria como unir o conceito de tempo, que é dinâmico e mutante, com a fé, que é estável e eterna. Para tal, considerou que as três pessoas da Santíssima Trindade seriam a estrutura do mundo e do tempo. De acordo com Marilena Chauí:

Joaquim de Fiori não é o primeiro nem será o último teólogo a formular uma concepção milenarista, mas é, sem dúvida, o mais elaborado, o mais completo e o que deixou as marcas mais profundas na tradição cristã e na visão ternária da História, desenvolvida pelo ocidente europeu.³⁸

É sob os mistérios da Trindade que Joaquim de Fiori representa as três idades do mundo, ou seja, o *status mundi*. Moacyr Scliar sustenta que a numerologia judaica deu um novo e adicional significado ao cristianismo. A Trindade é santa por causa do Pai, do Filho e do Espírito Santo, mas também por causa do número três. Da mesma forma, os quatro evangelhos são importantes por serem narrativas sagradas, mas também porque são quatro³⁹.

Portanto, a primeira idade, ou período do Pai, é o tempo “antes da graça” em que os homens viviam segundo a carne e predominavam os laicos submetidos à Lei de Moisés, ou seja, o Velho Testamento. A segunda idade, ou o período do Filho, é o “tempo da graça”, no qual os homens vivem entre o espírito e a carne sob a luz do Novo Testamento. É também a época em que predominam os clérigos na instituição eclesiástica. A Terceira Idade, ou o tempo de “uma graça maior”, é o do Espírito Santo, o período do Amor e dos homens espirituais, onde predominará o espírito e o intelecto, caracterizado pelo Evangelho do Espírito Santo. Também denominado de Evangelho Eterno, significa um conhecimento espiritual superior aos dos dois Testamentos, fundamento de uma nova ordem monástica a *ordo monachorum* e a *ordo iustorum* que tomaria o lugar da Igreja carnal e hierarquizada predominante do seu tempo⁴⁰.

Portanto, Joaquim de Fiori não apenas prega uma ruptura que transcende o período do Filho, mas também acrescenta um significado histórico ao Espírito Santo. É o tempo em que o clero secular, composto pelos arcebispos e bispos, seria sucedido pelos contemplativos: a Igreja

³⁷ SCLIAR, Moacyr. **Saturno nos Trópicos**: a melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2003. pp. 20-21.

³⁸ CHAUI, Marilena. *Op.cit.*, p. 484.

³⁹ SCLIAR, Moacyr. *Op.cit.*, pp.21.

⁴⁰ FALBEL, Nachman. São Bento e a *ordo monachorum* de Joaquim de Fiore (1136-1202) In: **Revista USP**. São Paulo, n.30, 1994, p. 274.

dos monges. Seria o período em que “os últimos seriam os primeiros” e se inauguraria a humanidade do futuro, onde o tempo dos velhos e dos adultos seria seguido pelo das crianças. Daí o caráter profético-histórico da sua teologia: um golpe na instituição eclesiástica, que se concretizou com a criação de duas ordens religiosas por ele recomendadas. As novas ordens colocariam em prática o novo tempo em que a fé cristã se alargaria por todo o planeta e por toda a Humanidade: a Idade do Espírito Santo. Como se observa no trecho da sua obra intitulada *Exposito in Apocalypsim*:

Haverá (...) uma ordem de eremitas imitando a vida dos anjos. Sua vida será como um fogo ardente em amor e zelo de Deus para consumir e extinguir a má vida dos homens maus para que não abusem da paciência de Deus. Penso que, nesse tempo, a vida dos monges será como chuva regando a face da terra em toda perfeição e justiça do amor fraterno.⁴¹

Portanto, a primeira ordem seria a dos contemplativos, que de acordo com os franciscanos é a sua própria. Apaixonada pela pobreza, foi criada no ano de 1209 por São Francisco de Assis (c.1182 - 1226), tornando-se grande difusora das idéias joaquimitas. A segunda ordem, de acordo com outro trecho da obra *Exposito in Apocalypsim*:

(...) significando uma ordem de homens justos aos quais será dado imitar perfeitamente a vida do Filho do Homem (...) e ter uma língua instruída pregando o Evangelho do Reino e colhendo a colheita final do celeiro do Senhor. (...) Uma ordem se levantará que parecerá nova, mas não é. Vestidas em vestes negras e com um cinto por cima, aumentará e sua fama se espalhará por toda a parte (...) pregará a fé e a defenderá até a consumação do mundo.⁴²

A descrição da segunda ordem, a dos ativos, que se espalharia por toda a parte pregando a fé, influenciou Santo Inácio de Loyola (1491 - 1556) a fundar a Companhia de Jesus, que foi aprovada pelo papa no ano de 1540. Portanto, as diferenças entre as ordens seriam as seguintes:

A primeira ordem será a mais suave e agradável para recolher a colheita dos eleitos de Deus, mas a segunda (ordem) será como um fogo de amor no zelo de Deus e será mais corajosa e belicosa para colher a safra do mal no espírito de Elias.⁴³

⁴¹ DE FIORI, Joaquim *apud* CHAUI, Marilena. *Op.cit.*, p. 487.

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ Idem, *ibidem*.

A concepção monástica defendida por Joaquim de Fiori também rompia com o ideal de reclusão e de imobilidade dos mosteiros que predominava até o século XIII. Neles, predominava a crença de que a Terra seria apenas um lugar de passagem e de purificação, onde a inércia e a abstenção de bens terrenos aproximavam os monges à perfeição de Deus. Essas comunidades religiosas, reclusas ao claustro e à cela, seriam influenciadas pelo regime feudal, de economia agrícola e estática, em que nasceram. Entretanto, as ordens mendicantes, como a de São Francisco, eram constituídas de pregadores, missionários e viajantes e se propunham a viver fora do claustro para disseminar o cristianismo entre o povo e os infiéis. Seus conventos se localizavam, em geral, nas portas das cidades, onde os monges pregavam e confessavam, exercendo forte influência sobre os cidadãos⁴⁴. Estas novas ordens correspondiam, portanto, a um novo regime sócio-econômico, de alargamento do comércio e da vida urbana. Regime este, com origem entre os séculos X e XI, era impulsionado pelas ambições da burguesia e por reivindicações igualitárias do povo do pré-Renascimento, descontentes com a impotência política dos Estados cristãos, a desordem moral em que caíram as sociedades feudais e as ameaças de outros povos, como a dos muçulmanos.

De acordo com Jaime Cortesão, não somente os franciscanos, mas também os jesuítas, “(...) mostraram um espírito liberal de grande compreensão e tolerância, mas criaram ainda os símbolos, as devoções e os ritos duma religião para o povo (...)”⁴⁵. Por exemplo, a seu ver, o que verdadeiramente caracterizou a Baixa Idade Média em Portugal, do ponto de vista religioso, foi o advento da Ordem de São Francisco e com ela um conjunto de novos valores sociais, morais e espirituais que veio a chamar-se franciscanismo.⁴⁶ Valores estes, baseados na chamada “heresia dos irmãos espirituais”⁴⁷ que alcançariam fulminante expansão neste país desde o século XIII. Ao contrário dos chamados irmãos conventuais ou solenes, que se recolhiam ao claustro, os irmãos espirituais negavam a autoridade do papa, se aliavam aos príncipes laicos nas lutas pelo poder civil e seu misticismo foi “a forma própria que o franciscanismo tomou em Portugal, na época que precede, prepara e explica a empresa dos grandes Descobrimentos”⁴⁸.

⁴⁴ AUTRAND, Françoise. Uma sociedade em plena mutação. In: **Revista História Viva**, p.37, n. 5, março, 2004.

⁴⁵ CORTESÃO, Jaime. *Op.cit.* v.1, p.71.

⁴⁶ *Idem*, p.170.

⁴⁷ Os irmãos espirituais pregavam a estreita observância às regras de São Francisco, particularmente o voto de pobreza e sob influência direta de Joaquim de Fiori, defendiam o conceito (herético) ternário da História e o culto ao Espírito Santo.

⁴⁸ CORTESÃO, Jaime. *Op.cit.* v.1, p.87.

Baseado em relatos de vários cronistas portugueses, Jaime Cortesão afirma que foi fundada, em inícios do século XIV, pelo rei D.Dinis (1279 - 1325) e a pela rainha Isabel de Aragão (1274 - 1336) certa festa de Império do Espírito Santo, no convento franciscano de Alenquer, Portugal. A principal cerimônia deste culto, celebrada durante a semana de Pentecostes, consistia na coroação de três pessoas, geralmente homens do povo pertencentes à irmandade do Espírito Santo. Um deles receberia a coroa de imperador e as outras duas coroas de reis. O imperador empunhava uma vara como símbolo de mando e era acompanhado por três pagens e ainda duas damas de honra. Para as duas moças que se faziam de damas de honra, dava-se um dote nupcial e as festas terminavam com distribuição de alimentos aos pobres. Tanto em Alenquer como em outros lugarejos portugueses, esta cerimônia de coroação do Imperador era, a princípio, feita por um franciscano vestido de sacerdote. Cabe ressaltar que todas as classes sociais participavam deste culto e que este se tornou, desde o reinado de D.Dinis, entre 1279 e 1325, uma das principais devoções da realeza.

A cerimônia da coroação significava a negação da autoridade do Papa e a proclamação da supremacia do poder civil sobre a Igreja. Este culto, essencialmente heterodoxo, constituiria o prólogo religioso e ao mesmo tempo laico dos Descobrimentos; pois o descobrimento de uma verdade implica na negação de um dogma, numa heresia. Neste caso, heresia contra a ciência da Antigüidade, que considerava o mar Oceano inavegável e a zona equatorial inabitável. Heresia contra o espírito de confinamento das ordens anteriores a S. Francisco e contra a crença de que a Terra seria apenas um lugar de sofrimento. Portanto, fé na bondade da vida terrena e na Natureza, identificando-se com o espírito divino e criador e que descobrir o mundo seria criá-lo pela segunda vez⁴⁹.

Durante o reinado de D.Dinis, importantes realizações foram tomadas com o intuito de iniciar-se a exploração marítima portuguesa. O rei cria a Marinha Nacional de Portugal⁵⁰, consolida a centralização do poder régio, procura limitar os privilégios territoriais da Igreja, funda, em 1290, a Universidade de Lisboa e concede benefícios corporativos a professores e estudantes⁵¹. Segundo Françoise Autrand:

⁴⁹ Idem, pp. 174 - 177.

⁵⁰ Em 1317, o rei D.Dinis contrata o genovês Manoel Peçanha para o cargo de almirante-mor do reino, propiciando a reforma da marinha de guerra portuguesa, ainda no primeiro quartel do século XIV.

⁵¹ MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Op.cit.*, p. 191.

A verdadeira mutação dos séculos XIV e XV foi política. A cristandade ocidental se dividiu em Estados nacionais, que eram entidades territoriais, e assistiu ao nascimento do Estado moderno. (...) O clero também conheceu uma evolução significativa. Havia de um lado, o clero regular, monges beneditinos e religiosos das ordens mendicantes. Os últimos surgiram no século XIII, no espírito de uma pastoral urbana.⁵²

Além disso, o rei deu guarida aos últimos cavaleiros templários que, após grandes perseguições, fugiram da França. Fundada em Jerusalém por franceses, no ano de 1116, a Ordem dos Cavaleiros do Templo tinha como missão defender os peregrinos cristãos que se dirigiam à Terra Santa. Entretanto, acabou por tornar-se uma poderosa sociedade secreta, com rituais de iniciação, hierarquia rígida, um exército de guerreiros e, principalmente, dinheiro e terras tirados dos árabes. Em 1307, com o intuito de destruir os templários, o rei francês Filipe IV (1268 - 1314), que era credor da Ordem, aliou-se ao papa Clemente V (?-1314), que havia deixado Roma para fixar residência na cidade francesa de Avignon. Finalmente, em 1314, depois de muitas perseguições, a Ordem foi extinta, tendo os seus bens confiscados. Em Portugal, D.Dinis resiste às imposições do papa e cria, em 1317, uma outra sociedade, mantendo a estrutura (e o tesouro secreto) dos templários: a Ordem dos Cavaleiros de Cristo. A nova ordem também manteve o seu símbolo, a cruz de copta, que seria usada nas velas dos navios lusos. Com isto, D.Dinis perpetuaria em Portugal o espírito de cruzada antiislâmica, um dos instrumentos mais eficazes para a empresa dos Descobrimentos.

Porém, os conflitos de poder deflagrados entre D.Dinis e o Papa, ou melhor, entre a instituição monárquica e a eclesiástica, anos mais tarde seriam contornados, visto que “*a concessão de bulas obedeceu sempre não a uma política dos papas, mas aos pedidos dos monarcas e estes (...) visavam, é certo, uma política de expansão da Cristandade, mas com a reserva da sua própria soberania.*”⁵³ Ao mesmo tempo, a Igreja, que antes condenava o culto do Espírito Santo, por considerá-lo heresia, esforçou-se para dar caráter oficial a essa manifestação, sendo suas características “*progressivamente reconhecidas pela Igreja, que tem procurado sempre, com inteligência, adaptar-se às grandes transformações sociais e culturais da humanidade*”⁵⁴. Afinal, a partir do reinado de D. Dinis, o culto do Espírito Santo tomou cada vez

⁵² AUTRAND, Françoise. *Op.cit.*, p. 37.

⁵³ CORTESÃO, Jaime. *Op.cit.*, v.1, p. 242.

⁵⁴ Idem, p.177.

maior vulto em Portugal, se espalhando ainda, nos séculos XV e XVI, para a África portuguesa, para a Índia e ainda para os arquipélagos dos Açores e da Madeira⁵⁵, de onde mais tarde, principalmente por meio dos açorianos, o culto chegaria ao Brasil⁵⁶. Jaime Cortesão ratifica que:

Por outras palavras: o auge do culto do Espírito Santo coincide no país com o período mais intenso da expansão portuguesa no planeta. Não nos afigura excessivo, por conseqüência, crer que a cerimônia da coroação do Imperador tenha significado aos olhos de muitos portugueses, e quando menos daqueles, frades ou leigos iniciados na doutrina dos espirituais, a investidura simbólica da nação pelo Espírito Santo – espécie de Pentecostes nacional, na missão de propagar a fé a todo o mundo.⁵⁷

Há, portanto, que se distinguir entre a religiosidade seguida pela corte e pelo povo. Na primeira, deu-se uma evolução que aproximou seus ritos aos da Igreja Romana, resultado da necessidade de um contato íntimo com a mais alta hierarquia eclesiástica. Como exemplo, o sentido de cruzada para a corte assumiria um aspecto muito mais político que messiânico e mais aristocrático que popular, fruto do entrelaçamento dos interesses do rei, dos cavaleiros e da própria Igreja. Com isso, admitir-se-iam a pilhagem de riquezas, o confisco de terras e a escravização dos inimigos de Cristo. O Papa tornar-se-ia um árbitro supremo nos conflitos de soberania sobre as terras descobertas e a descobrir. Por outro lado, livre das influências e das necessidades políticas, o povo continuou a seguir a sua crença, mais fiel para com a doutrina dos espirituais, tendo a Igreja que, aos poucos, ir se adaptando a ela. Entretanto, ambas as correntes religiosas professavam um catolicismo de tendência franciscana e de profundo caráter nacionalista.

Em fins do século XIV, Portugal correu sérios riscos de ser anexado ao reino de Castela. Ao falecer, o rei português D.Fernando (1345 - 1383) não deixava herdeiros e, além disso, a sua filha havia se casado com o rei castelhano. Entretanto, o povo, especialmente os mercadores das

⁵⁵ Jaime Cortesão (19--., p. 176) acrescenta que desde os primórdios da colonização dos Açores, em meados do século XV, o culto do Espírito Santo, na sua forma imperial, se manteria ali com a força de uma crença quase exclusiva, não existindo cidade, vila ou até mesmo rua sem o seu próprio Império. O mesmo aconteceria, de maneira atenuada, na Madeira, concluindo-se que o povo português que iniciou a colonização daqueles arquipélagos pertencia ao que o historiador chamou de “época de Pentecostes”.

⁵⁶ É possível ainda verificar a influência deste culto num dos hinos mais importantes dos católicos carismáticos, em pleno século XXI: “*Eu navegarei no oceano do Espírito / e ali adorarei ao Deus do meu amor (bis) / Espírito, Espírito, que desce como fogo / vem como em Pentecostes e enche-me de novo (bis) / Eu adorarei ao Deus da minha vida / que me compreendeu sem nenhuma explicação (bis) / Eu servirei ao meu Deus fiel, ao meu libertador, aquele que venceu.*” Cf.: CD Agnus Dei didática 89. LP Vem louvar V.

⁵⁷ CORTESÃO, Jaime. *Op.cit.*, v. 1, p.174.

idades do Porto e de Lisboa, se uniu para aclamar como rei D.João, filho bastardo do finado rei D. Pedro I (1320 -1367), pai de D.Fernando. Com ajuda vinda da Inglaterra e amplo apoio popular, D.João derrotou o exército de Castela, alcançando vitória na batalha de Aljubarrota, no ano de 1385.

(...) Tal Joane, com outros escolhidos / Dos seus, correndo acode à primeira ala: / — “Ó fortes companheiros, ó subidos / Cavaleiros, a quem nenhum se iguala, / Defendei vossas terras, que a esperança / Da liberdade está na vossa lança.”⁵⁸

Das gentes populares, uns aprovam / A guerra com que a pátria se sustinha; / Uns as armas alimpam e renovam / Que a ferrugem da paz gastadas tinha; / Capacetes estofam, peitos provam, / Arma-se cada um como convinha; / Outros fazem vestidos de mil cores, / Com letras e tenções dos seus amores.⁵⁹

Esta batalha ficaria marcada nos conflitos militares, pois foi uma das primeiras vezes que a infantaria, ou arma popular, derrotou a cavalaria, ou arma da nobreza. A batalha ficaria conhecida como “A Padeira”, pois o povo teria utilizado pás para derrubar e vencer os cavaleiros castelhanos⁶⁰. Em 1387, para ratificar a aliança com a Inglaterra, D. João I se casaria com D. Filipa de Lancastre, filha do herdeiro do rei inglês, Edward III. Desta união nasceriam cinco filhos, a chamada “íncrita geração” e dentre eles estaria o infante D. Henrique. A dinastia de Avis, fundada por D. João I, duraria quase duzentos anos e representaria a idade de ouro portuguesa, conseqüência direta do sucesso das navegações ultramarinas. Não seria por menos que Luís de Camões assim demonstra o orgulho de ser lusitano:

Cessem do sábio Grego e do Troiano / As navegações grandes que fizeram; / Cale-se de Alexandre e de Trajano / A fama da vitória que tiveram; / Que eu canto o peito ilustre lusitano, / A quem Neptuno e Marte obedeceram. / Cesse tudo o que a Musa antiga canta, / Que outro valor mais alto se alevanta.⁶¹

⁵⁸ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto IV, 37, p.143.

⁵⁹ Idem, Canto IV, 22, p.138.

⁶⁰ Segundo Rodrigo Octávio Filho (1962, pp. 20-21), “a luta pela independência teve nítido caráter popular, sem embargo a ajuda de alguns nobres. O certo é que foi, principalmente, obra do populacho. Basta lembrar a lendária Brites, forçada e valente padeira de Aljubarrota que dava, com pesada pá de forno, mortal paulada na cabeça de cada castelano que lhe passava pela porta!”.

⁶¹ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto I, 3, p.4.

No século XV, os portugueses, ou os filhos dos portugueses de Aljubarrota, fundiram no mesmo culto a fé religiosa, a exaltação patriótica e o espírito descobridor; este último, principalmente incentivado pelo infante D. Henrique, “*mestre laico, místico de ação, cavaleiro e mercador, que renovou uma ciência – a Geografia – e enriqueceu o tráfico cosmopolita (...)*”⁶². Portanto, no próximo capítulo será abordado o desenvolvimento científico ocorrido em Portugal em virtude de uma nova cruzada, a Henriquina.

1.3 A Terceira Idade em Portugal: novo ímpeto cruzado e desenvolvimento científico.

As Cruzadas foram um movimento de catolicismo militante destinado a reconquistar e colonizar a Terra Santa, com objetivo essencial de combater a influência do islamismo. Com apoio do Papa, esta série de campanhas dominou o cenário da história europeia por três séculos. A primeira cruzada, realizada entre 1096 e 1099, resultou na conquista de Jerusalém. Apesar de perdê-la para o líder muçulmano Saladino (1138 - 1193) em 1187, os cristãos conseguiram se estabelecer ao longo da faixa leste do Mediterrâneo por quase duzentos anos. Seus exércitos recebiam guerreiros vindos da Europa e grandes castelos foram construídos nos territórios conquistados. Entretanto, a perda de Jerusalém e, conseqüentemente, o constante decréscimo das peregrinações à Terra Santa enfraqueceram o poder dos cruzados. Sua última fortaleza, a de São João de Acre, foi conquistada pelos mouros em 1291.

Se o movimento das cruzadas no Levante não trouxe resultados políticos tão duradouros para os cristãos, na Península Ibérica, entretanto, os acontecimentos seriam outros. No século VIII, os mouros, vindos do norte africano, controlaram a quase totalidade da península, excetuando-se o seu extremo norte, região das serras asturianas. Desde o século IX, iniciou-se intensa luta contra os infiéis e com o gradual processo de reconquista dos territórios, formaram-se os reinos cristãos de Astúrias, Oviedo, Leão, Navarra, Aragão e Castela.

Em fins do século XI, o rei de Leão e Castela, Afonso VI (1030 - 1109), criou o condado portugalense entre os rios Minho e Tejo, região da antiga província romana de Lusitânia. Para o seu governo foi nomeado Henrique de Borgonha (1057 - 1114), genro de Afonso VI. Entretanto, a morte de D. Henrique provocou várias instabilidades políticas que culminaram na declaração de independência do reino de Portugal. Para tal, Afonso Henriques (1110 - 1185), seu filho,

⁶² CORTESÃO, Jaime. *Op.cit.*, v. 1, p. 248.

declarou-se rei guerreando não apenas com os invasores árabes, mas também com o reino de Leão e Castela. Sua vitória na batalha de Ourique, em 1139, e o reconhecimento do seu reinado, tanto pelo papa como pelo rei castelhano, deram legitimidade à autonomia lusitana. Estava constituída a dinastia de Borgonha, que governaria o reino por mais de duzentos anos. Um período, entretanto, de constantes disputas com os castelhanos.

Como já foi visto anteriormente, em fins do século XIV, Portugal correu sérios riscos de ser anexado ao reino de Castela e tanto a fundação da dinastia de Avis em 1383, como a tomada de Ceuta, em 1415, foram uma reação dos portugueses aos rivais mouros e castelhanos. Moacyr Scliar nos diz que os lusos eram um povo em busca de afirmação, pois viviam num país pequeno e à sombra de um vizinho poderoso. Portanto, buscaram no comércio ultramarino não apenas uma forma de subsistência, mas também a sua auto-afirmação nacional, um empreendimento que envolvia a cristianização e o comércio⁶³. Em princípios do século XV, Portugal não possuía agricultura suficiente para alimentar o seu povo, recorrendo à importação de cereais. Além disso, o comércio existente era dominado por estrangeiros, fixados principalmente em Lisboa. Apesar do reino exportar azeite e vinho, suas atividades econômicas mais importantes eram a pesca e a exploração do sal. No entanto, a conquista de Ceuta:

(...) foi a chave que nos abriu os portos de África e do Atlântico, que nos levou até aos confins da Terra na descoberta de novas regiões e novas gentes, na expansão do Cristianismo, estendido à África berbere pela transformação da mesquita ceptense em templo da Virgem Maria. É este pensamento que ora avante vai animar a expansão de Portugal e constituir a preocupação do infante descobridor.⁶⁴

O infante D. Henrique foi um dos típicos representantes do velho espírito de Cruzada que novamente impregnou Portugal (e mais tarde, a Espanha). A ele foi concedida a administração da poderosa Ordem dos Cavaleiros de Cristo, criada por D.Dinis no século anterior, que tinha por função combater os infiéis inimigos da cruz, não apenas na África, mas em todo o mundo. Para a invasão de Ceuta, a quase totalidade dos cinquenta mil soldados e trinta mil marinheiros, que juntos somavam vinte por cento da população do reino, estavam cruzados. Isto significou pregar uma grande cruz sobre as suas vestes, que simbolizaria a proteção de Cristo para uma guerra santa. Além disso, em princípios de 1415, o papa Gregório XII (1325 - 1417) promulgaria uma

⁶³ SCLIAR, Moacyr. *Op. cit.*, pp. 145-146.

⁶⁴ PINTO, J. Estevão. **O infante D. Henrique**. Lisboa: Cia. Nacional Editora, 1960, pp. 20-21.

bula concedendo a plena absolvição a todos que morressem naquela batalha. Portugal viveria aquele tempo de maneira acrônica: em pleno século XV, conduzia a sua história pelo ideal da Cruzada, movimento há muito terminado no Ocidente. Entretanto, o retorno deste espírito seria um bom exemplo de como a humanidade pode organizar suas ações partindo de compreensões históricas e culturais preexistentes. O antropólogo Marshall Sahlins, por exemplo, defende uma história antropológica das sociedades que, além de traçar relações entre os eventos e seus personagens, também levaria em conta as suas relações histórico-culturais. A seu ver, a história de uma sociedade poderia ser influenciada por sua cultura: por exemplo, baseados em objetivos práticos, seus fatos passados poderiam ser ordenados culturalmente⁶⁵.

Portanto, como estímulo para efetuar suas conquistas futuras, os portugueses evocavam a independência de seu território em nome de Cristo.

Vós, tenro e novo ramo florescente / De uma árvore de Cristo mais amada / Que nenhuma nascida no Ocidente, / Cesárea ou Cristianíssima chamada / (Vede-o no vosso escudo, que presente / Vos amostra a vitória já passada, / Na qual vos deu por armas e deixou / As que Ele pôra si na Cruz tomou;) ⁶⁶

Ao mesmo tempo, relembavam os gloriosos feitos dos seus antepassados, que derrotaram os invasores de Portugal e consolidaram a sua soberania.

— Como?! Da gente ilustre portuguesa / Não sois vós inda os descendentes / Daqueles que, debaixo da bandeira / Do grande Henriques, feros e valentes, / Vencestes esta gente tão guerreira, / Quando tantas bandeiras, tantas gentes / Puseram em fugida (...).⁶⁷

Com quem foram contínuo sopeados / Estes, de quem o estais agora vós / Por Dinis e seu filho sublimados, / Senão cos vossos fortes pais e avós? (...).⁶⁸

Além disso, Marshall Sahlins nos diz também que o contrário seria verdadeiro: os aspectos culturais de uma sociedade seriam influenciados por seus fatos históricos, ou seja, os

⁶⁵ Como ilustração desta assertiva, Sahlins (1994, p. 79) cita as guerras do povo Maori, da região da Polinésia, Oceania: “*E se a antropologia herdou uma bela coleção de mitos, graças aos problemas práticos das batalhas, é somente porque os maoris pensam o futuro como estando já às suas costas e encontram no maravilhoso passado a medida das demandas feitas às suas existências atuais*”.

⁶⁶ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto I, 7, p.5.

⁶⁷ Idem, Canto IV, 16, p.136.

⁶⁸ Idem, 17, p.136.

seus significados poderiam ser modificados quando postos em prática⁶⁹. Este novo ímpeto cruzado que tomava força em Portugal não tinha por finalidade combater exclusivamente os infiéis, mas sim todos os inimigos do reino, mesmo que estes fossem cristãos. Sob influência do culto do Espírito Santo, de profundo caráter popular e nacionalista, os lusos se lançaram ao Mar Oceano, sob a égide dos infantes de D. João I⁷⁰. O predestinado destino dos portugueses em “aumentar a terra” é assim narrado por Luis de Camões:

Não sofre o peito forte, usado à guerra, / Não ter inimigo já quem faça dano; / E assi, não tendo a quem vencer na terra / Vai cometer as ondas do Oceano / (...).⁷¹

Não consentiu a morte tantos anos / Que de herói tão ditoso se lograsse / Portugal, mas os coros soberanos / Do céu supremo quis que povoasse; / Mas para a defesa dos Lusitanos / Deixou, quem o levou, quem governasse / E aumentasse a terra mais que dantes: / Ínclita geração, altos Infantes.⁷²

De acordo com Duarte Pacheco Pereira (c. 1460 - 1533)⁷³, na sua obra “Esmeraldo de Situ Orbis”, os descobrimentos henriquinos tinham a inspiração do Espírito Santo: “*ho Infante Dom Anrrique (...) o qual alumiado da graça do Spirito Santo e mouido por diunal misterio, com muitas e grandes despesas de sua fazenda e mortes de criados seus naturaes Portugueses mandou descobrir (...)*”⁷⁴. Com o firme propósito de aumentar o poder de Portugal e da Cristandade, o infante não apenas sacrificou os recursos financeiros da Ordem de Cristo, mas

⁶⁹ Sahlins (1994, p. 179) demonstra como as mulheres havaianas, tendo contato (inédito) com os ingleses, não hesitaram em modificar suas tradições culturais, como forma de desafiar o poder masculino estabelecido: “*As mulheres quebravam aqueles tabus rituais que as deixariam confinadas às suas casas para se ocuparem de suas relações amorosas com as tripulações dos navios europeus. Esse tráfico apaixonado logo veio a ser um importante meio de atividade comercial popular com o duplo propósito de driblar os tabus dos sacerdotes e os negócios da chefia*”.

⁷⁰ Segundo Sahlins (1994, p. 174), “*a transformação de uma cultura também é um modo de sua reprodução*”. Por exemplo, os chineses costumavam navegar pela Índia, Indonésia, Pérsia, Arábia e África. Entretanto, no segundo quartel do século XV, interromperam o seu périplo: parece que sua riqueza e paz política os estimularam a permanecer em sua própria terra. Os portugueses, ao contrário, eram pobres e estavam constantemente ameaçados. Dando um novo sentido à Cruzada, tornaram-se hábeis navegadores oceânicos, expandindo o seu Império pelos sete mares e pelos cinco continentes.

⁷¹ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto IV, 48, p. 147.

⁷² Idem, 50, p. 147.

⁷³ Militar português, homem de grande erudição e navegador, é considerado por diversos historiadores o precursor de Cabral no descobrimento do Brasil. Sua principal obra é o livro *Esmeraldo de Situ Orbis* de c. 1507, onde constam dados cosmográficos e de marinha, além de informações sobre os povos, a fauna e a flora, das costas africanas até as Índias. Foi chamado por Luís de Camões de “Aquiles Lusitano”.

⁷⁴ PEREIRA, Duarte Pacheco *apud* CORTESÃO, Jaime. *Op.cit.*, v. 1, p. 246.

também a vida dos vários lusos que, “*atraídos pela brava aventura, viveram sobre mares nunca dantes navegados e terras difíceis de conquistar, as horas trágicas da luta pela vitória da Cruz, na guerra contra os infiéis*”⁷⁵. Camões assim relata esta obstinada batalha travada pelos lusos, em “conquistar o povo imundo”:

A vós, ó geração de Luso, digo, / Que tão pequena parte sois no mundo, / (...) / Vós, a quem não somente algum perigo / Estorva conquistar o povo imundo, / Mas nem cobiça ou pouca obediência / Da madre que nos Céus está em essência;”⁷⁶

Vós, Portugueses, poucos quanto fortes, / Que o fraco poder vosso não pesais; / Vós, que à custa de vossas várias mortes / A lei da vida eterna dilatais: / Assi do Céu deitadas são as sortes / Que vós, por muito poucos que sejais, / Muito façais na santa Cristandade, / Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade!⁷⁷

Além disso, conforme Jaime Cortesão, o próprio D. Henrique ligava implicitamente o culto do Espírito Santo à expansão que patrocinava. Este ordenara que, durante a sua vida e depois de sua morte, se rezasse aos sábados uma missa para Santa Maria e em comemoração ao Espírito Santo, em todas as igrejas que fundara nas localidades de Ceuta, Alcácer, Restelo, Santa Catarina, Madeira, Porto Santo, Açores e Guiné. Estas celebrações deveriam ser realizadas por capelães pagos pela Ordem de Cristo⁷⁸.

Se o Espírito Santo inspirava os portugueses a empreender suas navegações, é também possível observar a sua influência (sob a forma da Santíssima Trindade) nos reis espanhóis. Como exemplo, o navegador genovês Cristóvão Colombo (1451 - 1506) assim inicia uma carta⁷⁹ aos soberanos Fernando II, o católico, (1479 - 1516) e Isabel I, a católica (1474 - 1504)⁸⁰:

Sereníssimos e mui augustos e poderosos soberanos, Rei e Rainha, nossos Monarcas: a Santíssima Trindade moveu Vossas Magestades a esse empreendimento das Índias e por infinita bondade me elegeu seu mensageiro,

⁷⁵ OCTAVIO FILHO, Rodrigo. *Op.cit.*, pp. 12 e 13.

⁷⁶ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto VII, 2, p. 241.

⁷⁷ Idem. Canto VII, 3, p. 242.

⁷⁸ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.*, v. 1, p.246.

⁷⁹ Esta carta foi escrita na sua terceira viagem às Índias, realizada entre 1498 e 1500.

⁸⁰ O casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela, em 1469, favoreceu a união espanhola ocorrida alguns anos depois. Além disso, os reis apoiaram Colombo em seu plano para chegar às Índias. É importante observar a evocação da Santíssima Trindade nesta época, em que os reis espanhóis, ambos denominados de “os católicos”, empreenderam a criação de seu Estado Nacional, a expulsão dos últimos mouros da região de Granada e a sua expansão oceânica.

para o qual vim com a missão de seu real conspecto, movido também como os mais augustos soberanos cristãos, que tanto se empenharam pelo engrandecimento da fé.⁸¹

Em seu testamento, Colombo também se refere à Santíssima Trindade como inspiração para superar os seus temores, dando-lhe a certeza de alcançar sucesso em seu empreendimento das Índias (mesmo que, na verdade, tivesse chegado à América):

Em nome da Santíssima Trindade, que guardei na lembrança e depois me deu a certeza absoluta de que poderia navegar a partir da Espanha até chegar às Índias, atravessando o mar Oceano em sentido ao Poente, (...) para além de uma linha imaginária que mandaram traçar sobre as ilhas de Cabo Verde e os Arquipélagos dos Açores, cem léguas que vão de pólo a pólo; (...).⁸²

De acordo com Marilena Chauí, Colombo foi membro da Ordem Terceira dos Franciscanos e com ela compartilhou a crença de Joaquim de Fiori na Era do Intelecto ou do Espírito, o terceiro e último tempo da Trindade, ou a idade do Espírito Santo: tempo da retomada de Jerusalém pelos Cristãos.⁸³ Em carta aos reis espanhóis, relativa a sua quarta viagem às Índias, realizada entre 1502 e 1504, Colombo escreve:

Jerusalém e Monte Sion não de ser reconstruídos por mãos cristãs. Quem há de ser, é Deus, pela boca do profeta no décimo quarto salmo, quem diz. O abade Joaquim achou que teria que sair da Espanha. (...) Quem se prontificará a fazer isso? Se nosso Senhor me reconduzir à Espanha, eu me comprometo a levá-lo, com o nome de Deus sempre em segurança.⁸⁴

Luis de Camões também faz menção a esta Idade, época de grandes feitos em nome da Cristandade e que garantiriam a vida eterna celestial.

Inclinaí por um pouco a magestade, / Que nesse tenro gesto vos contemplo, / Que já se mostra qual na inteira idade, / Quando subindo ireis ao eterno Templo / (...).⁸⁵

Em vós esperam ver-se renovada / Sua memória e obras valerosas; / Ela vos têm lugar, no fim da idade, / No templo da suprema Eternidade / (...).⁸⁶

⁸¹ COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América**: as quatro viagens e o testamento. Porto Alegre: LP&M, 1998, p.171.

⁸² Idem, p. 206.

⁸³ CHAUI, Marilena. *Op.cit.*, p.457.

⁸⁴ COLOMBO, Cristóvão. *Op.cit.*, p. 202.

⁸⁵ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto I, 9, p. 6.

⁸⁶ Idem, 17, p. 8.

Portanto, como sustenta Gilberto Freyre, é *“impossível negar-se que ao imperialismo econômico da Espanha e Portugal ligou-se, de maneira mais íntima, o religioso, da Igreja”*⁸⁷. Apesar de muitas semelhanças, há que se distinguir, porém, o espírito de Cruzada praticado pelos dois reinos ibéricos no século XV. Jaime Cortesão nos diz que cada povo em cada época tem uma forma peculiar de sentir e de exercer a religião católica. Afinal, *“ninguém ignora que há manifestas diferenças entre o catolicismo dos portugueses e o dos espanhóis e entre este e o dos italianos, por exemplo; que ele varia com a índole de cada povo e até com as tendências políticas de cada época”*⁸⁸. Os reis espanhóis Fernando II e Isabel I não apenas retomaram o processo da Reconquista ibérica, conquistando o reino mouro de Granada, mas também apoiaram o tribunal da Inquisição. Os espanhóis *“teriam maior que os portugueses o senso da ortodoxia católica; mais grave o sentimento de castigo (...)”*⁸⁹. Segundo Paul Johnson, seria surpreendente a frequência com que indivíduos eram queimados na Espanha, não somente sem protestos, mas sob aprovação geral.

Muitos países não admitiam a inquisição, de modo algum. Na Espanha, porém, tornou-se um instrumento de Estado, quase uma instituição nacional, como as touradas – um mistério para os estrangeiros, mas popular entre os nativos.⁹⁰

Os “Reis Católicos” romperam com uma longa política de tolerância, expulsando os muçulmanos do sul da Espanha e levando ao exílio milhares de judeus⁹¹. Como exemplo disto, em 1492, o astrólogo judeu espanhol Abraão Zacuto (c.1450 - 1515) foi expulso da Espanha. Professor de astrologia na Universidade de Salamanca, Zacuto produziu extensa obra científica que teria, inclusive, influenciado o navegador Cristóvão Colombo. Entretanto, ainda em 1492, o rei português D. João II o nomearia astrônomo real, tendo a sua obra desenvolvido a astronomia lusa, tanto em finais dos quatrocentos quanto em inícios dos quinhentos. Ao contrário da política praticada na Espanha, a postura de tolerância religiosa foi a que tinha proporcionado, até então, um grande desenvolvimento científico em Portugal. Em princípios do século XV, o Infante

⁸⁷ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987, p. 242.

⁸⁸ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.*, v. 1, p. 242.

⁸⁹ Idem, p. 193.

⁹⁰ JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p.307.

⁹¹ Este comportamento de intolerância religiosa da corte teria relação com o advento da ordem mendicante dos Dominicanos na Espanha. Sua fundação ocorreu em 1205 por São Domingos, cônego e teólogo de uma família de fidalgos espanhóis. Segundo Jaime Cortesão (19--., p.71), os dominicanos *“genuínos representantes da ortodoxia castelhana, sempre severa e rígida, assumiram desde o começo a defesa ardente do princípio da autoridade e da pureza católica, em cujo nome se deram ao extermínio das heresias e dos hereges; e tornaram-se, também em breve, mentores de príncipes e potentados”*.

D. Henrique havia atraído para o reino uma grande equipe de sábios, especialmente judeus e muçulmanos, que fugiam das perseguições religiosas na Europa. Administrador da Ordem de Cristo e defensor do espírito de Cruzada, o infante, no entanto, tinha como objetivo descobrir a verdade sobre as terras que existiam além das ilhas Canárias e que, até então, não havia ninguém na Cristandade que soubesse. Para tal, criou a Escola de Sagres⁹² como forma de se organizar em bases científicas e metódicas os conhecimentos de navegação, além de exorcizar os medos e os receios do mar. Uma forma heterodoxa, mas não menos fervorosa, de sentir e praticar a religião poderia ser observada no infante.

Nunca trocou D. Henrique o convívio dos livros, nem a meditação com os mestres, por festas e galas da corte. Não se detinha também em filosofias. Preferia o estudo das matemáticas e da astronomia. Era um sonhador objetivo. Amava a caça e assuntos militares. Herdara da mãe, D. Felipa de Lencaster, profunda fé religiosa. Jejuava e usava cilícios. Não se lhe conhece nenhum amor. Dizem que morreu virgem.⁹³

Segundo Jaime Cortesão, “*Portugal formou com os outros países da península hispânica uma região de transição e hibridismo de culturas, onde, como em nenhures, se fundiram as influências da Cristandade com as do Islão*”⁹⁴. Gilberto Freyre nos diz que o ódio dos lusos ao infiel (e ao espanhol) seria um fator psicológico de diferenciação política de Portugal. A seu ver, mesmo com a reconquista cristã, os profundos traços berberes e mouros não foram apagados de sua cultura⁹⁵. Além disso, ao lado do precoce nacionalismo, as lutas de independência favoreceram o cosmopolitismo dos lusos. Para se defenderem, na falta de grandes fronteiras naturais ou físicas, os portugueses se valeram do auxílio de estrangeiros. Isto foi possível graças a sua situação de país largamente marítimo, que recebia desde os tempos mais remotos um grande número de navegantes, pescadores e comerciantes⁹⁶. Exemplo de cosmopolitismo, a Escola de Sagres atraiu pilotos, matemáticos, cartógrafos e astrônomos, das mais diversas procedências. Sérgio Corrêa da Costa considera que o infante D. Henrique impôs-se como um “maestro iluminado” deste empreendimento, recrutando talentos onde estivessem, como o cartógrafo judeu

⁹² Na verdade, foi na localidade de Lagos, próxima a Sagres, que ocorreu este movimento associado à navegação, ainda no primeiro quartel do século XV. Entretanto, não há provas de nenhum espaço físico lá construído.

⁹³ OCTAVIO FILHO, Rodrigo. *Op.cit.*, p. 11.

⁹⁴ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.*, v. 1, p. 159.

⁹⁵ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 242.

⁹⁶ Idem, p.197.

Jácomo de Maiorca (século XV) e experientes navegadores como o veneziano Alvise de Cadamosto (1432 - 1480)⁹⁷.

A arte de navegar mediterrânea fazia parte de um conjunto de soluções perfeitamente funcionais para navegação num mar interior, ou no máximo para contornar a península Ibérica para chegar às ilhas britânicas e à Escandinávia. Quando os portugueses progrediam na direção sul, ao longo da costa do continente africano e se defrontaram com correntes marítimas e ventos contrários, necessitaram viajar por alto mar. Por isso, os pilotos foram forçados a navegar pela observação dos astros⁹⁸ como forma de determinar a posição em que se encontravam. Entretanto, como diz Francisco Contente Domingues, “*o pioneirismo português na criação e no aperfeiçoamento dos processos de navegação decorreu com naturalidade dos aspectos (...) indicados por D. Henrique*”⁹⁹. Segundo Isa Adonias:

A náutica dos descobrimentos foi genuinamente portuguesa. (...) Em torno de tão complicada técnica, souberam os mareantes, cosmógrafos, astrônomos e matemáticos portugueses reunir um cabedal de conhecimentos teóricos e práticos que levaram à criação da marinharia, a arte e a ciência de navegar da época dos descobrimentos.¹⁰⁰

A maioria das invenções lusas consistiu em adaptações de instrumentos já conhecidos, como o astrolábio árabe, que se tornou portátil e ajustado para avaliar a posição do navio em relação ao sol. Com o tempo, o contato entre o astrólogo e o navegador proporcionou a elaboração de obras especificamente destinadas à navegação. Chamadas de regimentos, constituíam uma série de normas astronômicas para serem usadas pelos pilotos na condução das suas embarcações. Como exemplos, pode-se citar o regimento do Sol, o regimento da Estrela Polar e o regimento do Cruzeiro do Sul, chamado de nova estrela por Camões:

Já descoberto tínhamos diante, / Lá no novo hemisfério nova estrela, /
Não vista de outra gente, que, ignorante, / Alguns tempos esteve incerta dela, /

⁹⁷ COSTA, Sérgio Corrêa da. *Op.cit.* pp. 78-80.

⁹⁸ De acordo com Ronaldo Mourão (2000, p. 291), a astronomia náutica é tão antiga quanto a navegação, lembrando que o romano Plínio (23 d.C. - 79) considerava que os fenícios eram os seus criadores. Segundo Francisco Contente Domingues, (1998, p. 211) “*Se portanto a navegação astronômica se vulgarizou pelo decorrer do segundo quartel do século XV, como tudo parece indicar, é evidente que o lapso de tempo que vai decorrer até o ano de 1500 será de constante aperfeiçoamento e sofisticação de procedimentos que eram a princípio de grande simplicidade.*”

⁹⁹ DOMINGUES, Francisco Contente. Arte e técnica das navegações portuguesas. In: NOVAES, Aduato (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.209.

¹⁰⁰ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima do Brasil até 1530. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 287, 1970, p. 96.

Vimos a parte menos rutilante / E, por falta de estrelas, menos bela / Do Pólo
fixo, onde inda não se sabe / Que outra terra comece ou mar acabe.¹⁰¹

A construção naval foi outra área que muito se desenvolveu com o infante. Por exemplo, a caravela moura, embarcação robusta e veloz utilizada no Mediterrâneo, foi aprimorada para a navegação oceânica. Utilizando velas latinas, de formato triangular, podiam navegar contra o vento com mais facilidade e segurança. Com elas, foram descobertas as ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé. Para o navegador veneziano Alvise de Cadamosto¹⁰², “*as caravelas eram os melhores barcos do mundo que nadavam sobre o mar e não havia sítio onde não podiam navegar*”¹⁰³. Para se registrar as novas terras descobertas, contratou-se o cartógrafo judeu Jehuda Cresques, também conhecido como Mestre Jácomo de Maiorca. Segundo Max Justo Guedes, com ele aperfeiçoaram-se os desenhistas portugueses que, pouco a pouco, foram também se transformando em consumados mestres¹⁰⁴.

Portanto, sob a inspiração do Espírito Santo, os portugueses avançaram em suas expedições animados pela fé e ao mesmo tempo pela dúvida. Fé, que em nome de uma nova Cruzada, dirigia os homens rumo ao desconhecido; dúvida, que fez criar a Escola de Sagres e desenvolver o saber náutico e astronômico dos lusos como nunca antes. Tanto a fé quanto a dúvida estariam presentes nas caravelas lusitanas, que árdua e cautelosamente avançaram ao longo da costa africana. Sobre o infante, Fidelino de Figueiredo nos diz que “*a prudência, com suas lentidões, presidiu sempre os seus atos. (...) Quando morreu, apenas havia atingido o paralelo 10º N*”¹⁰⁵. Entretanto, sobre o navegador Cristóvão Colombo, o autor declara que “*sem prudência vagarosa, antes com audácia fulminante, atravessou-se-nos a meio do caminho*”¹⁰⁶. Não seria coincidência, pois, que o radical (ou ortodoxo) plano de Colombo, de se atingir as Índias navegando em direção ao poente, teria sido recusado pelo rei português D. João II; e que, ao contrário, tenha sido acolhido na corte dos “Reis Católicos” espanhóis.

¹⁰¹ Idem, Canto V, 14, p. 173.

¹⁰² Contratado por D. Henrique, juntamente com outros pilotos genoveses, Cadamosto prosseguia com a tradicional aliança entre portugueses e italianos, iniciada com a contratação de Manoel Peçanha para o cargo de almirante-mor do reino, em 1317. Primeiro veneziano a navegar pelas costas africanas, seus relatos de viagem eram muito informativos, descrevendo desde costumes tribais, até a fauna e a flora das regiões visitadas.

¹⁰³ CADAMOSTO, Alvise de *apud* MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Op.cit.*, p. 317.

¹⁰⁴ GUEDES, Max justo. A preservação da memória nacional. In: MICELI, Paulo (Org.). **O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil**. São Paulo, Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 21.

¹⁰⁵ FIGUEIREDO, Fidelino de. **A épica portuguesa no século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, pp. 492-493.

¹⁰⁶ Idem, p.493.

Embora chamado de “O Navegador”, D.Henrique raramente viajou: só cruzou o mar Mediterrâneo para atacar os infiéis no Marrocos. Não ter sido um “homem do mar” é um argumento utilizado por seus críticos para talvez diminuir a importância dos seus feitos. Entretanto, por causa deles:

(...) se deve a maior parte das viagens realizadas por portugueses e estrangeiros nos séculos XV e XVI, porque as embarcações, os instrumentos, o espírito de aventura prolongaram-se no esforço português, esforço titânico de um homem, secundado por dedicados companheiros e sucessores que souberam prosseguir com sacrifício e fortuna as suas iniciativas¹⁰⁷.

No próximo capítulo, o primeiro da Parte II, será estudada a construção do espaço cartográfico português, tendo como comparação a pintura italiana do século XV.

¹⁰⁷ PINTO, J. Estevão. *Op.cit.*, pp. 56-57.

II

A MENTALIDADE PORTUGUESA E A CARTOGRAFIA DA TERRA BRASILEIRA

2.1 A construção de um novo espaço: cartografia portuguesa e pintura italiana no século XV

O Mediterrâneo foi, no Mundo Medieval, a grande via de comunicação, como o fôra antes para os povos da Antigüidade. Berço ribeirinho das civilizações clássicas e plataforma de expansão de suas mercadorias, de seus exércitos e, sobretudo, da sua cultura, constitui-se também no centro da mais brilhante irradiação cartográfica – a cartografia náutica.¹

Na Antigüidade, os povos que navegavam pelo Mar Mediterrâneo redigiam itinerários marítimos conhecidos como périplos os quais utilizavam para orientar-se nas travessias. Neles eram registradas as distâncias entre os portos, os conhecimentos das costas, dos ventos, até das profundidades e da natureza do fundo do mar. O exemplo mais famoso deles, o poema *Ora Marítima*, descreve a costa europeia e deriva de textos fenícios, traduzidos por um grego no século V a.C. Estes textos foram preservados até a Idade Média, quando, por volta do século XII, passaram a ser conhecidos como portulanos.

As representações gráficas dessas instruções náuticas se chamaram cartas-portulano e são exemplo da cartografia medieval. Sem nenhum critério de projeção, essas cartas são consequência da introdução e do desenvolvimento da bússola² na navegação do Mediterrâneo e por isso foram muito úteis para as práticas náuticas. Pelo menos duas importantes escolas cartográficas passaram a elaborá-las: a italiana, com oficinas em Gênova, Veneza, Ancona e Pisa e a catalano-maiorquina, com centros em Barcelona e Maiorca³. A mais antiga carta preservada, conhecida como carta de Pisa (provavelmente de fins do século XIII) já representa a totalidade do Mediterrâneo, parte do litoral atlântico africano e a costa europeia até as Ilhas Britânicas. Esta impressiona pela precisão do seu traçado e pelo detalhamento das curvas do litoral e de suas ilhas.

Apesar de não ser possível comprovar o sítio de origem das cartas-portulano, Isa Adonias nos diz que elas “*devem ter tido uma origem antiga e comum, e que a perfeição observada é fruto de uma longa evolução, a qual não consta pudesse ter sido principiada*”

¹ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op.cit.*, p. 77.

² A bússola é uma invenção chinesa utilizada na região mediterrânea desde o final do século XII. Consistia na junção de uma agulha imantada com a rosa -dos -ventos.

³ Como foi visto na página 38 deste trabalho, para desenvolver os conhecimentos geográficos e cartográficos dos portugueses, o infante D. Henrique contratou o cartógrafo judeu Jehuda Cresques, ou Mestre Jácomo, oriundo da ilha Maiorca. Segundo Ronaldo Rogério Mourão (2000, p. 423), “*No século XIV, um dos mais notáveis centros de elaboração dos portulanos floresceu na ilha de Maiorca, onde se reuniu uma cultura sui generis constituída de elementos árabes, catalães, italianos e judeus, que deu origem à cartografia maiorquina-catalã*”.

pelos genoveses, venezianos ou maiorquinos”⁴. As cartas possuem entre si semelhanças tão marcantes que poderiam sugerir uma idéia de parentesco. Por exemplo, as áreas representadas nas cartas eram quase sempre as mesmas: o mar Mediterrâneo e suas redondezas, geralmente orientadas para a posição norte. Porém, com a progressão dos descobrimentos oceânicos, as cartas-portulano também evoluíram sem perder, no entanto, suas principais características. Segundo Paul Cohen, “*os primeiros mapas a mostrar a América foram estas obras-primas da arte e habilidade da cartografia marítima, desenhadas à mão sobre pergaminho, com cores brilhantes e detalhes em ouro.*”⁵

Para traçar a carta, o cartógrafo geralmente utilizava uma pele bovina ou caprina, de tamanho mais ou menos uniforme, onde desenhava a rosa-dos-ventos. Então, sobre ela colocava a bússola para registrar os rumos magnéticos e as distâncias que separavam os portos. Apesar de não possuir indicações de latitudes ou longitudes, a carta apresentava escalas gráficas em milhas e redes de linhas que partiam das rosas-dos-ventos, lembrando a forma de uma teia de aranha. Tais indicações forneciam os elementos essenciais para se estimar a direção, a posição e a distância percorrida pelo navio.

As costas eram traçadas por semicírculos de vários tamanhos, que se interrompiam na foz dos rios, marcados com uma linha dupla. As ilhas, por vezes desproporcionais ao seu tamanho original, normalmente estavam bem situadas. Os mares interiores eram representados por linhas onduladas; os trechos perigosos à navegação, como os recifes, por pequenas cruces e os bancos de areia por um aglomerado de pontos⁶. As vibrantes cores eram utilizadas, na maioria das vezes, de forma padronizada: o mar Vermelho tinha a cor rubra; a ilha de Rodes, no Mediterrâneo, possuía cor vermelha e uma cruz, símbolo da Ordem dos cavaleiros de São João; a ilha de Lanzarote, no arquipélago das Canárias, adotava a cruz vermelha sobre fundo branco, que eram as armas de Gênova. A toponímia era disposta ao longo das costas, em sentido perpendicular às mesmas, escrita com letras minúsculas na cor preta, vermelha, ou ainda, em ouro.

Cabe ressaltar, de acordo com Isa Adonias, que algumas cartas maiorquinas assinalam importantes cidades interiores, traçados de rios e cadeias montanhosas como os Atlas no norte africano e os Alpes na Europa. Outras também traziam legendas de localidades, com informações adquiridas de autores antigos como o naturalista romano Plínio, o velho (23 – 79) e de viajantes medievais como o veneziano Marco Pólo (1254 – 1324). Além disso, também

⁴ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op. cit.*, p.82.

⁵ COHEN, Paul. Cartas-portulano e outros mapas raros. In: **O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p.31.

⁶ Até os dias atuais, os perigos à navegação são assinalados dessa maneira.

poderiam apresentar miniaturas de reis, animais, escudos, bandeiras, cidades acasteladas, navios, monstros marinhos e etc⁷. Em carta anônima pintada sobre pergaminho é possível observar a profusão decorativa das cartas-portulano, com seus ornatos e brasões (Prancha 1). Entretanto, também se pode verificar com nitidez as costas da Itália, Grécia e o norte da África. No centro da mesma está assinalada a pequena ilha de Rodes, em vermelho com uma cruz, conforme já comentado.

Embora muitas cartas-portulano estejam preservadas em arquivos e bibliotecas do mundo, a maior parte delas perdeu-se em viagens. Ronaldo Rogério Mourão nos diz que:

Como nos navios os portulanos se deterioravam com grande facilidade, em virtude da umidade e do uso, a maior parte desapareceu. Até os dias atuais conservaram-se cerca de 130 portulanos, entre os mapas e atlas dos séculos XIV e XV, imaginando-se que além dos desaparecidos muitos deles foram destruídos.⁸

Por isso, a maioria das cartas que se preservaram até os dias atuais foram produzidas para presentear reis e importantes autoridades como os grandes comerciantes, que as utilizavam para adornar os seus escritórios. Tais cartas, feitas por encomenda e cuidadosamente iluminadas, são chamadas por Alfredo Pinheiro Marques de **cartas para príncipes**⁹. Daí, segundo Isa Adonias,

(...) essa beleza plástica e decorativa que se destaca em muitos exemplares conhecidos. Por isso mesmo, torna-se provável – ou melhor dito, certo – que um bom número de espécimes conservados não seja verdadeiramente representativo da produção cartográfica náutica medieval.¹⁰

Assim como a cartografia náutica do Mediterrâneo só deixa maiores registros a partir do século XIV, os primeiros exemplares da cartografia portuguesa são datados de fins do século XV. Entretanto, a falta de documentos não seria indício de que os lusos não utilizavam nem produziam cartas náuticas: ao contrário, Armando Cortesão sustenta que isto possivelmente já ocorria desde os anos mil e trezentos¹¹. Os primitivos mapas mediterrâneos devem ter sido copiados pelos lusos, que os utilizavam para as viagens mais distantes. Ao mesmo tempo, como diz Max Justo Guedes, surgem nos mapas das principais escolas – oriundos da segunda metade do século XIV – um aumento no conhecimento da costa africana

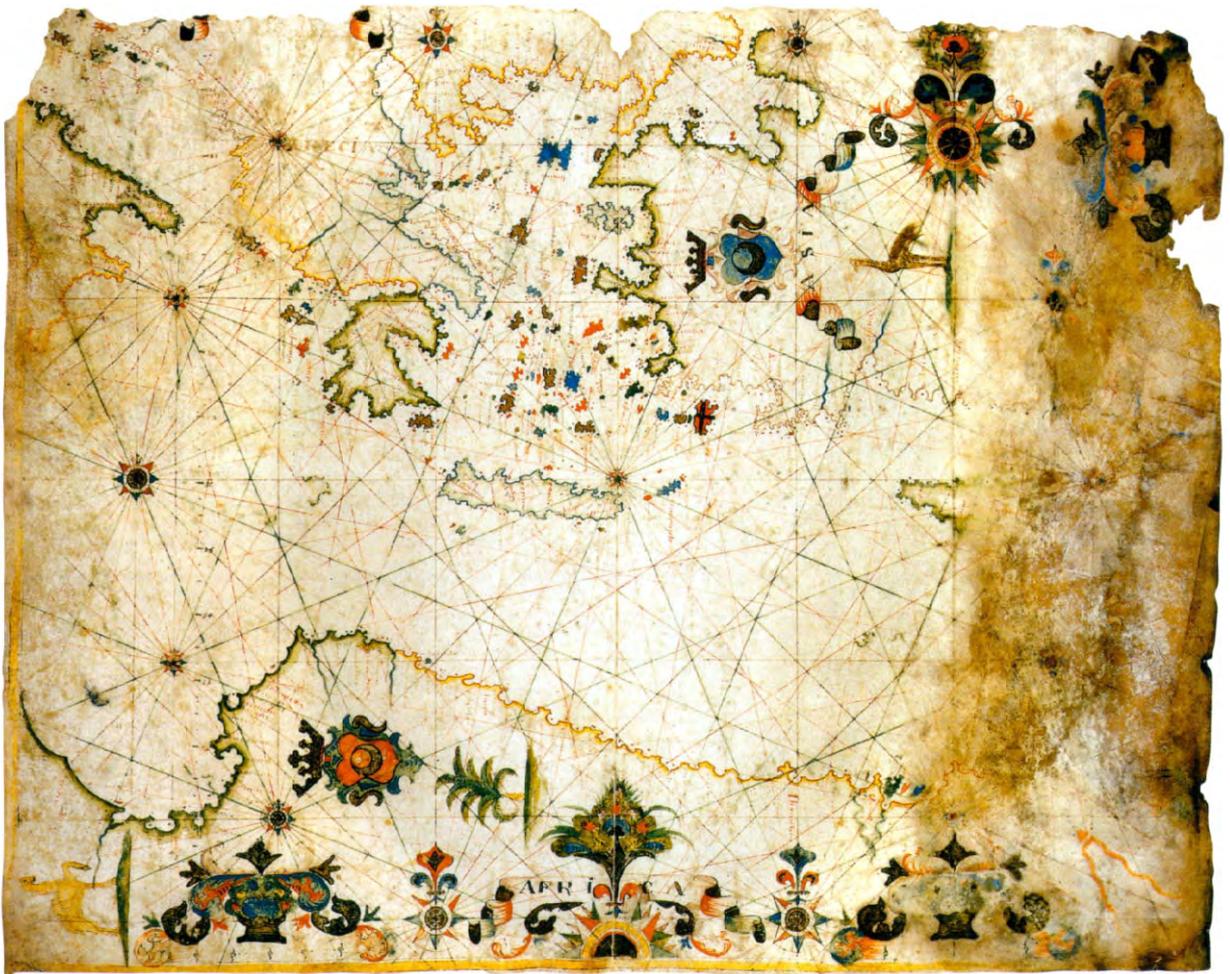
⁷ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op.cit.*, p.81.

⁸ MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Op. cit.*, p. 423.

⁹ MARQUES, Alfredo Pinheiro de. **Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, p. 85.

¹⁰ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op.cit.*, p.80.

¹¹ CORTESÃO, Armando. **História da Cartografia Portuguesa**. Coimbra: Junta de investigações do Ultramar, 1970, v. 1, p. 77.



Prancha 1: ANÔNIMO. **Carta Portulano do Mediterrâneo.** Sem data. Manuscrito sobre pergaminho, 550 mm x 680 mm. Fonte: MICELI, Paulo (Org.). *O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil.* São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 75.

e do Atlântico Norte como possível resultado das navegações lusas, espanholas e maiorquinas. Entretanto, as sucessivas expedições enviadas à costa africana por D. Henrique¹² e a contratação do cartógrafo Mestre Jácome de Maiorca, determinaram que em Portugal não mais existissem apenas copistas, mas cartógrafos de ofício, capazes de desenhar cartas de marear com as novas informações dos descobridores.¹³

As viagens mediterrâneas se baseavam no processo de navegação estimada, que em linhas gerais, pode ser definida da seguinte forma: o piloto seguia um rumo com auxílio da bússola e calculava a distância percorrida do barco multiplicando a velocidade pelo tempo gasto em percorrê-la. Dessa forma, avaliava sua posição através das cartas-portulano, observando as linhas que partiam das rosas-dos-ventos e as escalas gráficas em milhas. Além disso, raramente perdia de vista as referências do continente identificadas nas cartas.

Entretanto, a necessidade de orientar o navio nas incursões oceânicas, sem a visibilidade das costas, fez com que, aos poucos, a navegação passasse de estimada a astronômica. De acordo com Francisco Domingues, do ponto de vista técnico, este foi o advento mais importante das navegações quatrocentistas portuguesas, já praticada desde o segundo quartel daquele século¹⁴. Os portugueses deram início a este processo comparando a altura da Estrela Polar, determinada em mar aberto, com a altura que esta mesma estrela atingia em Lisboa ou Lagos. Este procedimento, chamado de navegação por altura, mais tarde proporcionou a determinação da latitude a bordo dos navios lusos.

Entretanto, as cartas-portulano, que não possuíam projeção definida, começaram a tornar-se obsoletas pelo desencontro entre os seus traçados e as observações de latitude efetuadas pelos pilotos portugueses. Apesar da correta figuração do mar Mediterrâneo e de suas proporções, havia a distorção do eixo longitudinal deste mar, principalmente na sua porção leste, que correspondia à influência da bússola e o desconhecimento, na época em que foram desenhadas, da declinação magnética desta região¹⁵.

O surgimento deste problema náutico coincidiu com a difusão na Europa da versão latina da “Geografia” de Cláudio Ptolomeu, cientista grego do século II d.C. Sua obra já havia

¹² Como foi visto nas páginas 11 e 12 deste trabalho, essas expedições tiveram como primeiros resultados as conquistas das ilhas de Porto Santo e da Madeira, em 1418 e 1419 respectivamente, dos Açores em 1427 e a ultrapassagem do Cabo Bojador em 1434. Cabe também destacar, a partir de 1425, os dez anos de tentativas de tomada das ilhas Canárias sem, no entanto, conquistar êxito.

¹³ GUEDES, Max Justo. A cartografia portuguesa antiga. In: **Tesouros da Cartografia Portuguesa**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 14-15.

¹⁴ DOMINGUES, Francisco Contente. Arte e técnica das navegações portuguesas. In: NOVAES, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.209.

¹⁵ Segundo Ronaldo Rogério Mourão (2000, p. 337), a declinação magnética é o “Ângulo medido sobre um plano horizontal entre a direção do norte magnético e a do norte geográfico ou verdadeiro. Diferença entre o norte verdadeiro e o norte magnético”.

sido traduzida para o árabe no século IX, porém continuou praticamente desconhecida no Ocidente até o século XV. Baseada em obra de Avelino Teixeira da Mota, Isa Adonias nos diz ser bem possível que “(...) *algum manuscrito da Geografia, ou exemplares impressos do atlas, fossem parar a Portugal e lá tivessem impressionado os dirigentes e técnicos da empresa ultramarina (...)*”¹⁶. Afinal, na sua obra consta pela primeira vez uma autêntica cartografia, com instruções práticas para se construir um mapa. Luís de Camões assim exalta os conhecimentos deixados pelos autores da Antigüidade:

Se os antigos filósofos, que andaram / Tantas terras por ver
segredos delas, / As maravilhas que eu passei, passaram, / A tão diversos
ventos dando as velas, / Que grandes Escrituras que deixaram! / Que
influência de sinos e de estrelas, / Que estranhezas, que grandes qualidades! /
E tudo sem mentir, puras verdades.¹⁷

O mapa-múndi de Ptolomeu representava a Europa até o Extremo Oriente, estando a Ásia unificada à África. Entretanto, apesar da Europa e da Ásia estarem traçadas bem próximas da realidade, a África era ainda pouco conhecida e muito mal representada. O mapa seguia a teoria de Aristóteles, segundo a qual um mesmo oceano banhava de Portugal até a China. Entretanto, como diz Ana Maria Belluzzo, a grande contribuição de Ptolomeu estava na concepção do planeta Terra como uma esfera, além de conseguir representá-lo em uma superfície bidimensional¹⁸. O cientista grego construiu o globo terrestre dividindo-o em paralelos, círculos de mesmo centro paralelos ao plano do Equador e meridianos, linhas que cruzam perpendicularmente o Equador e convergem para os pólos. O mapa-múndi da “Geografia” oferece uma projeção¹⁹ mais verdadeira da superfície terrestre, na qual os paralelos são representados como segmentos de círculo equidistantes e os meridianos são retas que se dirigem para o pólo. Além disso, Ptolomeu também empregou as coordenadas latitude e longitude²⁰ para indicar a posição de vários portos, cidades e ilhas nas seus mapas.

¹⁶ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op.cit.*, p. 96.

¹⁷ CAMÕES, Luís de. *Op. cit.*, Canto V, 23, p.176.

¹⁸ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, v.1, p. 67.

¹⁹ O mapa-múndi foi construído através de uma projeção cônica. Conforme Cêurio de Oliveira (1993, p.449) é a projeção dos meridianos e paralelos num cone tangente ou secante à superfície da esfera, que em decorrência, desenvolve o cone numa superfície plana.

²⁰ De acordo com Cêurio de Oliveira (1993, p. 297), a latitude astronômica “é o ângulo formado pelo plano do horizonte e o eixo de rotação da Terra”. Segundo o mesmo autor (1993, p. 314), longitude astronômica “é o ângulo formado pelo plano meridiano celeste e o plano de um meridiano de origem adotado arbitrariamente”. Por exemplo, os portugueses consideravam o meridiano de origem o que passava pelas ilhas Canárias; para os franceses, o que passava por Paris; para os ingleses o que passava por Greenwich; para os espanhóis, o da cidade de Toledo.

Outra característica é o fato de dois paralelos e dois meridianos apresentarem-se divididos em graus, além do mapa apresentar zonas de latitude com a indicação de climas.

Assim, como nos diz Isa Adonias, “*as necessidades cartográficas da navegação de altura e o conhecimento dos sistemas de projeção preconizados e discutidos por Ptolomeu devem ter levado os cosmógrafos a idealizar um novo tipo de carta*”²¹. Entretanto, a projeção utilizada no mapa-múndi ptolomaico, apesar de bastante realista, se tornava imprópria para os fins práticos da navegação. Isto porque nela os rumos não poderiam ser traçados em linhas retas, como nas cartas-portulano, mas somente em curvas. Baseada em inúmeros autores que estudaram o assunto, Isa Adonias conclui que os portugueses desenvolveram sua nova carta através de outro tipo de projeção²² na qual os meridianos e paralelos da esfera terrestre são representados por linhas paralelas que se cruzam em distâncias iguais, formando quadrados. Portanto, o comprimento do grau de latitude era igual ao de longitude e, finalmente, o traçado dos rumos poderia ser retilíneo.

Além de um novo tipo de projeção, os portugueses também introduziram na sua carta de marear um ou mais meridianos graduados – como Ptolomeu já havia feito – e que representariam uma escala de latitudes. Esta foi a grande inovação lusa, rapidamente copiada por outras potências marítimas. A graduação das longitudes, ao longo da linha do Equador, também se tornou bastante utilizada. As escalas gráficas em milhas foram substituídas por troncos de léguas²³ e o contorno das costas perde a característica geométrica, tornando-se mais próximo da realidade. Entretanto, as cartas de marear portuguesas ainda mantiveram características das cartas-portulano, como a sua feitura manuscrita, principalmente em pele animal. Além disso, permaneceram as rosas-dos-ventos, agora divididas em até 32 rumos com uma flor de Liz apontando o Norte e a cruz o Leste, onde está Jerusalém, a Terra Santa. Estas se espalharam por toda a carta, cobrindo-a de linhas de rumos em todas as direções, que se entrecruzavam como uma grande teia de aranha. Em carta de Diogo Homem, de 1563, é possível visualizar a herança das cartas-portulano e as inovações introduzidas pelos lusos (Prancha 2). Esta representa a Europa, o norte da África e parte da Ásia. Bastante decorada, traz brasões, cidades acasteladas e o mar Vermelho em cor rubra. Entretanto, também apresenta rosa-dos-ventos com 32 rumos e um meridiano graduado no seu canto esquerdo.

²¹ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op.cit.*, p. 96.

²² Esta projeção, chamada de cilíndrica equivalente, foi desenvolvida a partir dos estudos de Ptolomeu e Marino de Tiro (século I). De acordo com Cêurio de Oliveira (1993, p. 448), esta é uma projeção tangente a uma esfera, onde os meridianos e paralelos são linhas retas de espaçamentos iguais. “*A condição de equivalência assegura uma relação constante entre as áreas do terreno e suas correspondentes no mapa.*”

²³ Eram escalas de conversão de distâncias, desenhadas de acordo com as diferentes zonas de latitudes.



Prancha 2: **HOMEM, Diogo. Carta do Mediterrâneo e Europa. 1563.** Manuscrito iluminado sobre pergaminho, 780 x 1100 mm. Fonte: **CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, v. 2, estampa 127.**

Assim sendo, Portugal não apenas revolucionou as práticas de navegação europeias, mas também a geografia registrada em seus mapas. Desenvolve-se uma nova cartografia, decorrente de uma nova representação do espaço, corrigindo e ampliando os mapas da Antigüidade e da Idade Média. Além disso, não mais se tratava de conhecer e registrar as informações referentes a localidades isoladas, mas realmente buscar abranger o globo terrestre em toda a sua extensão com precisão e minúcia. O cientista e navegador D. João de Castro, na sua obra “Da Geographia por modo de diálogo”, de 1538, nos mostra o grande avanço que a cartografia portuguesa alcançou.

E esta é a verdadeira e perfeita Geografia, a qual principalmente consiste em demarcar as terras pela correspondência que tem cada uma ao céu, com a devida largura e longura; e desta maneira se pode pôr em uma breve carta e pintura todo o mundo, e qualquer parte, província, reino ou comarca dele com muita certeza.²⁴

Luís de Camões também cita em “Os Lusíadas” a observação dos astros para determinar a sua posição na Terra, através da marcação a compasso na carta náutica, chamada de “universal pintura”.

(...) E, pêra que mais certas se conheçam / As partes tão remotas onde estamos / Pelo novo instrumento do Astrolábio, / Invenção de sutil juízo e sábio:²⁵

(...) Porém eu, cos pilotos, na arenosa / Praia, por veremos em que parte estou, / Me detenho em tomar do Sol a altura / E compassar a universal pintura.²⁶

É importante observar que tanto D. João de Castro (1500 – 1548) como Luís de Camões (c. 1524 – 1580), homens quinhentistas, se referem às cartas náuticas como pinturas. Sem dúvida, estas eram traçadas mediante a habilidade artística do cartógrafo, que utilizava materiais como o bico de pena e a aquarela, além de técnicas de cor e sombra, parecendo impossível ser um bom cartógrafo sem ser um bom pintor. Mais que isso, como nos diz Svetlana Alpers, numa época em que *os “mapas eram considerados um tipo de pintura e em que as pinturas desafiavam os textos como uma maneira fundamental de compreender o mundo, a distinção não era nítida”*²⁷. A elaboração tanto das cartas quanto das pinturas

²⁴ CASTRO, João de *apud* MICELI, Paulo. A última terra: o desenho do Brasil. In: MICELI, Paulo (Org.). **O tesouro dos mapas: a Cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, p. 101.

²⁵ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto V, 25, p. 177.

²⁶ Idem, Canto V, 26, p.177.

²⁷ ALPERS, Svetlana. **A arte de Descrever**. São Paulo, Edusp, 1999, p. 253.

correspondia ao desejo do homem europeu em conquistar o espaço, para isso construindo um novo sistema de representação pictórico, baseado no seu conhecimento técnico-científico²⁸.

Considerando que a obra de arte é concebida através de um grupo de fenômenos, que estando ligados entre si formam um sistema de relações, chegando a determinar um período²⁹, pode-se perceber, portanto, que o desenvolvimento da cartografia portuguesa teria pontos em comum com as novas concepções espaciais do *Quattrocento* italiano. O texto de Pierre Francastel intitulado “Nascimento de um espaço”, trata justamente do modo como se colocou e evoluiu um novo sistema de representação do espaço na pintura italiana. O seu propósito seria discutir o longo processo em que se passou de um sistema, por ele chamado de medieval, para outro, definido Renascentista.

O autor defende que Filippo Brunelleschi (1377 – 1446), ao resolver o problema da construção da cúpula de Santa Maria de Fiori, em Florença, esboça um novo sistema arquitetônico e espacial. Tratava-se de construir a cúpula desta catedral em um espaço de imensas dimensões. A solução por ele encontrada foi edificar a cúpula sem escoramento interno, sendo projetada como o centro de um vasto sistema cuja chave é a geometria. A ciência dos cortadores de blocos de pedra foi substituída por uma arquitetura baseada nas linhas constituídas pelo encontro de planos. A Idade Média tinha concebido o edifício como um invólucro, ou seja, um sistema fechado de planos e superfícies que determina uma forma interna. O Renascimento, entretanto, irá encará-lo como a materialização de um sistema de planos e linhas, simultaneamente envolvente e envolvido. A construção da cúpula está relacionada com todo o universo; *“suas superfícies são os pontos de interseção de planos que se prolongam na atmosfera; ela é o lugar geométrico de todas as linhas imaginárias que a ligam a todos os pontos do local maravilhoso no centro do qual se encontra.”*³⁰ Para Francastel, Brunelleschi foi um dos inventores do Renascimento, por determinar uma mutação no domínio da visualização do saber. Sua obra foi baseada na invenção pura e também na consideração das obras da Antigüidade. Apesar do exemplo da construção da cúpula ser para ele um marco, na verdade, ela veio a solucionar uma dificuldade legada pelas gerações anteriores, pois *“o Renascimento não sobrevém num período de sono plástico. No início, ele aparece tão só como uma invenção técnica a mais no vastíssimo campo das especulações*

²⁸ José Stichini Vilela (1982, p.72), em estudo sobre a vida e a obra do pintor, arquiteto e escritor português Francisco de Holanda (1518 – 1584) nos diz que este definia a pintura como uma “ciência universal” e para exercê-la o pintor deveria adquirir amplos conhecimentos científicos como, por exemplo, de astronomia, geografia, matemática e geometria, além de técnicas como a perspectiva, o desenho e a teoria das proporções.

²⁹ ARGAN, Giulio Carlo. **Guia da História da Arte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 31.

³⁰ FRANCASTEL, Pierre. **Pintura e Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 09.

espaciais.”³¹ Desde a Idade Média, a seu ver, a especulação espacial não diminuiu um só instante na Itália e fora dela. Ele cita, por exemplo, que o século XIV foi extraordinariamente fecundo.

Em Portugal, a cartografia se desenvolve a partir da técnica manuscrita das cartas-portulano, exemplo da cartografia medieval. Baseados na sua longa experiência adquirida nos mares e nos conhecimentos da Antigüidade, os portugueses aprimoraram a navegação astronômica – por eles já praticada no segundo quartel do século XV – e também a técnica de representação da superfície esférica terrestre em seus mapas. Metaforicamente, a cartografia deixa de ser baseada num processo “fechado”, o da navegação de rumo e estima e vai para outro “aberto”, baseado nas relações geométricas entre o movimento dos astros e o ponto onde se encontra o navegante. Com isso, construiu-se um novo espaço cartográfico, que deixa de ser caracteristicamente medieval. Fica claro, portanto, que algo importante aconteceu no início do século XV, mas que foi resultado de um longo processo anterior. Como Francastel mesmo disse, não se passa bruscamente de um sistema, o da Idade Média, a outro, o do Renascimento.

Fillipo Brunelleschi também realizou, nos primeiros anos do *Quattrocento*, um aparelho óptico que se aproximou dos problemas da pintura, onde a especulação toma a aparência de uma pesquisa cenográfica. Foram montados dentro de uma caixa dois pequenos painéis em madeira onde estão representadas construções familiares aos florentinos. Para observar as paisagens de Brunelleschi, convinha colocar o olho³² num pequeno orifício feito no centro do painel, através do qual por meio de um sofisticado jogo de óptica, visualizava-se “*todo um mundo imaginário de raios e reflexos que se oferecia ao olhar*”.³³ O caráter experimental do aparelho óptico e sua relação com as especulações que guiavam Brunelleschi na edificação da cúpula são, para Francastel, perfeitamente claros: “*estamos diante de um instrumento de experimentação, de um engenho*”³⁴.

Para o autor, foi incontestável que as pesquisas sobre as qualidades particulares da luz, inspiraram a idéia não apenas de um novo funcionalismo arquitetônico, mas também de um novo sistema pictórico a ser desenvolvido. O estudo prático da luz conduziu às descobertas de que as linhas não definem apenas os limites das superfícies contínuas, mas que também

³¹ FRANCASTEL, Pierre. *Op. cit.*, p. 20.

³² De acordo com Moacyr Scliar (2003, pp.15-16) ao se privilegiar a visão, que para os filósofos medievais seria o mais enganador dos sentidos, a modernidade “não apenas acredita no olhar como vai ampliar o poder da visão com as lentes, que embora conhecidas desde o século XIII, só então passam a ser utilizadas em instrumentos – como o telescópio – dos quais se utilizaram Galileu e Kepler; e mais tarde, o microscópio”.

³³ FRANCASTEL, Pierre. *Op. cit.*, p.10.

³⁴ Idem, *ibidem*.

formam planos e que a interseção destes se prolonga e se projeta no infinito. Isto constitui uma grande lição para os pintores, pois sinaliza o princípio de demarcação em profundidade de um espaço bidimensional.

Este novo sistema pictórico teve como um de seus principais teóricos Leon Battista Alberti (1404 – 1472) que adota a noção de perspectiva linear³⁵ na pintura. Seu método exige que as imagens se inscrevam em uma espécie de janela, como se fosse no interior de um cubo aberto de um só lado.

Inicialmente, onde devo pintar, traço um quadrângulo de ângulos retos, do tamanho que me agrada, o qual reputo ser uma janela aberta por onde possa eu mirar o que aí será pintado, e aí determino de que tamanho me agrada que sejam os homens na pintura.³⁶

Dentro desse cubo, uma espécie de universo reduzido, todas as partes são mensuráveis pela mesma escala, *“os lugares geométricos e os objetos se encontram igualmente no ponto de concordância de coordenadas geométricas determinadas pela dupla lei da conservação das horizontais e das verticais, qualquer que seja o distanciamento real das coisas”*³⁷. Por exemplo, para se traçar um círculo, Alberti assim nos diz:

Faço isso da seguinte maneira: em um espaço construo um quadrângulo com ângulos retos e divido os lados desse quadrângulo em partes semelhantes às partes que dividi na linha jacente do primeiro quadrângulo da pintura; traço linhas de cada ponto para o seu ponto oposto, e, dessa forma, o espaço fica dividido em muitos pequenos quadrângulos. Aí traço um círculo do tamanho que desejo, de tal forma que as linhas dos pequenos quadrados e a linha do círculo se cortem mutuamente.³⁸

É interessante observar no método de pintura de Alberti seu esquema construtivo que divide a superfície pictórica em coordenadas horizontais e verticais, ou seja, que demarca a sua “janela” em “quadrângulos”. Da mesma forma, possivelmente influenciados pela difusão da obra do cientista grego Cláudio Ptolomeu, os portugueses desenvolveram um novo tipo de carta náutica onde os meridianos e paralelos da Terra seriam representados por linhas paralelas que se cruzam formando quadrados. Por causa desse tipo de representação, o

³⁵ A perspectiva linear constituiu-se por volta da segunda metade do século XV. Segundo Carlos Flexa Ribeiro (1978, p. 112), é um “sistema de organização da superfície plana no qual todos os elementos representados (figuras, objetos, céu, terra, etc.) são considerados de um ponto de vista único, em que as dimensões relativas das partes se deduzem, matematicamente, do cálculo da distância relativa dos objetos aparentes do olho imóvel do observador”.

³⁶ ALBERTI, Leon Battista. **Da Pintura**. São Paulo: Editora Unicamp, 1999, p. 94.

³⁷ FRANCASTEL, Pierre. *Op. cit.*, p. 22.

³⁸ ALBERTI, Leon Battista. *Op. cit.*, pp. 113-114.

comprimento do grau de latitude se tornaria igual ao de longitude possibilitando o traçado retilíneo dos rumos nas cartas. O tipo de projeção cilíndrica equivalente, utilizado pelos lusos para desenhar as suas cartas, é demonstrado na Prancha 3. Além disso, é possível observar a aplicação de certos aspectos da pintura de albertiana em xilogravura de Albrecht Dürer, de 1538. O desenhista traça um nu utilizando tela e papel quadriculados (Prancha 4).

Como já foi citado anteriormente, Ana Maria Belluzzo considera que a grande contribuição deixada por Ptolomeu foi a sua concepção esférica da Terra, além de conseguir representá-la em uma superfície bidimensional, “*questão que vem ao encontro das novas concepções espaciais renascentistas, ainda que não se tenha provado nenhuma relação entre as proposições de Ptolomeu e a perspectiva emergente*”³⁹. Apesar do presente trabalho não se propor a elucidar tal questão, pode-se ao menos perceber que a obra de Alberti compartilha a uniformidade matemática do esquema construtivo proposto por Ptolomeu, ou seja, a divisão do espaço em coordenadas geométricas horizontais e verticais. Afinal, como este autor mesmo nos diz:

Acho muito bom que o pintor seja, o quanto possível, instruído nas artes liberais, mas antes de tudo que saiba geometria. (...) Nossas instruções, por meio das quais se exprime toda a perfeita e absoluta arte da pintura, serão facilmente entendidas pelos geômetras. Mas quem não conhecer geometria não entenderá nem estas regras nem regra alguma de pintura.⁴⁰

Entretanto, apesar do grande interesse gerado pela obra Ptolomeu, já em princípios do século XV, Svetlana Alpers discorda de um vínculo determinante entre os ensinamentos do cientista grego para projeções cartográficas e as teorias de Alberti.

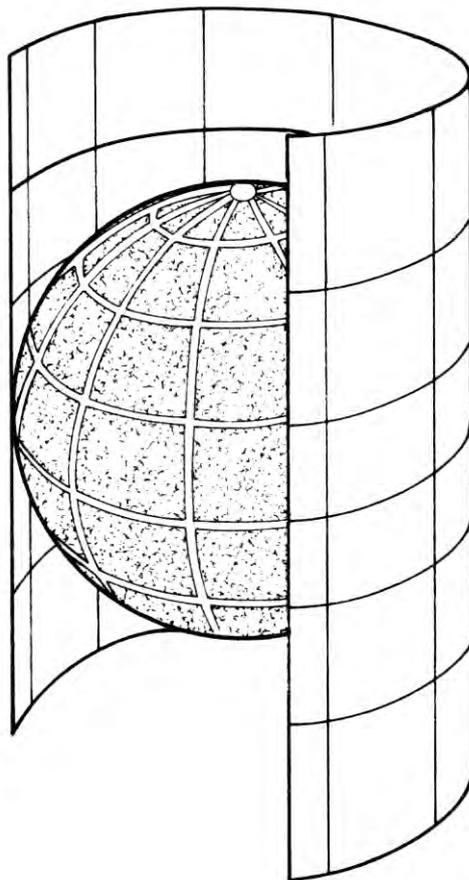
Como ficou dito, a grande preocupação de Alberti para a arte de pintar não consistiu simplesmente em vincular a pintura à visão, mas naquilo que ele achou por bem chamar de pintura: não uma superfície como um mapa, mas um plano que servia de janela e que supunha um observador humano, de quem o nível do olho e a distância do plano eram essenciais.⁴¹

A diferença entre as proposições de Ptolomeu e Alberti é que o primeiro concebia a pintura de mapas em uma superfície chata, não emoldurada, sobre a qual projeta matematicamente parte ou todo o globo esférico. O segundo “*posiciona um observador a uma certa distância olhando através de uma janela emoldurada para um suposto mundo*

³⁹ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 67.

⁴⁰ ALBERTI, Leon Battista. *Op. cit.*, p. 138.

⁴¹ ALPERS, Svetlana. *Op. cit.*, p. 253.



Prancha 3: ANÔNIMO. **Projeção cilíndrica equivalente.** Desenho a nanquim. Fonte: OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário Cartográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 448.



Prancha 4: DÜRER, Albrecht. **Desenhista traçando um nu.** 1538. Xilogravura. Fonte: ALPERS, Svetlana. A arte de descrever. São Paulo: Edusp, 1999, p. 112.

substituto”⁴². Nos mapas, se compreende toda a Terra de um ponto de vista aéreo com um olhar vertical. “*Dir-se-ia que a projeção é vista de nenhum lugar. E nem se deve olhar através dela. Ela é uma superfície de trabalho plana*”⁴³. Nas pinturas, ao contrário, o “ponto cêntrico” da janela, ou ponto de fuga, atrai a atenção do observador e a linha do horizonte, ou “linha cêntrica”, sugere uma ampliação do mundo em sucessivos planos.

Esse ponto (o ponto cêntrico) está corretamente colocado quando não estiver mais alto da linha de base do quadrângulo que a altura de um homem que terá que ser por mim pintado, pois assim tanto quem vê quanto as coisas pintadas que se vêm aparecem em único e mesmo plano.⁴⁴

Essa linha que passa pelo ponto cêntrico, eu chamo de linha cêntrica. Daí vem que os homens pintados, colocados no último braço da pintura, são menores que os outros. Que as coisas sejam assim, a própria natureza no-lo demonstra.⁴⁵

Portanto, em linhas gerais, o mapa de Ptolomeu teria a intenção de condensar o espaço em um único plano, a pintura de Alberti de expandi-lo até o infinito. Este mesmo autor assim escreve:

Colocado o ponto cêntrico, conforme disse, traço linhas retas a partir daí em direção e cada divisão feita na linha de base do quadrângulo. Essas linhas traçadas me mostram de que modo, quase até ao infinito, cada quantidade transversal vai se alterando.⁴⁶

Artistas como Paolo Uccello (1397 - 1475), Andrea Mantegna (1431 - 1506) e Piero de la Francesca (c. 1420 - 1492) tanto preconizaram o método perspectivo que este chegou a atingir foros de uma verdade absoluta. Profundamente ligados à matemática, os pintores tinham como um dos principais meios expressivos a linha, “*que é sempre o elemento demonstrativo e lógico na pintura, em contraposição à cor, que é sempre o elemento emocional. A cor não é lógica. A linha que é lógica, discursiva, racional em suma*”⁴⁷. Henrich Wöfflin considera que ver de maneira linear significa procurar o sentido e a beleza do objeto primeiramente em seu contorno, que envolve regularmente a forma. Definido por ele como estilo linear, provoca no espectador as seguintes impressões:

⁴² Idem, pp. 270-271.

⁴³ Idem, p. 271.

⁴⁴ ALBERTI, Leon Battista. *Op. cit.*, p. 95.

⁴⁵ Idem, p. 97.

⁴⁶ Idem, p. 95.

⁴⁷ RIBEIRO. Carlos Flexa. A pintura no Renascimento. In: FRANCO, Afonso Arinos de. et al. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Agir, Museu Nacional de Belas Artes, 1978, p. 115.

O contorno nítido e firme dos corpos suscita no espectador uma sensação de segurança tão forte, que ele acredita poder tocá-los com os dedos, e todas as sombras modeladoras adaptam-se de tal modo à forma, que o sentido do tato é imediatamente estimulado. Representação e objeto são, por assim dizer, idênticos.⁴⁸

Nos mapas, as linhas tornam-se a representação concreta de medidas e cálculos matemáticos que visavam o registro cada vez mais preciso das rotas marítimas e dos contornos das costas. Acreditando nelas, onde a representação se confunde com a realidade, o homem renascentista se sentia seguro para trafegar por espaços outrora inacessíveis. Como nos diz Wilcomb E. Washburn, a representação de uma porção de terra deve ser feita não em termos de uma descrição ou de uma metáfora, mas em termos de uma linha, traçada com conhecimento geográfico e honestidade metodológica.⁴⁹ Dessa forma, a utilização do desenho, que tem como elemento básico a linha, torna-se fundamental. Assim diz o pintor luso Francisco de Holanda (1518 – 1584), em passagem por ele atribuída ao artista italiano Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564):

Entenda bem nisto todo o homem que chegar aqui: o ‘desenho’, a que por outro nome chamam ‘debuxo’, nelle consiste e elle é a fonte e o corpo da pintura e da escultura e de todo outro gênero de pintar e a raiz de todas as sciencias. Quem tiver tanto arribado que em seu poder o tenha, saiba que em seu poder tem um grão tesouro; (...).⁵⁰

Portanto, os artistas do *Quattrocento* italiano dedicaram-se intensamente às relações das formas no espaço tridimensional. Apesar disso, como sustenta Pierre Francastel, o espaço do Renascimento não seria uma espécie de contexto vazio determinado apenas por uma rede de linhas geométricas ideais; ele implica a presença de objetos e de imagens. Os pioneiros do Renascimento não descobriram e utilizaram uma lei comum e permanente do espírito humano. Eles adaptaram a sua arte ao saber matemático da sua época. Por exemplo, em cidades como Veneza e Florença, não ser analfabeto também significava dominar técnicas para se avaliar a dimensão e o volume de objetos. Estas consistiam basicamente na decomposição de massas irregulares em grupos de outras regulares e conhecidas, como as

⁴⁸ WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos Fundamentais da História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.28.

⁴⁹ WASHBURN, Wilcomb E. *Representation of unknown lands in XIV, XV and XVI century cartography*. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.287, 1970, p. 450. Para o autor: “*The physical location of a portion of the earth’s surface, must be written down not in terms of metaphor or description, but in the form of a line.(...) In terms of both geographic knowledge and methodological honesty (...)*”.

⁵⁰ HOLANDA, Francisco de *apud* VILELA, José Stichini. **Francisco de Holanda** – Vida, pensamento e obra. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982, p. 68.

formas geométricas. Para um comerciante, um punhado de grãos passava a ser um cone, ou um barril poderia ser um cilindro. Como afirma Clifford Geertz:

A conexão deste tipo de habilidade com a pintura, e com a percepção de uma pintura, não depende tanto dos processos de cálculo propriamente ditos, mas principalmente de uma capacidade de ver a estrutura de formas complexas como combinações de formas simples, mais regulares e mais compreensíveis.⁵¹

Assim sendo, os pintores italianos exploravam a capacidade que o grande público teria de ver formas como a composição de várias outras para que pudessem interpretar, ou mesmo avaliar o significado da sua obra.

2.2 Renascimento Português e Política de Sigilo: o Brasil antes de Cabral

Na história da cultura europeia, geralmente aceita-se que o Renascimento tem como ponto inicial o Humanismo. Este movimento, que se definiu primeiramente na Itália no século XIV, se caracterizou, em linhas gerais, pelo culto das letras humanas, pela exaltação do homem e pela procura da beleza nos clássicos da Antiguidade. Para muitos, a renovação cultural desenvolvida pelo humanismo promove a ruptura com uma bárbara Idade Média, considerada um tempo de trevas⁵². Como nos diz Fidelino de Figueiredo,

(...) chegando ao século da Renascença, o deslumbramento causado pela cultura antiga acarretou a súbita depreciação do segundo plano, pejorativamente designado de gótico ou bárbaro, longo e tenebroso túnel que retardara por dez séculos o advento da verdadeira Idade Moderna.⁵³

Em Portugal, o Humanismo só se desenvolveu a partir de finais do primeiro quartel do século XVI. Entretanto, bem antes disso, o país lançou-se na aventura das viagens oceânicas, resultado de um longo processo anterior, que desenvolveu certos aspectos do medievo português⁵⁴. De acordo com José de Pina Martins, os Descobrimentos são historicamente o Renascimento Português, precedendo a chegada do Humanismo. Ele defende que, se a atitude

⁵¹ GEERTZ, Clifford. A arte como um sistema cultural. In:_____. **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. Vozes: Petrópolis, 2000, pp. 162-163.

⁵² Segundo Carlos Chagas (1978, p.79), o estudo do Renascimento a partir deste ponto de vista foi defendido por Jakob Burckardt. Seu livro, *Die Kultur der Renaissance in Italien*, publicado em 1860, influenciou durante muitos anos a quase totalidade dos estudos sobre o período.

⁵³ FIGUEIREDO, Fidelino de. **A épica portuguesa no século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p. 488.

⁵⁴ De acordo com Carlos Chagas (1978, p.80), o conceito de que a Renascença foi o resultado de um processo lavrado ao longo da Idade Média teria fundamento na eclosão, durante o período, de movimentos ultra-renovadores, tais como as pregações do abade Joaquim de Fiori, ou o próprio pensamento franciscano.

fundamental do homem do Renascimento é a curiosidade em relação a si mesmo e ao mundo exterior, é ela que, empírica primeiro e mais tarde organizada e exata, levou os portugueses à empresa dos Descobrimentos. Através da experiência, a curiosidade inicial se transforma em conhecimento, que se torna cada vez mais sistemático até transformar-se em ciência. Baseado nos avanços técnicos conquistados pelos lusos, o mesmo autor nos diz que:

O estabelecimento da situação no lugar pela observação astronômica, a cautela resultante do conhecimento concreto das correntes marítimas e do regime dos ventos, tudo isso, mesmo que o ponto de partida tenha sido puramente empírico, é já do domínio da técnica e da ciência.⁵⁵

O Humanismo desembocou no interesse pela natureza e pelas leis que regem o Universo. Isto motivou a realização de experimentos, como o do aparelho ótico de Filippo Brunelleschi⁵⁶, realizado dentro do círculo da intelectualidade florentina. Ao mesmo tempo, os portugueses desenvolviam empiricamente seus instrumentos e métodos de navegação, que depois se tornariam imprescindíveis ao processo dos Descobrimentos. Como bem observa José de Pina Martins, o português antes de ser culto e letrado, foi camponês, viajante e marinheiro.⁵⁷ Sobre os lusos, Sérgio Buarque de Holanda afirma que:

Não haverá grande exagero em dizer-se daqueles homens que, alheios, embora, às ruidosas especulações, puderam, com seu tosco realismo, inaugurar novos caminhos ao pensamento científico, no alvorecer dos tempos modernos, pelo simples fato de terem desterrado alguns velhos estorvos ao seu progresso.⁵⁸

Portanto, apesar de suas diferenças, italianos e portugueses tiveram em comum o uso da experiência como a origem do progresso em todos os domínios. Nos primeiros anos do século XVI, o navegador português Duarte Pacheco Pereira (1460 – 1533), afirma que a experiência “*é madre de todas as coisas, nos desengana e de toda dúvida nos tira*”⁵⁹. Segundo Adauto Novaes, mais tarde, “*já no fim do século XVI, o termo (experiência) adquire conotações científicas, significando praticar operações destinadas a estudar algo*”⁶⁰. Conseqüentemente, o homem não apenas descobre o mundo e o universo, mas também

⁵⁵ MARTINS, José de Pina. Descobrimentos portugueses e Renascimento. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do Homem e do Mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.185.

⁵⁶ Conforme já visto na página 49 deste trabalho.

⁵⁷ MARTINS, José de Pina. *Op.cit.*, p.189.

⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p.11.

⁵⁹ PEREIRA, Duarte Pacheco apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso... op. cit.*, p. 5.

⁶⁰ NOVAES, Adauto. Experiência e Destino. In: _____. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 9.

descobre a si mesmo⁶¹, desenvolvendo a idéia do indivíduo, capaz de definir a sua própria vida.

O poeta italiano Francisco Petrarca (1304 – 1374), grande pesquisador de manuscritos antigos, é considerado um dos precursores do Humanismo e “já foi chamado o primeiro homem moderno”⁶². Entretanto, segundo José de Pina Martins, se fosse possível demonstrar com apoio de textos náuticos, geográficos e históricos que existiu um novo espírito, o de aumentar o conhecimento do Universo através do acesso a novos horizontes da Terra, seria possível sustentar que o infante D. Henrique foi o paladino do Renascimento português. “Nesse sentido, o infante teria sido, em Portugal, o nosso primeiro homem moderno”⁶³. Arthur Cézar Ferreira Reis considera que, muito mais que a restauração da Antiguidade, o novo horizonte geográfico com a perspectiva da mutação da consciência, seria a verdade do Renascimento. Ainda segundo ele,

Confundir, portanto, Humanismo com Renascimento, excluindo a aventura dos mares e das novas naturezas físicas e humanas, é insistir em tese ultrapassada⁶⁴.

A grande contribuição prestada pelos viajantes portugueses foi, através da sua experiência nos mares, a árdua busca pela verdade, desmentindo certos paradigmas da ciência oficial da época⁶⁵, além de exorcizar os medos do mar, tais como os horríveis monstros marinhos, as lendas de ilhas fantásticas e os territórios proibidos.

À medida em que, no século XV, prosseguiam os empreendimentos inspirados por Henrique, o Navegador, ao longo da orla ocidental africana, as representações fabulosas e monstruosas preexistentes se iam apagando dos roteiros, dos mapas, das imaginações, deslocando-se para outros rumos.⁶⁶

⁶¹ O anatomista flamenco André Vesálio (1514 – 1564) dissecou cadáveres com vista à obtenção de um maior conhecimento da anatomia humana; o físico e astrônomo italiano Galileu (1564 – 1642) foi um dos fundadores do método experimental, dando grande impulso à ciência do mundo celeste com a construção da luneta astronômica.

⁶² MARTINS, José de Pina. *Op. cit.*, p.182.

⁶³ *Idem*, p. 184.

⁶⁴ REIS, Arthur Cézar Ferreira. A Era dos Descobrimentos . In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, nº. 287, 1970, p. 16. O autor faz esta afirmação baseado na obra de Georges Gurdof, *Les origines des sciences humaines* e François de Danville, *La Geographie des Humanistes*, que sustentam a tese de que o alargamento do horizonte geográfico aparece associado a uma nova consciência, a renascente.

⁶⁵ Capistrano de Abreu (2001, p.127) assim transcreve os escritos do navegador português Diogo Gomes: “*Isto tudo escrevo com licença do sereníssimo Ptolomeu, que explicou muito boas cousas sobre a divisão do mundo, mas em um ponto andou muito errado. Elle divide o mundo, que conhecia em três partes, que são a media habitada, a ártica não habitável por causa do frio e a tropica, inhabitável por causa de seu ardor. Ora, achamos agora o contrário: innumeráveis povos negros habitam a zona equinocial e as arvores elevam-se a altura incrível, pois precisamente no Sul eleva-se a força e pujança da vegetação embora as formas sejam estranhas.*”

⁶⁶ OLSCHKI, Leonardo *apud* HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso...** *op. cit.*, p.12.

Os avanços no conhecimento da costa ocidental africana, proporcionados pelas navegações henriquinas, deixaram registros principalmente na cartografia da Catalunha, de Maiórca e da Itália. Para tal, os cartógrafos estrangeiros, como os italianos Fra Mauro (? – 1459) e Andrea Bianco (século XV), utilizavam-se de informações e até mesmo de cartas náuticas trazidas de Portugal. Do último, destaca-se uma carta de 1448, onde pela primeira vez são claramente indicados os descobrimentos realizados além do cabo Bojador até a altura da Guiné. Mais que isso, há nesta carta uma notável legenda referente a uma autêntica ilha, localizada a mil e quinhentas milhas de Cabo Verde: “*ixola otinticha xe longa a poniente 1500 mia*”. Alguns julgam que esta seria a Antília e outros, como Jaime Cortesão, sustentam ser a primeira referência cartográfica do Brasil antes de Cabral⁶⁷. Entre 1457 e 1459, Fra Mauro, com a colaboração de Andrea Bianco, realizou outra carta de destaque, encomendada pelo rei português D. Afonso V (1432 - 1481). Nela, consta a seguinte legenda, referente à parte sudoeste do continente africano:

Muitas opiniões e leituras se encontram afirmando que na parte meridional a água não circunda esta nossa zona habitável e temperada; mas temos muitos testemunhos em contrário, e principalmente os daqueles que Sua Magestade o rei de Portugal enviou com suas caravelas a descobrir e ver com os próprios olhos... e os ditos fizeram novas cartas daquela navegação, e puseram novos nomes a rios, e costas, cabos, portos, das quais tive cópia.⁶⁸

Se na expansão henriquina os lusos já elaboravam e utilizavam cartas náuticas, como se explicaria o desaparecimento das mesmas, até daquelas que serviram de protótipo aos cartógrafos mediterrâneos, no século XV? Atualmente, com exceção de um fragmento de carta do Mediterrâneo, de fins do século, inexistem em Portugal qualquer carta lusa do período. No estrangeiro, existem apenas duas cartas atlânticas, que poderiam ser do início dos anos mil e quinhentos. Como diz Isa Adonias, “*sobre o inexplicável desaparecimento das cartas portuguesas do século XV, muito tem se escrito. Mas o mistério persiste e não parece fácil encontrar explicações satisfatórias sobre o caso.*”⁶⁹ Max Justo Guedes, em recente estudo, argumenta que no período henriquino, tal supressão poderia ser consequência do rápido desenvolvimento sofrido pela cartografia portuguesa, com a introdução de métodos

⁶⁷ MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Op. cit.*, p.303.

⁶⁸ ADONIAS. Isa. A cartografia vetustíssima... *op. cit.*, p. 90. Baseado em estudo de Armando Cortesão, a autora considera que esta carta fora solicitada por influência de D. Henrique, que queria averiguar o estado dos conhecimentos geográficos na Itália e principalmente se lá se julgava a possibilidade de circunavegar a África, condição essencial para se chegar às Índias. Esta carta foi trazida a Portugal, mas desapareceu. Entretanto, ainda persiste uma outra cópia na Itália.

⁶⁹ ADONIAS. Isa. A cartografia vetustíssima... *op. cit.*, p.89.

astronômicos para a obtenção das latitudes. Portanto, os mapas obsoletos seriam logo descartados por outros mais modernos, sem ainda existir um sentido de preservação da memória cartográfica. No estrangeiro, o autor observa que este mesmo procedimento também fora utilizado⁷⁰. Francisco Contente Domingues considera que os pilotos e homens do mar utilizavam-se de cartas sem motivos decorativos e que estas tinham um caráter sobretudo utilitário: *“uma carta que deixava de servir era mais facilmente posta de lado e substituída por outra de melhor qualidade do que guardada, além das que se gastavam com o uso.”*⁷¹ De acordo com Max Justo Guedes, até fins do terceiro quartel do século XV, ainda não seria o momento de se buscar numa política de sigilo⁷² a explicação para o desaparecimento das cartas lusas. Afinal, muitos foram os navegadores estrangeiros que colaboraram com o infante, como o veneziano Alvise de Cadamosto (1432 - 1480). Sabe-se, inclusive, que este fora informante do cartógrafo italiano Gracioso Benincasa (século XV), fornecendo dados da costa africana, utilizados em seu atlas de 1468.

Entretanto, se por um lado, os conhecimentos geográficos portugueses proporcionaram uma mudança na concepção de mundo dos europeus, por outro, também despertaram as suas ambições por riquezas. Segundo Jaime Cortesão, os grupos sociais baseados no comércio marítimo que iniciaram um novo sistema de expansão diferenciam-se na História, de uma maneira geral, por apresentarem como um de seus traços mais marcantes o instinto de defesa. Para evitar a concorrência, esses povos tendem a transformar o seu comércio

(...) em monopólio e a defendê-lo tanto mais, quanto menor seja o volume social e a continuidade do domínio econômico próprio, maior a novidade dos instrumentos produtores e o número e o poder dos concorrentes.⁷³

Em 1443, D. Henrique já havia proibido a navegação além do cabo Bojador sem a sua permissão. Em 1446, no reinado de D. Afonso V (entre 1446 a 1481), a proibição do infante se referia à navegação até as ilhas Canárias. Em 1456, através de bula do papa Calixto III, foi concedida a D. Henrique a jurisdição espiritual das descobertas do cabo Não até às Índias. É também no reinado afonsino que se defende a exclusividade das navegações portuguesas frente à influência castelhana, que seria o equivalente à instauração de um mar territorial

⁷⁰ GUEDES, Max Justo. A cartografia portuguesa antiga. In: **Tesouros da cartografia portuguesa**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1997. p. 16.

⁷¹ DOMINGUES, Francisco Contente. Arte e técnica nas navegações portuguesas: das primeiras viagens à armada de Cabral. In: NOVAES, Adauto. **A descoberta do Homem e do Mundo...** *op.cit.*, p.214.

⁷² Entende-se como política de sigilo uma política de Estado, que consistiria em ocultar os resultados obtidos em viagens, além dos procedimentos técnicos nelas utilizados, com o objetivo de afastar a cobiça estrangeira.

⁷³ CORTESÃO, Jaime. **Os Descobrimientos Portugueses...** *op. cit.*, v. 1, p.126.

fechado, ou *mare clausum*, contrariando a noção do direito clássico de que o mar seria *commune omnium*, ou seja, comum a todos⁷⁴.

No entanto, como sustenta Sergio Corrêa da Costa, “*a descoberta da Mina (...), no golfo da Guiné, em 1471, produziu intenso comércio de ouro. Foi o ‘turning point’. Atraiu imediatamente a cobiça das demais nações. A busca de riquezas tornou-se contagiosa*”⁷⁵. Max Justo Guedes considera que somente a habilidade diplomática firmando o tratado de Alcáçovas, que cedia as ilhas Canárias para o reino espanhol e posteriormente, as medidas severas adotadas com energia por D. João II (1455 - 1495), puderam diminuir aquela cobiça em burlar o monopólio comercial lusitano. Tais medidas adotadas pelo rei seriam a política de sigilo em torno dos descobrimentos portugueses, a construção da fortaleza de São Jorge da Mina, além da colocação de marcos de pedra, com o brasão do reino ou uma cruz e inscrições em latim, português e árabe, nos territórios descobertos.

Que D. João II tentou manter em sigilo, fora do alcance da cobiça estrangeira, os seus avanços no cumprimento do chamado Plano das Índias é indubitável; que seu sucessor D. Manuel procurou dar continuidade àquela política, queiram ou não os que duvidam de sua existência, parece-nos fora de suspeita (...).⁷⁶

Francisco Contente Domingues define a política de sigilo como uma política de Estado, “*posta em prática como parte de uma estratégia globalizante, que visava também o prosseguimento em melhores condições de passos futuros no processo expansionista – e em melhores condições precisamente porque preparados e cobertos a segredo*”⁷⁷. Além da sonegação de documentos, testemunhos, processos técnicos e a exclusão de estrangeiros (ligados a interesses de outras nações) das viagens, esta política faria uso da espionagem e, principalmente, da contra-espionagem. Esta última visava desde a perseguição de pilotos e cartógrafos fugidos para outras nações até a divulgação de lendas e notícias falsas sobre regiões que se pretendia ocultar. Fidelino de Figueiredo considera que “*D. João II não foi um iniciador como o infante D. Henrique, mas amplificou o alcance dos empreendimentos*

⁷⁴ Jaime Cortesão (19--), p.124) considera que a busca pelo monopólio é uma reação natural numa competição pelo comércio. Entretanto, se existiu um povo que se entregou ao comércio marítimo sem competidores e sem, portanto, mecanismos de defesa, foi o romano. Através de um longo período de paz, Roma estabeleceu sobre o mundo um império indiscutível, proclamando a liberdade dos mares: “*O uso do mar é livre para toda a gente. O mar é coisa comum como o ar e a água da chuva*”.

⁷⁵ COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 113.

⁷⁶ GUEDES, Max Justo. A cartografia portuguesa antiga... In: **Tesouros da cartografia portuguesa...** *op.cit.*, p. 19.

⁷⁷ DOMINGUES, Francisco Contente. A política de sigilo e as navegações portuguesas no atlântico. In: **Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, vol XLV, 1987, p.191.

marítimos e coloniais. Estabeleceu as bases retóricas da propaganda, harmonizando-a com o segredo”⁷⁸. De acordo com Jaime Cortesão:

O Rei (D. João II) espalhava lendas proibitivas, como a impossibilidade de navegar em naus no Golfo da Guiné; escondia de estranhos a arte náutica que ajudara a criar; seqüestrava os mapas do interior da África; e quando a astúcia não bastava, afogava o segredo na garganta dos indiscretos.⁷⁹

Seguindo os parâmetros da política do sigilo, foi criado em Lisboa o Armazém da Guiné e Índias. Era um centro que supervisionava a construção, tripulação e abastecimento dos navios e onde trabalhavam cartógrafos e fabricantes de instrumentos náuticos. Lá também se realizavam os exames para concessão de cartas de ofício aos profissionais citados. No Armazém era guardada, com grande vigilância, a carta-padrão ou padrão oficial: provavelmente um planisfério no qual iam sendo registrados os novos descobrimentos e as informações recolhidas dos navegadores. A partir do padrão, se traçavam as cartas de marear fornecidas aos pilotos oficiais. Estes, depois das viagens, tinham a obrigação de devolvê-las, juntamente com os instrumentos náuticos utilizados nas mesmas. Além dos cartógrafos oficiais, havia outros trabalhando particularmente. Por causa disso, o rei D. Manoel I (1469 – 1521) proibiu que as cartas de marear registrassem as terras além das ilhas de S. Tomé e Príncipe até o rio de Manicongo, no atual Zaire, e que as cartas da Guiné fossem submetidas à censura. Portanto, a respeito da cartografia portuguesa, Jaime Cortesão nos revela que:

Não obstante esta profunda renovação da ciência na arte cartográfica, erraríamos se encarássemos as cartas portuguesas dos séculos XVI e XVII, como documentos estritamente científicos e traçados com perfeita boa-fé. Pelo contrário, há sempre que estudá-los com a certeza de que eles obedecem, com freqüência, a propósitos, quer escondendo o conhecimento de territórios de soberania duvidosa, quer viciando as respectivas coordenadas para incluir determinadas regiões no hemisfério atribuído aos portugueses pelo Tratado de Tordesilhas.⁸⁰

O tratado de Alcáçovas, de 1479, concedia a Portugal as ilhas e as terras a descobrir a partir de um paralelo traçado ao sul das ilhas Canárias, ou seja, o mundo se tornaria dividido no sentido norte-sul. Entretanto, a descoberta da América por Colombo, em nome de Castela e a eleição de um papa aragonês, Alexandre VI (1431 - 1503), fizeram com que a Santa Sé

⁷⁸ FIGUEIREDO, Fidelino de. *Op. cit.*, pp. 493.

⁷⁹ CORTESÃO, Jaime. **Os Descobrimientos Portugueses...** *op. cit.*, v. 1, p. 126.

⁸⁰ CORTESÃO, Jaime. **A História do Brasil nos Velhos Mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1965, v. 1, pp. 89-90.

impusesse uma nova fórmula de partilha do mundo, a leste-oeste. Era a bula *Inter Coetera*, de 1493, com nítidas vantagens para os castelhanos. Caberiam à Espanha as terras a oeste do meridiano situado a cem léguas dos Açores e Cabo Verde. Portugal, por conseguinte, ficaria com o que houvesse a leste desta linha. Como sustenta Ronaldo Rogério Mourão, “os portugueses estavam seguros de que Colombo não havia atingido a Índia, mas uma nova terra. Acreditava ainda o governo luso que esta terra lhe pertencia por direito”⁸¹. Nas condições daquela bula, o domínio luso do Atlântico estava ameaçado. Para se atingir o sul africano, era preciso dar a “volta do mar”: um extenso desvio para o oeste (dentro do domínio espanhol) com o objetivo de driblar os ventos e correntes contrárias ao longo da costa africana.

Por falar em direito de passagem, o que os portugueses mais temiam era que viesse caber a Castela-Aragão a “terra firme no austro”, ou seja, o Brasil. Em mãos hostis, essa base poderia molestar o tráfico português na altura da grande volta pelo largo, pondo em risco não apenas o exclusivo domínio lusitano do Atlântico Sul, mas a própria segurança da rota das Índias.⁸²

Depois de sofrer grande pressão dos lusos, a Espanha acabou por concordar com o alargamento do meridiano divisor para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, dando origem ao tratado de Tordesilhas, de 1494. Na prática, este meridiano nunca foi realmente demarcado. Afinal, a Espanha não adotava o mesmo valor do comprimento de grau utilizado pelos portugueses e nem havia, em fins do século XV, a capacidade técnica de se calcular com exatidão as longitudes. A cartografia ibérica, durante dois séculos e meio, foi influenciada pela concepção que cada nação fazia do seu direito de posse sobre as terras ultramarinas⁸³.

Entretanto, a assinatura de Tordesilhas pelos espanhóis seria impossível se estes soubessem da existência de terra firme no Atlântico Sul⁸⁴. Segundo Rui de Pina, homem de confiança de Lisboa junto à corte espanhola, depois de meditar sobre as idéias de Cristóvão Colombo, os “reis católicos” chegaram “à quase certeza de inexistência de terras na região

⁸¹ MOURÃO. Ronaldo Rogério de Freitas. *Op. cit.*, p.455.

⁸² COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 109.

⁸³ Segundo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (2000, p.455), o tratado de Tordesilhas vigorou até 1750, quando foi revogado pelo tratado de Madri. Somente no século XVIII, com a invenção do cronômetro da marinha, dentre outros instrumentos, foi possível a determinação correta da longitude. Por conseguinte, só então seria possível calcular com rigor a posição do Meridiano de Tordesilhas.

⁸⁴ Somente na terceira viagem de Colombo à América, em 1498, é que os espanhóis desembarcaram pela primeira vez em terras sul-americanas: na foz do rio Orenoco, na atual Venezuela.

compreendida entre as cem e as 370 léguas”⁸⁵. Sergio Corrêa da Costa, baseado na obra do historiador português Joaquim Bensaúde, sustenta que Tordesilhas continha duas grandes surpresas para os espanhóis, sigilosamente guardadas para irem à tona na hora mais apropriada. A primeira, com a chegada de Vasco da Gama a Calicute, em 1498, seria a rota das Índias pelo Cabo da Boa Esperança, tornando-se um monopólio português. “*Foi como uma clarinada anunciando que, sem guerras, sem conflitos sangrentos, o comércio oriental da Itália e do Mediterrâneo estava com os dias contados*”⁸⁶. Logo depois,

(...) o segundo ato da comédia da partilha do mundo entre dois povos se desenrolou em 1500, quando da viagem d’Álvares Cabral. Foi o momento propício para descobrir oficialmente o Brasil e anunciar a última surpresa oculta no célebre tratado.⁸⁷

É importante observar duas outras oportunidades em que os portugueses poderiam ter descoberto oficialmente o Brasil e não o fizeram. Vasco da Gama, em sua primeira viagem às Índias, passou por um bom tempo ao longo da costa do Brasil, de acordo a “volta do mar” e avistou muitas aves, tão rijas que pareciam ir para a terra. Capistrano de Abreu considera que “*se então não descobriu o Brasil, deve-se talvez a circunstâncias insignificantes, a menos que não o seja à resolução firme em que estava o grande nauta de não se divertir em outras empresas antes de dar conta da missão de que fora incumbido*”⁸⁸. A outra oportunidade foi a viagem secreta de Duarte Pacheco Pereira, em 1498, para verificar a existência de terras no hemisfério português. Com ela, Dom Manuel se prevenia de possíveis reivindicações dos espanhóis depois da terceira viagem de Colombo à América. Esta expedição resultou no livro *Esmeraldo de Situ Orbis*, escrito entre 1505 e 1507 e que ficou desaparecido por quase quatro séculos. Segue um trecho do mesmo:

(...) no terceiro ano do vosso reinado, no ano de Nosso Senhor de 1498, Vossa Alteza nos mandou descobrir a parte ocidental, passando além da grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma grande terra firme com muitas ilhas adjacentes a ela, (...) E, indo por esta costa sobredita (...) é

⁸⁵ PINA, Rui de *apud* COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 108. Inclusive, seria bom para Portugal que Colombo e os espanhóis continuassem acreditando que haviam atingido à Ásia. Enquanto isso, sob rigoroso segredo, os lusos se aproximavam das verdadeiras Índias.

⁸⁶ COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 117.

⁸⁷ BENSAÚDE, Joaquim *apud* COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 117.

⁸⁸ ABREU, J. Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. O autor assim transcreve o diário de Vasco da Gama: “(...) em XXII do dito mês (agosto) hindo na volta do mar ao sull e a quarta do sudeste, achamos muitas aves feitas como garçoens, e quando veo a noute tiravam contra o susoeste muito rrijas como aves que hiam pêra terra (...).”

achado nela muito e fino Brasil com outras muitas cousas de que os navios nestes reinos vêm grandemente carregados.⁸⁹

Para Jaime Cortesão, esta viagem secreta de 1498 “*foi de descobrimento ou, talvez, mais propriamente, de reconhecimento do mesmo Brasil*”⁹⁰. Já a expedição de 1500 tinha outros propósitos, o de estabelecer relações diplomáticas. Desde Vasco da Gama, observa-se uma mudança na estratégia de comando dos navios: o trabalho antes confiado a rudes marinheiros, agora era destinado a homens nobres. Pedro Álvares Cabral, fidalgo de impecável aparência, mesmo sem experiência no mar, tinha a missão de instalar feitorias nos pontos estratégicos da rota da Índia e assegurar o domínio luso no comércio com esta região. Em nome de Portugal, tomou posse de uma nova terra no caminho do oriente, batizando-a de Vera Cruz; meses após os concorrentes espanhóis já a terem atingido, com Vicente Yañes Pinzón⁹¹. Entretanto, como sustenta Max Justo Guedes, “*Não importa quem chegou antes, foi Cabral quem fundou o Brasil*”⁹².

2.3 Da Vera Cruz à Terra Brasilis: uma batalha do Bem contra o Mal

Com efeito, a descoberta do Brasil em nada fez atenuar as cautelas de Lisboa. Uma lei de 1504 chegou a proibir expressamente os cartógrafos de estenderem seus mapas além do equador. Mas a pressão externa tornou-se excessiva, agentes secretos eram enviados a Lisboa para comprar informações a peso de ouro.⁹³

A chegada dos portugueses à Índia fez com que os estrangeiros procurassem, a qualquer preço, informações e, principalmente, cartas que registrassem os novos descobrimentos. Este foi o caso do chamado Planisfério Cantino, datado de 1502 (Prancha 5.1). Não se sabe quem foi o cartógrafo português que executou tal carta, mas devido ao adiantado conhecimento que esta revela, acredita-se que o seu autor trabalhava oficialmente no Armazém da Guiné e Índias. Naquela época, estava em Lisboa um espião italiano, chamado Alberto Cantino, que possuía ligações com o duque de Ferrara. Por doze ducados de ouro, Cantino realizou o primeiro suborno de um cartógrafo luso e enviou para a Itália, em outubro de 1502, a mais aperfeiçoada carta até então traçada⁹⁴.

⁸⁹ PEREIRA, Duarte Pacheco *apud* COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 119.

⁹⁰ CORTESÃO, Jaime *apud* COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 119.

⁹¹ Segundo Capistrano de Abreu (2001, pp. 25-26): “*Esta provado que, saindo de Palos a 18 de novembro de 1499 com quatro caravelas, Vicente Yañes Pinzón (...) chegou a uma terra ao sul do Equador, a 26 de janeiro de 1500; que esta terra é o Brasil (...)*”.

⁹² GUEDES, Max Justo *apud* COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 124.

⁹³ COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p. 123.

⁹⁴ Atualmente esta carta encontra-se na biblioteca Estense e Universitária em Modena, Itália.

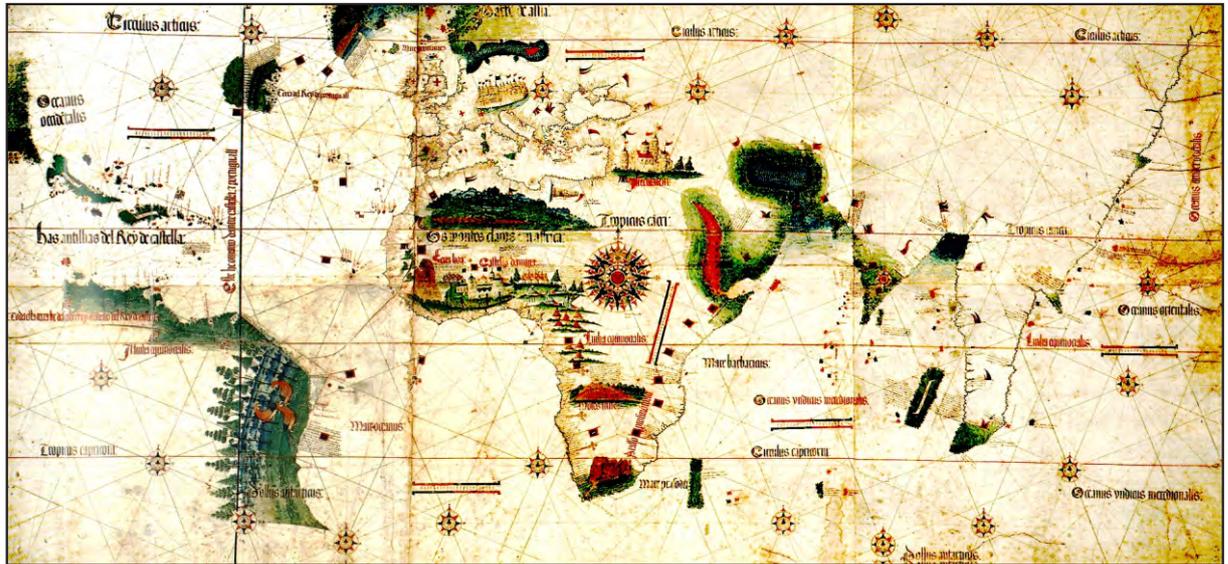
O planisfério foi desenhado e iluminado sobre pergaminho, medindo 1050 mm de altura por 2200mm de largura. Há uma grande rosa-dos-ventos central de 32 rumos que une dois sistemas de rosas. Há seis troncos de léguas e são traçados o Equador, os trópicos de Câncer e Capricórnio, além do círculo ártico. Era provavelmente uma cópia do padrão oficial português, constando todos os descobrimentos geográficos até aquele ano. No que se refere ao Novo Mundo, está assinalada a Terra Nova, explorada pelo navegador português Gaspar Corte-Real (c. 1450 - 1501) e parte do norte dos Estados Unidos. As Antilhas e as costas da Venezuela e Colômbia foram traçadas de acordo com o resultado de expedições espanholas, como as de Alonso de Hojeda (c. 1468 – 1515). Ainda na América do Sul, há que se destacar a primeira representação figurativa da Terra de Vera Cruz, que será descrita posteriormente. O litoral africano é extremamente bem desenhado, além de outra novidade: o primeiro traçado do Oceano Índico, baseado em medições de navegadores como Vasco da Gama, simbolizando uma ruptura com a cartografia antiga e medieval. Como afirma Ronaldo Mourão, “*Desse modo, o mapa de Cantino constitui uma transição entre o portulano e as cartas geográficas modernas, principalmente por usar os dois processos para as diferentes regiões cartográficas (...)*”⁹⁵. Por exemplo, a região da Europa e das Antilhas são representadas pela técnica das cartas-portulano, estabelecidas por meio da navegação estimada; já a América do Sul e a costa ocidental africana foram cartografadas com mais rigor, utilizando-se a técnica astronômica. Há também outros elementos remanescentes das cartas medievais, tais como o uso de tipologia gótica, a representação da cidade de Jerusalém na área central do mapa, como o centro do mundo, além do mar Vermelho estar na cor rubra.

Entretanto, o planisfério tinha como clara função o estabelecimento dos domínios lusos. Percebe-se, pela primeira vez em uma carta conhecida, o traçado do meridiano de Tordesilhas com a seguinte inscrição: “*Este é o marco entre Castela e Portugal*”. Ao norte do mesmo, a Terra Nova possui a mensagem: “*Terra do rei de Portugal*”. Bandeiras portuguesas e cruces, que representam padrões⁹⁶, assinalam alguns dos locais descobertos pelos lusos, sejam eles ilhas ou terra firme. Há também representações figurativas das áreas de interesse econômico e político, como a região de Serra Leoa e o Castelo da Mina, ambos na costa ocidental africana.

Dentre essas áreas de interesse luso, está a Terra de Vera Cruz “recentemente” descoberta (Prancha 5.2). Há uma bandeira portuguesa assinalando o Cabo de São Jorge e

⁹⁵ MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Op. cit.*, p.420.

⁹⁶ Como já foi visto, os padrões eram marcos de pedra, com o brasão de Portugal ou uma cruz e inscrições em latim, português e árabe, nos territórios descobertos.



Prancha 5.1: ANÔNIMO. Planisfério Cantino. 1502. Manuscrito iluminado sobre pergaminho, 1050 x 2200 mm. Fonte: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, v. 1, p. 67.



Prancha 5. 2

outra na região da atual cidade de Porto Seguro, Bahia. A toponímia ainda é escassa, escrita em letra cursiva vermelha. Em compensação, há uma extensa legenda relatando que a Terra de Vera Cruz foi achada por Pedro Álvares Cabral, fidalgo da Casa do Rei de Portugal, capitão-mor de quatorze naus que estavam a caminho de Calicute. Além disso, acreditavam que fosse terra firme, na qual havia muita gente: homens e mulheres que andavam nus e tinham os cabelos muito lisos⁹⁷. Ao lado desta legenda, constam três araras multicoloridas: corpo vermelho, asas amarelo e azul e cauda verde. Estas, dispostas como um triângulo, estão pousadas no solo verde daquela região. O tamanho desproporcional das araras tinha como objetivo destacá-las entre uma fileira de árvores de troncos compridos e copas altas. É possível perceber o céu, em azul claro entre as árvores, numa tentativa de dar profundidade à cena. Em um primeiro momento, pode-se inferir que estariam representados dois artigos de valor comercial: as aves exóticas, responsáveis pelo nome “Terra dos Papagaios”, adotado posteriormente e a floresta, que continha os paus-brasis. Entretanto, poder-se-ia buscar uma interpretação mais aprofundada, a partir da escolha do nome Vera Cruz para aquela terra.

Foi o escrivão da frota cabralina, Pero Vaz de Caminha (1450 - 1500), que relata ter sido Cabral quem batizou a nova região:

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs o nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra de Vera Cruz.⁹⁸

Capistrano de Abreu, baseado na carta de Caminha, considera que o nome escolhido por Cabral se deveu ao sinal da cruz, que os tinha guiado até aquela região.⁹⁹ Desde a partida do rio Tejo até a costa do Brasil, o cerimonial cristão esteve ligado aos principais acontecimentos daquela viagem. Segundo Frei Venâncio Willeke, conforme exigia a profunda religiosidade da época, nesta armada seguiam capelães, sendo nove padres do clero secular e oito franciscanos chefiados por Frei Henrique Soares de Coimbra¹⁰⁰. No dia primeiro de maio de 1500, na atual baía Cabrália:

⁹⁷ CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Vol. I, 1987, p. 11.

⁹⁸ CAMINHA, Pero Vaz de *apud* PEREIRA, Paulo Roberto. *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999, pp. 32 e 33.

⁹⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Op. cit.*, p. 34. Sua afirmativa é baseada no seguinte trecho da carta de Caminha: “(...) pregou (Frei Henrique) uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho e em fim dele tratou da nossa vinda e do achamento dessa terra, conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viemos”.

¹⁰⁰ WILLEKE, frei Venâncio. Primórdios da fé no Brasil. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n^o. 287, 1970, pp. 493 e 494.

Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos (padres e frades). Ali estiveram conosco (assistindo) a ela obra de cinqüenta ou sessenta deles (índios), assentados todos de joelhos, assim como nós.¹⁰¹

Jaime Cortesão considera o local da cruz “*memorável e digno de sagração monumental*”¹⁰², porque ali começava a história brasileira e naquele ponto se iniciaria a evangelização dos Tupiniquins, em 1516, por obra dos franciscanos. Seria, portanto, um novo tempo em que a fé cristã se alargaria por todo o planeta e por toda a Humanidade: a Terceira Idade, ou Idade do Espírito Santo: o período em que os últimos seriam os primeiros e se inauguraria a humanidade do futuro, onde o tempo dos velhos e dos adultos seria seguido pelo das crianças. Assim descreve Caminha o infantil gentio da Vera Cruz:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parecem, não têm, nem entendem nenhuma crença. (...) segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar.¹⁰³

Ao descrever a pintura corporal dos nativos, nota-se o interesse de Caminha em destacar as de tipo quartejado, ou seja, em forma de quadrados e que, a seu ver, parecia ser um sinal positivo:

“Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques”¹⁰⁴.

“Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo, pareciam bem assim.”¹⁰⁵

“Ali, alguns andavam daquelas tinturas quartejados; outros de metades; outros de tanta feição, como em panos de armar, e todos

¹⁰¹ CAMINHA, Pero Vaz de *apud* PEREIRA, Paulo Roberto. *Op. cit.*, p. 55.

¹⁰² CORTESÃO, Jaime *apud* WILLEKE, frei Venâncio. *Op. cit.*, pp. 501 e 502.

¹⁰³ CAMINHA, Pero Vaz de *apud* PEREIRA, Paulo Roberto. *Op. cit.*, p. 54.

¹⁰⁴ Idem, pp. 39 e 40. Paulo Roberto Pereira descreve o termo “escaques” como quadrados de cores alternadas, tal qual um tabuleiro de xadrez.

¹⁰⁵ Idem, p.45.

com os beijos furados, e muitos com os ossos neles, e outros sem ossos.”¹⁰⁶

Como já foi visto anteriormente, a forma quadrada era utilizada tanto na construção dos mapas portugueses como nas pinturas, pelo método da janela de Alberti. Era, portanto, um símbolo de razão, de desenvolvimento para a época. Encontrá-los nos indígenas poderia significar um sinal de progresso dos mesmos e demonstraria a real possibilidade de conversão daquela gente. Além disso, os portugueses, profundamente influenciados pelo franciscanismo e, por conseguinte, pelas idéias do abade Joaquim de Fiori, viam “*o predomínio do quadrado (e do retângulo), em conformidade com a visão da Nova Jerusalém descrita por Ezequiel e que inspirou (...) a organização do espaço nas utopias de Campanella e Bacon*”¹⁰⁷. Na páscoa de 1500, os lusos estariam diante não apenas de uma nova terra para o cristianismo, mas da terra da verdadeira cruz, símbolo de uma Nova Idade. Portanto, a partir desta ótica franciscana e Joaquimita, as três araras no mapa de Cantino, dispostas na forma de um triângulo, poderiam simbolizar a Santíssima Trindade, ou a própria Terceira Idade, a Idade do Espírito Santo. É também interessante observar que estas se encontram no chão, tal como é costume dos pombos¹⁰⁸. Esta ave simboliza o batismo e aparece como o Espírito Santo: “*João Batista viu o espírito de Deus descer como uma pomba sobre Cristo depois de seu batismo em João (1:32) e Mateus (3:16)*”¹⁰⁹. Luís de Camões, descrevendo um altar cristão, também cita esta ave como explícita referência à terceira pessoa da Trindade:

Ali tinha em retrato afigurada / Do alto e Santo Espírito a pintura, /
A cândida pombinha debuxada / (...).¹¹⁰

Como relata Frei Venâncio Willeke, os franciscanos instalaram o primeiro núcleo cristão em Porto Seguro, além de construírem a primeira Igreja do Brasil, dedicada provavelmente a São Francisco de Assis.

Historicamente consta que, por volta de 1516, chegaram a Porto Seguro dois missionários da província de São Francisco de Portugal, desenvolvendo entre os Tupiniquim uma catequese exemplar e prestando assistência espiritual aos colonos, soldados e degredados portugueses.¹¹¹

¹⁰⁶ Idem, p.49.

¹⁰⁷ CHAUI, Marilena. *Op.cit.*, p. 489. A autora, inclusive, sugere uma leitura sobre a estrutura arquitetônica da Cidade do México ou a de Sete Povos das Missões sob a perspectiva profético-milenarista, isto é, com o predomínio do quadrado e do retângulo.

¹⁰⁸ Na realidade, tais aves mais parecem pombos com cores de araras. Entretanto, isto poderia ser analisado como a tentativa de representar a arara, utilizando uma analogia com os pombos, estes já conhecidos dos lusos.

¹⁰⁹ TRESIDDER, Jack. **O grande livro dos símbolos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p. 276.

¹¹⁰ CAMÕES, Luís de. *Op.cit.*, Canto II, 11, p.44.

¹¹¹ WILLEKE, frei Venâncio. *Op. cit.*, p. 503.

Além do esforço evangelizador e a fundação de feitorias, os lusos trataram de reconhecer o amplo litoral brasileiro durante os primeiros anos do século XVI. Uma prova disso seria a carta relativa ao Brasil e parte do Atlântico central (Prancha 6.1), cuja autoria é creditada a Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel¹¹². É um manuscrito iluminado sobre pergaminho, medindo 415 mm de altura por 590 mm de largura. Esta carta faz parte de uma coleção realizada entre 1515 e 1519, o chamado Atlas Miller, considerado o mais importante atlas português do século XVI. O litoral brasileiro está minuciosamente traçado, buscando-se a localização e o batismo de seus acidentes geográficos. Isa Adonias revela que seriam nada menos que 146 topônimos registrados¹¹³. Segundo Álvaro Teixeira Filho, esta carta foi a primeira a identificar a Guanabara com o nome de R. de Janeiro e a representá-la como uma baía na qual deságuam vários rios. Além disso, também seria a primeira a representar a serra dos Órgãos, identificada como “picos fragosos” e o Pão de Açúcar, chamado de “Sombreyro”¹¹⁴.

O continente é colorido em tons de verde, juntamente com as ilhas de maior área. As pequenas ilhas são representadas como pequenos pontos vermelhos. Os nomes dos acidentes geográficos e povoados são escritos em letra cursiva nas cores vermelho ou marrom e dispostos paralelamente ao ponto de referência, acompanhando a curvatura do litoral. As latitudes têm cor preta e atravessam a superfície ilustrada de um lado para o outro, delimitando as zonas climáticas. Como exceção, a linha que representa o trópico de capricórnio tem cor vermelha e desaparece sob as ilustrações. Outras linhas de cor vermelha e espessura mais fina foram traçadas a partir das quatro rosas-dos-ventos e são as linhas de rumo. Percebe-se, no canto direito da carta, um único tronco de léguas e diversas bandeiras com o brasão luso sinalizando as ilhas descobertas.

De acordo com Alfredo Pinheiro Marques, tanto o Planisfério Cantino quanto o Atlas Miller são consideradas cartas para príncipes, pois foram feitas sob encomenda e cuidadosamente iluminadas¹¹⁵. Entretanto, ao contrário do planisfério, feito de forma clandestina, o luxuoso Atlas teria sido um presente de D. Manoel I ao rei da França, Francisco I (1494 - 1547)¹¹⁶. Segundo Jaqueline Hermann:

¹¹² Lopo Homem (século XVI) foi cartógrafo oficial do rei na corte de D. Manuel, tendo produzido cartas entre 1517 e 1567. Pedro Reinel (c. 1500 – 1540) trabalhou principalmente para o rei D. João III, sendo auxiliado por seu filho, Jorge Reinel (século XVI).

¹¹³ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima...*op. cit.*, p.119.

¹¹⁴ TEIXEIRA FILHO, Álvaro. **Roteiro Cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, século XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 30.

¹¹⁵ MARQUES, Alfredo Pinheiro de. *Op.cit.*, p. 85. O autor revela ainda que as iluminuras deste Atlas ficaram a cargo de Antônio de Holanda, natural dos Países Baixos.

¹¹⁶ O Atlas ainda se encontra na França, na Biblioteca Nacional em Paris.

A disputa pelo direito à posse dos novos territórios levou o rei francês Francisco I de Valois (1515-1547) a afirmar que desconhecia o ‘testamento de Adão’ que fixara o poder dos países ibéricos sobre os novos territórios encontrados, o que levaria a França a apoiar o corso e a pirataria em diferentes áreas coloniais, inclusive na costa brasileira.¹¹⁷

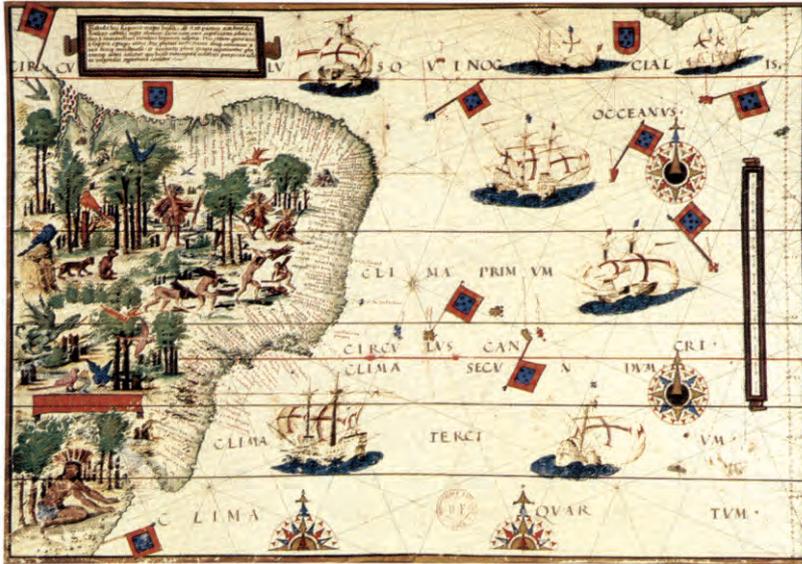
Portanto, o rei português teria possíveis interesses políticos em apresentar-lhe as possessões do seu império. Na carta relativa ao Brasil, por exemplo, apesar dos topônimos se iniciarem na altura do Maranhão e terminarem na região do Uruguai, as bandeiras portuguesas incluem como domínios os estuários do Amazonas e da Prata. Isto foi possível pelo desvio de 8^o para leste no traçado da costa, de modo a incluí-los no hemisfério português¹¹⁸. Além disso, os portugueses se representam como os senhores do Atlântico, pois suas caravelas se espalham por todo o oceano. Entretanto, é importante observar a legenda desta carta, que apesar de apresentar as riquezas da terra, em compensação, destaca seus aspectos aterrorizantes, como que desencorajando seus possíveis invasores:

Esta carta é da região do grande Brasil e do lado ocidental alcança as Antilhas do Rei de Castela. A sua gente é de cor escura. Selvagem e crudelíssima alimenta-se de carne humana. Este mesmo povo emprega, de modo notável, o arco e as setas. Aqui há papagaios e outras inúmeras aves e feras monstruosas. Encontram-se muitos macacos e nasce grande quantidade de árvores, chamadas de Brasil, convenientes para tingir as roupas com a cor púrpura.

Apesar da costa estar traçada de forma bastante verossímil, o interior da terra, ainda desconhecido, é preenchido por representações dos seus habitantes, da flora, da fauna, além da figura mítica de um dragão (Prancha 6.2). Assim como foi ressaltado no Planisfério Cantino, o tamanho desproporcional de alguns elementos tem como objetivo destacá-los. Os animais e os nativos estão muito grandes em relação às árvores, pois além do valor decorativo, essas figuras possuem também um caráter informativo. Os animais, por exemplo, são representados com detalhes e em diversas posições: araras multicoloridas surgem voando, pousadas e se coçando; um felino se locomove, senta e sobe uma árvore. Entretanto, o principal tema representado é o corte de madeira nativa, considerado a primeira imagem de uma atividade econômica no Brasil. Esta deixaria transparecer que “*a mentalidade técnica e*

¹¹⁷ HERMANN, Jaqueline. O cenário do encontro de povos. In: **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 20.

¹¹⁸ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima...*op. cit.*, p.119.



Prancha 6.1: HOMEM, Lopo; REINEL, Pedro; REINEL, Jorge. **Carta do Brasil.** 1515-1519. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 415 x 590 mm. Fonte: CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen.* Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos da morte do Infante Dom Henrique, 1960, estampa IV.



Prancha 6.2

mercantil dos portugueses deverá explicitar-se cada vez mais e deixará uma marca indelével na iconografia sobre o Brasil, produzida durante todo o período colonial”¹¹⁹.

No canto inferior esquerdo do mapa, encontra-se uma faixa na cor vermelha com a inscrição *Terra Brasilis* em amarelo. O nome de Vera Cruz para a região, como queria Pedro Álvares Cabral, foi substituído para Brasil, devido aos carregamentos de pau de tinta que cada vez mais chegavam à Europa. Segundo Laura de Mello e Souza, a denominação da colônia portuguesa foi alvo de intensas disputas entre comerciantes e humanistas lusos. A seu ver, o cronista português João de Barros (1496 – 1570) foi o fundador de uma tradição onde a batalha entre Deus e o Diabo aparece identificada com o surgimento da colônia lusa. Sua luta era para que o nome de uma madeira comercializada não dominasse a do lenho no qual morrera Jesus. Barros se empenhou em devolver àquela Terra “*o nome com que tanta solenidade lhe foi posto, sob pena de a mesma cruz que nos há de ser mostrada, no dia final, os acusar de mais devotos do pau-brasil do que dela*”¹²⁰. Pero de Magalhães Gândavo (c.1540 – 1579), autor da primeira obra publicada em língua portuguesa sobre o Brasil, de 1576, também se empenhou nesta cruzada a favor da Santa Cruz:

Mas para que nisto magoemos ao demônio, que tanto trabalhou e trabalha para extinguir a memória da santa cruz (mediante a qual fomos redimidos e livrados do poder de sua tirania) e desterrá-la dos corações dos homens, restituamos-lhe seu nome e chamemos-lhe, como em princípio, província de Santa Cruz (...).¹²¹

Os habitantes da terra têm a pele escura e são representados de duas maneiras: vestidos com penas de ave e armados com arco e flechas¹²², ou nus, carregando e cortando a madeira com um machado de ferro. As árvores são também representadas de duas formas distintas: intactas ou cortadas. Segundo Francisco Adolfo de Varnhagem, o termo “brasileiros” não identifica os habitantes do país, mas sim os traficantes de pau-brasil¹²³. Entretanto, o “vulgo lenho” acabou por nomear os nativos desta terra, gente agora selvagem e crudelíssima, que maneja arcos e flechas com habilidade. Frei Venâncio Willeke relata que,

¹¹⁹ BELLUZO, Ana Maria de Morais. *Op.cit.*, v.1, p.19

¹²⁰ BARROS, João de *apud* SOUZA, Laura de Mello. O nome do Brasil. In: **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, abril de 2000, p. 37.

¹²¹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 46.

¹²² A arte plumária era uma das mais importantes expressões artísticas dos nativos, possuindo funções míticas, estéticas e rituais. Os guerreiros tinham particular interesse nos adornos de penas de ave, cujo pássaro doador era revestido de grande valor simbólico. Os grandes chefes costumavam usar mantos de penas.

¹²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, Vol. I, 1978, p. 88. O termo gramaticamente correto seria brasilienses. Se os brasileiros exploram o pau-brasil, da mesma forma, os baleeiros pescam baleias, os negreiros traficam negros africanos e os pimenteiros, pimenta.

apesar dos primeiros missionários franciscanos verem “*seus trabalhos bem remunerados pelo êxito espiritual obtido entre os silvícolas*”¹²⁴, os colonos exploravam e oprimiam os Tupiniquins. Além disso, “*(...) as forças do mal estavam agindo*”¹²⁵ e os nativos acabaram por exterminar a colônia lusa de Porto Seguro, por volta de 1520, sem pouparem os religiosos. O pânico dos colonos também estaria presente em uma carta escrita na Bahia, em meados do século XVI: “*terras de criação de todas as coisas deste mundo não há em toda a terra como esta, mas o gentio dela é o demônio*”¹²⁶. É também interessante observar na imagem do mapa a figura de um dragão, localizada um pouco acima da faixa com a inscrição “*Terra brasilis*”. Este possui asas e cospe fogo conforme o imaginário medieval, que combina nesta mesma criatura os simbolismos da terra, do fogo, da água e do ar¹²⁷. O cristianismo contribuiu para que este

(...) se tornasse um símbolo generalizado do mal. (...) Os dragões subjugados por muitos cristãos, notadamente São Miguel, simbolizam a desordem e a descrença, assim como o mal moral e a bestialidade primordial.¹²⁸

Entretanto, houve um aspecto dos brasileiros em que o imaginário foi ofuscado por uma realidade que parecia fantástica: a antropofagia. De acordo com José Roberto Teixeira Leite, este foi o hábito do Novo Mundo que mais causou espanto aos europeus, sendo necessária a criação de uma bula papal, no ano de 1537, reconhecendo explicitamente a natureza humana dos nativos¹²⁹. Segundo Pero de Magalhães Gândavo:

Uma das coisas em que esses índios mais repugnam o ser da natureza humana, e em que totalmente parecem que se extremam dos outros homens, é nas grandes e excessivas crueldades que executam em qualquer pessoa que podem ter às mãos, quando não seja de seu rebanho. Porque não tão somente lhe dão cruel morte quando estão mais livres e desimpedidos de toda a paixão, mas ainda, depois disso, por se acabarem de satisfazer, lhe comem todos a carne, usando nessa parte de crueldades tão diabólicas, que ainda nelas excedem aos brutos animais que não têm uso de razão, nem foram nascidos para obrar clemência.¹³⁰

¹²⁴ WILLEKE, Frei Venâncio. *Op. cit.*, p. 503.

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

¹²⁶ Dias, Luis *apud* ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 122.

¹²⁷ TRESIDDER, Jack. *Op. cit.*, p. 118.

¹²⁸ Idem, *ibidem*.

¹²⁹ LEITE, José Roberto Teixeira. Viajantes do imaginário: a América vista da Europa dos séculos XV ao XVII. In: **Revista USP**. São Paulo, n.30, 1994, p.34.

¹³⁰ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Op.cit.*, p. 155.

No entanto, os rituais antropofágicos eram cerimônias em que o inimigo desempenhava um papel essencial nas relações intertribais. As tribos aliadas eram convidadas para o banquete, com o intuito de reforçar seus laços guerreiros. No dia da execução, homens, mulheres e crianças lembravam seus antepassados e vingavam-se simbolicamente. Ao mesmo tempo, o cativo encarava com bravura os seus oponentes, prometendo a desforra da sua tribo. Todos se alimentavam da vítima, com exceção do seu matador, que entrava em resguardo e trocava de nome. Portanto, a morte honrosa criava elos entre amigos e entre inimigos e reforçava a sua identidade cultural.

O rito antropofágico era comum entre a família Tupi-Guarani, que povoava grande parte da costa brasileira no século XVI¹³¹. Os Tupiniquins encontrados pela frota de Cabral pertenciam, portanto, ao ramo Tupi daquele tronco. Ao longo de muitos séculos, os Tupis-Guaranis expulsaram os antigos habitantes do litoral, pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê. Conhecidos como Tapuias, ofereceram grande resistência aos lusos, como foi o caso dos Aymoré, do sul da Bahia e dos Goytacá, do norte fluminense. Entretanto, como afirma Sérgio Buarque de Holanda,

No Brasil, a exploração litorânea praticada pelos portugueses encontrou mais uma facilidade no fato de se achar a costa habitada de uma única família de indígenas, que de norte a sul falavam um mesmo idioma. É desse idioma, prontamente aprendido, domesticado e adaptado em alguns lugares, pelos jesuítas, às leis da sintaxe clássica, que há de servir para o intercuro com os demais povos do país, mesmo os de casta diversa.”¹³²

Foi entre os Tupis que a catequese obteve maior sucesso e foi com eles que as principais alianças foram forjadas. Como consequência, desde o século XVI, este foi o grupo indígena mais documentado, não somente pelos lusos, mas pelos europeus em geral. Para os Tupis, “(...) *as relações com o outro constituíam elemento básico em sua tradição cultural, daí a extrema abertura ao contato que tanto surpreendeu os europeus e possibilitou a colonização*”¹³³. No entanto, muitos se rebelaram contra os brancos, assim como também era comum a batalha intertribal. “*Nas sociedades Tupi-Guaranis, o complexo guerra-vingança-antropofagia desempenhava papel central, sendo a guerra a sua instituição fundamental.*”¹³⁴ Havia os índios aldeados e aliados dos portugueses e os hostis, espalhados pelo interior. Ao

¹³¹ Os Tupis ocupavam desde o litoral do Ceará até Cananéia, São Paulo. Os Guaranis dominavam a costa de São Paulo até a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, além de regiões no interior.

¹³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997, p.71.

¹³³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O nativo torna-se índio. In: **Jornal do Brasil** – Caderno Idéias Especial. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2000, p. 03.

¹³⁴ COUTO, Jorge; GUEDES, Max Justo. **O descobrimento do Brasil**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 34-35.

longo da colonização, segundo Beatriz Perrone-Moisés, “*Se a liberdade é sempre garantida aos aliados, a escravidão é, por outro lado, o destino dos índios inimigos.*”¹³⁵ Entretanto, como amigos ou não, os europeus se inseriram nas relações intertribais e delas se utilizaram em benefício próprio, causando, nas primeiras décadas do século XVI,

(...) altas mortalidades, desestruturando a organização social dos povos, modificando relações, intensificando guerras, instigando ódios, e sem dúvida, acentuando a tradicional inconstância e flexibilidade das relações dos índios com os outros. Não foram poucos os grupos que, de aliados, tornaram-se ferrenhos inimigos dos portugueses, por conta de suas traições, violências e maus tratos.¹³⁶

Porém, segundo Pero de Magalhães Gândavo, os índios “*São desagradecidos em grã maneira, e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar e vingativos ao extremo.*”¹³⁷ Além disso, sobre a língua tupi, Gândavo observa que:

Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela nem F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.¹³⁸

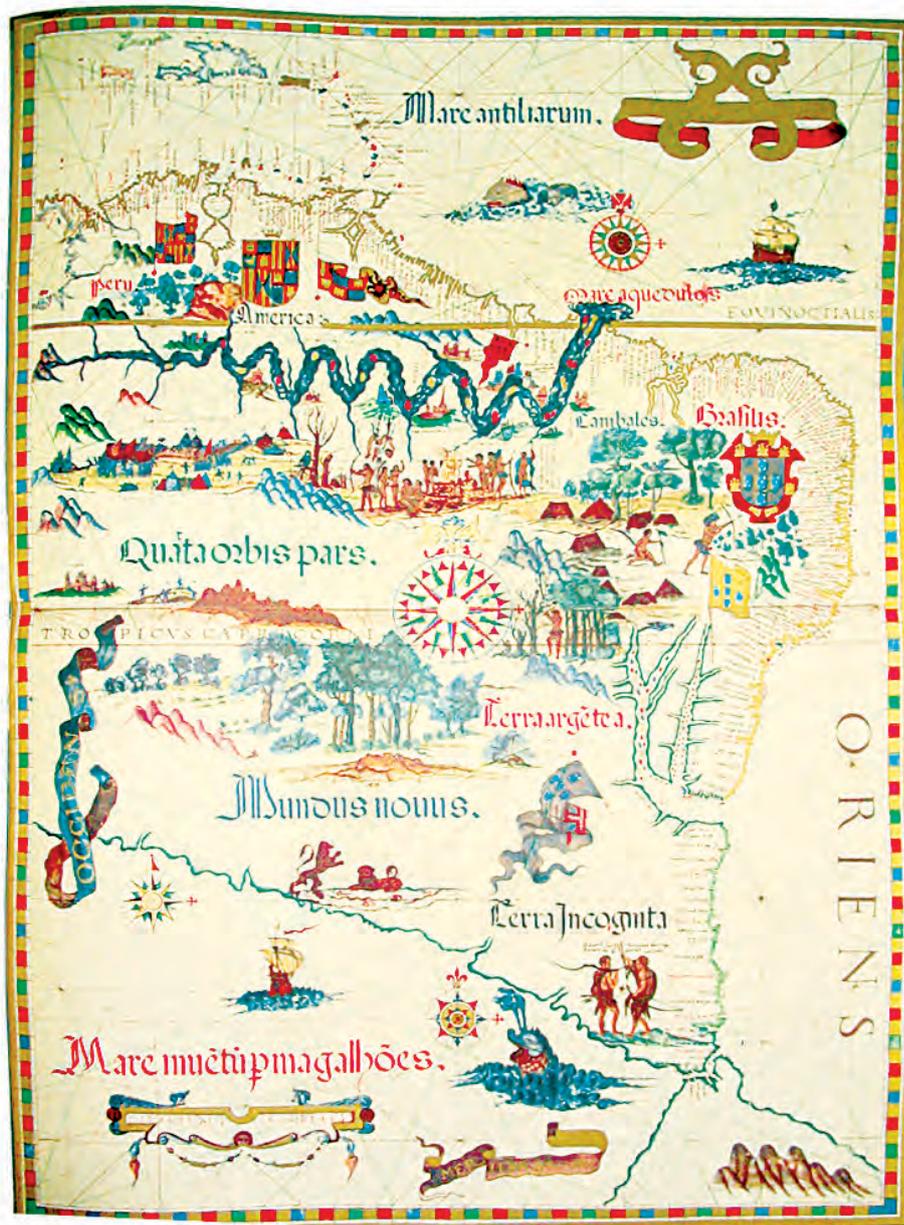
Os desumanos e vingativos índios são também representados na carta intitulada Quarta Parte do Mundo, Mundo Novo, de autoria de Diogo Homem, de 1558 (Prancha 7). A obra é manuscrita e iluminada sobre pergaminho e mede 566 mm de largura por 800 mm de altura. Desde o istmo do Panamá até o estreito de Magalhães, no extremo sul americano, a costa está traçada constando seus respectivos topônimos. Entretanto, a costa do Pacífico, além de incompleta, não foi nomeada. O mar das Antilhas está representado com parte de suas ilhas. No continente, há que se destacar o rio Amazonas, traçado desde a sua nascente até a sua foz e o rio da Prata com seus afluentes. Os montes na porção ocidental do continente seriam a cordilheira andina. Há uma grande rosa-dos-ventos no centro da carta e outras três menores: duas ao sul e uma ao norte, todas as quatro interligadas por linhas de rumo. Estão representados o Equador e o Trópico de Capricórnio, além dos pontos cardeais setentrional, meridional, ocidental e oriental. Este último está em destaque e não se apresenta envolvido por uma flâmula. Há também um decorado tronco de léguas, na parte inferior da carta.

¹³⁵ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Cunha, Manoela Carneiro da. (Org.) **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p.123.

¹³⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.*, p. 03.

¹³⁷ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Op.cit.*, p. 134.

¹³⁸ Idem, p. 135.



Prancha 7: HOMEM, Diogo. *Quarta Orbis Pars. Mundus Novus*. 1558. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 566 x 800 mm. Fonte: CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos da morte do Infante Dom Henrique, 1960, estampa IX.

O cartógrafo Diogo Homem foi, segundo Armando Cortesão, um dos mais prolíficos profissionais portugueses. Entretanto, toda a sua obra encontra-se fora de Portugal, pois, mesmo sendo filho do renomado Lopo Homem, cedo se expatriou para a Inglaterra. Dispondo dos secretos padrões lusos, seu trabalho foi muito requisitado pelos poderosos da época e segundo Max Justo Guedes, “*A eles, mais do que aos navegadores, parece ter sido destinada a sua produção*”¹³⁹. A carta do Mundo Novo teria sido feita para a rainha da Inglaterra Isabel I (1533 – 1603), com a função de estabelecer a divisão das possessões lusas e espanholas demarcadas por Tordesilhas¹⁴⁰.

O brasão e as flâmulas espanholas concentram-se apenas na região costeira das atuais Colômbia e Venezuela, designada no mapa como Peru. Nos Andes, está representado um acampamento militar espanhol, além de cidades como Cuzco, traçada abaixo da legenda Quarta Parte do Mundo. Esta era a capital do império Inca, na época da chegada dos castelhanos e tornou-se uma região de grande prospecção aurífera, como é possível observar pela pequena ilustração de homens extraíndo minerais do solo. Ao sul do continente, é interessante observar a bandeira com o brasão português, aumentando consideravelmente o domínio territorial luso. Abaixo da legenda Terra Incógnita, estão representados dois nativos vestidos com peles de animais e armados com arcos e flechas. Descritos como os gigantes da Patagônia, foram citados no relato do italiano Antônio Pigafetta (c.1480 – 1534), cronista da primeira viagem marítima de circunavegação da Terra, comandada pelo português Fernão de Magalhães (1470 – 1521). Próximo destes, emerge um ser marinho com a boca assustadoramente aberta, jorrando água tal como uma baleia. Abaixo da legenda Mundo Novo, são representados dois leões: um deitado de perfil e outro de pé sobre as duas patas. Apesar de não existir na América, a presença deste animal poderia ser justificada pela carta do navegador Américo Vespúcio, de 1502, com a descrição do Novo Mundo: “*Quem poderá enumerar a infinidade de animais silvestres, tanta abundância de leões, e onças, e de gatos (...)*”¹⁴¹. Entretanto, simbolicamente, o leão significaria autoridade e força, “*(...) mas também crueldade, ferocidade devoradora e morte. O leão é uma imagem do grande e do terrível na natureza (...)*”¹⁴².

Os terríveis gentios do Brasil, devoradores de gente, são representados em torno de uma grande fogueira onde assam uma vítima. Percebe-se em um arbusto seco, os membros e a

¹³⁹ GUEDES, Max Justo. A cartografia portuguesa antiga. In: **Tesouros da cartografia portuguesa...** *op. cit.*, p. 28.

¹⁴⁰ Esta carta pertence a um Atlas de 12 folhas que se encontra atualmente no British Museum, em Londres.

¹⁴¹ VESPÚCIO, Americo. **Novo Mundo**. Porto Alegre: LP&M Editora, 1984, p. 69.

¹⁴² TRESIDDER, Jack. *Op. cit.*, p. 194.

cabeça da mesma pendurados. Quase todos ao redor do fogo estão nus, com exceção de dois homens que empunham arcos e flechas. À direita desta imagem, estão representadas moradias indígenas, árvores com papagaios e dois nativos, além da inscrição “*canibalis brasiliis*”. Um deles está nu, sentado com um machado de ferro na mão e outro, adornado com penas, aponta uma flecha de forma ameaçadora para o brasão português, que simboliza o poder dos lusos sobre aquela terra. O rio Amazonas¹⁴³ é traçado de forma a ressaltar a sinuosidade do seu curso. Ao longo deste, percebe-se o curioso registro de diversas cidades. Com razão, no século XVI, havia uma grande quantidade de sociedades indígenas no Amazonas, desde a fronteira do Peru até a sua foz, na ilha de Marajó. Baseado nas crônicas do frei espanhol Gaspar de Carvajal (1500 – 1584)¹⁴⁴, Antonio Porro sustenta que:

Em meados do século XVI a várzea amazônica surpreendera os primeiros viajantes com uma população numerosíssima, internamente estratificada e assentada em povoados extensos, produzindo excedentes que alimentavam um significativo comércio intertribal de produtos primários e manufaturados.¹⁴⁵

A água do rio é azul, contrastando com suas ilhas amarelas e vermelhas. Entretanto, seria possível comparar o seu desenho ao de uma serpente de pele escura e pintada. A foz do rio, por exemplo, seria a sua cabeça erguida. Há entre os povos amazônicos diversos mitos relacionados a uma grande cobra. Segundo David Guss, o mito denominado *Wiyu* trata de uma enorme anaconda, atraída para a terra pelo cheiro de sangue e o desejo de raptar homens e mulheres. Apesar de ser percebida como uma força negativa, ela também simbolizaria a água¹⁴⁶. A mito da cobra grande também seria bastante difundido entre os povos do norte amazônico de língua Carib. De acordo com Lúcia Hussak van Velthen, “*Tuluperê, a serpente pintada, constitui a figura central do mito de obtenção da cestaria e de seus motivos decorativos*”¹⁴⁷. Por conseguinte, uma superfície de cesto trançada equivaleria simbolicamente à própria pele de *Tuluperê*. É possível, portanto, que os espanhóis

¹⁴³ Segundo Ronald Raminelli (2003, p. 78), este curso d’água foi inicialmente conhecido como “grande rio”, depois batizado de *Marañon*, mais tarde *Orellana* e definitivamente Amazonas.

¹⁴⁴ Este frei dominicano foi o escrivão da expedição espanhola de 1542, que explorou o rio Amazonas desde a sua nascente, nos Andes, até a sua foz, no Atlântico. Esta foi organizada por Gonzalo Pizarro (1502 – 1548), irmão de Francisco Pizarro (c. 1475 – 1541), conquistador do Peru, com auxílio do capitão Francisco de Orellana (c. 1511– 1546), visando descobrir o “país da Canela” e a “Província do Eldorado”.

¹⁴⁵ PORRO, Antônio. História indígena do Alto e Médio Amazonas. In: Cunha, Manoela Carneiro da. (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p.176.

¹⁴⁶ GUESS, David M. **To weave and sing: Art, Symbol and Narrative in the South American Rain Forest**. Los Angeles: University of California Press, 1990, p.108.

¹⁴⁷ VELTHEN, Lúcia Hussak van. **A pele de Tuluperê: uma etnografia dos trançados Wayana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998, p.122.

quinhentistas tenham conhecido o mito da grande serpente e que, ao lado das guerreiras Amazonas e do Eldorado, tenham influenciado o imaginário europeu. Por fim, é importante observar que tanto os canibais, os gigantes da patagônia, os leões, o monstro marinho e o rio-serpente, que são figuras assustadoras, são mais destacados do que os colonizadores espanhóis, que são representados em escala bem menor.

O cartógrafo Diogo Homem novamente retrata o Brasil como uma terra de canibais na carta do Novo Mundo, em Atlas de 1568. É um manuscrito iluminado de 420 mm de largura por 580 mm de altura (Prancha 8)¹⁴⁸. A costa do continente sul-americano está representada, com seus respectivos topônimos, desde antes da foz do rio Amazonas até o estreito de Magalhães, no extremo sul. A linha equinocial e o trópico de Capricórnio estão destacados em vermelho, assim como um meridiano graduado nas cores azul, vermelho e dourado. Ao longo deste, está assinalado o ponto cardeal ocidental, cujas letras espaçadas ocupam quase toda a altura da carta. Além deste, também está marcado o setentrional, com suas letras quase preenchendo a largura da mesma e o meridional, destacado em vermelho. Há quatro rosas-dos-ventos e um tronco de léguas. Tal como a carta anteriormente analisada, o rio Amazonas está representado em azul escuro com as suas ilhas em vermelho e amarelo, destacando-se a sinuosidade do seu traçado. A sua foz contém a inscrição “mar de água doce”. Também aparece em evidência o rio da Prata com os seus afluentes e suas ilhas em vermelho, azul e dourado. O brasão espanhol encontra-se na região da *Terra Argetea*, que mais tarde se chamaria Argentina. Como já foi visto anteriormente, no extremo sul do continente há dois nativos armados. Entretanto, desta vez eles estão nus com tacapes nas mãos, abaixo da inscrição terra de gigantes.

Há no Brasil duas marcas de posse lusas: um brasão próximo ao rio da Prata e uma bandeira, fincada na foz do Amazonas. Pode-se inferir, portanto, o interesse português de assegurar as duas principais vias de acesso ao interior americano, a chamada *Incognita Regio*. Segundo Moacyr Scliar, os mapas serviam como um instrumento de divisão de poder, além de propagar crenças e temores.

A expressão Terra incógnita, por exemplo, apelava à imaginação; tratava-se de regiões que podiam ser povoadas por seres estranhos, ameaçadores – agentes da Morte, que é, nas palavras de Hamlet, “a terra ainda não descoberta, de cujos limites nenhum viajante retorna”¹⁴⁹

¹⁴⁸ Esta carta pertence a um Atlas de 28 folhas que se encontra na Sächsische Landesbibliothek, Dresden, Alemanha.

¹⁴⁹ SCLIAR, Moacyr. *Op.cit.*, p. 15.



Prancha 8: HOMEM, Diogo. *Mundus Novus*. 1568. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 420 x 580 mm. Fonte: CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos da morte do Infante Dom Henrique, 1960, estampa XIV.

A terra denominada *Brasilis* possui diversas árvores, um nativo assando membros humanos (abaixo da inscrição *Canibales*) e um macaco. Segundo a tradição cristã, este animal é profundamente suspeito, “(...) *na qual era igualado ao vício, luxúria, idolatria e heresias demoníacas. As habilidades imitativas dos macacos eram amplamente utilizadas para satirizar a vaidade humana e outros tipos de insensatez*”¹⁵⁰. É interessante observar que o símio está representado na posição agachada, tal como se encontra o canibal preparando a sua refeição. Logo abaixo do mesmo está a legenda Terra de Antropófagos, que designa uma grande região ao longo do rio Amazonas. De acordo com Ronald Raminelli, as histórias (não confirmadas) sobre as riquezas amazônicas difundiram-se rapidamente, influenciando espanhóis, ingleses, irlandeses e holandeses a empreender viagens exploratórias e estabelecer colônias¹⁵¹.

Os portugueses, por seu turno, não se importavam tanto com esses relatos. Interessavam-se, sobretudo, na conquista territorial, incluindo o controle sobre as comunidades locais. Para eles, o braço escravo indígena era bem mais valioso do que as quimeras cultivadas pelos espanhóis e outros conquistadores: o ouro vermelho, ou seja, o sangue dos índios, como bem escreveu o padre Antônio Vieira, constituía a maior riqueza da região.¹⁵²

Segundo Mary Del Priore e Renato Venâncio, quando os portugueses substituíram a prática do escambo com os nativos pela agricultura, “*O indígena passou a ser, simultaneamente, o grande obstáculo para a ocupação da terra e a força de trabalho necessária para colonizá-la*”¹⁵³. A figura do canibal retratada na carta poderia simbolizar, portanto, um entrave à colonização da região e, ao mesmo tempo, um escravo em potencial. Entretanto, mais que isso, a imagem do antropófago também poderia assustar os afoitos estrangeiros, desestimulando-os a empreender viagens para a terra amazônica. Esta só seria efetivamente colonizada pelos lusos no século XVII¹⁵⁴.

¹⁵⁰ TRESIDDER, Jack. *Op. cit.*, p. 214.

¹⁵¹ Ainda no século XVI, os espanhóis organizariam mais duas expedições para a região amazônica: em 1544 com Francisco de Orellana e em 1559 com Pedro de Ursua (séc. XVI). Em 1595, o inglês Walter Raleigh (c. 1552 – 1618) liderou uma expedição na qual descobriu a Guiana. Entretanto, como afirma Ronald Raminelli (2003, p.83), eles não encontraram ouro, nem mesmo conseguiram colonizar a região.

¹⁵² RAMINELLI, Ronald. A incrível conquista da Amazônia. In: **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro, n.2, Dezembro de 2003, p.79.

¹⁵³ PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p.31.

¹⁵⁴ Ao contrário dos espanhóis, os portugueses exploraram o rio Amazonas da sua foz para a sua nascente. A sua subida foi realizada por Pedro Teixeira (c. 1570 – c. 1650), na década de 1630. A partir de então, os lusos iniciaram o processo de ocupação da bacia amazônica.

2.4 O Brasil Atlântico dos Portugueses

A decisão de colonizar o Brasil tinha dois objetivos principais: garantir o monopólio da rota para as Índias e afastar os franceses que assediavam a costa desde princípios do século XVI. Até a década de 1530, os lusos estavam “*Enfurnados em apenas três ou quatro feitorias ao longo do litoral*”¹⁵⁵ e dependiam dos aliados indígenas para a sua alimentação e proteção. Em troca de utensílios como facas, enxadas e espelhos, os nativos forneciam pau-brasil, escravos (vítimas das guerras intertribais) e papagaios. Consistindo em simples galpões cercados por muros de pau-a-pique, as feitorias se tornaram “*verdadeiros enclaves litorâneos, que cumpriam funções comerciais, militares e até diplomáticas*”¹⁵⁶. Entretanto, o sistema de capitanias hereditárias, adotado por D. João III (1502 – 1557) em 1532, visava estabelecer mecanismos mais eficazes de controle sobre a costa brasileira. Entre 1534 e 1536, foram cedidas 14 porções de terra, com 50 ou 100 léguas de extensão litorânea, para promover a ocupação e a exploração do Brasil. Os donatários das primeiras capitanias pertenciam a uma elite, que se destacara prestando serviços à coroa portuguesa. Apesar de hereditárias, as capitanias não eram propriedade absoluta dos donatários: o Estado português era seu legítimo dono. Segundo Jaqueline Hermann, “*Hereditário era sobretudo o poder do donatário de administrar a capitania como conquista ultramarina do Estado português*”¹⁵⁷. Sérgio Buarque de Holanda também ratifica a influência exercida pelo Estado luso no Brasil e o seu interesse específico na colonização do seu litoral.

(...) D. João III tinha mandado fundar colônias em país tão remoto com o intuito de retirar proveitos para o Estado, mediante a exportação de gêneros de procedência brasileira: sabia que os gêneros produzidos junto ao mar poderiam conduzir-se facilmente à Europa e que os do sertão, pelo contrário, demoravam a chegar aos portos onde fossem embarcados (...).¹⁵⁸

Apesar do fracasso econômico de muitas capitanias, foi através delas que os primeiros núcleos de colonização foram estabelecidos, como São Vicente e Pernambuco. Esta última se tornaria, inclusive, o centro da produção açucareira no Brasil. De acordo com Gilberto Freyre, “*Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na*

¹⁵⁵ PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. *Op. cit.*, p. 30.

¹⁵⁶ HERMANN, Jaqueline. *Op. cit.*, p. 23. A forma de ocupação por feitorias foi herdada das experiências lusas na África e na Ásia e tinham por objetivo conter os ataques inimigos que vinham do mar, fossem eles de estrangeiros ou de indígenas.

¹⁵⁷ Idem. *Ibidem*.

¹⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil...** *op. cit.*, p.67.

técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição”¹⁵⁹. Através do sistema de capitânias, segundo Ernani Silva Bruno:

Cresceu a população de colonos brancos, fundaram-se as primeiras vilas e a ocupação das terras da costa, partindo de Pernambuco, foi se estendendo – à custa de muita luta com os bugres hostis e com expedicionários franceses – até o litoral do Maranhão.¹⁶⁰

Com a instauração do Governo Geral, em 1549, teve início um movimento de centralização administrativa. A cidade de Salvador é fundada, chegam os primeiros padres da Companhia de Jesus e são reduzidos os privilégios concedidos aos donatários. No regimento do governador-geral Tomé de Souza, “*estipula-se, expressamente, que pela terra firme adentro não vá tratar pessoa alguma sem licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real*”¹⁶¹. Além disso, outra medida estimulava a construção de vilas junto ao mar e aos rios navegáveis. Portanto, a Coroa criava todas as dificuldades às entradas para o interior, com receio que se despovoasse o litoral. Sérgio Buarque de Holanda considera que a influência daquela colonização litorânea, praticada pelos portugueses, ainda persiste até os nossos dias. “*Quando hoje se fala em ‘interior’, pensa-se como no século XVI, em região escassamente povoada (...)*”¹⁶². Segundo Luiz Felipe de Alencastro, as ordens régias dificultaram o acesso ao trabalho indígena, assim como proibiram o intercâmbio comercial entre as capitânias. Entretanto, estimularam o tráfico negreiro, estreitando os laços com a África. “*É no espaço mais amplo do Atlântico Sul que a história da América portuguesa e a gênese do Império do Brasil tomam toda a sua dimensão.*”¹⁶³ Ainda de acordo com este autor:

Por causa dos sistemas de ventos, das correntes e do comércio predominantes no Atlântico Sul, até o final do século XVII, e mesmo depois dessa data, a costa Leste-Oeste (a Amazônia propriamente dita, o

¹⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 4.

¹⁶⁰ BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil** (Geral e Regional). 2 (Nordeste). São Paulo: Editora Cultrix, 1967, p. 27.

¹⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil...** *op. cit.*, p.66.

¹⁶² Idem, p. 67 e 68. O autor considera importante destacar a obra das bandeiras paulistas como um empreendimento que encontra em si mesmo a sua explicação. Mesmo sem romper com a Metrópole, estas desafiaram as leis e os perigos para dar ao Brasil a sua atual silhueta geográfica. Segundo o autor (p. 68), “*No planalto de Piratininga nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra voz articulada. A expansão dos pioneiros paulistas não tinha suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole e fazia-se freqüentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta.*”

¹⁶³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 20.

Maranhão, o Pará, o Piauí e o Ceará) permanece dissociada do miolo negreiro do Brasil, enquanto Angola se agrega fortemente a ele.¹⁶⁴

Portanto, este tipo de mentalidade colonizadora, que privilegiou a ocupação da costa brasileira e o comércio marítimo com a metrópole e com a África, pode ser percebido na carta de Jorge Reinel de c. 1540 (Prancha 9)¹⁶⁵. É um manuscrito iluminado de 610 mm de largura por 795 mm de altura e está assinada, como se pode ver no seu canto superior esquerdo. Nesta carta, estão representadas somente parte da costa brasileira, da costa ocidental africana e da Europa, além de arquipélagos atlânticos, como Açores, Canárias e Cabo Verde. Há uma grande rosa-dos-ventos central – com a tradicional flor-de-lis apontando o norte e a cruz o leste – e outras dez menores. Há três troncos de léguas nas cores azul e vermelho. Rubra também é a cor do trópico de Capricórnio, Câncer e da linha equatorial. Um meridiano graduado tem destaque com as cores amarela e verde, servindo de escala para a determinação das latitudes.

Esta carta tem a clara função de demarcar uma área de extremo interesse comercial dos lusos: o Atlântico. É interessante observar a interrupção no traçado da África antes do Cabo da Boa Esperança, ficando o continente africano cortado pela metade. Uma explicação possível seria que “*Os portugueses do século XVI, sobretudo a partir de meados da centúria, designavam habitualmente as áreas situadas entre o Cabo da Boa Esperança e a China como fazendo parte do Estado da Índia*”¹⁶⁶. Assim sendo, Portugal, Brasil e África Ocidental formavam um mesmo bloco estratégico. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, os colonos brasileiros recorriam à Metrópole “*(...) para exportar suas mercadorias, mas também para importar seus fatores de produção, isto é, os africanos. Fenômeno que configura os rumos da presença lusitana no espaço sul-atlântico*”¹⁶⁷.

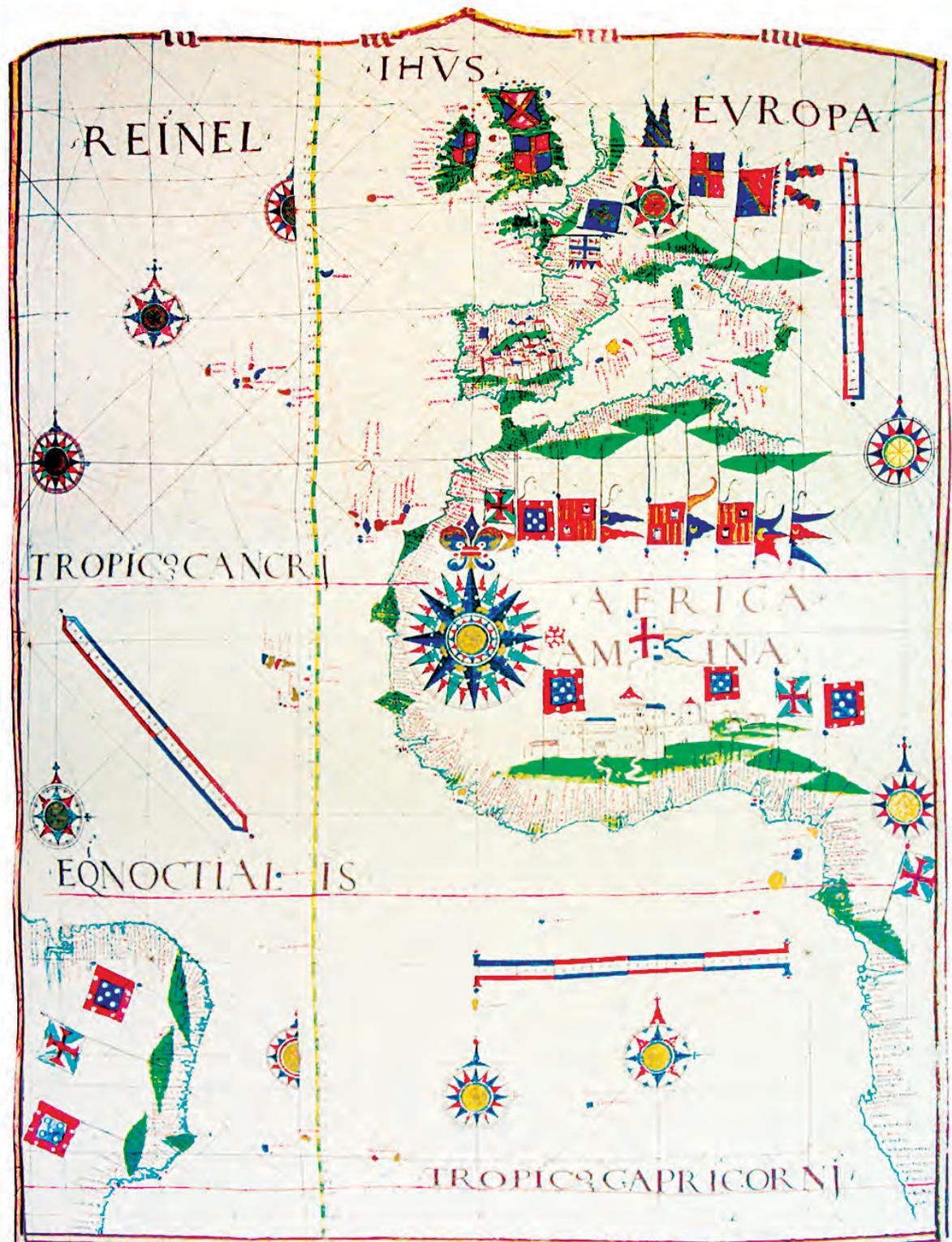
Os reinos europeus são simbolizados por brasões ou por bandeiras. Percebe-se a representação de um grande núcleo urbano cobrindo quase toda a península ibérica, podendo ser, devido à nacionalidade do cartógrafo, a própria cidade de Lisboa. O norte africano possui bandeiras marcando as posses lusas e espanholas, além de outras, com o símbolo do crescente e a estrela, que simbolizam as terras árabes. Na costa africana está a fortaleza de São Jorge da Mina, ou Castelo da Mina, dominando toda a região da Guiné. Este foi “*repetidamente representado nas iluminuras de cartas portuguesas, mas tais representações eram simbólicas,*

¹⁶⁴ Idem, ibidem.

¹⁶⁵ Esta carta encontra-se atualmente na Biblioteca Barone Ricasoli-Firidolfi em Florença, Itália.

¹⁶⁶ GARCIA, José Manuel. Tesouros da cartografia portuguesa em Portugal. In: **Tesouros da cartografia portuguesa**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1997. p. 100.

¹⁶⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, pp.27 e28.



Prancha 9: REINEL, Jorge. **Carta do Atlântico.** 1540. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 610 x 795mm. Fonte: CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos da morte do Infante Dom Henrique, 1960, estampa VI.

não revelando preocupações realistas.”¹⁶⁸ Diversas bandeiras lusas cercam o castelo e também demarcam a região do atual Zaire. Segundo José Manuel Garcia:

As principais áreas freqüentadas pelos portugueses em todo litoral ocidental da África, desde Ceuta até o Cabo da Boa Esperança, situam-se na Guiné, considerando aqui a Guiné como a vasta zona que vai desde o cabo Bojador até o golfo da Guiné, bem como no Congo e Angola, que a sul do Equador merecem uma individualização, tal como as ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ou as feitorias/fortalezas de Arguim e de São Jorge da Mina.¹⁶⁹

A terra brasileira, ou somente a sua costa, está sobriamente demarcada com apenas três bandeiras: duas com o Brasão luso e uma com a cruz. É importante observar as iniciais IHUS na porção superior da carta. Estas formam uma abreviatura do nome de Jesus e simbolizam a salvação ou a ressurreição¹⁷⁰. Portanto, as conquistas das terras brasileiras e africanas seriam a própria “dilatação do Império e da Fé”.

Em 1558, o cartógrafo Sebastião Lopes (século XVI) deixou-nos uma carta que também representa o Brasil, a África e a Europa. Esta possui 830 mm de altura por 1015 mm de largura (Prancha 10) e atualmente se encontra no British Museum, em Londres. De acordo com Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, apesar da extensa obra que lhe é atribuída, somente restou este exemplar datado e assinado¹⁷¹. Entre 1558 até 1596, Lopes foi cartógrafo oficial do Armazém da Índia, além de examinador de candidatos ao ofício. Segundo Max Justo Guedes, desde jovem, este cartógrafo “*demonstrara ser excelente artista, destacando-se pela beleza plástica de suas obras e, em especial, pelas magníficas rosas-dos-ventos que criou, consideradas as mais belas da cartografia portuguesa*”¹⁷².

A Europa está representada da península ibérica até os Bálcãs, constando também as ilhas britânicas e parte da Escandinávia. A África está, como na carta anterior, traçada pela metade, ou seja, do norte mediterrâneo até o Cabo da Boa Esperança. No Novo Mundo, está figurada a costa oriental da América do Norte, a América Central, além de parte da América do Sul. Nesta última, há que se ressaltar o rio Amazonas e o rio da Prata. Há duas grandes rosas-dos-ventos com 32 rumos: no Atlântico norte e no centro da América do Sul. Próxima desta está outra com 16 rumos. Constam também outras 9 rosas-dos-ventos com 8 rumos. Estão destacados em vermelho o trópico de Capricórnio, Câncer e a linha equatorial. Dois

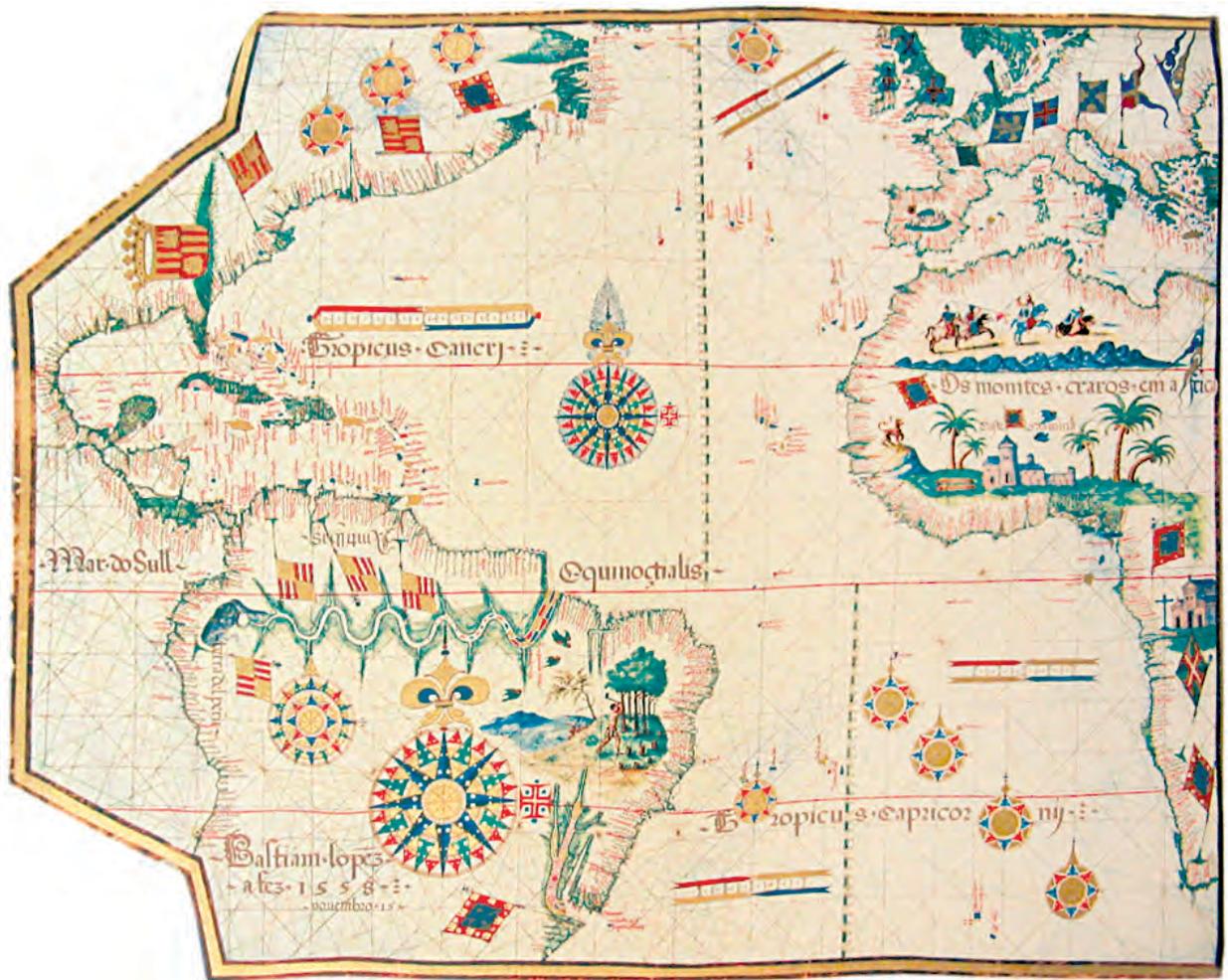
¹⁶⁸ GARCIA, José Manuel. *Op. cit.*, p. 99.

¹⁶⁹ Idem, p. 66.

¹⁷⁰ TRESIDDER, Jack. *Op. cit.*, p. 174.

¹⁷¹ MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Op., cit.*, p. 389.

¹⁷² GUEDES, Max Justo. A Cartografia Portuguesa Antiga. In: **Tesouros ... op. cit.**, p. 29.



Prancha 10: LOPES, Sebastião. **Carta do Atlântico.** 1558. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 830 x 1015 mm. In: CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos da morte do Infante Dom Henrique, 1960, estampa VIII.

meridianos foram graduados, um no hemisfério sul e outro no norte, servindo de escala para a determinação das latitudes. Há quatro troncos de léguas.

A carta tem a nítida função de representar o minuciosamente o oceano Atlântico com as suas ilhas, além de demarcar as regiões de possessão lusa. Os reinos europeus, como na carta analisada anteriormente, são representados por bandeiras com os seus símbolos. É interessante observar, no canto superior direito do mapa, a bandeira com o crescente e a estrela na região da Turquia. Esta simbolizaria a presença árabe na região, tomada dos cristãos em 1453 e que, para muitos historiadores, foi o marco inicial da Era Moderna. Percebe-se, dominando a península ibérica, a representação de uma cidade com a bandeira lusa, devendo ser, provavelmente, a cidade de Lisboa. O norte africano possui cavaleiros em combate, além da cadeia montanhosa Atlas. O domínio português se inicia nas cercanias do Cabo Verde, demarcado por uma bandeira, passando por Serra Leoa, representada por um imponente leão que se encontra no topo de uma montanha. A fortaleza da Mina, entre coqueiros, domina simbolicamente toda a região da Guiné. Logo depois, Angola está caracterizada por uma igreja católica e, finalmente, no extremo sul, o Cabo da Boa Esperança é demarcado por outra bandeira lusa. No Novo Mundo, a costa leste do atual Estados Unidos, além da região dos atuais Peru, Colômbia e Venezuela têm bandeiras espanholas plantadas. Como já foi comentado na página 64 deste trabalho, em 1500, a Terra Nova foi explorada pelo navegador português Gaspar Corte-Real (c. 1450 - 1501). Esta foi incorporada à Coroa portuguesa, como demonstra a bandeira lusa na parte superior da carta. Mesmo perdendo a região para a Inglaterra, no último quartel daquele século,

(...) os portugueses conservaram algo que para eles conta muito, o bacalhau, que até hoje continuam a pescar nas costas da atual província do Canadá. No começo da estação de pesca, os marinheiros portugueses ainda desfilam nas ruas da capital, St. John's, com a mesma indumentária usada no tempo da descoberta.¹⁷³

Na terra brasileira, mais uma vez está simbolizada a índole mercantilista portuguesa: um nativo corta árvores de pau-brasil. Este possui uma veste de penas de ave e empunha um machado de ferro, pronto para desferir mais um golpe nos paus-de-tinta. Ao seu redor, há árvores intactas e outras cortadas, além de pássaros voando, que poderiam ser papagaios. É interessante perceber, mais ao fundo, a representação de montanhas na cor azul, na tentativa de dar profundidade à cena. Portanto, neste caso, o índio não está representado como um ser do mal, mas como um trabalhador. Segundo Manuela Carneiro da Cunha:

¹⁷³ COSTA, Sergio Corrêa da. *Op. cit.*, p.111.

Não eram mais parceiros para escambo que desejavam os colonos, mas mão-de-obra para as empresas coloniais que incluíam a própria reprodução da própria mão-de-obra, na forma de canoieiros e soldados para o apresamento de mais índios (...).¹⁷⁴

Apesar das ordens régias terem dificultado o acesso ao trabalho indígena, a cena anterior demonstraria a delicada ligação entre colonos, missionários e governo, “*mantendo entre si (...) uma complexa relação feita de conflito e simbiose*”¹⁷⁵. Os interesses daqueles três segmentos estariam simbolizados em três aspectos da carta: o índio brasileiro cortando madeira representaria a imediata necessidade dos colonos da América; a ênfase dada na representação do oceano Atlântico, inclusive com a bela seqüência de quatro rosas-dos-ventos em diagonal, demonstraria o interesse da Coroa na união comercial de Brasil, Guiné e Portugal; a igreja em Angola marcaria, por sua vez, a influência dos missionários. Assim como foi verificado anteriormente, o destaque dado aos rios Amazonas e Prata (inclusive com uma bandeira lusa na sua foz) poderiam significar a intenção de se controlar as vias de entrada às terras interiores. Estas, ainda pouco exploradas, foram alegoricamente preenchidas com duas rosas-dos-ventos.

A partir de 1580, a União Ibérica¹⁷⁶ conferiu uma característica mais hispânica do que portuguesa na colonização do Brasil. Isto possibilitou o preparo de numerosas expedições para os sertões, diluindo a fronteira de Tordesilhas. Segundo Jaqueline Hermann, data de 1585 a organização da primeira grande bandeira para captura e escravização de índios no sertão dos Carijós, por Jerônimo Leitão (século XVI). Ainda de acordo com a autora,

Dessa conjuntura, foram, dentre outras, a conquista da Paraíba, em 1584; as guerras travadas contra os índios no norte da Bahia, atual Sergipe, em 1589; as primeiras incursões dos bandeirantes paulistas à região de Minas Gerais, em 1596; e a bandeira apresadora de índios na região do baixo Paraná, em 1604.¹⁷⁷

Entretanto, a influência da colonização litorânea do Brasil ainda está fortemente representada no Atlas de autoria desconhecida denominado: “Roteiro de Todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Alturas e Derrotas, que há na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo

¹⁷⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, p.15.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁶ Este é o termo pelo qual os espanhóis designaram a anexação de Portugal, que duraria até 1640. Com o desaparecimento do rei português D. Sebastião (1554 – 1578) na África, subiu ao trono português o cardeal D. Henrique (1512 – 1580), seu tio. Entretanto, este faleceu 17 meses depois sem, conseqüentemente, deixar herdeiros. Apesar de haver diversos candidatos ao trono, quem o conquistou foi o rei da Espanha Felipe II (1527 – 1598), em 1580, tornando-se Felipe I em Portugal.

¹⁷⁷ HERMANN, Jaqueline. *Op. cit.*, p. 23.

Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães”, que se encontra na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Este seria o primeiro roteiro¹⁷⁸ conhecido das costas brasileiras, embora, provavelmente, tenha havido outros, hoje desaparecidos. De acordo com Jaime Cortesão:

Não devemos esquecer que a colonização portuguesa do Brasil, durante o século XVI e parte do seguinte, foi quase exclusivamente de litoral e dum imenso litoral. Daí o caráter roteirista da literatura portuguesa sobre o Brasil durante este tempo, que na cartografia se reflete na existência exclusiva de cartas náuticas ou litorâneas.¹⁷⁹

Segundo Max Justo Guedes, a elaboração deste códice como peça de união entre as coroas “*surgiu da necessidade de conjugação dos esforços de toda a península no povoamento, exploração e defesa das vastas regiões que passaram a ter um único senhor*”¹⁸⁰. A obra, como indica o título, consta de um roteiro parcial da costa da América do Sul, acompanhado de 13 cartas e plantas de cidades coloridas e iluminadas. Por fim, há uma grande carta desdobrável, que abrange desde a foz do Amazonas até o Estreito de Magalhães, no extremo sul continental. Os historiadores portugueses fixaram a confecção do Roteiro em c. 1586 e sua autoria foi creditada a Luiz Teixeira. Este, que já era filho de cartógrafo, por sua vez, também formou escola. Em 1564, recebeu sua carta de ofício, entrando para o serviço cartográfico oficial cinco anos depois. “*Herdeiro da melhor tradição cartográfica do seu tempo, ele alcança a época em que uma nova escola cartográfica, a flamenga, substitui a portuguesa no esplendor (...)*”.¹⁸¹

Max Justo Guedes considera que este cartógrafo esteve no Brasil para fazer os levantamentos da costa brasileira, entre os anos de 1573 e 1574. Porém, tanto a redação definitiva como o desenho das cartas foi um trabalho de atelier, realizados anos mais tarde.

A carta-planta do Rio de Janeiro é um manuscrito iluminado, com 157 mm de largura por 223 mm de altura (Prancha 11). Nela está representada, prioritariamente, a baía de Guanabara. Constam ilhas e rios que nela desembocam, além de montanhas e vilarejos do seu entorno. O sinuoso contorno do litoral é traçado na cor preta, ressaltado com manchas em azul. Na parte inferior da carta, estão o morro do Pão de Açúcar e a serra de Piratininga,

¹⁷⁸ Este tipo de obra teve origem ainda no século XV, reunindo a soma de experiências registradas, tanto em textos como em cartas, pelos navegadores portugueses. No século XVI, são importantes, por exemplo, os roteiros de Duarte Pacheco Pereira como “Costa africana, até o Rio do Infante” e de D. João de Castro, como “Lisboa a Goa” (1538), Goa a Diu (1538-39) e Mar Roxo (1541).

¹⁷⁹ CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as Origens do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944, p. 19.

¹⁸⁰ GUEDES, Max Justo. **Roteiro de todos os Sinais na Costa do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura. 1968, p. 11.

¹⁸¹ CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as Origens...** *op. cit.*, p. 50.

traçados em perspectiva e coloridos em vermelho. Estes acidentes geográficos, além de um rochedo (assinalado como Laje), são as referências da entrada da baía, ou a sua Barra. De acordo com Luiz Teixeira, “*e ainda que lhe chamem Rio é uma baía e nele entram muitos rios. (...) Da barra desse Rio ao ‘Susudueste’ está junto ao mar um monte muito alto que aos que o vêem parecem um pão de açúcar*”¹⁸². Tanto as ilhas da baía, as construções das localidades e o forte de *Villegaignon* são traçados em preto e coloridos em vermelho. No centro da carta há uma rosa-dos-ventos com uma flor-de-lis apontando o norte. Dela saem linhas de rumo para diversas direções. Acima desta, está a inscrição “Rio de Ianeiro” em letra humanística do século XV, porém ornadas com serifas e hastes prolongadas, talvez por influência da cartografia flamenga. Da mesma forma está escrita a “Cidade de S: Sebastiam”. Entretanto, os outros nomes combinam as iniciais maiúsculas humanísticas com as minúsculas em letra bastarda italiana do século XVI.

A carta tem a clara função de traçar minuciosamente o litoral guanabarrino, dando menos ênfase, porém, à representação das localidades, o que será comentado posteriormente. De acordo com Álvaro Teixeira Filho, “*A carta de Luiz Teixeira é uma das mais aproximadas dos verdadeiros contornos da Guanabara, representando, para a época um avanço notável no conhecimento da terra carioca e da sua formosa baía*”¹⁸³.

Na parte de baixo da carta, vê-se a inscrição “Cidade Velha”, ao lado do morro Pão de Açúcar, demarcando o local de fundação da cidade, em 1565. Acima, assinalado como “Acarioca”, estão os dois braços do rio Carioca. Próximo deste, acima de um morro, nota-se a cidade de São Sebastião, transferida em 1567 por Mem de Sá (c.1500 – 1570). A legenda “De Manoel de Brito” indica a sesmaria de um dos primeiros povoadores do Rio de Janeiro, que veio para o Brasil em 1562, ajudando na expulsão dos franceses. Próximo desta região está assinalada, com algumas casas apinhadas, a “Aldea de Martinho”. Este era o aldeamento de Martim Afonso de Souza, nome de batismo do chefe indígena Araribóia, ali estabelecido com muitos nativos desde a fundação da cidade. A ilha do Gato¹⁸⁴, ou de “Pernapuem”, posse do governador Salvador Correia de Sá (c.1547 – 1631), também possui moradias registradas. Há na carta algumas indicações de terras interiores. No canto superior esquerdo, está assinalado: “daqui a seis legoas estão os montes que chamao órgãos”. No canto superior direito, junto ao rio Macacu, o mais caudaloso que deságua na baía, consta a seguinte mensagem: “20 legoas

¹⁸² GUEDES, Max Justo. **Roteiro de todos os Sinais...** *op. cit.*, pp. 54-56. “*e ainda q lhe chame Rio. he bahia e nelle entrão m^{tos} Rios. (...) Da barra desse Rio ao Susudueste está juto ao mar hu môte muito alto que aos que o vem parece hum pão daSugar.*”

¹⁸³ TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Op. cit.*, p. 56.

¹⁸⁴ A origem deste nome está ligada aos antigos habitantes da ilha, os índios Temiminós. Estes eram também conhecidos como Maracajás, um tipo de gato selvagem.

pela terra adentro”, indicando a extensão do mesmo. Percebe-se, próximo daquele sítio, a existência de pau-brasil com a legenda: “aqui ha pao vermelho”. Segundo Álvaro Teixeira Filho:

Nessa região, denominada pelos indígenas Iterói (água escondida), origem do nome da cidade de Niterói, era realizado o comércio de pau-brasil, aves, especiarias e outros produtos, entre os europeus e os tamoios¹⁸⁵.

Entretanto, Jaime Cortesão estranha que, próximo da atual cidade de Niterói, não fosse registrado o importante vilarejo de São Lourenço, fundado em 1570 pelos jesuítas. “*Em 1578 havia crescido de tal forma o número dos seus habitantes que Salvador Correia de Sá resolveu conceder-lhes (aos jesuítas) mais quatro léguas cerca do rio de Macacú*”¹⁸⁶. O autor considera, portanto, a carta do Rio de Janeiro pobre na representação de povoamentos.

Na carta do Atlas de Luiz Teixeira figuram a cidade de S. Sebastiam, a cidade velha, representada, ao que parece, apenas por vestígios ou ruínas, a Aldeia do Martinho e alguns casais na ilha ‘Do gato’, atual do Governador. E nada mais.¹⁸⁷

O cronista e explorador português Gabriel Soares de Souza (c.1540 – c.1592), na sua obra “*Tratado Descritivo do Brasil em 1587*”¹⁸⁸, assim descreve o Rio de Janeiro no governo de Salvador Correia de Sá:

(...) e foi esta cidade em tanto crescimento em seu tempo, que pela engrandecer ordenou de fazer um engenho de açúcar na sua ilha, que faz muito açúcar; e favoreceu a Cristóvão de Barros para mandar fazer outro, que está também moente e corrente, com os quais esta cidade está muito avante, e com um formoso colégio dos padres da Companhia, cujas obras Salvador Correia ajudou e favoreceu muito.¹⁸⁹

Álvaro Teixeira Filho também percebe a ausência de registro da igreja de São Sebastião, a Sé, além de não constarem na carta as três principais fortificações na época: a fortaleza do morro do Castelo, instalada por Mem de Sá em 1567 e as que guardavam a entrada da baía: uma no morro Cara de Cão e outra na ponta de Santa Cruz¹⁹⁰. Contraditoriamente, quanto à fortificação registrada pelo cartógrafo na ilha de *Villegaignon*,

¹⁸⁵ Idem, p. 55.

¹⁸⁶ CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as Origens...** *op. cit.*, p. 64.

¹⁸⁷ Idem, pp. 64 e 65.

¹⁸⁸ Esta obra, publicada em Portugal somente no século XIX, fornece informações minuciosas sobre a costa, os costumes dos indígenas, a agricultura, além de uma relação de plantas, animais e frutos do Brasil.

¹⁸⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987, p. 108.

¹⁹⁰ TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Op. cit.*, p. 56.

não há notícia da sua existência, no período de 1561 a 1695¹⁹¹. Portanto, a carta-planta do Rio de Janeiro não apenas daria maior ênfase na representação da costa, em detrimento dos povoados, mas deixaria de registrar importantes construções, sejam elas comerciais, como os engenhos; religiosas, como colégio dos jesuítas e a igreja da Sé; ou militares, como os fortes. A explicação para isso poderia ser o destaque dado à exploração econômica ou à defesa da região.

Como foi dito anteriormente, Luiz Teixeira formou escola. Seu filho João Teixeira Albernaz (? – 1652) recebeu sua carta de ofício em 1602 e três anos depois foi nomeado cartógrafo dos Armazéns da Guiné e Índia. Tornou-se o mais notável cartógrafo da primeira metade do século XVII, deixando uma extensa obra: 439 cartas e 19 Atlas. Segundo José Manuel Garcia, 6 dos Atlas a ele atribuídos seriam dedicados ao Brasil, produzidos entre 1616 e 1642¹⁹². Entretanto, ao contrário do pai, não há notícias de que tenha vindo ao país para realizar levantamentos mais especializados.

Encontra-se atualmente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, um códice cujo título é “Livro que dá Reção do Estado do Brasil”, de c. 1626.¹⁹³ Seu texto é do Sargento-mor Diogo Campos Moreno e seus mapas foram identificados como de João Teixeira Albernaz. Este traçou 22 cartas: 20 delas que representam desde a costa oriental da América do sul até o litoral do Maranhão e apenas duas plantas: da cidade de Salvador e do forte Novo da Passagem, localizado na região nordeste. Mais uma vez, portanto, percebe-se a ênfase dada à representação geográfica do litoral. Sobre a produção cartográfica lusa dos séculos XVI E XVII, José Manuel Garcia considera que:

Numa reflexão genérica, cabe salientar que as representações particulares são pouco numerosas no que concerne à África e que no tratamento dado ao Brasil e ao Estado da Índia se notam grandes diferenças na amplitude das perspectivas de abordagem cartográfica. Enquanto no Brasil se focaram, de forma diversa, várias regiões mais ou menos amplas e raramente cidades em particular, no que concerne ao Oriente de Sófala a Macau, o que importava

¹⁹¹ Esta fortaleza, construída pelos franceses, foi destruída por Mem de Sá após derrotá-los. Segundo Gabriel Soares de Sousa (1987, pp. 104-105): “(...) e entrada a fortaleza, mandou o governador recolher a artilharia e munições de guerra, que nela havia; e mandou-a desfazer e arrasar por terra, e avisou logo o sucedido à Rainha.”

¹⁹² GARCIA, José Manuel. *Op. cit.*, p. 96.

¹⁹³ Esta obra foi impressa como edição comemorativa do V Centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral. Cf.: **Livro que dá Reção ao Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968.

fundamentalmente era retratar as cidades e fortalezas onde os portugueses tinham seus interesses.¹⁹⁴

A terceira carta do códice traçado por Albernaz se refere ao Rio de Janeiro (Prancha 12). É um manuscrito onde está traçada a baía da Guanabara, além da faixa litorânea que segue na direção da região de Cabo Frio, com suas lagoas e cadeias montanhosas. Os contornos da costa são ressaltados em azul escuro. Nesta cor também estão as serras, como as de “Piratiningua” e “Maricaha”. As zonas de baixada são coloridas em amarelo e verde claro. É interessante observar a forma com que o autor representa a vegetação de mata atlântica, através de aglomerações de pequenas árvores espalhadas por toda a carta. Segundo Álvaro Teixeira Filho, “(...) no que se refere à representação da Baía de Guanabara é a melhor de quantas foram desenhadas por João Teixeira”¹⁹⁵. Seus contornos estão bem traçados, destacando-se o seu canal de entrada com a inscrição “Barra”, a posição correta da ilha de Villegaignon e a acertada proporção da ilha do Gato – atual ilha do Governador – como a maior da baía. O autor assinala o morro do Pão de Açúcar, além do morro Cara-de-Cão, onde se observa o forte de São João. Mesmo em posição incorreta, está registrada a Cidade Velha, na altura da atual localidade do Leme. A cidade de São Sebastião estende-se ao longo do seu porto. Este está descrito na legenda retangular do canto inferior esquerdo da carta. É considerado o melhor do Estado do Brasil, por ser bem defendido e por ser “abundantíssimo” em madeiras para o reparo de naus, podendo receber muitas e grandes embarcações¹⁹⁶. Entretanto, é de se estranhar o contraste entre a representação sumária da cidade e a ênfase dada na descrição do seu porto. Afinal, não são nítidos os morros onde estava situada e seus edifícios são meros retângulos ao longo da costa. Por fim, há que se destacar a fortaleza de Santa Cruz, na entrada da baía, com a seguinte inscrição: “Fortaleza nova: a melhor que há em todo o estado do Brasil, mas mal provida de Artilharia, por não ter mais que 11 peças de Bronze e 9 de Ferro”. Mais uma vez, portanto, percebe-se a prioridade econômica e defensiva característica da cartografia lusa do Brasil.

Entretanto, este tipo de abordagem da terra brasileira começa a se alterar ao longo do século XVII. Sem deixar a influência corográfica, algumas cartas passam a representar as concentrações urbanas com maior frequência. Exemplo disso seria a “Aparência do Rio de

¹⁹⁴ GARCIA, José Manuel. *Op. cit.*, p. 93.

¹⁹⁵ TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Op. cit.*, p. 56.

¹⁹⁶ “Rio de Janeiro. Este Porto do Rio de Janeiro he o melhor de todo o Estado do Brasil asim por ser mais defensav el co mo porser abundantissimo emadeiras etudo omais que he nesario per apresto de muitas naos sem aver mister nada da Europ^a e ele emssi Capaz de mtas e grandes Embarcaçois”.



Prancha 12: ALBERNAZ, João Teixeira. **Carta do Rio de Janeiro.** 1626. Aquarela sobre papel. 380 x 550 mm. Fonte: MORENO, Diogo de Campos. Livro que dá Reção ao Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968, estampa III.

Janeiro”, que pertence ao “Livro de toda a Costa da Província de Santa Cruz”, de 1666¹⁹⁷. Seu autor é João Teixeira Albernaz II, neto do cartógrafo João Teixeira Albernaz. Esta carta é a 24^o do Livro, composto de 31 exemplares, que representam desde o Amazonas até o rio da Prata. Segundo José Manuel Garcia, as cartas relativas ao Rio de Janeiro presentes nos quatro Atlas de Albernaz II, feitos entre 1666 e 1675, são copiadas da obra “Demonstração do Rio de Janeiro”, realizada por seu avô em 1645¹⁹⁸.

A “Aparência do Rio de Janeiro” tem o desenho bastante simples, vendo-se prioritariamente o contorno da baía da Guanabara (Prancha 13). Entretanto, há também diversas representações de fortes, casas e igrejas, demonstrando a povoação do seu entorno. O traçado do litoral é destacado por hachuras e colorido em azul. Algumas ilhas são também pintadas nesta cor, além de vermelho e amarelo. O interior das terras é preenchido por manchas horizontais, que simbolizam o solo e singelos traços que seriam a vegetação. Na entrada da baía está destacado o morro do Pão-de-Açúcar, o forte de São João, a fortaleza de Santa Cruz, além do rochedo “Alage”. Pintado em vermelho, este está entre a “Barra Grande” e a “Barra de Poço Fundo”, respectivamente a entrada e saída da Guanabara. Estão também sinalizadas as profundidades em vários de seus recantos. Na cidade do Rio de Janeiro, vêem-se os morros que a delimitam: Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. Estão assinaladas as igrejas do Desterro, da Ajuda, de Santo Antônio e de São Sebastião. Percebe-se também o Forte de São Tiago e de São Bento, que se encontra próximo à igreja de mesmo nome. A representação das edificações nos morros remete imediatamente à tradição portuguesa da cidade-acrópole, construída em posições altas e defensivas. De acordo com Paulo Santos: “A cidade do Rio de Janeiro, quando mudou de lugar – do morro Cara de Cão para o de São Januário – foi também fundada no alto, à moda medieval, com seu castelo, como Lisboa”¹⁹⁹. Seguindo na direção norte, estão as igrejas de São Pedro e de São Cristóvão. Próximo a esta está a “Aldeya”, povoação iniciada pelo chefe indígena Araribóia, também chamada de Aldeia de Martinho. No fundo da baía, próximos a rios, estão os povoamentos de “Mirtir” e “Sirupui” atualmente município de Duque de Caxias, “Aguassu”, hoje Magé, “Macacu”, que se tornou Cachoeiras de Macacu, além de Guaxindiba, atual município de Itaboraí. Segundo Álvaro Teixeira Filho:

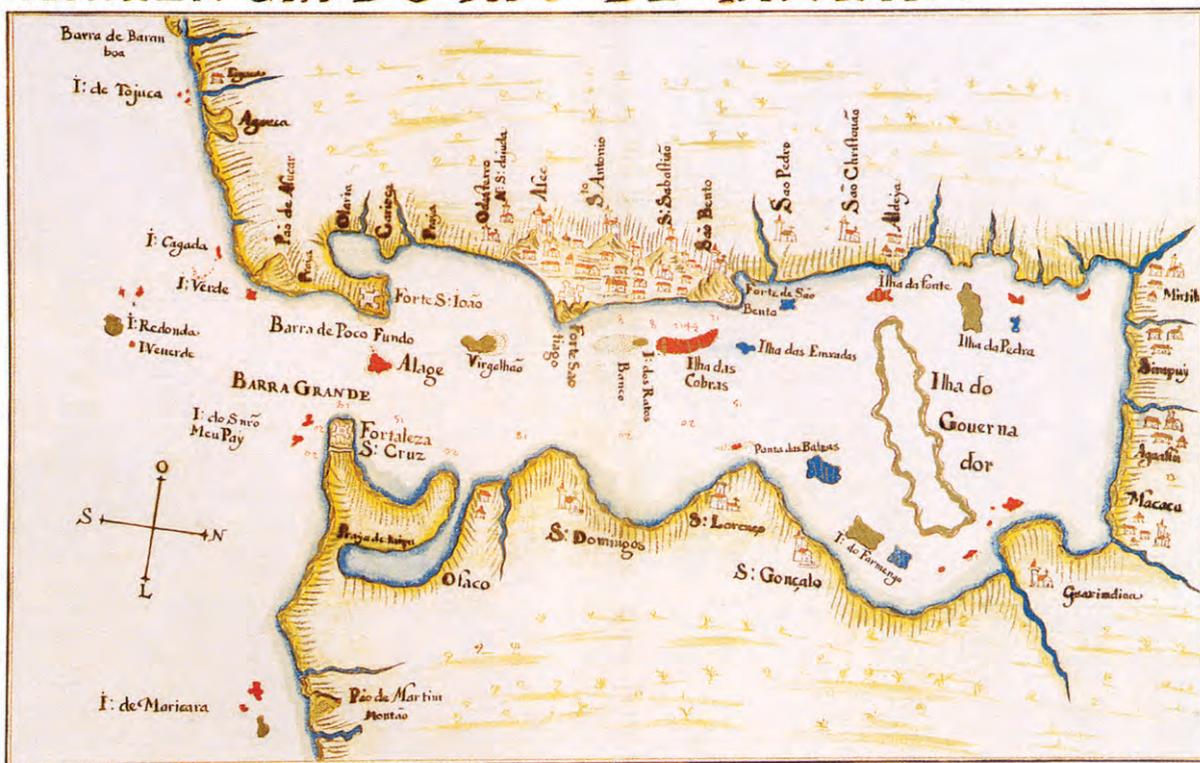
Nas povoações fluminenses que aparecem na carta, com o nome de rios há, em todas, localizada uma igreja. Realmente, dos núcleos humanos formados

¹⁹⁷ Há um exemplar deste Atlas na biblioteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

¹⁹⁸ GARCIA, José Manuel. *Op. cit.*, pp. 96-97.

¹⁹⁹ SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001. p. 48.

APARENCIA DO RIO DE JANEIRO



Prancha 13: ALBERNAZ II, João Teixeira. **Aparência do Rio de Janeiro.** 1666. Aquarela sobre papel. 230 x 360 mm. Fonte: ADONIAS, Isa. Mapa: Imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 244.

em voltadas velhas ermidas e capelas, centros da vida espiritual, nasceram as cidades brasileiras.²⁰⁰

É também possível verificar os povoados de São Gonçalo, São Lourenço e São Domingos, os dois últimos na atual região de Niterói. Próximo a estes está “O saco”, que é o atual Saco de São Francisco. A enseada está traçada de forma desproporcional, assim como a ilha do Gato – muito comprida – e a própria Guanabara, também de forma muito alongada. Ao comparar esta representação da baía com a da carta anteriormente analisada, percebe-se um “retrocesso” no seu desenho. Entretanto, ao se pensar desta maneira evolucionista, “*a discussão se coloca no plano da técnica, afastando a cartografia da investigação conceitual, enfatizando a investigação formal em detrimento da reflexão crítica e social*”²⁰¹.

Portanto, não deixando de lado a reflexão crítica, pode-se perceber que os Atlas lusos da terra brasileira, traçados desde fins do século XVI até o terceiro quartel do século XVII, possuem uma grande sobriedade, não dando espaço para figurações de cunho alegórico e fantástico. Além disso, suas cópias eram em sua maioria manuscritas, “*já que no século XVII continuou-se a verificar-se em Portugal uma grande resistência à impressão de mapas*”²⁰².

Como sustenta Ana Maria Belluzo:

Parte significativa do desenho manipulado pelos portugueses, durante o período colonial, é obra cartográfica referente à demarcação e ocupação da paisagem (...). O desenho instrumental e técnico quase não deixa fluir o imaginário, é finalista, serve ao domínio territorial e à construção da vida real.²⁰³

Nos exemplares quinhentistas, entretanto, foi possível observar o nativo brasileiro representado como uma criatura bestial, tão aterrorizante quanto os monstros do imaginário medieval. Esses mapas também diferem dos escritos dos primeiros cronistas lusos como Pero Vaz de Caminha: “*E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.*”²⁰⁴ Portanto, o próximo capítulo tem por objetivo compreender melhor a mentalidade dos lusos – e dos europeus em geral – a partir do conhecimento dos nativos da terra brasileira. Para tal, serão analisadas pinturas portuguesas, além de relatos e gravuras realizadas pelos viajantes estrangeiros que aqui estiveram no século XVI. Afinal, como sustenta Ana Maria Belluzo, “*Com a descoberta do*

²⁰⁰ TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Op. cit.*, p. 56.

²⁰¹ KNAUSS, Paulo. *Op. cit.*, p. 135.

²⁰² GARCIA, José Manuel. *Op. cit.*, p. 93.

²⁰³ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, Vol. II, p. 49.

²⁰⁴ CAMINHA, Pero Vaz de *apud* PEREIRA, Paulo Roberto. *Op. cit.*, p. 54.

novo continente, os europeus vêem-se obrigados a repensar a própria cultura e rever as bases sobre as quais ergueram sua visão de mundo”²⁰⁵.

2.5 O indígena brasileiro em questão: Construindo a mentalidade portuguesa a partir do conhecimento do outro

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história e sair com ela à luz foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta província foi descoberta. A qual história creio que esteve sepultada em tanto silêncio mais pelo pouco caso que os portugueses sempre fizeram da mesma província, que por faltarem em Portugal pessoas de engenho e curiosas que com melhor estilo e mais copiosamente que eu a escrevessem.²⁰⁶

Assim se inicia o prólogo da obra “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil”, de Pero de Magalhães Gândavo. Impressa numa pequena oficina tipográfica de Lisboa, em 1576, esta obra só seria novamente editada em 1837, na França. Sheila Moura Hue, na introdução da edição brasileira de 2004, busca explicar esse esquecimento:

Os quase trezentos anos de esquecimento da obra de Gândavo talvez possam ser explicados pela política de segredo que ainda cercava as possessões americanas da coroa portuguesa. Enquanto no resto da Europa se multiplicavam as edições dos livros de Hans Staden e de Jean de Léry sobre o Brasil, em Portugal o livro de Gândavo, além de não ter sido reeditado, pode ter sido retirado de circulação por conter informações que a coroa não gostaria de ver divulgadas, numa época em que as costas brasileiras eram constantemente assediadas por navios estrangeiros.²⁰⁷

O mercado editorial português quinhentista, repleto de publicações sobre a Ásia²⁰⁸, não reeditou a obra de Gândavo, nem publicou outros manuscritos, tais como o “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, de Gabriel Soares de Souza. Isto porque ambos “*descreviam a costa brasileira e davam esperançosos indícios da existência de ouro e prata nos sertões por*

²⁰⁵ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 18.

²⁰⁶ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.*, p. 37.

²⁰⁷ *Idem.*, p. 14.

²⁰⁸ Por exemplo, o “Livro das Maravilhas”, de Marco Pólo (? 1254 – 1324), foi a terceira obra a ser impressa em língua portuguesa, em 1502. Esta possuía relatos, míticos ou não, das desconhecidas e cobiçadas regiões do Oriente. Cf. POLO, Marco. **O livro das Maravilhas: a descrição do mundo**. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 268.

desbravar”²⁰⁹. Portanto, o silêncio sobre a província do Brasil, ao contrário do que Gândavo anota no prólogo da sua obra, não se trataria de pouco caso dos lusos. Afinal, como observa Capistrano de Abreu, “*Portugal tomou desde logo conta da terra descoberta por Cabral. Menos de dez anos lhe bastaram para contornar a vasta extensão das costas do país*”²¹⁰. Antes mesmo de escrever aos reis espanhóis, comunicando o “achamento” da nova terra²¹¹, D. Manoel I despachou mais duas expedições para explorá-la. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha,

Ao chegarem às costas brasileiras, os navegadores pensaram que haviam chegado ao paraíso terrenal: uma região de eterna primavera, onde se vivia comumente por mais de cem anos em perpétua inocência. Deste paraíso descoberto, os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiam um nome – atividade propriamente adâmica – e a sucessão de nomes era também a crônica de uma gênese que se confundia com a mesma viagem.²¹²

Fazia parte das expedições lusas, o cosmógrafo e navegador florentino Américo Vespúcio (1451 – 1512). Seus relatos de viagem, com o título de *Mundus Novus*, foram publicados inúmeras vezes e em diversas línguas. Segundo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, uma parte de seu diário de viagem foi publicada em 1507, na Alemanha, por Martin Waldseemüller. Como não se tinha noções claras sobre as terras achadas, este editor, para valorizar a sua publicação, propôs dar o nome de América para elas. Porém, “*Sabe-se que ele (Vespúcio) não havia sido consultado e não se tem certeza de que antes de morrer,*

²⁰⁹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.*, pp. 14 e 15. É importante observar que tanto a carta de Pero Vaz de Caminha como a do astrônomo Mestre João Faras só foram publicadas no século XIX. Entretanto, a “Relação do Piloto Anônimo”, terceiro testemunho do Descobrimento do Brasil, foi possivelmente contrabandeado para a Itália, sendo lá publicado em 1507. Cabe também destacar as obras quinhentistas dos padres da Companhia de Jesus. As cartas que José de Anchieta (c. 1534 – 1597) escreveu sobre o Brasil, de 1560, só foram editadas em 1799 e em latim. A obra do padre Fernão Cardim (c. 1549 – 1625), que esteve no país em meados do século XVI, só seria publicada em São Paulo, em 1939. O mesmo aconteceria com os escritos do padre Gaspar Afonso (c. 1548 – 1618).

²¹⁰ ABREU, J. Capistrano de. *Op. cit.*, p. 42.

²¹¹ De acordo com Paulo Roberto Pereira (1999, pp. 14-15), em carta de 28 de agosto de 1501, o rei português assim escreve (sumariamente) aos reis espanhóis: “*O dito meu capitão (Cabral) com treze naus partiu de Lisboa a nove dias de março do ano passado e nas oitavas de páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs nome de Santa Cruz, em que achou as gentes nuas como na primeira inocência, mansas e pacíficas, a qual pareceu que nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali corrigiu suas naus e tomou água, e pelo caminho grande que tinha para andar não se deteve para se informar das coisas da dita terra, somente dali me enviou um navio a notificar-me como a achara, e seguiu seu caminho pela via do Cabo da Boa Esperança*”.

²¹² CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, p. 09. Os acidentes geográficos foram denominados, em geral, de acordo com o nome do santo de cada dia. A 1^o de novembro de 1501, os navegadores chegaram a uma baía, a que deram o nome de Todos os Santos; em 1^o de janeiro de 1502, acreditavam ter chegado a um estuário, que foi chamado de Rio de Janeiro; no 6^o dia daquele mesmo mês, chegaram a uma enseada, denominada Angra dos Reis e a 20 de janeiro, uma grande ilha mais ao sul foi batizada de São Sebastião.

conhecesse o uso que se fazia do seu nome”²¹³. Ao contrário de Cristóvão Colombo, o navegador florentino teve o mérito de defender a tese de que tinha alcançado “*novos países (...) os quais Novo Mundo chamar é lícito, porque entre os antepassados nossos de nenhum deles se teve conhecimento, e a todos aqueles que isso ouvirem será novíssima coisa (...)*”²¹⁴. Com abundância de água, florestas e animais, aqueles países ainda teriam ouro, como afirmavam os nativos. “*E certamente se o paraíso terrestre em alguma parte da terra existir, não longe daquelas regiões estará distando estimo.*”²¹⁵ Vespúcio assim descreve o gentio daquela terra:

Naqueles países tal multidão de gente encontramos que ninguém enumerar poderia, como se lê no Apocalipse; gente, digo, mansa e tratável. E todos de um e outro sexo vão nus, nenhuma parte do corpo cobrem, e assim como do ventre da mãe saíram, assim até a morte vão; (...)²¹⁶

Mansos e tratáveis com os europeus, aqueles povos “*entre si combatem sem arte e sem ordem (...) e os vencedores os vencidos comem, e entre as carnes a humana é para eles comum alimento*”²¹⁷. Assim sendo, em várias publicações da carta *Mundus Novus*, o costume da antropofagia foi representado. Segundo Ana Maria Belluzo:

As figuras e as paisagens, talhadas para avivar os textos atribuídos a Vespucci, não escondem a existência de tradições artísticas locais, a condição intercultural da elaboração das imagens, nas quais já se impõem significações que marcam toda a iconografia desse século e podem ser polarizadas na visão edênica do bom selvagem e na visão ameaçadora do canibal.²¹⁸

Uma edição alemã, de c. 1505, continha uma xilogravura aquarelada de 220 mm por 333 mm, cuja autoria foi atribuída a Johann Froschauer (Prancha 14). Na porção central desta, pedaços humanos estão suspensos para serem assados, tal como no relato do florentino: “*(...) vi pelas casas a humana carne temperada e às traves suspensa, como entre nós é usança o toucinho atar e a carne de porco*”²¹⁹. No canto esquerdo, os nativos consomem carne humana ao lado de uma mulher amamentando seu filho. À direita, homens estão armados com arcos e uma lança; ao fundo, vê-se as caravelas dos portugueses. Segundo Vespúcio, “*Nós, o quanto nos foi possível, nos esforçamos em a eles dissuadir e desses perversos costumes*

²¹³ MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Op. cit.*, p. 472.

²¹⁴ VESPÚCIO, Amerigo. *Op. cit.*, p.89.

²¹⁵ *Idem*, p. 96.

²¹⁶ *Idem*, p. 93

²¹⁷ *Idem*, p.94.

²¹⁸ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 18.

²¹⁹ VESPÚCIO, Amerigo. *Op. cit.*, p.94.



Prancha 14: FROSCHAUER, Johan. **Imagem do Novo Mundo.** c.1505. Xilogravura aquarelada. 220 x 333 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p.19.

*remover, aos quais deveriam deixar, a nós prometeram”*²²⁰. Assim como a antropofagia é recriminada no texto, na xilogravura, o autor cobre a genitália dos indígenas com penas, além dos mesmos terem características européias, como é o caso dos homens serem representados com barba. De acordo com Aduino Novaes:

Com idéias constituídas previamente e lidando empiricamente com os fatos, o europeu passou a carregar uma dupla imagem do Outro: a herança de todo o imaginário que antecedeu o descobrimento e a construção de um novo imaginário; viu o Outro mas não foi capaz de pensar a sua história.²²¹

Outro exemplo típico teria sido a pintura “Adoração dos Magos”, de autoria do luso Vasco Fernandes (Prancha 15). Esta foi uma das peças confeccionadas para o altar da Capela-mor da Sé de Viseu, em c. 1505. Nela, o rei mago negro Baltazar é substituído por um nativo brasileiro. Este também tem a pele escura, que poderia indicar uma associação do indígena com os africanos, já tão intimamente presentes na sociedade portuguesa. É também importante lembrar da expressão “negros da terra”, que foi muito utilizada para designar os nativos brasileiros durante o período colonial. Entretanto, esta representação simbolizaria a esperança na rápida conversão dos gentios, além de reforçar nos lusos o caráter de missão que envolvia as expedições ultramarinas. Mesmo vestindo um cocar e empunhando uma flecha, o indígena apresenta uma indumentária europeizada, que estaria de acordo com o decoro religioso. O personagem ajoelhado em frente à Virgem e ao menino Jesus poderia ser o próprio Pedro Álvares Cabral, por causa da semelhança percebida entre a pintura e um medalhão com seu retrato, que se encontra no mosteiro dos Jerônimos em Lisboa²²². Portanto, Cabral estaria doando simbolicamente o Novo Mundo para a cristandade.

As ilustrações do frei André Thevet (1502 – 1592) também contribuíram para a construção deste novo imaginário pós-descobrimento. Seus dois livros, “Singularidades da França Antártica”, de 1557 e “A Cosmografia Universal”, de 1575, foram as primeiras obras de viajantes franceses publicadas sobre o Brasil. Representante da Igreja Católica, Thevet acompanhou a expedição de colonização da França Antártica²²³, em 1555. Ao desembarcar nos trópicos, preocupou-se em registrar o que lhe parecia exótico, singular. Admitia que as obras da natureza seriam coisas grandiosas e variadas, para as quais não haveria explicação.

²²⁰ Idem, pp. 94-95.

²²¹ NOVAES, Aduino. *A Outra Margem do Ocidente*. In: NOVAES, Aduino (org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 10.

²²² BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 22.

²²³ Após mais de cinquenta anos percorrendo o litoral brasileiro, os franceses, liderados por Nicolas Durand de Villegaignon (1510 - 1575), decidiram instalar um forte na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. Este seria o núcleo da colônia chamada de França Antártica.



Prancha 15: FERNANDES, Vasco. **Adoração dos Magos.** c.1505. Óleo sobre madeira. 1310 x 820 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Morais. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p.23.

“Para o autor, a experiência não provoca abertura. (...) Na sua visão, o estranho e o extraordinário seriam provenientes do domínio do Criador”²²⁴. Apesar da ótica religiosa, “Singularidades da França Antártica”, de acordo com Leyla Perrone-Moisés, seria o primeiro relato “a conter uma descrição minuciosa da flora e da fauna brasileiras, e sobretudo dos habitantes do país, os índios tupinambás, aliados dos franceses”²²⁵. Ainda segundo a autora, esta obra fez grande sucesso e graças ao apoio da nobreza, Thevet se tornou capelão da rainha Catarina de Médicis (1519 – 1589) e depois cosmógrafo do rei Francisco II (1544 – 1560)²²⁶. Em xilogravura intitulada “Como este povo carrega o pau-brasil para os navios” do livro “Cosmografia Universal”, Thevet representa a extração do pau-de-tinta (Prancha 16). Como já foi falado anteriormente, se, no século XVI, os mapas eram considerados um tipo de pintura²²⁷, é possível observar, nesta gravura de Thevet, a influência da cartografia. O litoral é traçado como uma linha sinuosa, tal como uma carta náutica. Entretanto, mesmo sem haver horizonte, os indígenas, as árvores e as embarcações são representados em diferentes dimensões, buscando dar profundidade à cena. No primeiro plano, os brasileiros estão nus, empunhando machados de ferro e derrubando árvores. Posteriormente, carregam nos ombros as toras cortadas para abastecer os botes franceses, que por sua vez seguem em direção às embarcações maiores. No canto inferior direito da imagem, é possível observar um monstro marinho, típico do imaginário medieval. A retirada do pau-brasil também é comentada na obra “Singularidades da França Antártica”:

Quando os cristãos, sejam franceses ou espanhóis, vão a esses locais em busca de troncos, são os próprios nativos que derrubam as árvores e as cortam em pedaços, trazendo-as às vezes de três ou quatro léguas de distância até os navios. Imagine-se o trabalho que têm apenas pelo desejo de ganhar uma simples roupa forrada ou alguma camisa (...).²²⁸

É interessante notar por este relato, a pretensa facilidade com que os cristãos adquiriam a valiosa madeira em troca de meras quinquilharias. Entretanto, o autor cita como favorecidos apenas os espanhóis e os franceses e não os portugueses. Além disso, como sustenta Leyla Perrone-Moisés, se os europeus consideravam tola a atitude dos indígenas, caberia perguntar “*se enfrentar os imensos perigos e os sofrimentos da travessia marítima e da convivência com antropófagos, em busca de uma madeira que servirá para tingir tecidos*

²²⁴ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 36.

²²⁵ PERRONE-MOISÉS, Leyla. Alegres Trópicos: Gonville, Thevet e Léry. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 30, Junho - Agosto de 1996, p.86.

²²⁶ Idem, *ibidem*.

²²⁷ Como foi visto nas páginas 47 e 48 deste trabalho.

²²⁸ THEVET, André *apud* PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Op. cit.*, p.88.



Prancha 16: THEVET, André. **Como este povo carrega o pau-brasil para os navios.** 1575. Xilogravura. Fonte: SOUZA, Laura de Mello. O nome do Brasil. Revista Nossa História, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 34 - 39, abr. 2004, p. 38.

de vermelho, é, em última instância, um comportamento racional, lógico e necessário”²²⁹. Por fim, mesmo condenando (contraditoriamente) a preguiça, além da luxúria dos tupinambás, Thevet não deixa de admirá-los por sua aparência saudável e bem proporcionada.

Apesar de não fazer referência ao mito do Paraíso Terral, como foi visto em Vespúcio, o Brasil retratado pelos primeiros franceses seria uma terra de beleza, fertilidade e alegria. A observação atenta dos aspectos do país fez com que seus pontos positivos compensassem os negativos, como a antropofagia. O Bem, portanto, superava o Mal. *“Essa boa imagem do Brasil persistiu, através dos séculos seguintes, no imaginário francês. Produziu a teoria do ‘bom selvagem’, que tão grande papel exerceu no Iluminismo e no próprio ideário da Revolução Francesa.”*²³⁰

O calvinista Jean de Léry (c.1534 – c.1611) veio para o Rio de Janeiro como missionário protestante, em 1557. Durante a sua estada na França Antártica, conviveu com os tupinambás, registrando os seus costumes. De acordo com Leyla Perrone-Moisés, *“(...) O que particulariza a descrição de Léry são seus comentários, reveladores de uma notável abertura para a alteridade e a diferença”*²³¹. Devido aos intensos conflitos religiosos na França, sua obra *“Viagem à Terra do Brasil”* só foi publicada em 1578. No entanto, logo se tornou um grande sucesso editorial, sendo inclusive traduzido para diversas línguas. Segundo o autor:

(...) os selvagens do Brasil, habitantes da América, chamados tupinambás, entre os quais residi durante quase um ano e com os quais tratei familiarmente, não são maiores nem mais gordos que os europeus; porém são mais fortes, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muito poucos coxos, disformes, aleijados ou doentios. (...) Não são como alguns imaginam e outros o querem fazer crer, cobertos de pelos ou cabeludos. Ao contrário, têm pêlos como nós, mas apenas repontam pêlos em qualquer parte do corpo, mesmo nas pálpebras e sobrancelhas, arrancam-nos com as unhas ou pinças que lhes dão os cristãos.²³²

As ilustrações gravadas no seu livro são influenciadas por Thevet, mas apresentam o indígena reelaborado, subordinado às formas da Antigüidade. *“Para tipificar as suas figuras, conforme preceitos clássicos, irá recortá-las de sua realidade e transportá-las para o mundo ideal das formas proporcionais. Desse modo, o índio passa a ser mostrado como*

²²⁹ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Op. cit.*, p.88.

²³⁰ Idem, p. 90.

²³¹ Idem, p. 87.

²³² LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1950, p. 97-98.

universalidade humana.”²³³ Na xilogravura “Índios Tupinambás Guerreiros” (Prancha 17), há dois nativos: um desenhado frontalmente e outro, de perfil, atrás do mesmo. No primeiro, conforme o princípio do *contrapposto*, o seu peso está concentrado na sua perna direita, ficando a esquerda flexionada. Sua pélvis está contraída e suas costas estão levemente curvadas, além da cabeça estar um pouco virada. Tal posição também pode ser vista na escultura em mármore intitulada “Doríforo”, de c. 450 - 440 a.C. (Prancha 18). Esta seria uma cópia romana feita a partir de um original em bronze, executado pelo grego Policleto de Argos²³⁴. De acordo com Irene Korn, os gregos viam o corpo humano como a incorporação de tudo o que era nobre e sua arte refletia isto em formas humanas idealizadas, que eram dignificadas e belas, heróicas e divinais, sem imperfeições aparentes²³⁵. Portanto, mais que representar o indígena com o corpo idealizado, Léry revelava a sua pintura corporal com marcas de guerra, o tacape ou o arco em suas mãos, reforçando o seu heroísmo. Segundo Ana Maria Belluzzo:

Nada é gratuito. Afirmar que os índios se depilam é distanciá-los dos seres peludos que habitavam a floresta e povoam mitos medievais. Expor marcas de guerra é mencionar a coragem e bravura do nativo, aludidas por troféus de cabeças inimigas a seus pés.²³⁶

A divulgação do modo de vida “natural e primitivo” dos habitantes do Brasil pode ter interessado aos reformadores protestantes, em confronto com o poder católico estabelecido. Além disso, como sustenta Leyla Perrone-Moisés, a valorização dos costumes indígenas como exemplos para os europeus, acabaria por transformar os conceitos éticos, políticos, pedagógicos e até higiênicos dos franceses²³⁷.

Ao contrário do teor mais reflexivo dos textos de Thevet e Léry, a obra “Duas Viagens ao Brasil” do viajante Hans Staden (1534 – ?) é uma narrativa com ilustrações onde o próprio autor seria o principal personagem. Em 1550, na sua segunda jornada pelo país, o alemão foi capturado pelos tupinambás na região de São Vicente. Confundido como um português inimigo, ficou em poder dos antropófagos por nove meses e meio. Seu texto apresenta uma ambigüidade entre a narrativa de fatos verídicos e a ficção que atrai o leitor. Talvez por isso

²³³ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 43.

²³⁴ O escultor e arquiteto Policleto (480 a.C. - ?) possivelmente criou esta figura para demonstrar a sua teoria de proporções idealizadas, que mais tarde viraria um cânone. Depois que os gregos assimilaram o *contrapposto*, a representação do corpo humano se tornaria mais realista, com mais movimento e menos simetria.

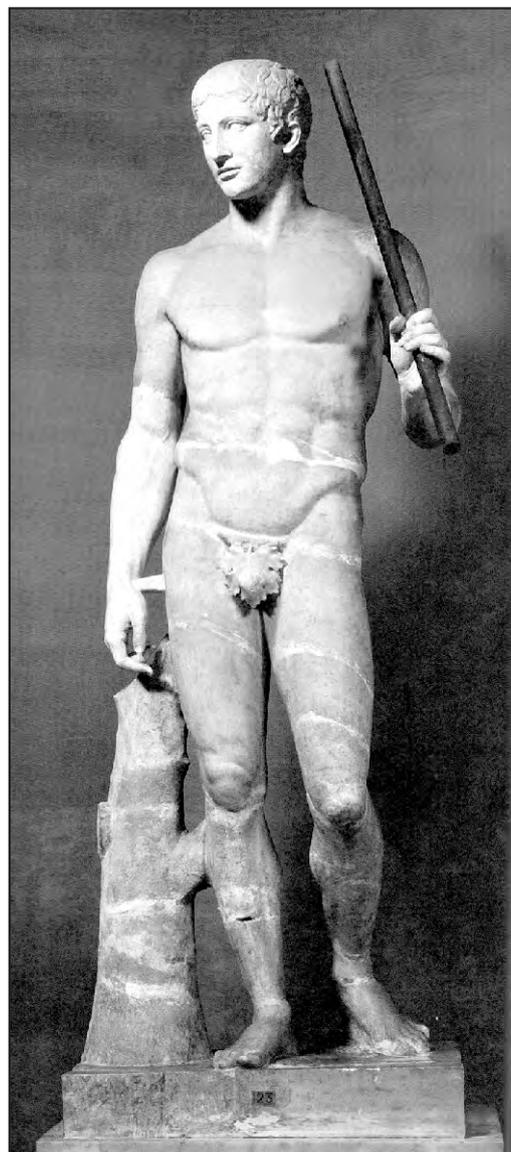
²³⁵ KORN, Irene. **Great Masterpieces of the World**. New York: Smithmark Publishers, 1997, p. 31. Segundo a autora: “*Yet the Greeks also saw the human body as the embodiment of everything noble and their art reflected this in idealized human forms that were dignified and handsome, heroic and godlike, with no apparent imperfections.*”

²³⁶ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, pp. 42 - 43.

²³⁷ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Op. cit.*, p. 90.



Prancha 17: LÉRY, Jean de. **Índios tupinambás guerreiros.** 1578. Xilogravura. Fonte: LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil.* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950, p. 104.



Prancha 18: **Doríforo.** c. 450-440 a.C. Cópia romana em mármore a partir do original em bronze de Policeto de Argos. Fonte: KORN, Irene. *Great Masterpieces of the World.* New York: Smithmark Publishers, 1997, p. 30.

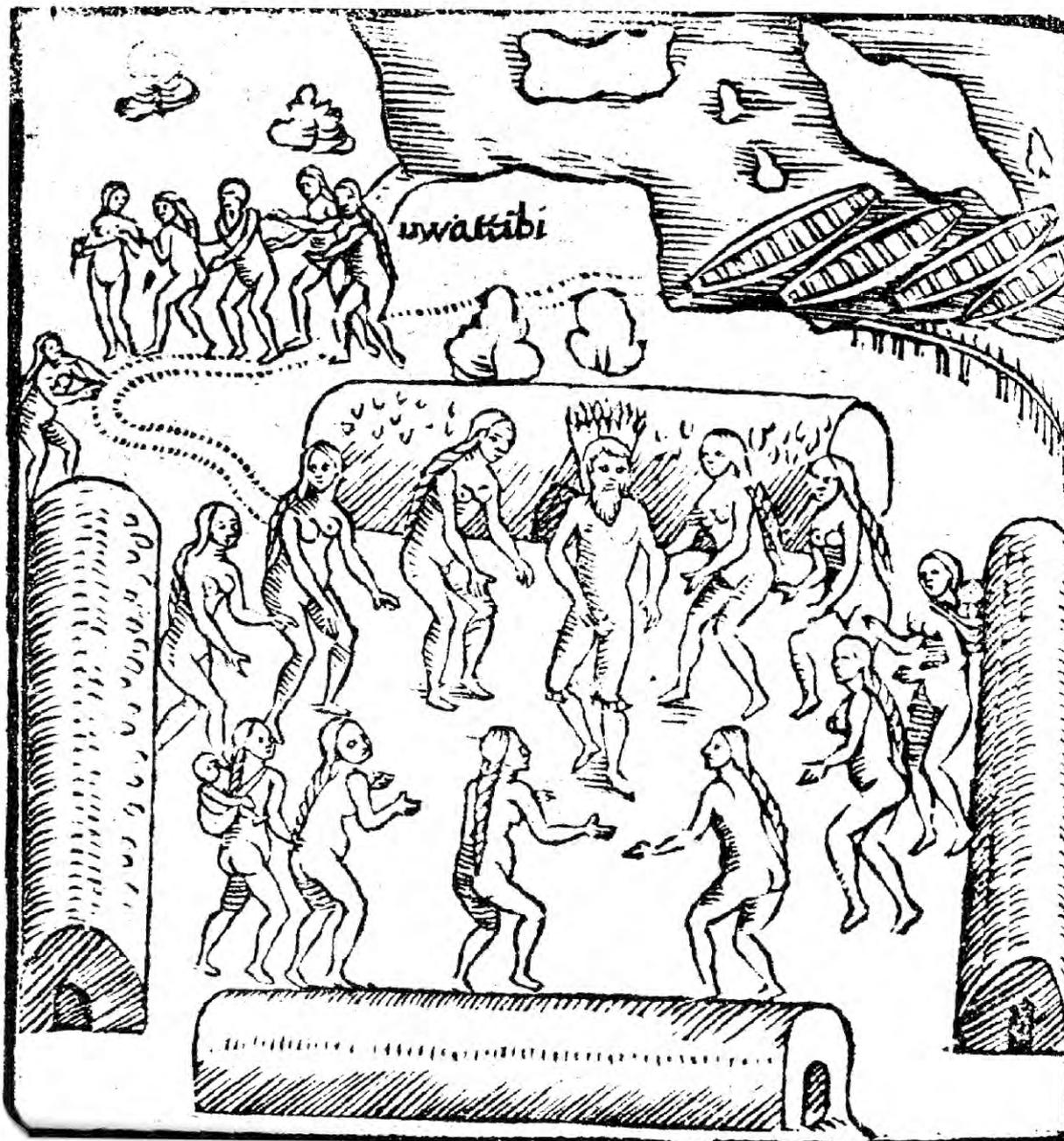
tenha causado um grande impacto desde a sua primeira publicação, em 1557, sendo reeditado mais de cinquenta vezes, em inúmeras línguas. Na obra, “*O conquistador torna-se prisioneiro. Do espaço aberto do mar, passa ao interior do cativo na aldeia indígena. (...) Confessa medos, premonições, denota coragem, conta que mente*”²³⁸. Deste modo, a inversão de papéis coloca em xeque a sua própria identidade, causando no viajante alemão uma angustiante busca pela retomada do seu lugar no universo. Isto pode ser percebido na xilogravura “Hans Staden no Meio da Dança das Mulheres Indígenas, na Aldeia de Ubatuba”, com 180 mm de altura e 140 mm de largura e de autoria desconhecida (Prancha 19). Tal qual um mapa, a gravura é construída de um ponto de vista aéreo. O litoral é traçado por uma linha, destacado por hachuras. Percebe-se também o desenho de ilhas, além da inscrição de um topônimo: *Uwattibi*. Entretanto, como nas cartas anteriormente analisadas, as representações de povoados e habitantes buscam dar profundidade ao espaço. Além disso, a desproporção dos seres humanos em relação às moradias procura destacá-los como o centro das atenções. No canto superior esquerdo, o alemão é conduzido pelas mulheres por uma trilha, que se inicia num atracadouro de canoas e termina na aldeia. Esta possui quatro moradias, de grande comprimento e teto arredondado, assemelhando-se à forma de um cilindro. Depois, as mulheres, algumas delas com crianças nas costas, dançam em círculo, ficando Staden no centro do mesmo. Tal como um nativo, o viajante está nu e tem na cabeça um adorno de penas. Portanto, esta gravura poderia ser considerada uma “*cartografia do conto, na qual se move o viajante perdido. (...) O território, sem medida objetiva, vem assinalado por fatos imediatos e naturais, (...) por ocorrências entre os indígenas e os europeus, experimentadas por Staden*”²³⁹. Durante os meses de cativo, o viajante escapou de ser devorado por se comportar como um instrumento da vontade divina, predizendo fenômenos da natureza. Salvo por marinheiros franceses, o alemão deixa transparecer no seu relato a superioridade de Deus sobre a crença dos tupinambás, além da punição celeste aos que comem carne humana.

Em 1592, o gravador e editor flamengo Theodore De Bry (1528 – 1598) publica os textos de Staden e Léry no terceiro volume, intitulado *América Tertia Pars*, da sua obra “Grandes Viagens”²⁴⁰. Entretanto, De Bry refaz as ilustrações que constavam nas edições

²³⁸ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, pp. 44 - 45.

²³⁹ Idem, *ibidem*.

²⁴⁰ Em fins do século XVI, Theodore De Bry iniciou um grandioso projeto de ilustração e publicação de relatos de viagem, dividindo-os em duas séries: as “Grandes Viagens” e “Pequenas Viagens”. A primeira é composta de narrativas sobre a conquista da América, composta de treze volumes na edição latina e quatorze na alemã. As “Pequenas Viagens”, assim denominadas por seu formato editorial, compreende textos sobre a Índia, a China e o



Prancha 19: ANÔNIMO. Hans Staden no meio da dança das mulheres indígenas, na aldeia de Ubatuba. 1557. Xilogravura. 140 x 180 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p. 47.

anteriores, substituindo a técnica da gravura em madeira pela gravura em metal. Conforme Ana Maria Belluzzo:

A gravura em cobre dá oportunidade ao valor do claro-escuro, propicia valores tonais intermediários e subordina o desenho à unidade luminosa. Por meio dos volumes modelados, os corpos tornam-se coisas tangíveis, certas zonas de penumbra são projetadas em espaço vazio, desdobrando, como eco, a presença dos corpos no espaço.²⁴¹

Esta nova técnica proporcionou maior riqueza de detalhes e, conseqüentemente, mais dramaticidade às ilustrações dos textos. Bernadette Bucher considera que “*com essas séries de gravuras, nós temos, então, um documento único da maneira em que o canibalismo, esse tabu maior da nossa cultura, foi concebido, compreendido e representado naquele período*”²⁴². Na gravura “Preparo da carne humana em Episódio Canibal” (Prancha 20), sobre o relato de Hans Staden, homens, mulheres e crianças estão ao redor de uma grelha de madeira, onde pedaços de carne humana são assados. Assim como as gravuras de Léry, os nativos são representados de acordo com as formas da Antigüidade. No canto inferior esquerdo, uma jovem tem o corpo proporcionado, o seu peso está colocado sobre a sua perna direita, ficando a esquerda flexionada. Seu tronco está levemente curvado e seus seios são arredondados. No canto inferior direito, percebe-se uma criança com formas idealizadas, apresentando também a posição de *contrapposto*. Ao contrário dos franceses, De Bry acentua o caráter bárbaro dos brasileiros: a bela jovem morde um braço vorazmente e a criança suga o dedo de uma mão decepada. Além disso, como observa Bernadette Bucher, são também representadas três mulheres idosas com seios caídos, no lugar da beleza proporcionada. Entretanto, segundo a autora:

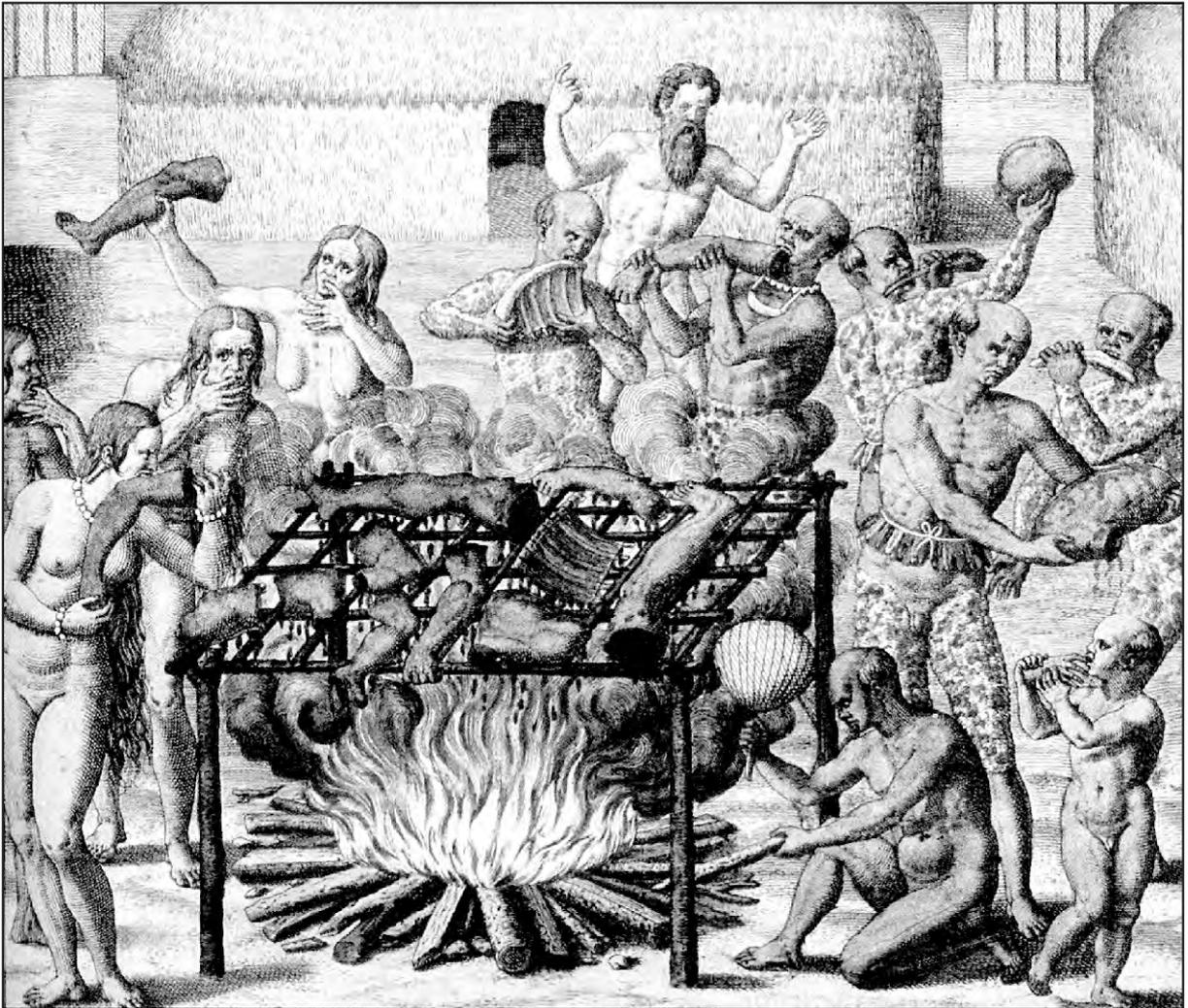
(...) o uso do motivo da mulher com os seios caídos, neste primeiro contexto, não pode ser interpretado como uma oposição entre a mulher benevolente e a mulher maldosa, pois nossas jovens canibais de corpos esculturais e perfis romanos aparecerem igualmente demoníacas e pecadoras como as velhas mulheres que perderam a sua beleza.²⁴³

Japão. Esta série possui doze volumes na edição latina e treze na alemã. Após o falecimento do editor, o trabalho foi continuado por seus filhos, sendo concluído por seu genro.

²⁴¹ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 54.

²⁴² BUCHER, Bernadette. *Icon and Conquest: a structural analysis of the illustrations of Bry's Great Voyages*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981, p. 48. Segundo a autora: “*With this series of engravings, then, we have a unique document on the manner in which cannibalism, this major taboo for our culture, may have been conceived, perceived, and portrayed at the period*”.

²⁴³ Idem, p. 49. De acordo com a autora: “*(...) the use of the motif of the woman with the sagging breasts, in the first context, can not be interpreted as an opposition between benevolent woman and malevolent woman, for our*



Prancha 20: DE BRY, Theodore. **Preparo da carne humana em Episódio Canibal.** 1592. Gravura em cobre. Fonte: LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil.* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950, p. 137.

Contudo, a tensão formal entre estas figuras teria relações com o momento em que vivia a arte europeia de fins do século XVI. Momento este, caracterizado por um estado de espírito inquieto, que questionaria as formas renascentistas. Definido como Maneirismo, este não representaria a decadência, mas sim uma crítica do Clássico, estando inserido “*num processo mais amplo e profundo que envolve a transformação de toda a cultura da época e que resultou na contestação de todas as certezas e na discussão de todos os dogmas*”²⁴⁴. Giulio Carlo Argan demonstra que a arte do período, longe de resistir ao Humanismo, é parte integrante do mesmo. Este sustenta que “*Renascimento e Anti-Renascimento, classicismo e anticlassicismo são funções do mesmo sistema, precisamente do sistema dialético do Maneirismo*”²⁴⁵.

De Bry, imbuído do espírito maneirista, questionaria a conduta dos indígenas e a própria religião católica. Por exemplo, a voracidade com que os indígenas, tanto os belos quanto os feios, consumiam a carne humana parece ser repreendida pelo viajante Hans Staden. Sua figura aparece na parte superior da ilustração com a fisionomia grave, além de gesticular muito. A sua disposição na gravura, destacada e acima dos demais personagens, poderia sugerir uma condenação que partiria de uma posição superior, ou seja, do europeu civilizado, ou mesmo de Deus, que está no céu. Como já foi dito anteriormente, a divulgação do modo de vida dos indígenas brasileiros poderia interessar aos reformadores protestantes, em confronto com a Igreja Católica. Neste caso, ao reprovar o ritual antropofágico, o calvinista De Bry poderia estar também criticando os costumes dos rivais. De acordo com Ana Maria Belluzzo, “*A prática simbólica de ingerir o corpo de Cristo para adquirir poderes permite que se estabeleça um paralelo entre o canibalismo e a comunhão pela Eucaristia, momento de renovação do cerimonial católico (...)*”²⁴⁶. Segundo Thereza Baumann, De Bry teria condicionado suas atividades profissionais à ética protestante. Esta, ao contrário da ética católica, não reconhecia a moralidade terrena por meio da ascese monástica, mas pela observância dos deveres que cabem a cada um no mundo.

Além disso, podemos conjecturar que De Bry, ao realizar sua obra, fazia-o *in majorem Dei gloriam*, como preconizavam os princípios calvinistas, ou seja, a ética profissional deveria estar a serviço da

young cannibals of the statuesque bodies and Roman profiles appear equally demonic and sinful as the old women who have lost their charms.”

²⁴⁴ ZAVATARO, Terezinha de Barcellos Baumann (Thereza Baumann). **Thesaurus de Viagens**: Theodore de Bry: Identidade e Alteridade na iconografia do século XVI. 368 p. 2 vol. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001, p. 50.

²⁴⁵ ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico anticlássico**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 390.

²⁴⁶ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 61.

coletividade. De Bry, ao pretender que a leitura do seu *Thesaurus de Viagens* oferecesse uma possibilidade de salvação ao seu leitor-viajante, parece-nos transcender a satisfação pessoal proporcionada por sua obra, transformando-a em uma missão em benefício de outros.²⁴⁷

Na gravura “Descrição da nossa fortaleza – como fomos atacados ali” (Prancha 21), sobre o relato de Staden, De Bry representa a terra brasileira infestada de bárbaros canibais. Estes, nus e com adornos de penas, avançam contra os soldados europeus, que vestem coletes e capacetes de metal. Mesmo armados com canhões e espingardas, os “civilizados” parecem encurralados na sua fortaleza (na parte superior da gravura) e nas suas embarcações. Os “selvagens”, armados com arcos e setas, são capazes de derrubar árvores e cavar trincheiras com o intuito de capturar os inimigos para comê-los. Isto parece claro por causa das três grelhas de madeira assando carne humana: duas no canto direito da imagem e uma no canto esquerdo. É também importante observar o caráter cartográfico da ilustração. A cena é construída de um ponto de vista aéreo, o litoral é traçado como uma linha, além de constarem alguns topônimos. Os povoamentos costeiros são representados como se fossem cidades acasteladas medievais, como era costume nos mapas da época. Entretanto, a cartografia não influenciou apenas a construção desta gravura. Isto também foi observado nas pranchas 16 e 19, elaboradas por três diferentes autores. Se fossem classificadas, estas obras estariam a meio caminho entre os gêneros da paisagem e da pintura histórica. Esta indefinição, que poderia ser considerada negativa, representaria o estado de espírito maneirista, sendo mais um exemplo da riqueza encontrada nas manifestações artísticas do período.

A representação do indígena como um ser maléfico também pode ser observada em pintura de origem portuguesa, da primeira metade do século XVI (Prancha 22). Com o título de “O Inferno”, a obra apresenta pessoas sendo castigadas por bestas, de acordo com a ética da religião católica. Por exemplo, as mulheres vaidosas têm os cabelos queimados, os maledicentes têm a língua arrancada e os gulosos engolem excrementos. Entretanto, no alto da imagem está o demônio sentado em um trono, vestindo um cocar de penas. Ao se representar o ser maligno com atributos do nativo brasileiro, é provocada uma inversão de sentido, ou seja, o indígena passa a ter os seus atributos. Isto contraria a pintura “Adoração dos Magos”, verificada anteriormente, onde um nativo encarna o rei mago Baltasar.

Portanto, após a análise de obras européias sobre a terra brasileira, poder-se-ia dizer que estas tinham como objetivo não apenas conhecê-la, mas também divulgá-la, em contraste com a mentalidade portuguesa de não imprimir mapas e livros sobre o Brasil. O indígena

²⁴⁷ ZAVATARO, Terezinha de Barcellos Baumann (Thereza Baumann). *Op. cit.*, pp. VI e VII.



Prancha 21: DE BRY, Theodore. **Descrição de nossa fortaleza - como fomos atacados ali.** 1592. Gravura em cobre aquarelada. Fonte: NOVAES, Aduato (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, ilustração 5.



Prancha 22: ANÔNIMO (Escola portuguesa). **O inferno.** Primeira metade do século XVI. Óleo sobre madeira, 1190 x 2175 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p.25.

brasileiro foi um tema amplamente valorizado, sendo representado de acordo com os interesses e os aspectos culturais de cada autor. Entretanto, foi possível observar nas pinturas portuguesas um processo análogo ao estudado anteriormente nos mapas. Com o tempo, o indígena passou a ser considerado maligno, contrariando o que foi relatado pelos primeiros cronistas lusos. Entretanto, essa mudança de abordagem poderia vir ao encontro das pretensões colonizadoras dos portugueses. Afinal, como sustenta Ana Maria Belluzzo, a imagem dos canibais acabou tornando-se um símbolo, *“capaz de promover a contraposição entre americanos e europeus, selvagens e civilizados. Foi o argumento por excelência do conflito entre conquistadores e conquistados”* ²⁴⁸.

²⁴⁸ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 59.

III

CONTRASTES E RECORRÊNCIAS: O BRASIL NAS OUTRAS CARTOGRAFIAS

Conforme foi estabelecido na introdução do trabalho, neste capítulo serão analisadas as cartografias – além de pinturas e esculturas – realizadas pelas outras potências que tinham interesses no território brasileiro, como os espanhóis, os franceses e os holandeses. Este procedimento tem por objetivo estabelecer contrastes e recorrências com os mapas lusos.

3.1 O rigor e a fé na cartografia espanhola da América

Cumprir ter presente que Portugal se lançou à obra das descobertas desde 1416, enquanto a Espanha somente deu os primeiros passos com Colombo, ou seja, um atraso de 76 anos. Mas os portugueses sabiam que essa dianteira na corrida colonialista não poderia durar.¹

Após o descobrimento da América, a Coroa espanhola concentrou suas atenções nos domínios de além-mar. Seu principal objetivo era encontrar uma passagem naquele continente que permitisse chegar às ricas terras orientais, como Cipango (Japão), Cataio (China) e Índia. Somente então seria possível realizar o plano de Colombo: atingir o Levante navegando em direção ao Poente². O navegador e cartógrafo espanhol Juan de La Cosa (?1460 – 1510) explorou as costas das atuais Colômbia e Venezuela e realizou em 1500 o primeiro planisfério conhecido no qual aparece o Novo Mundo (Prancha 23.1). Trata-se de um manuscrito colorido sobre pergaminho de 181 cm de largura por 92 cm de altura. A obra está assinada e datada: “*Juan de La Cosa la fizo em el puerto de S: mj^a em el año de: 500*”. É interessante observar a diferença de tratamento gráfico entre a América (no canto esquerdo do mapa) e os demais continentes: enquanto a primeira é colorida em verde escuro chapado, tanto na Europa quanto na Ásia, o cartógrafo representa cadeias montanhosas, cidades e reis. Desta forma, o Novo Mundo ganhou destaque, apesar do desconhecimento do seu interior. Estão traçados, ainda em contornos imprecisos, o golfo do México e as penínsulas de *Yucatán* e Flórida. Entretanto, Cuba já aparece como uma ilha, ao contrário do que defendia Colombo, que a considerava terra firme das Índias. Está demarcada “*A liña meridional*”, ou seja, o meridiano de Tordesilhas e também uma “*ysla descubierta por Portugal*”. De acordo com Isa Adonias, esta poderia ser uma referência ao descobrimento de Cabral, ou à ilha de Fernando de Noronha, que seria um acréscimo posterior³. Na parte mais estreita do pergaminho, está

¹ COSTA, Sérgio Corrêa da. *Op.cit.* p. 123.

² De acordo com Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (2000, p.327), não se poderia atribuir este projeto a imaginação pessoal de Colombo. Muitos já haviam defendido que o Oriente estaria mais próximo ao se atravessar o Atlântico na rota do Oeste. O principal deles teria sido o cardeal Pierre d’Ailly (1350 – 1420) na sua obra *Tratatus de imagine mundi*, de c. 1410. Entretanto, Colombo recusou-se a admitir que havia descoberto um novo mundo para os europeus e ao falecer, em 1506, estava desacreditado e na miséria.

³ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op.cit.*, p. 106.

representado São Cristóvão com o menino Jesus⁴, no estilo das cartas-portulano maiorquinas (Prancha 23.2). Segundo Belén Rivera Novo e Luisa Martín-Merás, esta imagem poderia ser uma homenagem a Cristóvão Colombo, ou mesmo simbolizar o registro de uma passagem para o Oriente⁵. Há também uma grande rosa-dos-ventos, em cujo interior está a Virgem Maria e o menino Jesus (Prancha 23.3). Por fim, este planisfério marcaria uma transição entre a cartografia catalano-maiorquina e a sevilhana.

Em 1503, foi criada a “(...) *Casa de Contratación e negociación das Índias e das Canárias e das outras ilhas que se haviam descoberto e das que se descobrissem para a qual se deveriam trazer todas as mercadorias (...)*”⁶. Estabelecida na cidade portuária de Sevilha, a *Contratación* tinha como exemplo o Armazém da Guiné e Índia, situado em Lisboa. “A função fundamental deste centro será dotar os navegantes de instrumentos adequados e recolher dos mesmos toda a informação de primeira mão sobre as terras que estavam descobrindo”⁷. A organização científica da Casa ficava a cargo do Piloto Maior, especialista em navegação e capaz de fazer cartas e instrumentos náuticos. Este tinha a incumbência de realizar o Padrão Real: tal qual o congêneres lusitano, era uma carta que registrava os descobrimentos e servia de modelo para todas as outras desenhadas na Casa. Em 1508, foi nomeado para esta função o navegador florentino Américo Vespúcio, que antes trabalhava para a Coroa portuguesa. Depois de Vespúcio, assume o cargo o lusitano João Dias de Solis (1470 – 1516), em 1512. De acordo com Isa Adonias,

É enorme a lista dos que foram servir no estrangeiro, em sua maioria clandestinamente, mediante suborno. Como diz Armando Cortesão, esse fato mostra o alto preço em que lá eram tidos e como Portugal, também, dessa maneira contribuiu para o progresso da náutica na Europa. Só a Espanha, teve nada menos que 60 portugueses a seu serviço, entre cartógrafos, cosmógrafos e pilotos.⁸

⁴ São Cristóvão teria carregado o menino Jesus na travessia de um rio, tornando-se o santo protetor dos viajantes.

⁵ RIVERA NOVO, Belén; MARTÍN-MERÁS, Luisa. *Cuatro siglos de cartografía en América*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 72.

⁶ Idem, p. 65. Segundo as autoras: “(...) *una Casa de Contratación y negociación de las Índias y de las Canárias y de las otras islas que se avian descubierta y se descubriesen, a la qual se avian de traer todas las mercaderias (...)*”.

⁷ Idem, p. 66. De acordo com as autoras: “*La función fundamental de este centro será dotar a los navegantes de instrumentos adecuados y recoger de los mismos toda la información de primera mano sobre las tierras que iban descubriendo.*”

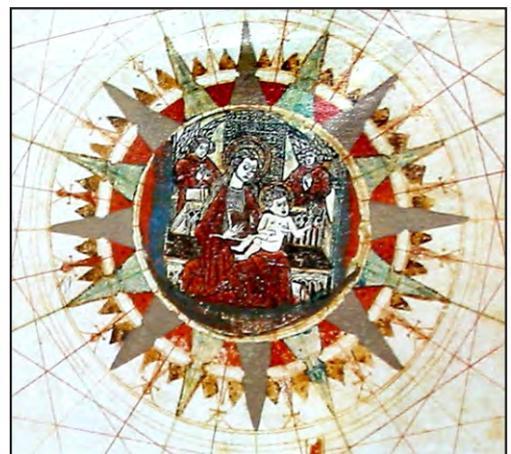
⁸ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op.cit.*, p. 102.



Prancha 23.1: COSA, Juan de la. **Planisfério.** c.1500. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 1810 x 920 mm. Fonte: Fac-símile da Mapoteca da Marinha, Rio de Janeiro.



Prancha 23.2



Prancha 23.3

Após alcançarem o Pacífico por terra⁹, em 1513, os espanhóis confiaram a Solís a missão de descobrir um acesso marítimo para este oceano. Este seria, por conseguinte, o meio para se chegar às Índias. Mesmo fracassada, a expedição foi responsável pela descoberta do rio da Prata, onde o navegador luso foi executado pelos nativos. Todavia, como sustenta Max Justo Guedes, “(...) *as tentativas castelhanas continuaram, dando início à maior ação de suborno e cooptação feita pelos espanhóis em relação a Portugal (...)*”¹⁰. O autor se refere à contratação de Fernão de Magalhães (1470 – 1521), que se tornou o comandante da primeira expedição marítima de circunavegação da Terra¹¹. O navegador luso, portanto, descobriu a almejada passagem entre os dois oceanos: um braço de mar na extremidade sul da América, batizado com o seu nome.

Ao mesmo tempo em que navegavam para o Oriente, os espanhóis adentravam o interior americano em busca de ouro. No ano de 1519, Hernán Cortés (1485 – 1547) inicia a conquista do rico Império Asteca. Dois anos foram necessários para subjugar o seu imperador e destruir seu principal centro, a atual cidade do México. Em 1533, Francisco Pizarro (1475 – 1541) e seus irmãos mandam executar o soberano Inca e tomam a cidade dourada de Cuzco: o Peru estava em mãos castelhanas. Como já foi comentado neste trabalho, na década de 1540, Francisco de Orellana desce o atual rio Amazonas em busca da província mítica do Eldorado. Portanto, como sustenta René Sédillot:

Em quarenta anos, por conta da Espanha e da procura do ouro, esses pioneiros descobriram um continente. (...) Em Sevilha, os barcos atracavam aos pés da Torre de Ouro. Eram mais de cem, cada ano. O cais de Guadalquivir fervilhava com uma multidão ruidosa e colorida, ansiosa para ver as caixas carregadas de lingotes de ouro. A casa do comércio (*Casa de Contratación*) estimulava, protegia e controlava o tráfico.¹²

A ascensão dos Habsburgos ao poder, nos séculos XVI e XVII, marca o período de opulência espanhola. A extração de ouro é apoiada e fiscalizada pela Coroa através do porto de Sevilha, única entrada autorizada para o descarregamento. Há um grande florescimento artístico amparado pela nobreza, com pintores do quilate de *El Greco* (1540 – 1614) e Diego

⁹ O conquistador espanhol Vasco Nuñez Balboa (1475 – 1517) descobriu o *Mar Del Sur* (primeiro topônimo do oceano Pacífico) ao atravessar o istmo da América Central.

¹⁰ GUEDES, Max Justo. Os mapas da mina. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 4, 2004, p.40.

¹¹ Magalhães concebeu o projeto de alcançar as ilhas Molucas, única produtora das especiarias cravo e noz-moscada, pelo caminho da América do Sul. Porém, o plano foi acertado com o rei espanhol, que considerava as tais ilhas como possessão do seu país. Em 1519, partiram da Espanha cinco naus com 256 tripulantes no total. Mesmo com a morte de Magalhães, a expedição conseguiu atingir seu objetivo. No entanto, a circunavegação só terminou em 1522, com o retorno de apenas uma nau com 18 ocupantes.

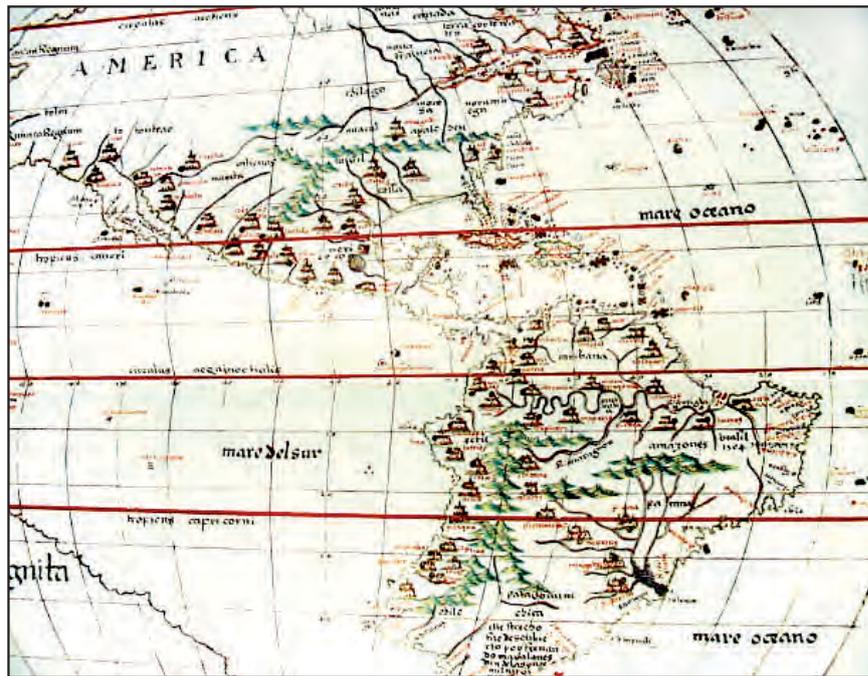
¹² SÉDILLOT, René. Ambição e Genocídio. **Revista História Viva**, São Paulo, n. 13, 2004, pp. 35-37.

Velázquez (1599 – 1660). Na arquitetura, o chamado estilo plateresco¹³, rico em adornos como medalhões e frontões, está presente em obras monumentais como a Universidade de Salamanca e o Hospital de Santa Cruz de Toledo. No entanto, em tempos de Contra-reforma, a ortodoxia católica espanhola também se manifesta na construção do *El Escorial*. Exemplo de sobriedade e símbolo do poderio espanhol, na parte externa deste palácio-monastério predomina o rigor geométrico. No seu interior, entretanto, há uma mescla de ambientes simples com elementos de grande sofisticação, como as rebuscadas portas de madeira. Ao término de sua construção, na década de 1580, o rei Felipe II (1527 – 1598) chega a dominar as seguintes regiões européias: Portugal, Países Baixos, áreas da França e da Itália, além de ilhas mediterrâneas, como a Sardenha e as Baleares.

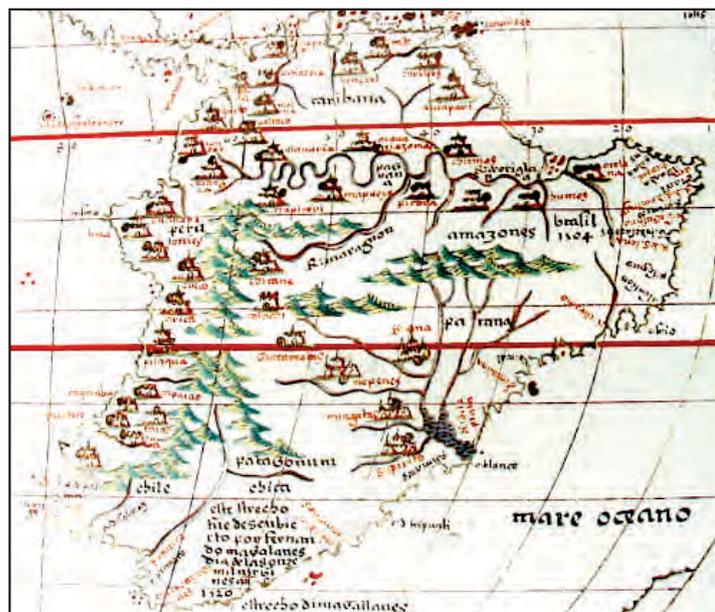
Na carta *Typus Orbis Terrarum*, do Atlas de 1587, o cartógrafo espanhol Joan Martinez representa os domínios espanhóis no Novo Mundo (Prancha 24.1). É um manuscrito iluminado em pergaminho com 790 mm de largura e 580 mm de altura. As costas do continente americano são traçadas em verde ou vermelho, com detalhes destacados em dourado. A toponímia é negra ou rubra. Há uma legenda no extremo sul do continente informando a descoberta da passagem marítima Atlântico-Pacífico, por Fernão de Magalhães. As montanhas são coloridas em verde e as cidades são simbolicamente registradas por castelos ou igrejas. Logo à primeira vista, é possível perceber uma grandiosa concentração urbana no continente. Na América do Norte, há registros em boa parte do seu interior. Na porção meridional, os espanhóis se espalham por toda a cordilheira andina e ao longo dos rios da Prata e Amazonas, identificado no mapa por dois nomes: rio *Marañon* e rio de *Orellana*. Entretanto, na região do Brasil, a toponímia é escassa e não há registro iconográfico de cidades (Prancha 24.2). O visível contraste entre as terras colonizadas por espanhóis e portugueses poderia ser consequência da falta de informações disponíveis sobre as últimas. Entretanto, esta diferença na representação das duas colônias se repete, por exemplo, no Atlas manuscrito de 20 folhas do cartógrafo luso Fernão Vaz Dourado (c.1520 - c.1580)¹⁴ de 1568. Na carta relativa ao Brasil (Prancha 25), há uma legenda informando que a costa brasileira se estendia do rio das Amazonas até o rio da Prata e esta dita região era senhoreada pelo rei de Portugal. O litoral apresenta diversos topônimos, há uma grande árvore, onde está pendurado o emblema português e não consta nenhum ícone de cidades. Entretanto, no exemplar sobre a

¹³ Em virtude do seu rebuscamento, o nome deste estilo é retirado do artesanato da prata. Este seria a continuação, com novas formas, do estilo isabelino (em homenagem à “rainha católica” Isabel I), que tinha por característica a mescla de motivos góticos com elementos mouriscos, que se complementa com símbolos heráldicos da nova monarquia espanhola.

¹⁴ Fernão Vaz Dourado teria nascido na Índia e produzido cinco Atlas universais datados e assinados. É considerado o mais importante iluminador de toda a cartografia portuguesa.



Prancha 24.1: MARTINEZ, Joan. *Typus Orbis Terrarum* (detalhe). 1587. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 790 x 580 mm. Fonte: *Mapas Españoles de América: siglos XV - XVII*. Duque de Aba. et al. Madrid: 1951, estampa XXXVIII.



Prancha 24. 2

América espanhola, além de um brasão com a águia bicéfala, símbolo heráldico usado pelos espanhóis, há nítidas cidades acasteladas (Prancha 26). De cima para baixo estão, por exemplo, Quito (*Qito*), Cuzco (*Cozco*) e Lima (*De Los Reis*).

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a colonização da América espanhola caracterizou-se pelo que faltou à lusitana: “*por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados*”¹⁵. Inclusive, estes deveriam ser erguidos de acordo com uma rigorosa legislação urbanística, com o fito de unificar-lhes o traçado. Conhecidas como Leis das Índias, estipulavam que o povoado sempre começaria pela chamada Praça Maior, com a forma de um quadrilátero. Esta seria o centro da composição urbana e do traçado quadriculado de suas ruas. Ainda que algumas cidades fossem erguidas com um plano informal, como Cartagena das Índias, na atual Colômbia, o mais comum foi a adoção da planta em xadrez. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda:

A fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora de Castela, que tem sua expressão mais nítida no gosto dos regulamentos meticulosos – capaz de exercer-se, conforme já se acentuou, até sobre o traçado das cidades coloniais – vem de um povo internamente desunido e sob permanente ameaça de desagregação.¹⁶

Ao contrário, Portugal seria um país sem problemas de unidade política. Esta se realizara ainda no século XII, antes de qualquer Estado europeu moderno. Gilberto Freyre considera que “*Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias*”¹⁷. Talvez por esses fatores, a colonização dos trópicos pelos lusos se caracterizou por uma relativa liberalidade, em comparação com a efetuada pelos espanhóis. Segundo Paulo Santos, a aparente desordem ou desleixo¹⁸ da maioria das cidades erguidas no Brasil – fruto da inexistência de um traçado prévio – teria uma certa genuinidade.

Genuinidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tantas vezes falta à cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez. Esta, dado o *processus* mesmo de sua criação, há de ser,

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil...** *op.cit.*, p. 62.

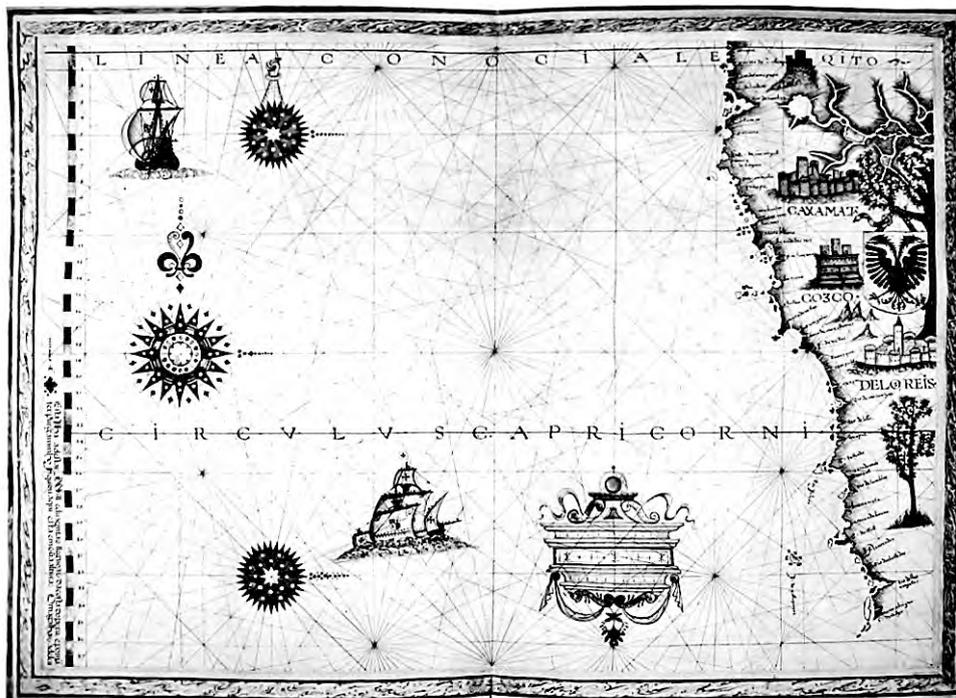
¹⁶ *Idem, op. cit.*, p. 82.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, 1987, p. 28.

¹⁸ O autor utiliza este termo retirado da obra de Sergio Buarque de Holanda: “*A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre esse abandono característico, que se exprime bem na palavra desleixo (...)*” Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de *apud* SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001. p. 17.



Prancha 25: DOURADO, Fernão Vaz. **Carta do Atlântico Sul.** 1568. Reprodução em preto e branco de manuscrito iluminado sobre pergaminho. Fonte: CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, v. 3, estampa 253.



Prancha 26: DOURADO, Fernão Vaz. **Carta do Pacífico Sul.** 1568. Reprodução em preto e branco de manuscrito iluminado sobre pergaminho. Fonte: CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, v. 3, estampa 255.

necessariamente, produto de uma idéia preconcebida com que o projetista pretende não raro artificialmente ordenar, disciplinar, modelar a vida que nela vai ter lugar.¹⁹

Exemplo de ordem e disciplina, as reduções jesuíticas²⁰ teriam sido uma exceção na América portuguesa. Conforme sustenta Sérgio Buarque de Holanda, através de prodigiosa vontade e inteligência, ergueram-se “(...) *ciudades geométricas, de pedra lavrada e adobe, numa região rica em lenho e paupérrima em pedreiras*”²¹. Entretanto, no projeto das cidades jesuíticas e hispano-americanas estaria implícita a idéia de que o homem tem a capacidade de intervir no mundo e até modificar a sua própria História. Esta mentalidade de fé na vida terrena pode ter direta relação com a crença de uma Terceira Idade, o tempo de “uma graça maior”, a Idade do Espírito Santo. A presença do quadrado e do retângulo nos traçados das cidades poderia também ser característica deste novo tempo, onde predominaria o espírito e o intelecto. Apesar da relutância do urbanismo português em adotar a ortodoxa planta em xadrez, seria possível observá-la em algumas cidades brasileiras erguidas no século XVIII. Segundo Paulo Santos, a capital da capitania do Mato Grosso foi planejada com todas as ruas cruzando-se em ângulos retos, formando um xadrez quase perfeito e tendo uma praça central quadrada. Seu nome era Vila Bela da Santíssima Trindade (Prancha 27)²² e foi criada em 1752. Ainda de acordo com o autor, seu traçado foi influenciado pelas cidades de Buenos Aires e Santiago do Chile, as duas mais importantes da colonização hispânica da América do Sul²³.

Assim como foi visto na cartografia portuguesa, a crença no Espírito Santo também poderia ser percebida em cartas da América espanhola. Exemplo disto é o mapa do distrito de *Macuilsuchil y Teutilan*, que pertencia à província de *Guaxaca*, no vice-reino de Nova Espanha²⁴, atual México (Prancha 28.1). Trata-se de um manuscrito de 605mm por 850mm, desenhado em 1580 por Gaspar Asensio, o administrador local. O ponto cardeal leste é supostamente demarcado com um sol, localizado na parte superior da imagem. Estão representadas diversas criações de animais, como bois, cavalos e ovelhas. A vegetação local é composta de pequenos arbustos e cactos. Há um grande rio que corta o mapa em sentido

¹⁹ SANTOS, Paulo. *Op.cit.*, p. 18.

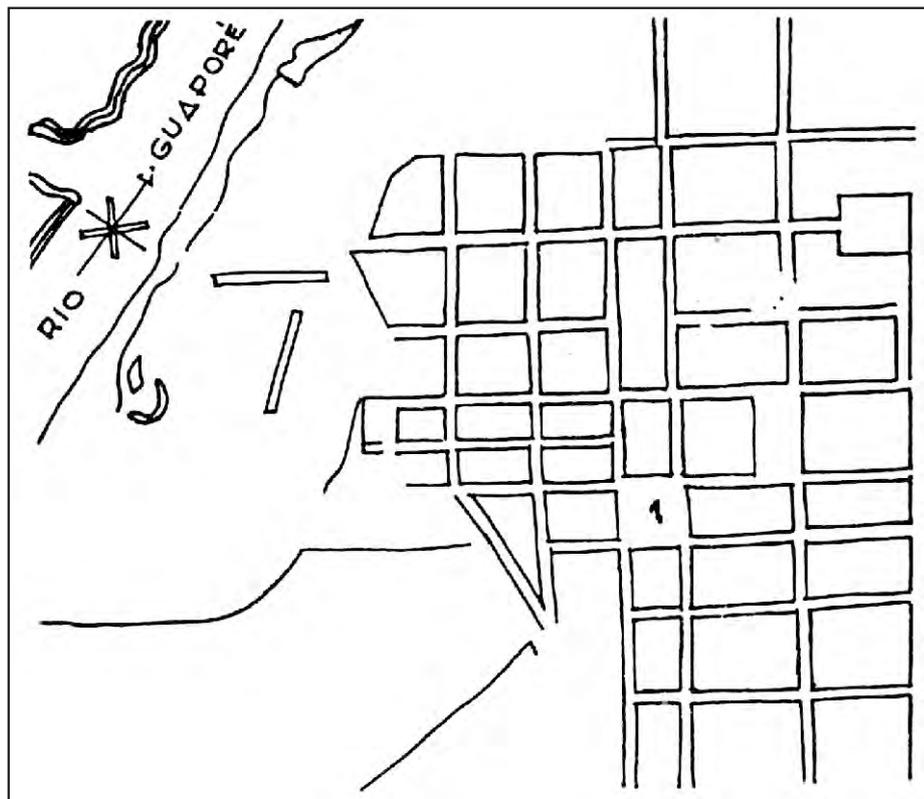
²⁰ De acordo com o seu projeto urbano, centenas de alojamentos eram dispostos num plano rigorosamente geométrico ao redor de uma igreja. Havia também um campanário, um cemitério e plantações.

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil...** *op. cit.*, p. 64.

²² Mesmo não estando no período histórico proposto para este estudo, o exemplo seria bastante esclarecedor para compreender a influência dos hispânicos e da chamada Idade do Espírito Santo entre os luso-brasileiros.

²³ SANTOS, Paulo. *Op.cit.*, p. 68.

²⁴ O império espanhol na América organizou-se administrativamente em vice-reinos. Pode-se citar como exemplos o de Nova Espanha e o do Peru.



Prancha 27: ANÔNIMO. Croqui da planta da Vila Bela da Santíssima Trindade. Desenho a nanquim. Fonte: SANTOS, Paulo. Formação de cidades no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 69.

diagonal e também diversos caminhos com marcas de pegadas e ferraduras. Percebe-se a grande influência do catolicismo devido à presença de várias missões, representadas em perspectiva. Estas são cercadas e possuem imponentes igrejas. Entretanto, no centro da imagem, está a cena de maior destaque (Prancha 28.2). No sopé de uma montanha bastante arborizada – ao contrário do restante da paisagem – estão sentados três personagens. Atrás dos mesmos há um belo arbusto e acima deste pode-se perceber um pombo branco de asas abertas. No alto da dita montanha, existe um cruzeiro em vermelho. A ave seria o Espírito Santo que desce dos céus para a Terra. As figuras masculinas seriam o Pai e o Filho e a mulher a Virgem Maria. É importante perceber que os homens não possuem barba e, além disso, têm os olhos puxados: poder-se-ia dizer que reproduzem as características físicas dos nativos da região mexicana. A representação descrita seria a de uma Santíssima Trindade “tropicalizada”.

Portanto, pode-se perceber que a fé no Espírito Santo motivou tanto espanhóis como portugueses a cruzar o oceano e conquistar um Novo Mundo. Mas isto ocorreu, a princípio, de formas distintas: a colonização castelhana seria, em linhas gerais, urbana e de interior e a lusa rural e litorânea. Sobre a influência dos primeiros no Brasil, Capistrano de Abreu afirma que “(...) nada devemos aos espanhóis, nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses”²⁵. No entanto, eles aqui estiveram antes de Cabral²⁶ e deles seria o primeiro registro cartográfico conhecido da América, o mapa de Juan de La Cosa, anteriormente analisado. Segundo Lucia Maria Guimarães e Ronaldo Vainfas, “A importância dos espanhóis no Brasil colonial foi, sem dúvida, menos espetacular, talvez mais silenciosa, porém importante e duradoura”²⁷. Por exemplo, certos personagens marcantes do período colonial, como José de Anchieta (1534 -1597), eram espanhóis. Em função da liderança hispânica, o período da União Ibérica, entre 1580 e 1640, foi propício à expansão para o interior do Brasil.

Pode-se dizer também que a cartografia lusa e a espanhola tinham semelhantes características. As cartas eram, na grande maioria, manuscritas e mantidas sob controle. Assim como os lusos sofreram a influência da escola catalano-maiorquina, é enorme a lista de cartógrafos portugueses que trabalharam para os rivais. Entretanto, o zelo urbanístico e a prioridade no registro das cidades em seus mapas poderiam simbolizar a força colonizadora

²⁵ ABREU, J. Capistrano de. *Op.cit.*, p.38.

²⁶ O navegador Vicente Yañes Pinzón teria atingido o cabo de Santo Agostinho, no estado de Pernambuco, em princípios de 1500. Logo depois, o mesmo teria sido feito por outro espanhol: Diego de Lepe. Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Op.cit.*, p. 26.

²⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; VAINFAS, Ronaldo. Sonhos galegos: os espanhóis no Brasil. In: **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 105.



Prancha 28.1: Ascensio, Gaspar. *Macuilsuchil y Teutilan*. Manuscrito sobre pergaminho. 605 x 850 mm. Fonte: *Mapas Españoles de América: siglos XV - XVII*. Duque de Aba. et al. Madrid: 1951, estampa XXXIII.



Prancha 28.2

dos castelhanos²⁸. Os lusos, em contraste, costumavam representar regiões amplas e raramente cidades em particular. Por fim, a grande rivalidade luso-espanhola estaria patente na representação do meridiano de Tordesilhas. De acordo com Isa Adonias:

A oscilação da “linha de partição”, ora mais à esquerda, ora mais à direita; o exagero ou escassez de graus de longitude no traçado das costas; a omissão propositada de dados já conhecidos, etc., foram alguns dos aspectos cartográficos visíveis dessa querela política.²⁹

3.2 Do tráfico à conquista: o Brasil na cartografia francesa

No alvorecer do século XVI, Tordesilhas estipulava a divisão do mundo entre Espanha e Portugal. Contudo, os franceses não aceitavam a validade jurídica deste tratado, “o testamento de Adão” nas palavras do rei da França, Francisco I (1494 – 1547). O monarca reivindicava principalmente o direito ao *mare liberum*, ou seja, que os oceanos fossem abertos à navegação para todos os países³⁰. Esta longa disputa levaria a Coroa a autorizar o contrabando em diferentes áreas coloniais, inclusive na costa brasileira. Porém, até cerca de 1550, as iniciativas francesas não dispunham de ajuda real, sendo financiadas por mercadores, geralmente normandos e bretões. Em 1503, o comerciante e navegador Binot Palmier de Gonneville preparou, com a ajuda de portugueses secretamente contratados, uma viagem às Índias. Entretanto, por causa de tempestades no Cabo da Boa Esperança, acabaram atingindo o Brasil, na altura de Santa Catarina. Bem acolhidos pelos índios carijós, partiram de lá seis meses depois, acompanhados pelos nativos Namoa e Essomeriq³¹. De acordo com a Relação de Viagem escrita por Gonneville, os indígenas foram levados “*porque é costume entre os que chegam a novas terras das Índias trazer prova à cristandade de alguns índios*”³². Entretanto, ao invés de prosseguirem para o Oriente, os normandos decidiram subir a costa brasileira até a sua região nordeste, onde se abasteceram de pau-brasil. Mesmo fracassada – por causa de um naufrágio próximo à costa normanda – esta viagem inauguraria a extração

²⁸ É importante observar a rapidez do avanço urbano na América espanhola, ao se comparar o mapa de Juan de La Cosa de c. 1500 com o de Joan Martinez de 1587.

²⁹ ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima... *op. cit.*, p.103.

³⁰ Os ibéricos estabeleceram, além do próprio texto de Tordesilhas, o critério da “posse de direito” para as terras a conquistar e do *mare clausum* para as rotas marítimas, justamente quando a revolução comercial internacionalizava a economia europeia. Cf. ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de; SILVA, José Luís Werneck da. O período pré-colonizador do Brasil: sugestões para a sua análise. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.º. 287, 1970, p. 225.

³¹ Filho do cacique carijó, Essomeriq foi bem recebido na França. Casou-se com uma sobrinha de Gonneville, teve muitos filhos e lá faleceu aos 95 anos de idade. Foi possivelmente o primeiro índio americano a chegar naquele país. Namoa, entretanto, teria falecido durante a viagem de regresso à Europa.

³² RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Primeira parte – Historiografia Colonial. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979, p. 39.

clandestina do pau-de-tinta³³ pelos chamados “entrelopos”, os audaciosos traficantes franceses. Em pouco tempo, era tal a importância do comércio francês do pau-brasil, que não se poderia saber se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró, ou aos Mair, como chamavam os indígenas aos portugueses e aos franceses, respectivamente³⁴. Além disso, segundo Manuel de Albuquerque e José Luis da Silva:

Não se pode desvincular a crescente demanda de pau-brasil, que acelerou a vinda de contrabandistas e corsários ao nosso litoral, da expansão econômica e demográfica da Europa Ocidental dos séculos XV e XVI.³⁵

Na Europa, os centros de produção têxtil – e de consumo de pau-brasil – situavam-se, principalmente, nas regiões da Flandres e do norte da França. Pela proximidade com os mesmos, as cidades portuárias de Dieppe, no canal da Mancha e Honfleur, na foz do rio Sena, tornaram-se estratégicas. Na primeira, foi fundada uma escola cartográfica privada, por muitos denominada luso-francesa. Deste centro, despontaram nomes como Jean Rotz, Pierre Descelliers, e Jacques de Vau de Claye. Com o fito de dominar tanto a rota para o Oriente como para o Brasil, os normandos uniram a própria experiência náutica às informações das cartas portuguesas, secretamente adquiridas. Além disso, muitos cartógrafos lusos foram trabalhar na França, como André Homem e Bartolomeu Velho. De acordo com Isa Adonias, os mapas franceses, a princípio, eram feitos no estilo clássico das cartas-portulano, “*embora mais vistosos, semelhantes a pinturas murais.*”³⁶

Os profissionais desta escola vendiam seus trabalhos para ricos comerciantes ou até para monarcas estrangeiros. Este seria o caso de Jean Rotz, que serviu ao rei da Inglaterra Henrique VIII (1491 –1547) até este falecer. Rotz, que navegou pelo Brasil em 1539, é autor do Atlas manuscrito *Boke of Hidrography*, de 1542, onde constam cartas náuticas sobre o país. Em uma delas, além do traçado costeiro, estão representados os costumes indígenas e a extração do pau-brasil (Prancha 29.1). A princípio, já se percebe um marcante elemento decorativo da mesma: a colorida moldura com motivos vegetais, ocupando o lado direito da imagem. Entretanto, a carta não é meramente decorativa, possuindo escala de latitudes, tronco de léguas e linhas de rumos que partem das rosas-dos-ventos. A costa é traçada na cor verde escuro e os poucos topônimos são registrados em vermelho. Na parte superior, há moradias indígenas, em verde claro. Abaixo destas, há um bosque de onde os nativos extraem a madeira

³³ O pau-brasil tingia vários tipos de tecido, dando-lhes a cor vermelha, tão apreciada pelos nobres. Uma espécie vegetal semelhante já era utilizada na Europa com este fim, desde a Idade Média. Entretanto, a partir do século XVII, as regiões da Flandres e da Inglaterra passaram, praticamente, a só utilizar o pau-de-tinta brasileiro.

³⁴ ABREU, J. Capistrano de *apud* RODRIGUES, José Honório. *Op.cit.*, p. 38.

³⁵ ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de; SILVA, José Luís Werneck da. *Op. cit.*, pp. 226-227.

³⁶ ADONIAS, Isa. Mapas, um pouco da sua História. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, nº. 285, 1970, p. 61.

rubra. Eles cortam, desbastam e carregam as toras nas costas até as embarcações dos franceses (Prancha 29.2). Estes, representados na carta com roupas azuis e vermelhas, forneciam as tão cobiçadas “bugigangas” aos brasileiros e ainda os ajudavam em suas guerras intertribais, como é possível verificar na parte central da imagem, onde marcham em conjunto com os nativos. De acordo com Ernani Silva Bruno,

Os contrabandistas franceses – não dispendo de feitorias fixas – negociavam o embarque de toras de pau-brasil com os índios com os quais haviam ajustado o negócio, e esperavam a carga em seus navios, ancorados em qualquer ponto propício da costa – ao passo que os portugueses faziam com que os bugres transportassem a madeira para as feitorias, onde ela ficava amontoada em ramas à espera da arribada das naus.³⁷

Segundo Max Justo Guedes, o motivo pelo qual os franceses não possuíam entrepostos fixos seria óbvio, pois estes “*sabiam que seus navios ou qualquer feitoria fixa que erguessem no Novo Mundo poderiam ser facilmente, e dentro da ‘legalidade’, atacados pelos portugueses e espanhóis.*”³⁸ É também possível observar, na carta de Jean Rotz, uma detalhada aldeia de brasileiros. Envolta por uma grande paliçada, as habitações indígenas estão dispostas em forma de quadrado. No seu centro, os nativos realizam suas atividades cotidianas. Acima destes, o interior de uma moradia é representada, como se fosse uma “visão de raios-X”: há três redes penduradas dentro do esqueleto de uma casa coletiva. Ao redor da aldeia, os indígenas realizam danças rituais, violentas batalhas e também a antropofagia. Esta pode ser vista em dois momentos: o primeiro, quando o inimigo é amarrado e está preste a ser abatido (Prancha 29.3) e outro, onde seu corpo está sendo assado em uma grelha de madeira (Prancha 29.4).

Jean Rotz teria confeccionado o Atlas com o objetivo de estimular o monarca inglês Henrique VIII a financiar novas expedições de descobrimento e exploração³⁹. Porém, mais do que representar a extração do pau-brasil, também se percebe a curiosidade do autor – e a liberdade – em registrar com riqueza de detalhes os costumes dos brasileiros. Segundo Leyla Perrone-Moisés:

Embora reconhecida como característica dos descobridores, a curiosidade tem sido pouco considerada por uma historiografia de fundamentação predominantemente econômica. Ora, ela foi um motor das

³⁷ BRUNO, Ernani Silva. *Op. cit.*, p.22.

³⁸ GUEDES, Max Justo. *La terre du Brésil: contrabando e conquista*. In: BUENO, Eduardo. **Pau-brasil**. São Paulo: Axis Mundi, 2002, p. 148.

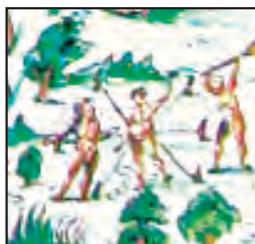
³⁹ CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica... op.cit.*, pp. 139-140.



Prancha 29.1: ROTZ, Jean. **Carta 11 do Atlas (detalhe)**. 1542. Manuscrito iluminado. Fonte: *The Booke of Hidrography presented in 1542 by Jean Rotz to King Henry VIII*. Acervo da Mapoteca da Marinha, Rio de Janeiro.



Prancha 29.2



Prancha 29.3



Prancha 29.4

grandes navegações pelo menos tão importante quanto a cobiça e o desejo de lucro.”⁴⁰

A curiosidade teria sido recíproca entre os “civilizados” e os “selvagens” e correspondia ao desejo humano de novidades e singularidades. Os franceses, em princípio sem interesses coloniais e escravistas, mantinham relações amigáveis com os nativos, inclusive se instalando no seio das suas tribos. De acordo com Luís da Câmara Cascudo:

O francês era o adventício, o traficante rápido, o permutador. Chegava, negociava, retirava-se – exceto aqueles que eram desembarcados e ficavam entre a índia, aprendendo falar o nhengatu, pintando o corpo com urucum e jenipapo, furando o beijo para o tembetá, casando com as cunhãs, ganhando prestígio soberano.⁴¹

Quando as embarcações chegavam aos portos, os normandos não traziam somente mercadorias do Brasil, mas também novas e ricas experiências, que eram propagadas pelos inúmeros marinheiros. Além disso, como já havia feito o navegador Binot Palmier de Goneville, diversos indígenas também foram trazidos e se misturavam às populações locais. A marcante influência dos brasileiros, portanto, pode ser percebida na arte produzida nesta época⁴². Por exemplo, em c.1530, foram esculpidos baixos relevos em madeira para a decoração da casa de um rico mercador de Rouen. Porém, esta foi demolida no século XIX e a obra hoje se encontra no Museu de Antigüidades desta cidade. As peças eram originalmente policromadas, mas foram decapadas. Devem ser lidas da direita para a esquerda e representam o corte, o embarque e o transporte do pau-brasil. No pormenor destacado (Prancha 30), o brasileiro entrega uma tora ao marujo francês, dentro de uma embarcação, enquanto é observado por uma índia nua com o seu filho. De acordo com Max Justo Guedes, este seria o ponto alto da obra, porque “*A ação combinada, cooperativa, entre ambos resplandece com um vigor comovente*”.⁴³

Outro exemplo bastante representativo seria o livro manuscrito e iluminado sobre pergaminho, chamado “A entrada do rei da França Henrique II em Rouen, 1550”⁴⁴. Esta obra teria sido entregue ao monarca, tornando-se uma lembrança da cerimônia de recepção preparada pela cidade. Em uma de suas dez miniaturas, intitulada “O Baile dos Brasileiros”, é

⁴⁰ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Op.cit.*, p.87.

⁴¹ CASCUDO, Luís da Câmara apud GUEDES, Max Justo. *La terre du Brésil...op. cit.*, p. 150.

⁴² As cidades normandas, como Dieppe, Rouen e Havre, enriquecidas com o comércio do pau-brasil, atraíram um grande número de artesãos e artistas. Em Dieppe, por exemplo, produziam-se desde cartas náuticas até vitrais e esculturas de pedra e madeira para ornamentar igrejas e residências.

⁴³ GUEDES, Max Justo. *La terre du Brésil... op.cit.*, p. 168.

⁴⁴ O título original é “*L’Entrée du Très Magnanime, Très Puissant et Très Victorieux Roy de France Henry Deuxième de Ce Nom, Rouen, 1550 c.*”



Prancha 30: ANÔNMO. **A Ilha do Brasil: o embarque, corte e transporte do pau-brasil (detalhe).** Carvalhos esculpidos em baixo-relevo. 1530. 530 x 1700 x 60 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p.33.



Prancha 31: ANÔNIMO. **O Baile dos brasileiros.** Iluminura. 1550. 122 x 200 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p. 30.

possível observar parte da grandiosa festa, que teve como principal atração uma peça encenada pelos índios tupinambás e os marujos normandos (Prancha 31). Segundo Ana Maria Belluzo, esta iluminura “(...) representa a cidade solenizada pela decoração e pela teatralidade, por ocasião da visita dos reis, testemunhando como os franceses do século XVI sabiam preparar cortejos solenes.”⁴⁵. No primeiro plano, há um grande arco do triunfo por onde passa a comitiva real. Esta segue por uma ponte sobre o rio Sena até a vetusta cidade, cujo porto e edifícios são visíveis. Entretanto, no canto esquerdo da imagem, percebem-se diversos indígenas nus e pintados de vermelho. Eles também aparecem no canto direito, encenando ferozes batalhas navais. Por fim, a chamada “Festa brasileira em Rouen” teria sido organizada pelos armadores e comerciantes daquela cidade com o fito de impressionar o rei e, conseqüentemente, obter recursos para as suas expedições ao Brasil. Segundo José Roberto Teixeira Leite, a celebração teria sido uma “autêntica instalação ou quadro vivo”, onde se podia ter uma idéia de como viviam os nativos do longínquo Brasil⁴⁶.

Apesar do clima de tolerância e admiração para com os brasileiros, que possivelmente dominou a Normandia no século XVI, pode-se verificar uma outra visão dos indígenas em dois planisférios do cartógrafo Pierre Descelliers (c.1500 – 1558). Padre e instrutor de pilotos, Descelliers dedicou-se à elaboração de cartas em grande formato, cujo teor iconográfico “(...) faz supor uma cartografia destinada à exposição, ou seja, não caracterizada pela índole secreta das informações e que não se destina exclusivamente aos fins da navegação.”⁴⁷ O primeiro exemplo foi confeccionado na cidade de Arques, no ano de 1546. É um manuscrito iluminado com a representação – por vezes imaginária – dos habitantes, da fauna e da flora dos continentes. Na América do Sul (Prancha 32.1), não há qualquer brasão de posse ibérico, nem a demarcação do meridiano de Tordesilhas. É possível verificar árvores, que poderiam ser o pau-brasil, espalhadas por todo o território americano. Esta afirmação seria comprovada em detalhe no sul do continente (Prancha 32.2): há diversos troncos cortados cuja madeira é nitidamente vermelha. Nesta mesma cena, há um feroz dragão alado que cospe fogo ao enfrentar os nativos. Esta mesma figura também aparece na carta *Terra Brasilis*, do chamado Atlas Miller, que foi presente do rei português D. Manoel I ao francês Francisco I. Ao lado deste símbolo maligno para os cristãos, são representados grifos, seres mitológicos que combinam a cabeça, as asas e as patas da águia com o corpo de leão. “Na iconografia cristã antiga, o grifo era usado para simbolizar as forças da perseguição, vingança ou

⁴⁵ BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 26.

⁴⁶ LEITE, José Roberto Teixeira. *Op. cit.*, p.38.

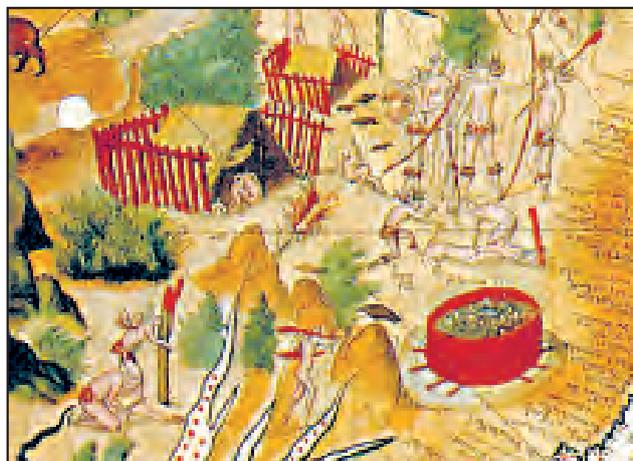
⁴⁷ BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 68.



Prancha 32.1: DESCELLIERS, Pierre. **Planisfério (detalhe)**. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 1546. Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 18.



Prancha 32.2



Prancha 32.3

impedimento”⁴⁸. No Brasil, os indígenas também seriam criaturas malignas, pois não há cenas de cooperação com os franceses, como já foi visto na carta de Jean Rotz, além de praticarem a antropofagia como uma mera prática culinária. Percebe-se que os nativos esquartejam um corpo humano para depois cozinhá-lo em um grande caldeirão vermelho (Prancha 32.3).

Em 1550, Pierre Descelliers elaborou outro planisfério manuscrito sobre pergaminho, no qual “*predomina a intenção decorativa, pertinente aos mapas encomendados pela nobreza*”⁴⁹. Como no exemplar anterior, há rebuscadas rosas-dos-ventos e os mares são povoados por diversos navios e seres marinhos. A América do Sul, entretanto, é vista como uma região de intensas guerras (Prancha 33.1). No Peru, os espanhóis combatem com os habitantes locais e no Brasil há uma violenta batalha intertribal. No detalhe da América espanhola (Prancha 33.2), apesar de constar a legenda “A conquista do Peru pelos espanhóis”, não há qualquer brasão de posse dos mesmos. Percebe-se que os europeus estão vestidos com armaduras, além de possuírem canhões. Há também diversas cidades acasteladas ao longo das montanhas da cordilheira andina. Como já foi visto no capítulo anterior, a construção de núcleos urbanos seria uma estratégia de conquista castelhana e, portanto, pode ser observada neste mapa francês. Na América portuguesa, ao contrário, não existe registro iconográfico de cidades (Prancha 33.3). As únicas construções visíveis são feitas de madeira com o teto de folhagem, onde os indígenas penduram as suas redes. Não há nenhum emblema de posse luso, nem portugueses no seu território. O Brasil, portanto, parecia uma terra sem dono, habitada por exóticos papagaios e macacos, além de bárbaros indígenas, que ferozmente combatem entre si.

Em 1555, cinco anos depois da confecção da carta acima citada – e da “Festa brasileira em Rouen” – teria início a primeira intervenção colonial francesa no Brasil: a França Antártica. Conforme os lusos povoavam a costa brasileira e estabeleciam fortes, mais difícil se tornava o contrabando do pau-de-tinta. Foi organizada, então, uma empresa com recursos reais e particulares, sob o comando de Nicolas Durand de Villegaignon (1510 - 1575). Oficial de Marinha, Villegaignon conseguiu o apoio de lideranças católicas e protestantes, com destaque para o almirante Gaspar de Coligny (1519 - 1572), líder dos huguenotes⁵⁰. Com centenas de homens atraídos pela promessa de liberdade religiosa, Villegaignon partiu para o Brasil. Entretanto, de acordo com José Honório Rodrigues:

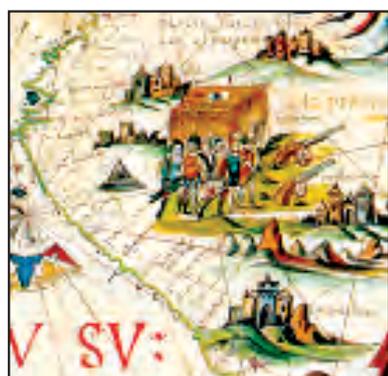
⁴⁸ TRESIDDER, Jack. *Op. cit.*, p. 163.

⁴⁹ BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, v. 1, p. 68.

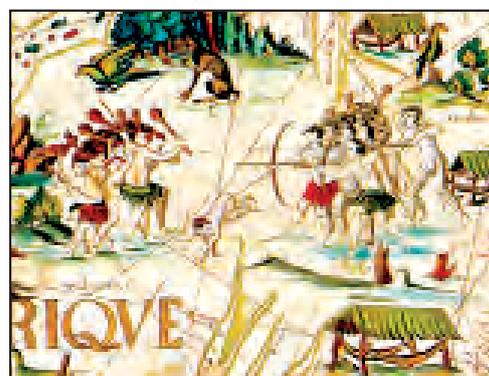
⁵⁰ Este foi o nome dado pelos católicos aos protestantes calvinistas franceses.



Prancha 33.1: DESCELLIERS, Pierre. **Planisfério (detalhe).** Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 1550. 1350 x 2150 mm. Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 22.



Prancha 33.2



Prancha 33.3

Os episódios do estabelecimento francês no Rio de Janeiro resumem-se em poucas palavras: instalados em novembro de 1555 na ilha que até há pouco recordava o seu nome, Villegaignon armou-se, fez-se querido dos indígenas, explorou o pau-brasil e afinal, desiludido com o futuro da Colônia ou com as brigas religiosas trazidas da Europa, embarcou para França em 1559.⁵¹

Mesmo construindo um notável forte, a colônia sofria de graves problemas internos, com uma rotina de deserções, torturas e prisões. Segundo Mary Del Priori e Renato Pinto Venâncio, eram inúmeras as desavenças: “*Villegaignon questionava as posições calvinistas sobre a transubstanciação, ou seja, a transformação da hóstia no corpo e no sangue de Jesus Cristo, a invocação dos santos, o purgatório*”⁵². Por fim, desconfiado dos seus homens e até dos aliados tamoios, rejeitou publicamente o calvinismo e perdeu o apoio de Gaspar de Coligny. Pouco tempo depois da saída de Villegaignon, o forte francês foi bombardeado e destruído sob o comando de Mem de Sá (c. 1500 - 1572). Os sobreviventes, entretanto, se estabeleceram em outros pontos da baía de Guanabara e só foram completamente derrotados em 1567.

O ataque dos lusos ao forte Coligny, em 1560, foi registrado em mapa de André Thevet, publicado na sua obra “Cosmografia Universal”, de 1575 (Prancha 34). O centro da xilogravura está ocupado pela cena do intenso bombardeio das naus portuguesas ao “*Fort des François*”. É possível observar também a representação de alguns pontos importantes da Guanabara. Na parte inferior da gravura, está a entrada da baía, destacando-se um imponente rochedo, o Pão de Açúcar. Ao seu lado, está a legenda “*Le Lac*”, que de acordo com Álvaro Teixeira Filho, seria uma lagoa de água doce formada pela infiltração de um rio que desaguava naquelas proximidades⁵³. No centro da carta, à esquerda, vê-se a legenda “*Henryville*”, cidade que Villegaignon pretendia erguer como capital da França Antártica. Entretanto, como sustenta Álvaro Teixeira Filho:

(...) Thevet não estava acrescentando inverdades, no mapa de 1560, ao figurar uma povoação com o nome de Heriville na Ilha da Carioca, embora não chegasse a ter as proporções demonstradas na carta, era próprio naquele tempo, realçar nos desenhos os fatos importantes.⁵⁴

Outros pontos destacados são a “*Isle de Margaiatz*”, atual Ilha do Governador e o rio Macacu, com a legenda “*La grande rivière*”, no canto superior direito da imagem. É também

⁵¹ RODRIGUES, José Honório. *Op. cit.*, p. 40.

⁵² PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. *Op. cit.*, p. 47.

⁵³ FILHO, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, p. 41.

⁵⁴ Idem, *ibidem*.



Prancha 34: THEVET, Andre. **Ilha e forte dos franceses.** 1560. Xilogravura. 158 x 160 mm. Fonte: TEIXEIRA FILHO, Álvaro. Roteiro Cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, século XVI e XVII. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 40.

possível perceber a riqueza de elementos figurativos que constam na carta. A topografia, a vegetação, as moradias e os meios de transporte são representados em perspectiva a partir de um ponto de vista aéreo, enriquecendo visualmente o registro cartográfico.

Apesar do fracasso da França Antártica, a Coroa francesa pretendia despachar outra expedição colonizadora ao Rio de Janeiro, em fins do século XVI⁵⁵. Antes do ataque, para lá foi enviado o normando Jacques de Vau de Claye, ativo cartógrafo de Dieppe, com a missão de traçar uma minuciosa planta da cidade de São Sebastião. Esta foi desenhada em 1579 (Prancha 35) e tem o curioso título de “O verdadeiro retrato do Rio de Janeiro e do Cabo Frio”⁵⁶. De acordo com Álvaro Teixeira Filho, a obra teria sido o primeiro “*retrato da cidade*”, possibilitando o detalhado conhecimento dos primeiros decênios de vida e expansão da povoação portuguesa⁵⁷. Além disso, teria sido o primeiro mapa econômico e topográfico da terra carioca e a primeira carta especializada da região de Cabo Frio. Jaime Cortesão destaca, por exemplo, o registro de alguns engenhos:

(...) na baía de Botafogo figuram duas casas de engenho “*maisons à faire le sucre*” (...) estendem-se ainda várias casas nas terras da sesmária de Manoel de Brito, desde o atual Morro de S. Bento para a esquerda. Trata-se por certo de novo ou novos engenhos, pois o cartógrafo acrescenta: “*Em ce lieu sont force sucreries*” legenda que se repete quase pelos mesmos termos na Ilha do Governador – “*La Grande Isle*”.⁵⁸

No canto superior esquerdo do mapa, é possível visualizar o imponente morro do Pão de Açúcar e a Serra da Carioca que se estende até o canto direito da imagem. Vê-se também o contorno da baía da Guanabara, com suas ilhas, seu povoados, além da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, incrustada no morro do Castelo. Este era cercado e fortificado, podendo-se perceber o casario e a igreja de São Sebastião. A região de Cabo Frio está bem representada topograficamente, na porção inferior da carta. Destaca-se o entorno da atual lagoa de Araruama, com zonas de baixada e pequenos morros. Segundo Álvaro Teixeira Filho, “*É notável o trabalho do cartógrafo normando, neste particular (a topografia), considerando-se a feitura da carta, de uma época em que os cartógrafos e navegadores não davam muita importância ao aspecto físico do terreno*”⁵⁹. Vau de Claye também tem o cuidado de assinalar as fortificações portuguesas e as aldeias dos índios tamoios, aliados dos

⁵⁵ Esta expedição acabou não sendo organizada. Entretanto, os franceses fariam mais duas tentativas de conquistar o Rio de Janeiro: em 1710, comandados por Jean François Duclerc e em 1711, com René Duguay-Trouin.

⁵⁶ O título original é “*Le vrai Pourtrait de Genèvre et du Cap de Frie*”.

⁵⁷ FILHO, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, p. 49.

⁵⁸ CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as Origens...** *op. cit.*, pp. 65-66.

⁵⁹ FILHO, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, p. 51.



Prancha 35: CLAYE, Jaques de Vau de. **Mapa do Rio de Janeiro.** 1579. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 310 x 670 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p. 71.

franceses. Estas são representadas por quatro ocas dispostas em quadrado e se localizam na área da atual Niterói e no entorno da lagoa de Araruama.

Comparando-se as cartas do Rio de Janeiro de Jacques de Vau de Claye, de 1579 e a de Luís Teixeira, de c.1586⁶⁰, é possível perceber diferenças de perspectiva cartográfica. A primeira teria como prioridade o registro de construções, fossem elas comerciais, religiosas, ou militares, além da topografia da região. A segunda, em contraste, tem caráter eminentemente náutico, dando maior ênfase na representação do litoral guanabarino. De acordo com Jaime Cortesão:

O verdadeiro retrato do Rio de Janeiro de Vaudeclaye é, sob o ponto de vista propriamente cartográfico, menos perfeito e paupérrimo de toponímia, quando comparado com a carta de Teixeira.⁶¹

Sabe-se que Vau de Claye era um espião com a “*missão secreta de observar a cidade e colher os informes necessários a um ataque posterior da marinha francesa*”⁶². Por sua vez, Teixeira estava incumbido de realizar um roteiro dos sinais da costa brasileira, pela urgente necessidade em defendê-la. As diferenças entre as cartas poderiam simbolizar, portanto, diferentes propósitos: para a França, o ataque; para Portugal, a defesa.

Outro aspecto destoante entre portugueses e franceses, que estaria visível nos seus mapas – e na sua arte em geral, é a representação do nativo brasileiro. Nas cartas do português Diogo Homem⁶³, por exemplo, o indígena seria um bárbaro cruel: um obstáculo para a ocupação da terra, devendo ser eliminado ou escravizado. De acordo com um regimento estabelecido em 1570 pelo rei D. Sebastião, a escravidão dos gentios se tornava proibida “(...) *salvo daqueles que forem tomados em guerra justa (...) ou aqueles que costumam saltar os portugueses, e os outros gentios para os comerem (...)*”⁶⁴. Segundo Luís da Câmara Cascudo:

O português queria tudo: a terra, árvores, diamantes, bichos, mulheres, o trabalho dos homens, as águas e os ares. O francês era o doador amável de tudo, facilitando vícios, indo com os guerreiros saltar aldeias litorâneas na costa da Paraíba e Pernambuco, dando os prisioneiros brancos, cristãos portugueses, para o banquete antropofágico.⁶⁵

Enquanto os portugueses, os donos da terra, escravizavam os indígenas, os entrelopos franceses os tinham como parceiros comerciais, tratando-os amigavelmente. Essa convivência

⁶⁰ Esta carta foi estudada da página 83 à 87 e está reproduzida na prancha 11.

⁶¹ CORTESÃO, Jaime. **Cabral e as Origens...** *Op. cit.*, p. 66.

⁶² *Idem*, p. 64.

⁶³ As cartas foram estudadas entre as páginas 73 e 77 e estão reproduzidas nas pranchas 7 e 8.

⁶⁴ BEOZZO, José Oscar *apud* PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. *Op.cit.*, p. 40.

⁶⁵ CASCUDO, Luís da Câmara *apud* GUEDES, Max Justo. *La terre du Brésil...op. cit.*, p. 150.

pacífica estaria representada no mapa de Jean Rotz e influenciaria a construção de um “bom selvagem”, como nas obras de André Thevet e Jean de Léry⁶⁶. Haveria também exceções. Se os costumes indígenas eram admirados pelos franceses, foram condenados nos mapas do normando Pierre Descelliers. Sendo cartógrafo e padre, Descelliers destacou a brutalidade dos antropófagos brasileiros, assim como a violência e a ganância dos conquistadores espanhóis. Entretanto, as cartas foram confeccionadas em 1546 e 1550, poucos anos antes da primeira intervenção militar e religiosa no Brasil: a França Antártica. Descelliers poderia estar pregando uma urgente intervenção naquela terra, cuja posse era contestada e cujas almas deveriam ser salvas.

Mesmo percebendo nítidas diferenças entre as suas cartografias, é possível assinalar as suas semelhanças. Como já foi comentado, a escola de Dieppe recebeu importante influência dos portugueses, sendo chamada até de luso-francesa. Muitos de seus mapas tinham a toponímia híbrida, mesclando o português com o francês. Tal como os mapas lusos, suas obras, a princípio, eram manuscritas e se caracterizavam pela riqueza ornamental. De acordo com Isa Adonias, “*Os mapas da escola de Dieppe, feitos nesse período, catalogam-se entre as mais belas cartas conhecidas.*”⁶⁷ Entretanto, no século XVII, os mapas franceses passaram a ter nítida influência flamenga, além de características “mais científicas” e menos decorativas. Neste período, destaca-se a produção da família Sanson. Aos poucos, com a fundação da Academia de Ciências, em 1666, e a construção do Observatório de Paris, em 1667, a cartografia francesa passa para a esfera estatal. O país dá início ao mapeamento sistemático e em grande escala de todo o mundo, tornando-se protagonista da grande reforma na cartografia, ocorrida no século XVIII. Entretanto, séculos antes, também coube aos franceses uma das maiores contribuições da história da cartografia e da navegação européia:

Por intermédio dos normandos que ocuparam a grande ilha italiana (a Sicília), os primeiros conhecimentos náuticos e geográficos dos árabes, como o uso da bússola e das cartas náuticas, foi transmitido aos cristãos.⁶⁸

3.3 Da barbárie ao barroco: o Brasil na cartografia holandesa

No final do século XVI, em 1579, a região norte dos Países Baixos proclama sua independência do domínio espanhol, adotando-se para o novo país o nome de sua província central, Holanda. Entretanto, a Holanda só seria reconhecida como nação livre em 1648, após alcançar a vitória final contra a Espanha com o auxílio da Inglaterra e da França. Ao contrário

⁶⁶ Como já foi comentado entre as páginas 94 e 97 deste trabalho.

⁶⁷ ADONIAS, Isa. Mapas, um pouco da sua História...*op. cit.*, p. 61.

⁶⁸ CORTESÃO, Jaime. **Os Descobrimientos Portugueses...** *op. cit.*, v.1, p. 160.

da parte sul dos Países Baixos, a Flandres, que permaneceu submetida à Espanha e afirmou a sua fidelidade à Igreja Católica, a Holanda desenvolveu características próprias como o culto ao protestantismo. Mais que isso, o país teve a sua constituição essencialmente burguesa. O longo período de guerra contra a Espanha não interrompeu o seu desenvolvimento econômico, baseado no crescente enriquecimento da burguesia mercantilista. Seus navios trafegavam em todos os mares e colônias foram fundadas em várias partes do mundo. A pequena Holanda se transformou num dos centros econômicos mais importantes da Europa.

A Reforma Protestante aboliu o culto às imagens religiosas. Por conta disso, os artistas holandeses não mais se beneficiaram das encomendas vindas do Estado e da Igreja, que mantinham a maior parte dos artistas no mundo católico. Entretanto, ao contrário do que se poderia pensar, a produção artística teve um grande aumento, principalmente no campo da pintura.

Não houve abrandamento na produção; pelo contrário, o público em geral criou um apetite tão insaciável por quadros que o país inteiro parecia tomado de uma espécie de mania de colecionar. (...) Muitos artistas trabalhavam para o mercado e não para clientes individuais.⁶⁹

Ao contrário da Flandres, onde toda a produção artística irradiava de Antuérpia, através da figura de Peter Paul Rubens (1577-1640), a Holanda produziu uma variedade de mestres e de estilos. Pintores como Rembrandt (1606 - 1669), Frans Hals (c.1580 - 1666) e Jan Steen (c.1625 - 1679) se tornaram alguns dos maiores nomes da história da arte holandesa. Além de Amsterdam, a capital do comércio, as cidades de Haarlem, Utrecht, Delf e Leyden podem ser identificadas como pólos culturais. Entretanto, os quadros religiosos e de grande profundidade dramática de um Rembrandt, por exemplo, exigiam uma sensibilidade que raros colecionadores possuíam. Por causa disso, não era exatamente este tipo de pintura que o grande público desejava. Para fazer frente às exigências deste novo mercado consumidor, os artistas deram preferência às representações da vida real e cotidiana, ao retrato, à paisagem e às naturezas-mortas. Além disso, as telas diminuíram de tamanho, visto que não eram destinadas mais a igrejas ou a palácios. Ainda de acordo com Janson, isto não significou uma queda de qualidade na Pintura, muito pelo contrário, “*a mania de colecionar na Holanda do século XVII provocou uma onda de talento só comparável ao Proto-Renascimento em Florença*”⁷⁰.

⁶⁹ JANSON, H.W. **História da Arte**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1979, p. 525.

⁷⁰ Idem, *ibidem*.

Nesta época, tal como a pintura, a cartografia holandesa experimentava um período de grande desenvolvimento. O aumento do interesse por mapas que representavam a expansão comercial dos holandeses fez surgir um intenso comércio cartográfico impresso, com o aparecimento de editores e negociantes especializados na sua produção e venda. Segundo Isa Adonias, “(...) publicaram-se milhares de mapas, centenas de Atlas, com edições em vários idiomas, muitas das quais constituem o ápice da arte cartográfica, como expressão e representação gráficas”⁷¹. Os mapas combinavam informações científicas com uma grande exuberância decorativa, típica do período Barroco. Os mares cobriram-se de navios, baleias e até de figuras míticas. O interior das terras, por vezes desconhecido, era preenchido com cenas da vida indígena, violentas batalhas e brasões que demonstravam o domínio territorial. De acordo com Svetlana Alpers: “O alcance da cartografia estendeu-se juntamente com o papel das pinturas, e de tempos em tempos as distinções entre medição, registro e pintura se obscureciam”⁷².

A tradição cartográfica holandesa vem do século XVI, enquanto ainda estava subordinada aos Países Baixos. Seus cartógrafos, principalmente Gerhard Mercator (1512-1594) e Abrahan Ortelius (1527-1598), aproveitaram-se dos conhecimentos adquiridos dos portugueses e produziram verdadeiros marcos da cartografia europeia. Em 1569, Gerhard Mercator publicou o seu primeiro mapa, traçado segundo o sistema de projeção⁷³ que o tornaria famoso e que até hoje é utilizado para a orientação náutica. Um ano depois, Abrahan Ortelius produziu um conjunto de mapas de formato uniforme, hoje considerado o primeiro Atlas moderno do mundo, o *Theatrum Orbis Terrarum*. A esta edição, publicada na cidade de Antuérpia, seriam somadas outras 20 entre 1570 e 1598⁷⁴.

O mapa “América, ou Novo Mundo” pertence a um exemplar de 1595 (Prancha 36.1). Em princípio, percebem-se os seus elementos decorativos: um rebuscado cartucho⁷⁵, navios espalhados pelos oceanos e motivos vegetais decorando os seus cantos. A América do Sul possui uma curiosa forma de batata, herdada do mapa de Mercator, de 1569. Entretanto, seria possível observar uma grande diferença entre a América lusitana, destacada em verde escuro,

⁷¹ ADONIAS, Isa. Mapas um pouco de sua história... *op. cit.*, p. 60.

⁷² ALPERS, Svetlana. *Op. cit.*, p. 266.

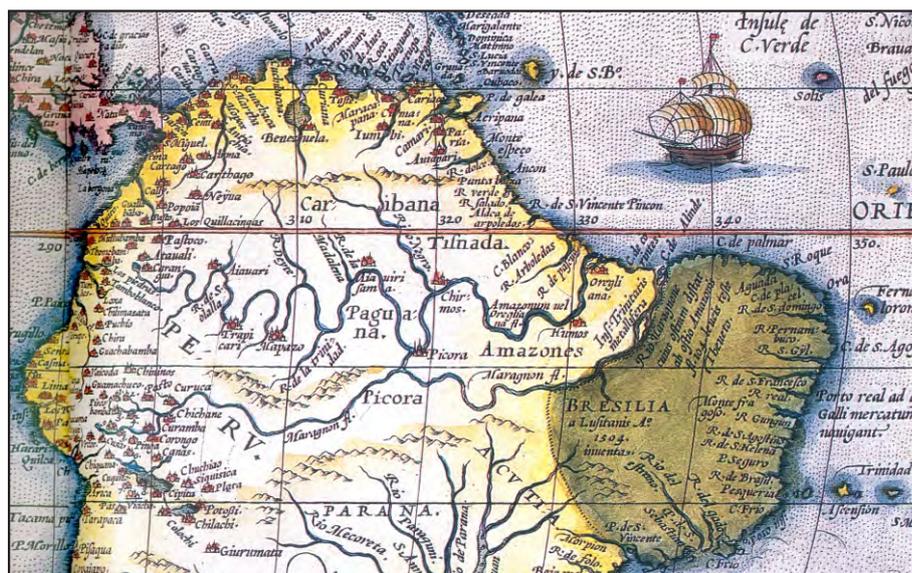
⁷³ A carta de marear portuguesa apresentava um problema. Sendo o grau de latitude e longitude iguais na projeção plana quadrada, a rota seguida pelo navio às vezes não coincidia com a marcação da carta, por causa da superfície esférica da Terra. A solução cartográfica encontrada por Mercator consistia em aumentar o espaçamento entre as linhas de latitude na medida em que se afastassem do Equador, este representado em escala verdadeira. Embora produzisse uma distorção próxima aos pólos, era possível traçar linhas de rumos na direção correta.

⁷⁴ MICELI, Paulo. *Op. cit.*, p. 88.

⁷⁵ É um quadro, às vezes ornamentado, que emoldura o título da obra ou outras indicações.



Prancha 36.1: ORTELIUS, Abrahan. **América ou Novo Mundo.** 1595. Gravura em metal aquarelada. 300 x 505 mm. Fonte: MICELI, Paulo (Org.). O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 91.



Prancha 36.2

e a hispânica. Enquanto a segunda apresenta a marcação de diversas cidades, simbolizadas por castelos vermelhos, nenhuma consta na primeira (Prancha 36.2). Na costa do Brasil, são apenas registrados acidentes geográficos, além de nomes como “*Punta de bo abrigo*”, “*pesqueria*” e “*Aguada*”, possivelmente bons locais para as escalas marítimas. É importante observar os topônimos em português neste mapa flamengo. Sabe-se, por exemplo, que Luís Teixeira mantinha contatos com Abrahan Ortelius e que este utilizou cartas suas na edição de 1584 do seu Atlas⁷⁶. Além disso, de acordo com Max Justo Guedes, o cartógrafo português ofereceu ao flamengo exemplares relativos ao Brasil, em correspondência de 1592:

(...) lhe quero fazer a terra do Brasil e suas capitánias em partes entre si, que é a mais grande coisa que agora há, isto tudo tenho visto, e na verdade desenhado e são nove ou dez peças: além de outras muitas que tenho e lhe mandarei (...).⁷⁷

Se o mapa de Ortelius priorizava a representação do litoral brasileiro, o exemplar de Petrus Plancius (1522-1622), impresso em c. 1592-1610, destacava os seus nativos (Prancha 37.1). Há diversos topônimos indicando a área de certas tribos como os tabajaras, goitacás ou tupiniquins⁷⁸. No centro da imagem há duas figuras qualificadas como tupinambás e canibais. A da esquerda possui um tacape e a da direita um arco com flechas. Percebe-se que as duas estão vestidas com plumas para o decoro da representação. Enquanto isso, indígenas dançam com uma vítima, próximos ao esquartejamento de outra. A cena de horror se completa com pernas humanas penduradas em uma árvore (Prancha 37.2). Na parte superior do mapa, também está representado um animal fantástico, meio loba, meio macaca chamado de “*Simi-vulpa*”. Portanto, a terra brasileira é caracterizada como uma “região maligna”, tal como muitos mapas portugueses a representavam no século XVI⁷⁹. Entretanto, também se percebe um crescente conhecimento do Brasil, pois no seu litoral já estão assinaladas algumas cidades, dentre elas “*Paraiba*”, “*Olinde*”, “*S. Aleixo*”, “*Tinhare*” e “*Taparica*”. Por fim, há que se destacar um cartucho com a vista da cidade de Cuzco, no canto inferior esquerdo do mapa. É

⁷⁶ CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica... op. cit.*, Vol. III, p. 43.

⁷⁷ O texto original é o seguinte: “... le quiero hazer la tierra del brasil, y sus Capitánias en partes persi, que es la mas grande cosa que ahora ha, este todo he yo visto, y en la verdade deseñado, y son nueve o diez piasas: a fuera outras muchas que tengo y le mandare...”. Cf. GUEDES, Max Justo. **Roteiro de todos os Sinais na costa do Brasil...** *op. cit.*, p. 18.

⁷⁸ No mapa, os etnônimos assim estão escritos respectivamente: *Tabaiarres*; *Ovetacates*; *Toupin Ikini*

⁷⁹ De acordo com Max Justo Guedes, em 1592, Petrus Plancius estimulou uma missão secreta a Lisboa, que subornou o cartógrafo luso Bartolomeu Lasso. Com os mapas adquiridos, Plancius desenhou oito exemplares sobre os territórios ultramarinos, que foram publicados pelo editor Cornelis Claezoon. Cf. GUEDES, Max Justo. Os mapas da mina. In: **Revista Nossa História...** *op. cit.*, p. 43.



Prancha 37.1: PLANCIUS, Petrus. **Mapa da América do Sul.** c. 1592 - 1610. Gravura em metal. 395 x 555 mm. Fonte: MICELI, Paulo (Org.). O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 183.



Prancha 37.2

visível o seu traçado com ruas perpendiculares, de acordo com o rigoroso urbanismo espanhol já comentado anteriormente.

A escola holandesa produziu famosas dinastias de cartógrafos como os Blaeu, os Jansson e os Van Keulen, que produziram mapas por quase dois séculos, entre 1634 e 1823. Além dos citados, Jodocus Hondius (1563-1612) e sua família também foram muito atuantes. Em 1593, o cartógrafo e gravador flamengo estabeleceu-se em Amsterdam, Holanda. Em 1604, adquiriu as chapas do famoso Atlas de Gerhard Mercator, iniciando a edição de uma nova obra com algumas modificações. Esta foi publicada em 1606 com o título de Atlas Mercator-Hondius, cuja carta relativa a América é analisada a seguir (Prancha 38.1).

Além do traçado do continente com a divisão de suas regiões, este exemplar apresenta um grande cartucho com cena da vida cotidiana dos tupinambás, no seu canto inferior esquerdo (Prancha 38.2). É a preparação do cauim, bebida alcoólica preparada a partir de mandioca, fermentada com a ajuda da saliva. Esta poderia ser consumida em situações especiais, principalmente na véspera de uma cerimônia de antropofagia. A cena deve ser lida da direita para a esquerda. Primeiramente, mulheres virgens mastigam o legume e o despejam em um tacho. Depois, o líquido era fervido para poder fermentar. Finalmente, a bebida é consumida pelos homens, já vestidos com trajes rituais. Entretanto, além da cena descrita, é importante destacar o traçado da região do Brasil tal como se fosse uma ilha, que poderia ser mais uma forte influência da cartografia portuguesa. Como relata Sergio Buarque de Holanda:

E sabe-se como o fato de numerosos mapas quinhentistas e seiscentistas mostrarem as águas do Amazonas e as do Prata unidas no nascedouro, através de uma grande lagoa central, levou o historiador Jaime Cortesão a sugerir ultimamente a idéia de uma “ilha Brasil”, que teria sido concebida entre os portugueses da época sob a forma de mito geopolítico.⁸⁰

Ao desenvolver a sua cartografia – com a ajuda dos lusos – os holandeses também preparavam a sua expansão marítima. A invasão do Brasil foi planejada pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC), que seria “*Mais uma entidade de armadores coligados com o propósito de combater os espanhóis, que uma empresa mercantil (...)*”⁸¹. Fundada em 1621, era uma sociedade de capital aberto, que deteve o monopólio da exploração da América e da África por vinte e quatro anos. Apesar da fracassada investida contra a Bahia em 1624, os holandeses finalmente conseguiram o seu intento em 1630, desta vez contra Pernambuco. Na época, esta capitania brasileira era a região de maior produção açucareira do mundo. A

⁸⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil...** *op. cit.*, p. 10.

⁸¹ BRUNO, Ernani Silva. *Op. cit.*, pp. 56-57.



Prancha 38.1: HONDIUS, Jodocus. **América.** 1606. Gravura em metal aquarelada. 375 x 500 mm. Fonte: MICELI, Paulo (Org.). O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 96.



Prancha 38.2

dominação holandesa pode ser dividida em três partes. A primeira, entre 1630 e 1637, se caracterizou pela grande resistência dos lusos e dos brasileiros estabelecidos no interior de Pernambuco. A segunda parte, de relativa paz, é o governo de Maurício de Nassau e aconteceu entre 1637 a 1644. O terceiro e último período, entre 1644 e 1654, foi marcado por intensas guerras que resultaram na expulsão definitiva dos holandeses. Entretanto, a experiência holandesa no Brasil é ainda hoje associada basicamente ao período de Nassau. Como bem disse José Roberto Teixeira Leite, este período “*revelou-se extraordinariamente fecundo em realizações culturais e artísticas, constituindo episódio único não só na história da colonização do país, como na história da colonização européia de qualquer tempo e lugar.*”⁸² Desde o seu desembarque em Pernambuco, Nassau já contava em sua comitiva com diversos artistas, cientistas, artífices e sábios.

Frans Post (1612-1680) era um dos seus pintores, elaborando paisagens, além de ilustrações, que foram utilizadas na publicação *Rerum per Octennium in Brasilia*. Esta obra, que Nassau encomendou ao poeta Caspar Von Baerle, era alusiva à história do governo de Nassau, tornando-se uma das mais belas do período colonial brasileiro. A obra do holandês marca o rico encontro da visão paisagística holandesa com as terras de Pernambuco. Na pintura “*Maritsstad e Recife*” (Prancha 39), Post utiliza-se dos princípios que trouxe da Europa: o primeiro plano é escuro em contraste com o horizonte azul claro. Como observa José Roberto Teixeira Leite, sua composição se situa dentro do esquema tipicamente barroco “*da árvore solitária a um canto, perdendo-se a visão pelo espaço restante*”⁸³. Além disso, o autor registrou a presença batava na obra, pintando residências com platibanda em escada, tipicamente holandesas, ao lado de casas com beiral, à moda portuguesa. Outro pintor de grande importância foi Albert Eckhout (1610-1665), que esteve no Brasil entre 1637 e 1644. Especializou-se na pintura dos indígenas do Brasil e naturezas-mortas com frutas e flores tropicais. Na obra “*Abacaxi e mamão*”, os elementos pintados saltam aos olhos em grande vitalidade barroca (Prancha 40). Os frutos e a flor do abacaxi tem a forma enaltecida pelo uso da cor e interação com a luminosidade do céu. Há também a sugestão da participação humana, com a representação de frutas cortadas.

Algumas das obras do período de Nassau exigem um estudo interdisciplinar, pois trazem em si um caráter científico e artístico indissociável. Em 1652, por exemplo, Nassau presenteou Frederico Guilherme (1620-1688), Eleitor de Brandemburgo, com uma obra de dois volumes intitulada *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. Esta obra continha 1460

⁸² LEITE, José Roberto Teixeira. Período Nassau. In: **Arte no Brasil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.62.

⁸³ Idem, p.75.



Prancha 39: POST, Frans. *Mauritsstad e Recife*. 1653. Óleo sobre madeira. 482 x 836 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p.124.



Prancha 40: ECKHOUT, Albert. *Abacaxi e Mamão*. Óleo sobre tela. 930 x 1035 mm. Fonte: BELLUZZO. Ana Maria de Moraes. O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, vol. 1, p.115.

pinturas à óleo sobre papel de diversos temas brasileiros, com assinaturas de Albert Eckhout, entre outras⁸⁴. Entretanto, o grande marco científico do período foi a obra *Historia Naturalis Brasiliae*. De acordo com Ana Maria Belluzo, esta obra reúne os primeiros relatos de pesquisas científicas realizadas sobre a história natural, geografia, meteorologia e etnologia do Brasil. É também considerada o principal modelo de história natural até o início do século XIX.⁸⁵ A obra se dividia em duas partes. A primeira intitulada *Historia Rerum Naturaliae*, englobava oito livros de autoria de Georg Marcgraf e a segunda englobava outros quatro e era chamada *De Medicinae Brasiliensis*, de autoria de Willem Piso.

Georg Marcgraf (1610 - 1644) nasceu em Liebstadt, Alemanha. Foi naturalista com formação em ciências matemáticas, história natural, medicina e astronomia. Em 1638 chega ao Brasil, participando de diversas expedições pela costa e pelo interior do nordeste do país. Realizou trabalhos sobre o clima, a fauna e a flora da terra, além de pesquisas na área da astronomia. Este conhecimento detalhado sobre as formas de vida no Novo Mundo transparecerá nas cartas holandesas do período. Marcgraf realizou um mapa mural chamado *Brasilia Qua parte paret Belgis*, que é a representação do território brasileiro sob domínio holandês. De acordo com Max Justo Guedes, esta obra “*permanecerá sempre como monumento maior da cartografia dos meados do século XVII (...)*”⁸⁶. O mapa foi desenhado em 1643, gravado em 1646 e publicado em 1647 pelo editor de mapas J. Blaeu, em Amsterdam. O editor incluiu o mapa, em partes individuais, num de seus Atlas. Duas dessas partes serão abordadas: o mapa intitulado *Praefecturae de Cirili, vel Seregippe del Rey cum Itàpuáma*, que engloba a atual região do Estado de Sergipe e o mapa com o título de *Praefecturae de Paraiba et Rio Grande*, que representa os atuais Estados de Paraíba e Rio Grande do Norte.

No mapa de Sergipe (Prancha 41.1), logo se percebe a suntuosidade e a riqueza de detalhes do festão situado na parte superior da carta. Nele estão desenhadas diversas frutas como, por exemplo, o abacaxi, o mamão, o caju e o cacau, que estão presas por dois laços de fita. Depois, abaixo dele, estão representados animais da fauna brasileira como a onça, a capivara e uma anta. Entre eles também aparece uma planta, o cacto (Prancha 41.2). No mar, embarcações navegam ou combatem entre si e surge também uma singela canoa de pescadores na foz do rio São Francisco. Após apreciar estas representações, que atraem

⁸⁴ Recentemente, esta obra foi editada em português. Cf. *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. Brasil-Holandês. Rio de Janeiro: Editora Index. 1993.

⁸⁵ BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, Vol. II, p.34.

⁸⁶ GUEDES, Max Justo. 500 anos de Brasiliana da Biblioteca Nacional – A cartografia. In: PEREIRA, Paulo Roberto. **Brasiliana da Biblioteca Nacional**: guia das fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 409.



Prancha 41.1: MARCGRAF, Georg. **Mapa de Sergipe.** 1665. Gravura em metal aquarelada. 420 x 535 mm. Fonte: MICELI, Paulo (Org.). O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, pp. 308-309.



Prancha 41.2

imediatamente o olhar do espectador, num segundo momento percebe-se as informações cartográficas propriamente ditas. O contorno do litoral é destacado pela cor amarela e alguns dos seus pontos principais pela cor vermelha. O Rio São Francisco é representado no canto superior direito do mapa, sendo representado tanto o relevo quanto as localidades situadas ao longo do seu curso. Entretanto, é notória a ênfase dada aos elementos ornamentais em comparação com os informativos. O próprio título do mapa vem emoldurado por ornamentos ondulados e multicoloridos.

O mapa seguinte é relativo a região da Paraíba e do Rio Grande (Prancha 42.1). Como destaques desta obra, estão os brasões das prefeituras da Paraíba e do Rio Grande e a narrativa de uma batalha naval na parte inferior do mesmo. No primeiro caso, o nome das prefeituras está escrito em faixas esvoaçantes, suspensas no ar juntamente com seus respectivos brasões alados. No segundo caso, próximo a cada um dos três grupos de navios em guerra, está um texto com a data e a narrativa de cada batalha. Assim como o mapa descrito acima, a decoração foi enfatizada em comparação com os elementos informativos. Como exemplo, percebe-se a ilustração da cena onde o povo da terra pega em armas a favor da Holanda (Prancha 42.2).

Nos mapas acima descritos, se percebe o embate entre as dados técnicos de um trabalho científico e o apelo estético de um artefato meramente decorativo. Não se sabe se a obra cativa por suas informações práticas, por sua beleza ou pelas duas coisas ao mesmo tempo. Esta característica dilemática, portanto, poderia ser consequência do período Barroco⁸⁷. Portanto, o primeiro aspecto barroco nos mapas seria o acúmulo de elementos visuais, preenchendo quase todos os espaços vazios de sua superfície. Além deste, os ornamentos, como os que envolvem as legendas e os títulos, são rebuscados e têm a forma movimentada. Os brasões da Paraíba e o de Rio Grande surgem voando com suas asas abertas e suas faixas esvoaçantes. Outro ponto importante na cartografia de Marcgraf é o caráter tropical dos elementos figurativos. Nos mapas do período Barroco realizados na Europa, são comuns as representações de imagens míticas ou sensuais como querubins, cavalos selvagens, figuras míticas femininas ou masculinas e representações alegóricas dos quatro continentes. Entretanto, Marcgraf reproduz em seus mapas elementos típicos do Brasil. Essa incorporação do caráter tropical ao estilo Barroco, segundo Benedito Lima de Toledo, também influenciará a Europa, realimentando o processo europeu e enriquecendo-o. Dessa forma, as repercussões

⁸⁷ O Barroco seria um período de crise, com uma visão paradoxal e dualista dos valores espirituais e éticos: o bem e o mal, o espírito e a matéria, o céu e a terra, a razão e a fé. Esses conflitos teriam influenciado tanto a linguagem plástica quanto a literária, com o uso de contrastes, a intensidade das emoções e o uso da linguagem rebuscada e excessivamente trabalhada.



Prancha 42.1: MARCGRAF, Georg. **Mapa da Paraíba e do Rio Grande.** 1665. Gravura em metal aquarelada. 415 x 530 mm. Fonte: MICELI, Paulo (Org.). O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, pp. 310-311.



Prancha 42.2

foram recíprocas, metrópole e colônia falando a mesma linguagem.⁸⁸ Ricardo Averini também nos diz que o Barroco foi a “*primeira manifestação de arte, no mundo moderno, a ter uma nota de universalidade extra-européia.*”⁸⁹ O autor considera que o advento do Barroco coincide com a descoberta e conquista de novas terras situadas na zona dos trópicos e com o contato com civilizações antes desconhecidas. Pela primeira vez, se abria na Europa uma realidade natural extraordinariamente rica, como a da terra prometida bíblica. Isto gerou uma situação espiritual que, mesmo com oposições e contrastes, trará profundas modificações culturais, tais como:

(...) rotura do círculo fechado e vertical da cultura clássica, alargamento horizontal dos conhecimentos, aceitação progressiva de temas, formas, sugestões e emoções provenientes de diversas direções; dilatação que originará uma linguagem comum e de grande força centrípeta em todas as comunidades de uma nova formação cultural, espalhadas pelo mundo.⁹⁰

Segundo Affonso Ávila, o barroco também criou uma interpenetração das artes, como por exemplo a ópera, que rompeu as divisões entre as formas artísticas.⁹¹ No caso do mapa mural de Marcgraf, é também possível observar a fusão dos gêneros artísticos do período de Nassau no Brasil. Por exemplo, as grandes cenas do mapa remetem diretamente às pinturas de paisagem de Frans Post, com a representação das moradias dos luso-brasileiros. Ao observar-se o colorido festão de frutas tropicais, é possível traçar uma ligação com as naturezas-mortas de Albert Eckhout. Além disso, os inúmeros animais retratados da fauna brasileira poderiam ter saído da própria obra de Marcgraf, a *Historia Rerum Naturaliae*. O mapa mural *Brasilia Qua parte paret Belgis*, como muitos mapas holandeses do nordeste brasileiro, são conhecidos como mapas de notícias, muito apreciados pela Companhia das Índias Ocidentais. Por serem belas gravuras, esses mapas tinham a função de atrair novos colaboradores, além de prestar contas aos acionistas da companhia, que ficavam a par de como os seus recursos estavam sendo empregados. Esses mapas podem ser observados em detalhes de quadros de pintores holandeses que retrataram o ambiente familiar como Willem Buytewech, Pieter de Hooche e Vermeer Van Delft. Portanto, mesmo com a grande influência exercida pelos portugueses em fins do século XVI, como foi comentado anteriormente, a cartografia holandesa desenvolveu-se de forma diferente. Enquanto a primeira era manuscrita e controlada pelo Estado, a segunda

⁸⁸ TOLEDO, Benedito Lima de. Do sec. XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter (Org.). **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1983.

⁸⁹ AVERINI, Riccardo. Tropicalidade do Barroco. In: **Revista Barroco**, Belo Horizonte: Imprensa universitária, n.12, 1982/3, p. 327.

⁹⁰ Idem, p.328.

⁹¹ ÁVILA, Affonso. O barroco e uma linha de tradição criativa. In: **Universitas** Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, n. 2, Janeiro / Abril 1969, p.34

era impressa e privada. Se, a princípio, o indígena brasileiro era visto como um brutal antropófago, como no mapa de Petrus Plancius, essa imagem foi se modificando a ponto de não mais aparecer nos mapas de Marcgraf. Afinal, os mapas de notícia funcionavam como uma forma de propaganda, que visava a atração de capital humano e de recursos econômicos na Europa. Mais que isso, em fins do século XVII, os mapas holandeses também passaram a influenciar os lusos (Prancha 43.1). Em mapa manuscrito de José da Costa Miranda⁹², de 1681, o traçado minucioso e realista da escola portuguesa é substituído pelo farto uso de imagens alegóricas. Na África, por exemplo, há um unicórnio próximo ao tradicional castelo da Mina. O interior da América é preenchido por diversos animais, tais como onças e emas e no Brasil percebe-se uma mulher branca empunhando uma bandeira sentada em um tatu (Prancha 43.2). Entretanto, a maior influência exercida pelos holandeses foi possibilitar o acesso do homem comum ao mapa. Estes foram “*na maioria das vezes, as primeiras imagens do Novo Mundo vistas pelos europeus – expandindo seus horizontes da mesma maneira que as fotos que vemos hoje de Marte ou de uma estrela explodindo!*”⁹³

Por fim, após analisar os mapas de três potências européias, observou-se que estes representam basicamente os mesmos elementos da terra brasileira. Entretanto, os sentimentos que animam os cartógrafos é que diferem profundamente, provocando diferentes visões de um mesmo tema. A importância de se compreender as mentalidades viria da “*(...) necessidade de preservar a unidade da carne e do espírito, se quisermos compreender o mais ínfimo dos atos de um ser humano*”⁹⁴.

⁹² Os Miranda são a última família de cartógrafos portugueses entre o final do século XVII e inícios do XVIII. Cf. CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica...* op. cit., Vol. V, pp. 51-55.

⁹³ POTTER, Jonathan. Importantes e artísticos documentos do passado. In: **O tesouro dos mapas...** op. cit., p. 49.

⁹⁴ DUBY, Georges. **A História continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Editora UFRJ, 1993, p. 90.



Prancha 43.1: MIRANDA, José da Costa. **Carta do Atlântico.** 1681. Manuscrito iluminado sobre pergaminho. 760 x 910 mm. Fonte: Tesouros da Cartografia Portuguesa. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, Edições Inapa, 1997. Estampa 33.



Prancha 43.2

IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda no período de minha graduação em Programação Visual, eu já admirava os antigos mapas não apenas como documentos geográficos, mas como obras realizadas para se conhecer o mundo através de formas, cores e símbolos. O presente estudo foi uma oportunidade de abordar a cartografia portuguesa como uma forma de arte, fonte de imagens da terra brasileira. As cartas são também um testemunho do primeiro processo humano de dimensões globais, visto que “*as navegações de descobrimento teceram uma rede mundial de rotas, pondo em mútua relação todas as civilizações que se tinham desenvolvido ao longo da linha costeira dos oceanos.*”¹ Desde então, a mobilidade de homens, mercadorias e conhecimento tornou-se cada vez maior, num processo que perdura até os dias atuais. Daí a relevância e a atualidade do tema em questão.

Tendo a consciência de que meu trabalho consistiu numa abordagem feita no presente de um tempo passado, procurei compreender e construir uma mentalidade portuguesa da época dos descobrimentos. A primeira parte da dissertação teve esta finalidade e creio ter sido fundamental a ênfase dada aos aspectos interpretativos, recomendados por Clifford Geertz na obra “A interpretação das culturas”². Além disso, foi de muita valia a leitura de textos de época, como “Os Lusíadas” de Luis de Camões (c. 1524 – 1580). A partir deste, pude perceber um estado de espírito que impulsionava os portugueses a arriscarem as suas próprias vidas para buscar riquezas e pregar o cristianismo pelo mundo. Esta mentalidade pode ter permitido a união de todos os segmentos da sociedade em prol de um objetivo comum, de cunho patriótico e antiislâmico. Foi então que eu me deparei com a crença dos lusos em uma Terceira Idade, que seria um período de prosperidade antes do Juízo Final, em que o cristianismo se espalharia por todo o mundo³. Esta crença teria sido disseminada em Portugal pela festa do Espírito Santo, introduzida pelos franciscanos na época do rei D. Dinis (1279 - 1325). Agregando todas as classes sociais, este culto reafirmava a identidade lusa e pode ter

¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. O que significa descobrir? In: NOVAES, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.71.

² Segundo o autor: “*Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.*” Cf. GEERTZ, Clifford. *Op. cit.*, p. 24.

³ Como foi visto anteriormente, a crença numa Terceira Idade teve como precursor o abade calabrés Joaquim de Fiori (1136 - 1202). Segundo a sua teologia, as três pessoas da Santíssima Trindade seriam a estrutura do mundo e do tempo. A primeira idade, ou período do Pai, seria o tempo em que os homens viviam segundo o Velho Testamento. A segunda idade, ou o período do Filho, seria a época na qual os homens viviam sob a luz do Novo Testamento. Finalmente, a Terceira Idade, ou idade do Espírito Santo, deveria ser disseminada pelas novas ordens religiosas recomendadas por de Fiori. Estas vieram a ser, possivelmente, os franciscanos e os jesuítas.

preparado os alicerces de uma nova cruzada dos portugueses, em pleno século XV⁴. Entretanto, não foi somente a fé que os moveu. A dúvida fazia com que avançassem cautelosamente pela costa africana, enquanto aprimoravam seus conhecimentos, técnicas e instrumentos náuticos. Por exemplo, tanto a fé quanto a dúvida estariam presentes em D. Henrique (1394 - 1460), patrocinador das primeiras expedições oceânicas lusas. Católico fervoroso e defensor do espírito de cruzada, o infante era um estudioso de matemática e de astronomia, além de protetor de cientistas árabes e judeus perseguidos⁵. Aos olhos contemporâneos, essa combinação entre crença medieval e empirismo renascentista poderia ser considerada esdrúxula. Entretanto, a meu ver, poderia significar a esperança na vida terrena, característica de uma Terceira Idade, época tanto do espírito como do intelecto. Conseqüentemente, o sucesso dos lusos despertaria nos demais reinos europeus a competição por novos mercados e colônias, que proporcionou o acentuado enriquecimento do continente⁶.

Na segunda parte do trabalho, procurei desenvolver outra construção: a do espaço cartográfico português. Herdeiros de uma tradição cartográfica medieval, as cartas-portulano, os lusos aperfeiçoaram-na para se orientarem nas incursões oceânicas. Isto foi possível graças à redescoberta da obra do cientista grego Cláudio Ptolomeu aliada às suas próprias experiências no mar⁷. Deste modo, acabaram por desenvolver um novo tipo de carta, que corrigiu e ampliou os mapas da Antigüidade e da Idade Média. Num mesmo contexto histórico, pude observar que os pintores do *Quattrocento* italiano também realizavam estudos com o fito de desenvolver um novo sistema pictórico, capaz de demarcar em profundidade o espaço bidimensional. Mesmo reconhecendo as suas diferenças, pude perceber que italianos e portugueses tiveram em comum a influência dos textos clássicos e o uso da experiência como base de suas atividades. A elaboração tanto de mapas como de pinturas correspondia, portanto, ao desejo do homem europeu em conquistar o espaço. Este era representado

⁴ É importante ressaltar que a leitura da obra de Marshall Sahlins me fez compreender como os mitos e as compreensões históricas preexistentes poderiam influenciar na preparação das futuras ações práticas das sociedades. Cf.: SAHLINS, Marshall. *Historical Metaphors and Mythical Realities*. Michigan: The University of Michigan Press, 1985; Idem. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁵ Neste particular, considero ter sido importante a comparação feita com a mentalidade dos espanhóis. Enquanto os lusos acolheram os cientistas árabes e judeus, numa demonstração de pragmatismo e heterodoxia religiosa, os outros, mais ortodoxos, não toleraram os “infieis” mesmo quando fossem sábios altamente qualificados.

⁶ Os lusos descobriram novas rotas comerciais oceânicas, mudando a concepção de espaço e tempo na Europa. Entretanto, o seu maior legado talvez fosse a confiança de que, na busca por riquezas, os exploradores não seriam detidos por nenhum obstáculo.

⁷ As cartas-portulano não possuíam projeção definida e começaram a tornar-se obsoletas pelo desencontro entre os seus traçados e as observações de latitude efetuadas pelos pilotos portugueses. No campo da astronomia lusa, foi importante perceber a grande contribuição trazida pelos árabes. A obra de Ptolomeu, por exemplo, foi traduzida para o árabe ainda no século IX. Segundo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, “*coube aos árabes realizar a interface entre a civilização antiga e a civilização moderna, ao contribuírem para conservar a primeira e preparar o desenvolvimento da segunda*”. Cf. MOURÃO. Ronaldo Rogério de Freitas. *Op. cit.*, p. 18.

conforme o saber matemático da época, destacando-se o uso de linhas e quadriláteros. Entretanto, o sistema perspectivo desenvolvido pelos pintores italianos não poderia ser considerado uma verdade absoluta, uma lei permanente do espírito humano. Nem mesmo os mapas seriam documentos estritamente científicos, podendo, com frequência, obedecer a propósitos subjetivos. Como afirma Jaime Cortesão, os lusos costumavam distorcer o desenho da costa brasileira. “*Este erro proposital, que os cartógrafos portugueses introduziam nas cartas para assim anexar à Coroa portuguesa uma parte vastíssima da América Austral, é comum em toda a cartografia quinhentista portuguesa (...)*”⁸. A concepção do mito geopolítico de uma “ilha Brasil” seria outro exemplo de como a representação espacial pode ser baseada em uma geografia imaginativa⁹. Assim sendo, considere bastante relevante o estudo comparativo entre a cartografia portuguesa e a pintura italiana. Pude inferir que ao invés de uma ruptura, a Renascença teria sido o resultado de um processo lavrado ao longo da Idade Média e que a gradual redescoberta dos textos clássicos veio somar-se a ele¹⁰. Como sustenta Svetlana Alpers: “*O que deveria ser de interesse para os estudiosos de mapas e pinturas não é o espaço em que a linha foi traçada entre eles, mas precisamente a natureza de sua sobreposição, a base de sua semelhança*”¹¹.

Depois de buscar a compreensão de uma mentalidade dos portugueses e estudar as origens da sua cartografia, me senti apto a abordar os seus mapas da terra brasileira. Entretanto, ainda que muitas cartas lusas estejam preservadas em arquivos e bibliotecas do mundo, grande parte delas perdeu-se em viagens ou pode ter sido destruída¹². Por causa disso, muitas das remanescentes foram as produzidas para presentear reis e importantes autoridades, com uma finalidade mais decorativa do que náutica. De uma forma geral, mesmo reconhecendo o componente artístico nos mapas, os estudiosos da cartografia tendem a considerá-lo secundário em relação ao científico. Além disso, o uso da decoração nos mapas pode ser relacionado a uma fase informal, ou pré-científica da atividade, quando os profissionais ainda não possuíam o conhecimento e a técnica necessários para produzir exemplares precisos. Como afirma Svetlana Alpers: “*Admite-se haver uma proporção inversa*

⁸ CORTESÃO, Jaime. *Cabral e as origens do Brasil...op. cit.*, p. 49.

⁹ Este conceito é utilizado por Luciana Lima Martins em estudo sobre a representação da paisagem carioca, construída a partir de um determinado modo de ver, o britânico. A autora busca demonstrar “*a natureza inextricavelmente cultural da paisagem, em que o sujeito observador e o objeto observado constituem-se mutuamente*”. Cf.: MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 17.

¹⁰ Neste sentido, foi importante a compreensão de que os Descobrimentos teriam sido o Renascimento Português, precedendo a chegada do Humanismo em Portugal.

¹¹ ALPERS, Svetlana. *Op. cit.*, pp. 253-254.

¹² As cartas preservadas dos séculos XV, XVI e XVII foram reunidas na obra *Portugaliae Monumenta Cartographica*, consultada durante esta pesquisa.

entre a quantidade de arte exibida e a quantidade de informação transmitida. Arte e ciência, mesmo quando combinadas estão num certo conflito”¹³. Portanto, devido à complexidade dos objetos em estudo, creio ter sido importante a abordagem de seus aspectos materiais, funcionais, históricos e simbólicos, confrontando-os com diversas fontes documentais da época. Além disso, na terceira parte da pesquisa, também pude compará-los com os mapas da Espanha, França e Holanda, potências envolvidas na conquista do território brasileiro.

Depois de percorrer estas etapas, pude apontar a influência da mentalidade portuguesa na concepção das representações figurativas do Brasil. Em princípio, a fé que movia os lusos estaria caracterizada no planisfério Cantino, de 1502. As três araras – em forma de triângulo – sobre a terra brasileira simbolizariam uma Terceira Idade, o tempo do Espírito Santo¹⁴. No entanto, a experiência também fez com que a carta fosse a mais aperfeiçoada até então. Como nos diz Luis de Camões:

(...) Não se aprende, Senhor, na fantasia / Sonhando, imaginando ou estudando, / Senão vendo, tratando e pelejando¹⁵.

A crença na prosperidade da vida terrena pode ter conduzido os portugueses a um pragmatismo econômico. Exemplo disso seria a carta relativa ao Brasil e parte do Atlântico central, cuja autoria é creditada a Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel. Desenhada entre 1515 e 1519, nela estaria representada pela primeira vez uma atividade comercial na terra brasileira, a extração do pau-de-tinta executada pelos nativos. De acordo com Ana Maria Belluzzo:

A compreensão adequada do teor prático e utilitário das atividades dos portugueses no Brasil pode facilitar o entendimento de que (...) a exploração dos recursos naturais desconhecidos foi pragmaticamente pautada pela política de expansão, pelos interesses comerciais e pelo lucro.¹⁶

Entretanto, através das cartas de Diogo Homem, o nativo brasileiro, antes visto como um ser benigno¹⁷, tornava-se apenas um cruel antropófago – ao contrário da maioria das cartas e da iconografia realizada pelos franceses. A figura do canibal retratada na carta

¹³ ALPRES, Svetlana. *Op. cit.*, pp. 252-253.

¹⁴ Seria possível verificar a força desta crença em fins do século XVIII. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, era devoto da Santíssima Trindade e planejou que o seu símbolo, o triângulo, fosse usado na bandeira de uma nova república, independente de Portugal. Entretanto, mesmo com o fracasso da conspiração, o triângulo foi utilizado na bandeira do estado de Minas Gerais.

¹⁵ CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Canto X, 153. *Op. cit.*, p. 394.

¹⁶ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Op. cit.*, vol. 2, p. 48.

¹⁷ Como pode ser claramente observado, por exemplo, no relato de Pero Vaz de Caminha. Entretanto, ao longo do processo colonizador do Brasil, os missionários continuaram a vislumbrar as qualidades dos indígenas, com o objetivo de catequizá-los. Os colonizadores, ao contrário, enfatizavam os seus aspectos assustadores para escravizá-los.

poderia simbolizar, portanto, um entrave à colonização da região e, ao mesmo tempo, um escravo em potencial. Entretanto, mais que isso, a generalização da imagem do antropófago poderia assustar possíveis invasores estrangeiros, desestimulando-os a empreender viagens para o Brasil. De acordo com Max Justo Guedes, a cartografia de origem portuguesa “*é calcada exclusivamente na experiência, incapaz de se deixar influenciar pela fantasia (exceto quando intencionalmente destinada a mistificar potências rivais) (...)*”¹⁸. O tipo de colonização litorânea também estaria simbolizado nas cartas lusas. Como exemplos, foram analisados os exemplares de Jorge Reinel, Sebastião Lopes e família Teixeira. Entretanto, foi observada a prioridade dos cartógrafos em registrar os contornos litorâneos, em detrimento das cidades, em contraste com a cartografia espanhola. A sobriedade com que esses profissionais lusos retrataram o Brasil do século XVII também é nitidamente diferente dos mapas barrocos da ocupação holandesa. Estes teriam a finalidade de divulgar o nordeste brasileiro para que mais recursos fossem arrecadados para a sua empresa colonial.

Por fim, mesmo tendo a consciência de que as obras estudadas representam uma amostragem das que foram preservadas, pude chegar à seguinte conclusão: a cartografia lusa da terra brasileira, no período compreendido entre 1502 e 1675, teria duas marcantes características: o esplendor e o sigilo. Esplendor por serem obras de arte cuidadosamente iluminadas, que representam com minúcia a costa brasileira e por vezes os seus habitantes, sua flora e sua fauna. Sigilo por se tratarem de objetos manuscritos, mantidos a princípio sob um rígido controle, mas que se mostrou ineficaz mediante as práticas de suborno das outras potências. Além disso, de acordo com o que foi exposto, as cartas teriam relações com uma política lusa de nada se divulgar sobre a colônia, que proibia – em contraste flagrante com a América hispânica – a criação de universidades e muito menos a impressão de livros. Considero que este trabalho mostrou-se frutífero tanto para mim como para o campo da História da Arte brasileira, me estimulando a prosseguir com novas investigações sobre o tema. A sensação do dever cumprido se confunde, portanto, com uma certeza: a de que apenas o primeiro passo foi dado.

¹⁸ GUEDES. Max Justo. O reconhecimento do litoral brasileiro na primeira década do século XVI. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.287, 1970, p. 467.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Obras teóricas e metodológicas

ALBERTI, Leon Battista. **Da Pintura**. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

ARGAN, G. Carlo. **Guia da História da Arte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

_____. **Clássico anti-clássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARTH, Frederick. **O Guru e o Iniciador: e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa: elementos estruturais de sociologia da arte**. São Paulo: Perspectiva, Editora da USP, 1973.

FRANCASTEL, Pierre. **Pintura e Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

RIBEIRO, Berta. Os estudos de cultura material: propósitos e métodos. In: **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, volume XXX, pp.13-41.

SAHLINS, Marshall. *Historical Metaphors and Mythical Realities*. Michigan: The University of Michigan Press, 1985.

_____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos Fundamentais da História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

2) Artigos em Periódicos

ADONIAS, Isa. A cartografia vetustíssima do Brasil até 1530. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.287, p. 77 - 132, 1970.

_____. Mapas, um pouco de sua História. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.285, p. 39-80, 1969.

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de; SILVA, José Luís Werneck da. O período pré-colonizador do Brasil: sugestões para a sua análise. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.º. 287, p. 217 - 233, 1970.

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O nativo torna-se índio. **Jornal do Brasil**, Caderno Idéias Especial. Rio de Janeiro, p. 03, 29 de abr. 2000.
- AUTRAND, Françoise. Uma sociedade em plena mutação. **Revista História Viva**, São Paulo, ano 1, n. 5, p. 33-37, mar. 2004.
- AVERINI, Riccardo. Tropicalidade do Barroco. In: **Revista Barroco**, Belo Horizonte: Imprensa universitária, n.12, p. 327 - 334,1982 / 1983.
- ÁVILA, Affonso. O barroco e uma linha de tradição criativa. In: **Universitas Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia**, n.2, Jan. / Abr, p.31-41,1969.
- ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo Andrade. A representação espacial das Minas Gerais no século XVIII: relações entre a cartografia e a arte. **Revista Barroco**, Ouro Preto, n.15, p. 441 - 446, 1990 / 1992.
- DIAS. José Antônio B. Fernandes Dias. Uma definição de arte para uma antropologia da arte. **Ler História**, Lisboa, n.20, p.131-157, 1990.
- DOMINGUES, Francisco Contente. A política de sigilo e as navegações portuguesas no atlântico. **Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, vol XLV, p.189 - 220, 1987.
- FALBEL, Nachman. São Bento e a *ordo monachorum* de Joaquim de Fiori (1136-1202). **Revista USP**. São Paulo, n.30, p. 273-276, 1994.
- GUEDES, Max Justo. As primeiras expedições portuguesas e o reconhecimento da costa brasileira. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, p. 133 - 200, n.285, 1969.
- _____. Os mapas da mina. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 4, p.38 - 44, fev. 2004.
- _____. O reconhecimento do litoral brasileiro na primeira década do século XVI. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.287, p. 463 - 467, 1970.
- KNAUSS, Paulo. Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 135 - 148, 1997.
- LEITE, José Roberto Teixeira. Viajantes do imaginário: a América vista da Europa dos séculos XV ao XVII. **Revista USP**. São Paulo, n.30, p. 32 - 45, 1994.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Alegres Trópicos: Gonneville, Thevet e Léry. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 84 - 93. Jun. / Ago. 1996.
- RAMINELLI, Ronald. A incrível conquista da Amazônia. **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro, n.2, p.78 - 83. Dezembro de 2003.
- REIS, Arthur César Ferreira. A era dos descobrimentos. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 287, p. 7 - 19, 1970.

SÉDILLOT, René. Ambição e Genocídio. **Revista História Viva**, São Paulo, ano 2, n. 13, p. 33 – 39, nov. 2004.

SOUZA, Laura de Mello. O nome do Brasil. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 34 - 39, abr. 2004.

WASHBURN, Wilcomb E. *Representation of unknown lands in XIV, XV and XVI century cartography*. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.287, p. 449 - 462, 1970.

WILLEKE, frei Venâncio. Primórdios da fé no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 287, p. 492 - 506, 1970.

3) Dissertações e Teses

NEVES, Martha Couto. **Fragmentos do Olhar Europeu sobre o Brasil nos Atlas da Época Moderna**. 2002. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MEES, Luiz Alexandre Lellis. **As Representações do Novo Mundo na Cartografia Portuguesa do século XVI**. 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

ZAVATARO, Therezinha de Barcellos Baumann. **Thesaurus de Viagens: Theodore de Bry: identidade e alteridade na iconografia do século XVI**. 2001. 368 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

4) Obras de Referência

HOUAISS, Antonio; KOOGAN, Abrahão. **Enciclopédia e Dicionário**. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1994.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. **Dicionário Cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

TRESIDDER, Jack. **O grande livro dos símbolos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

5) Obras Gerais

ABREU, J. Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

ADONIAS, Isa. **Mapa: Imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALPERS, Svetlana. **A arte de Descrever**. São Paulo: Edusp, 1999.
- BARROSO, Gustavo. **O Brasil na lenda e na cartografia antiga**. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**. Rio de Janeiro: Objetiva; São Paulo: Metalivros, 2000, 3 v. em 1.
- BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil** (Geral e Regional). 2 (Nordeste). São Paulo: Editora Cultrix, 1967.
- BUCHER, Bernadette. *Icon and Conquest: a structural analysis of the illustrations of de Bry's great voyages*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991.
- CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- CHAGAS, Carlos. O desenvolvimento científico no Renascimento. In: FRANCO, Afonso Arinos de. et al. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, Agir Editora, 1978.
- CHAUI, Marilena. Profecias e tempos do fim. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.453-505.
- CIPINIUK, Alberto. **A face pintada em pano de linho: moldura simbólica da identidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- COHEN, Paul. Cartas-portulanos e outros mapas raros. In: MICELI, Paulo (Org.). **O tesouro dos mapas: a Cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, pp. 31-35, 2002.
- COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento**. Porto Alegre: L&PM, 1998, p.171.
- CORTESÃO, Armando. **Cartografia Portuguesa Antiga**. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- _____. **História da Cartografia Portuguesa**. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar, 1970.
- CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, 6 v.
- _____. *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos da morte do Infante Dom Henrique, 1960.

- CORTESÃO, Jaime. **A História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1965, 2v.
- _____. **A Política de Sigilo nos Descobrimientos**. Lisboa: Coleção Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- _____. **Cabral e as Origens do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944.
- _____. **Os Descobrimientos Portugueses**. Lisboa: Imprensa Nacional, [19--], 2 v.
- COSTA, Sergio Corrêa da. **Brasil, segredo de Estado**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- COUTO, Jorge; GUEDES, Max Justo. **O Descobrimento do Brasil**. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, Texttype, 1998.
- CURTIS, Philip. O Novo Mundo. In: MICELI, Paulo (Org.). **O tesouro dos mapas: a Cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, pp. 25-29.
- DELUMEAU, Jean. Uma travessia do milenarismo ocidental. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, pp. 441-452, 1998.
- DOMINGUES, Francisco Contente. Arte e técnica das navegações portuguesas. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, pp. 209-228, 1998.
- DUBY, Georges. **A História continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Editora UFRJ, 1993.
- FALBEL, Nachman. **Os Espirituais Franciscanos**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FERREZ, Gilberto. **Iconografia do Rio de Janeiro, 1530-1890: catálogo analítico**. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2000.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. **A épica portuguesa no século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- GARCIA, José Manuel. Tesouros da cartografia portuguesa em Portugal. In: **Tesouros da Cartografia Portuguesa**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimientos portugueses / Edições Inapa, pp.35-114, 1997.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. O que significa descobrir? In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, pp. 55-82, 1998.
- GUEDES, Max Justo. A cartografia holandesa no Brasil. In: **O Brasil e os Holandeses**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, p. 64 - 85, 1999.
- _____. A cartografia portuguesa antiga. In: **Tesouros da Cartografia Portuguesa**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- _____. A preservação da memória nacional. In: MICELI, Paulo (Org.). **O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil**. São Paulo, Instituto Cultural Banco Santos, pp. 16-23, 2002.
- _____. *La terre du Brésil: contrabando e conquista*. In: BUENO, Eduardo (Org.). **Pau-brasil**. São Paulo: Axis Mundi, 2002.
- _____. 500 anos de Brasiliana da Biblioteca Nacional – A cartografia. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- _____. **Roteiro de todos os Sinais na Costa do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura. 1968.
- GUESS, David M. *To weave and sing: Art, Symbol and Narrative in the South American Rain Forest*. Los Angeles: University of California Press, 1990.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; VAINFAS, Ronaldo. Sonhos galegos: os espanhóis no Brasil. In: **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- HERMANN, Jaqueline. O cenário do encontro de povos. In: **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- _____. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- JANSON, H.W. **História da Arte**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1979.
- JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- KORN, Irene. *Great Masterpieces of the World*. New York: Smithmark Publishers, 1997.
- LEITE, José Roberto Teixeira. Período Nassau. In: **Arte no Brasil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950.
- Mapas Españoles de América: siglos XV – XVII*. Duque de Aba. et al. Madrid: 1951.

- MARQUES, Alfredo Pinheiro de. **Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.
- MARTINS, José de Pina. Descobrimientos portugueses e Renascimento Europeu. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, pp. 179-192, 1998.
- MARTINS, Luciana Lima. **O Rio de Janeiro dos Viajantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MELLO JUNIOR, Donato Mello. **Rio de Janeiro: planos, plantas e aparências**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, 1988.
- MICELI, Paulo. A última terra: o desenho do Brasil. In: MICELI, Paulo (Org.). **O tesouro dos mapas: a Cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, p. 229-320, 2002.
- MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá Reção ao Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura. 1968.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **A astronomia na época dos descobrimentos**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.
- NOVAES, Adauto. A Outra Margem do Ocidente. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 07 - 14, 1999.
- _____. Experiência e Destino. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, p. 07-16, 1998.
- OCTÁVIO FILHO, Rodrigo. **O Infante D. Henrique**: Portugal aumenta o mundo. Rio de Janeiro: Tupy, 1962.
- PEREIRA, Paulo Roberto. **Os únicos três testemunhos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Cunha, Manoela Carneiro da. (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, p.115 - 132, 1992.
- PINTO, J. Estevão. **O infante D.Henrique**. Lisboa: Cia. Nacional Editora, 1960.
- POLO, Marco. **O livro das Maravilhas**: a descrição do mundo. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- PORRO, Antônio. História indígena do Alto e Médio Amazonas. In: Cunha, Manoela Carneiro da. (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, p.175 - 196, 1992.

- POTTER, Jonathan. Importantes e artísticos documentos do passado. In: MICELI, Paulo (Org.). **O tesouro dos mapas: a Cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, pp. 48-49, 2002.
- PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; São Paulo: Edusp, Fapesp, 1996.
- RIBEIRO, Carlos Flexa. A pintura no Renascimento. In: FRANCO, Afonso Arinos de. et al. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, Agir Editora, 1978.
- RIVERA NOVO, Belén; Martín-Merás, Luisa. *Cuatro siglos de cartografía en América*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Primeira parte – Historiografia Colonial. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.
- SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001.
- SCLIAR, Moacyr. **Saturno nos Trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- TEIXEIRA FILHO, Álvaro. **Roteiro Cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, século XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.
- Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. Brasil-Holandês. Rio de Janeiro: Editora Index. 1993.
- TOLEDO, Benedito Lima de. Do sec. XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter (Org.). **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1983.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- VELTHEN, Lúcia Hussak van. **A pele de Tuluperê: uma etnografia dos trançados Wayana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.
- VESPÚCIO, Americo. **Novo Mundo**. Porto Alegre: L&PM Editora, 1984.
- VILELA, José Stichini. **Francisco de Holanda – vida, pensamento e obra**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.